



REVISTA DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO
DA FAUUSP

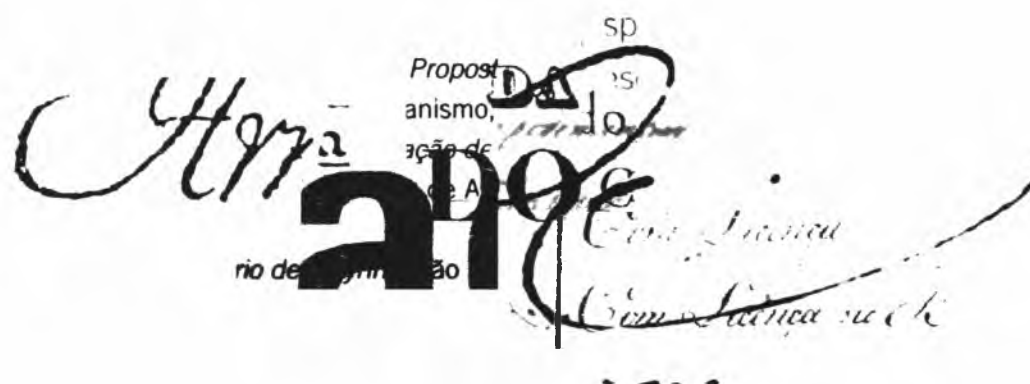
instituição de São Paulo

pós-

9

JUNHO DE 2017

ISSN: 1518-8554



PÓS N. 9
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ARQUITETURA E URBANISMO DA FAUUSP

JUNHO 2001

ISSN 1518-9554

Ficha Catalográfica

720
P84

PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP/Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-Graduação – v.1 (1990)– – São Paulo: FAU, 1990 –

v.: 27 cm

n.9, jun. 2001

Issn: 1518-9554

1. Arquitetura – Periódicos I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-graduação. III. Título

20.ed. CDD 720

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

PÓS n. 9

Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP
Mestrado e Doutorado – Área de concentração “Estruturas Ambientais Urbanas”

Rua Maranhão, 88 – Higienópolis – 01240-000 – São Paulo

Tels. (11) 257-7688/7837 ramal 30 – Fax: (11) 258-2377

e-mail: cpgfau@edu.usp.br – Home page: www.usp.br/fau

Apoio financeiro: Capes

PÓS n. 9

Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP
Junho 2001

Universidade de São Paulo

Reitor Prof. Dr. Jacques Marcovitch
Vice-Reitor Prof. Dr. Adolpho Melfi
Pró-Reitor de Pós-Graduação Héctor Francisco Terenzi

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretora Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio
Vice-Diretora Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein

Comissão de Pós-Graduação

Presidente Profa. Dra. Ermínia Maricato
Vice-Presidente Prof. Dr. Wilson Edson Jorge
Prof. Dr. João Roberto Leme Simões
Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi
Prof. Dr. Telmo Pamplona
Prof. Dr. Dácio A. B. Ottoni (Suplente)
Profa. Dra. Vera Pallamin (Suplente)
Prof. Dr. Paulo Renato Mesquita Pellegrino (Suplente)

Representante Discente na CPG

Arquiteto Caio Boucinhas

Comissão Editorial

Coordenadora: Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi
Prof. Dr. Jorge Hajime Oseki
Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein
Prof. Dr. Telmo Pamplona
Profa. Dra. Vera Pallamin
Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

Supervisão Geral

Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi

Secretária de Redação

Izolina Rosa (MTb 16199)

Projeto Gráfico e Imagens das Aberturas

Rodrigo Sommer

Foto da Capa

Gal Oppido

Conselho Editorial

Antonio Carlos Zani (CTU – UEL)
Azael Rangel Camargo (FAU – EESC/USP)
Celso Monteiro Lamparelli (FAUUSP)
Eduardo de Almeida (FAUUSP)
Flávio Magalhães Villaça (FAUUSP)
Luiz Carlos Soares (UFF)
Júlio Roberto Katinsky (FAUUSP)
Maria Flora Gonçalves (Nesur-Unicamp)
Maria Lúcia C. Gitahy (FAUUSP)
Maria Ruth Amaral de Sampaio (FAUUSP)
Marta Rossetti Batista (IEA – IEB-USP)
Nestor Goulart Reis Filho (FAUUSP)
Paulo Mendes da Rocha (FAUUSP)
Pedro George (Univ. Lusófona de Humanidades e Tecnologia-Portugal)
Sheila Walbe Ornstein (FAUUSP)
Silvio Soares Macedo (FAUUSP)
Sonia Marques Barreto (MDU – UFPE)
Wrana Panizi (Reitoria – UFRGS)
Yvonne Mautner (FAUUSP)



SUMÁRIO

2 | DEPOIMENTOS

I APRESENTAÇÃO

012 Jorge Wilhelm

PRODUZINDO A PESQUISA

3 | NOSSOS OLHARES

026 A CIDADE DO DISSENSO E DA DIFERENÇA
Vera Pallamin, Zeuler Lima

036 IMPACTO DO PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO
DOS NÍVEIS GOVERNAMENTAIS PÓS 88 NOS
MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DEMOGRÁFICO.
O CASO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS
Aline Werneck Barbosa de Carvalho

052 OS AGENTES CONSUMIDORES, PRODUTORES E
APROPRIADORES DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE
DE CURITIBA DURANTE A VIGÊNCIA DO PLANO
DE URBANIZAÇÃO DE CURITIBA
Maclóvia Corrêa da Silva

068 PROJETO E FAVELA: METODOLOGIA PARA
PROJETOS DE URBANIZAÇÃO
Laura Machado de Mello Bueno

088 PADRÕES DE OCUPAÇÃO DO SOLO E
MICROCLIMAS URBANOS NA REGIÃO DE CLIMA
TROPICAL CONTINENTAL
Denise Duarte

108 MODERNIZADA OU MODERNA? A ARQUITETURA
EM SÃO PAULO NAS DÉCADAS DE 30 E 40
Maria Lucia Bressan Pinheiro

118 NOTAS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO DESENHO
INDUSTRIAL À ARQUITETURA E À CIDADE
Alessandro Ventura

138 O DESEJO PELA VERTICALIDADE
Joana Carla Soares Gonçalves

156 CONSTRUÇÃO ESCOLAR – DESENVOLVIMENTO,
POLÍTICAS E PROPOSTAS PARA A ESCOLA RURAL
VISANDO A DEMOCRATIZAÇÃO DO CAMPO
Nanci Saraiva Moreira

170 O APARTAMENTO FEITO PARA VOCÊ
Érica Negreiros de Camargo

176 A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO NO PROCESSO DE
ENSINO
Fabiola Fiuza Malerbi de Castro

ACOLHENDO A
PESQUISA
4 | OUTROS OLHARES

192 NOTAS SOBRE A SALA SÃO PAULO E A NOVA
FRONTEIRA URBANA DA CULTURA
Guilherme Wisnik
José Guilherme Pereira Leite
Júlia Pinheiro Andrade
Mariana Fix
Pedro Arantes

210 HISTÓRIA URBANA: BREVE HISTÓRICO DA
CONSTITUIÇÃO DE UMA ÁREA DE
CONHECIMENTO
Luís Octávio da Silva

5 IN MEMORIAM

226 MILTON SANTOS

6 RESENHA

230 BRAZIL, REIDY E A ARQUITETURA BRASILEIRA
DO SÉCULO 20: DOIS MODERNOS MARCANTES
BONDUKI, Nabil
CONDURO, Roberto
Sheila Walbe Ornstein

7 NOTÍCIAS

236 ENCERRA-SE O MESTRADO
INTERINSTITUCIONAL FAU-UEL

238 EDIÇÕES FAUUSP/FUPAM

239 LANÇAMENTO DE NÚMERO COMEMORATIVO
A PÓS-GRADUAÇÃO DA FAUUSP NOS 500 ANOS
DO BRASIL

240 ALIANÇA E COMPETIÇÃO ENTRE CIDADES

241 SEMINÁRIO REGIÕES E CIDADES, CIDADES NAS
REGIÕES: A ESPACIALIDADE DO
DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

243 LANÇAMENTO DO LIVRO
*ARTE URBANA SÃO PAULO: REGIÃO CENTRAL
(1945 - 1998) + OBRAS DE CARÁTER
TEMPORÁRIO E PERMANENTE*
AUTORA: PALLAMIN, VERA M.
EDITORIA: ANNABLUME

244 TESES E DISSERTAÇÕES

I | APRESENTAÇÃO

PÓS N. 9: PRESERVANDO A PERIODICIDADE

Perseguindo a periodicidade semestral vinculada aos meses de junho e dezembro, a *Pós n. 9* apresenta-se dentro de novidades introduzidas no número anterior. Assim, ela mantém as linhas do novo projeto gráfico e uma estrutura em que se destaca uma seção de entrevistas, um corpo expressivo de artigos, uma seção de resenhas e outra de notícias. Confirma-se a permanência do Conselho Editorial ampliado, com a participação de renomados docentes, pesquisadores e técnicos de diferentes partes do país.

Modificação importante é que agora a Comissão Editorial foi acrescida dos nomes dos professores desta casa: Telmo Pamplona, Vera M. Pallamin, assim como da vice-diretora Sheila Walbe Ornstein, que trabalharam na seleção de textos.

O padrão normal da revista terá a dimensão deste número, 248 páginas com ilustrações em preto-e-branco. A escolha dos artigos está orientada para a divulgação das pesquisas de nossa pós-graduação, valorizando tanto os alunos como seus orientadores ou ainda outros professores da escola. A revista permanece também aberta à colaboração de membros de outros cursos de pós-graduação desta e de outras universidades, inclusive do exterior.

Este número revela essas opções. A personalidade entrevistada é o arquiteto Jorge Wilhelm, atual e pela segunda vez secretário do Planejamento da municipalidade de São Paulo. Conhecido por sua farta lista de trabalhos no Brasil e no exterior, caracteriza-se pelo rigor na expressão de idéias e esclarece com brilho as linhas principais que pretende imprimir à sua colaboração com a nova prefeitura, e como vê a participação da universidade nas tarefas de gestão urbana.

Mas a *Pós n. 9* conta primordialmente com trabalhos derivados de teses ou dissertações apresentadas à FAUUSP, cuja publicação foi recomendada por sua banca avaliadora e inclui também dois trabalhos de pós-graduandos de outras faculdades ou universidades. Alguns dos doutorandos, cujos trabalhos estão aqui divulgados, são também professores no curso de graduação.

O conteúdo destes artigos atinge temas variados em razão mesma deste tipo de escolha. Essa produção é constituída não só por análises – que percorrem problemas técnicos, artísticos, ou estilísticos da arquitetura, do urbanismo, do planejamento do território ou do desenho industrial – mas também por relatos e críticas que adentram o tratamento metodológico do conhecimento histórico ou até as condições da gestão municipal ou regional. Da mesma forma, percebe-se o interesse constante pelas condições sociais, nelas incluídas as abordagens econômica, política e ideológica, que em diferentes épocas ou lugares presidiram a criação e a organização profissional.

A seção de resenhas continua divulgando dois livros sobre arquitetos brasileiros pioneiros do movimento moderno, Reidy e Vital Brazil. São volumes co-editados pela Fundação para a Pesquisa Ambiental – FUPAM, criada por professores desta Escola, cujo trabalho neste setor de publicações foi iniciado em 1999 pelo lançamento, entre outros, da primeira edição em português, traduzida do latim, do clássico tratado de Vitruvius – *Da Arquitetura*, e desde então vem se ampliando.

Algumas notícias completam esse quadro, destacando-se a do término do mestrado interinstitucional FAU-UEL, com a defesa das dissertações dos 23 alunos do curso.

Com este número despeço-me, pelo chamamento de atividades de pesquisa, da chefia da Comissão Editorial, permanecendo como membro. Agradeço a gentileza dos colaboradores da revista e colegas que me prestigiaram no exercício desta função.

Maria Irene Szmrecsanyi
Comissão Editorial

Mar. 50
realyn
allasen
a depoz
samente

...

2 | *De*POIM*e*NTOS

ENTREVISTADORES

MARIA IRENE DE Q. F. SZMRECSANYI

Cientista social, doutora em sociologia.
Professora de Fundamentos Sociais da
Arquitetura e do Urbanismo, representante
do AUH na CPG da FAUUSP, coordenadora
do convênio para o mestrado
interinstitucional da FAUUSP e
Universidade Estadual de Londrina – UEL.
Autora de *Educação e fecundidade: Ideologia, teoria e método na sociologia da reprodução humana* (Hucitec, 1986), Rio de Janeiro e São Paulo: Raízes da substituição da metrópole nacional (*Revista USP*, n. 17, 1993), Catálogo da Exposição Cidades Jardins: A busca do equilíbrio social e ambiental, 1888-1998 (Fundação Bienal de São Paulo, 1997). Diretora da coleção Arte e Vida Urbana, Editora Hucitec (desde 1993). Editora chefe da *PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*.

JORGE HAJIME OSEKI

Arquiteto e urbanista, doutor em arquitetura, professor de Tecnologia da Arquitetura, orientador na pós-graduação. Autor de *O único e o homogêneo na produção do espaço*. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefèvre e o retorno à dialética* (Hucitec, 1992) e do vídeo *As margens do Rio* (NAPPLAC, FAUUSP, 1993). Membro da comissão editorial da *PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*.

WILSON EDSON JORGE

Arquiteto e urbanista, professor livre-docente de Planejamento Urbano e Regional, orientador na pós-graduação, vice-presidente e representante do Departamento de Projeto na CPG da FAUUSP. Entre os seus projetos: coordenação de plano para a região Tietê-Paraná e casas de detenção para o sistema penitenciário para o estado de São Paulo (2000). Co-autor de *Hotel: Planejamento e projeto* (Senac, 2000). Membro da comissão editorial da revista *PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*.

j

ORGE WILHEIM

Nascido na Itália (1928), chegou em São Paulo aos 10 anos, formou-se em arquitetura (1952) pelo Mackenzie. Abriu seu escritório no ano seguinte, ao vencer um concurso para o projeto de um hospital, a Santa Casa de Jaú. Classificou-se com sua equipe em outros concursos: Clube dos Artistas (1952), Paço Municipal de Campinas (1957), Clube Paulistano (1958), Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (1958), Iate Clube de Londrina (1958), sede do Jockey Club (1959), Hotel Guarujá (1961), Ópera de Belgrado (1973), reurbanização do Anhangabaú (1981), Revitalização do Centro (1996).

Participou em 1963-1964 da montagem de nova universidade federal em São Paulo e iniciou-se no magistério, tendo ambas as atividades sido compulsoriamente interrompidas por motivos políticos pela movimentação civil-militar de 1964. Entre os projetos arquitetônicos, o de maior complexidade foi o do Parque Anhembi, projetado e construído de 1969 a 1974, com pavilhão de exposições, estrutura erguida do solo em 8 horas, o hotel e a arcada de lojas ainda aguardando ultimização. Destacam-se também os projetos das segunda e terceira fases do Hospital Albert Einstein, a sede da Fapesp, o ginásio Senai, a sede do Clube Hebraica, uma sede da Cesp, além de numerosos edifícios de apartamentos, de escritórios e algumas residências.

Iniciou-se em urbanismo em 1954, ao planejar Angélica, nova cidade pioneira em Mato Grosso do Sul. Participou em 1956 do concurso nacional de Brasília, liderou a equipe que formulou o plano básico de Curitiba (1965), de Joinville (1965), Osasco (1966), Natal (1967), Guarulhos (1969), Fortaleza (1969), Campinas (1969), Goiânia (1988), São José dos Campos (1989), Paulínia (1989) e o terminado plano estratégico de Campos do Jordão (2000). Projetou, ainda, a Cidade Industrial de Curitiba (1973), os clubes e residências de “Terras Altas” aos pés da Serra da Cantareira (1994) e a Cidade Industrial de Londrina (1997).

No campo do desenho urbano, projetou o Pátio do Colégio, o Vale do Anhangabaú, a Nova Augusta, a Nova Paulista e a “árvore 4 vilas”. Outros projetos de alcance para a vida urbana foram os primeiros postos automobilísticos cobertos e seu “mini-shopping” (Shell, 1962), a utilização do álcool como combustível (1976), a co-geração de energia por trocadores de calor (1981) e os estudos para otimização de coletores solares (1982). Elaborou, com equipe, para o Instituto Florestan Fernandes, o estudo “Intervenções na paisagem urbana de São Paulo”.

Foi secretário estadual de Economia e Planejamento (1975-1979, governo Paulo Egydio Martins), secretário municipal de Planejamento (1983-1985, prefeito Mário Covas), Presidente da Fundação



Bienal de São Paulo (1986-1987), secretário do Meio Ambiente (1987-1991, governador Quéricia) e presidente da Emplasa (1991-1994). Nesses postos teve a oportunidade de criar e implantar: o Procon, a Fundação Seade, a EMTU, o Passe do Trabalhador (hoje conhecido por vale-transporte), o Passe do Idoso, o cadastro de árvores significativas, o Programa “Feito em Casa” o Cadastro de Referências Urbanas, o manual contendo padrões de urbanização, o Plano Diretor de São Paulo (1985-2000), os programas ambientais Olho Verde, Mata Fogo, Alerta Contra poluição, Praia Limpa e o reflorestamento aéreo da Serra do Mar, o Parque Ecológico de Campinas, o início de implantação do Parque da Juréia. Para a região metropolitana coordenou a montagem do “Plano de defesa civil para períodos de chuvas excessivas” e dirigiu a elaboração do plano metropolitano da Grande São Paulo (1994-2010).

Convidado pelas Nações Unidas e nomeado secretário-geral adjunto, concebeu, articulou e realizou a Conferência Hábitat 2 de Istambul (1996), sobre o futuro das cidades, tendo para esse fim se deslocado para Nairobi (Quênia), sede da agência Hábitat da ONU (1994-1996); propôs a reestruturação do centro das Nações Unidas para os assentamentos humanos. Foi consultor contratado para a reformulação do texto da Lei do Plano Diretor de São Paulo (1998). Foi responsável pelo capítulo

sobre questões urbanas do relatório das Nações Unidas sobre o desenvolvimento urbano (PNDUD, Brasil, 1998) e pelo capítulo Cidades sustentáveis que integra o estudo do IBAM para a Agenda 21 (1999).

Além de inúmeros artigos para jornais, tem oito livros publicados, alguns traduzidos, o último lançado em junho de 1998: *O caminho de Istambul*, com seu apêndice *Nosso fecundo fim-de-mundo*. Este último foi lançado, com o título *Overcoming the traumatic transition*, pelo Woodrow Wilson Center de Whashington (1999). Nos próximos meses será publicado o livro *Tênue esperança no vasto caos*, em que analisa as perspectivas do próximo século e lança a hipótese de um novo ciclo humanista. Foi membro do Conselho de Reforma do Estado (1998-1999). Conferencista e consultor de órgãos nacionais e internacionais. Consultor Sebrae para questões metropolitanas. É membro do Instituto de Estudos Avançados da USP (área assuntos internacionais), do Conselho Interdisciplinar de Segurança, dos conselhos administrativos do Museu Lasar Segall, do Instituto de Arte Contemporânea e da Fundação Nemirowski; foi eleito presidente do Conselho Administrativo da Fundação Bienal (2000/2003).

Em 2001 assumiu, pela segunda vez, o cargo de secretário de Planejamento e Urbanismo do Município de São Paulo (gestão Marta Suplicy).

Jorge Oseki: *Nos últimos decênios dois paradigmas dominaram os conceitos de planejamento urbano: de um lado, o planejamento estratégico, de outro lado, o planejamento participativo. Há lugar para o primeiro numa gestão em que se valoriza a participação? Pergunto ainda: como pode ser concebido o planejamento ambiental em São Paulo?*

Wilson Jorge: *Qual a importância da pesquisa de pós-graduação em face dos problemas de uma cidade como São Paulo? Como deveriam se orientar as relações universidade-prefeitura?*

Maria Irene Szmrecsanyi: *Complementando os demais, gostaria de afirmar o interesse em ouvi-lo sobre estas questões a partir de sua experiência local, em São Paulo e em outras partes do Brasil e também daquela que obteve a partir de Nairobi, ou seja, sua atual visão mundial das cidades, em especial das cidades ditas subdesenvolvidas. Por outro lado, indago como será possível planejar São Paulo do âmbito municipal, já que o fenômeno urbano São Paulo vai muito além das fronteiras do município.*

Jorge Wilhelm: A nova gestão, liderada por Marta Suplicy, caracteriza-se por diversos aspectos que são importantes do ponto de vista político, da práxis do planejamento. Um deles é o fato de hoje existir planejamento. Parece absurdo ter que afirmá-lo, mas a verdade é que nas gestões anteriores não existia, tanto que a Sempla teve sete secretários em oito anos, o que revela a pouca importância que a cúpula municipal dava ao setor de planejamento, nada lhe solicitando.

Na orientação geral, dada pela prefeita, foi salientado, em primeiro lugar, que não haveriam grandes modificações estruturais, mas haveria grande modificação de gestão, não partindo para a criação de grandes alterações na estrutura da administração. Há apenas duas secretarias que se fundem na Infra-Estrutura: Vias Públicas e Obras. E os programas de inclusão social acabarão gerando uma Secretaria do Trabalho e Solidariedade. Há, no entanto, uma alteração grande que vai ser construída nesses

quatro anos: a descentralização em subprefeituras, na qual a Secretaria de Administração Regional terá o nome de Secretaria de Implantação de Subprefeituras. Mas a gestão mudou radicalmente. A prefeita nos solicitou uma atuação sinérgica. As secretarias de Habitação, de Infra-Estrutura, de Transportes, de Meio Ambiente e de Planejamento constituem um grupo que tem de maximizar a sua informação interna e o seu trabalho de conjunto. As secretarias que trabalham socialmente: Educação, Assistência Social e Saúde, às quais se acrescentará a futura Secretaria de Trabalho, funcionam como outro grupo que deve trabalhar em conjunto. Não se elimina tudo aquilo que é individual e que do ponto de vista administrativo é próprio a cada uma das unidades. Mas a gestão tem que ser sinérgica e esta é uma alteração que possivelmente dará frutos a curto prazo.

Planejamento, aqui, tem também uma importância estratégica. A cidade tem que ser vista dentro de uma metrópole e de um mundo em que a conectividade global acelerou todos os processos de mudança. Não mais podemos entender São Paulo sem pensar nos seus vínculos metropolitanos e sem pensar na sua relação com o resto do mundo e sua economia urbana também vinculada com o mundo. Este ambiente da globalização, em que devemos manejar oportunidades e riscos, a fim de estabelecer uma estratégia de desenvolvimento, é que nos interessa.

O planejamento adquire por isso uma presença – não digo importância, mas uma presença – na administração, no governo municipal, que não tinha. Eu insisto em dizer que não é um problema de importância – é muito difícil dizer que tenha mais importância que o problema da saúde – mas presença sim, porque nós temos que pensar em tempos: médio prazo, longo prazo. Temos que pensar em espaços metropolitanos, latino-americanos, mundial. E temos que pensar na interação dos diversos setores, que é aquela alteração de gestão que antes mencionei.

Perguntaram-me se o planejamento será estratégico ou participativo. Eu não consigo entender a palavra “ou” porque não há uma necessária diferenciação entre planejamento estratégico e planejamento participativo. A participação democrática não só é um problema político da maior importância para o desenvolvimento, como é também, na sua prática, uma pedagogia. Além do exercício de um direito, a participação dos cidadãos se transforma numa pedagogia, uma vez que até mesmo na elaboração de um orçamento participativo eles têm que se confrontar com problemas que não são individuais, mas que são também dos outros; não só com problemas das suas ruas, mas de seu bairro; com problemas que não são só de seu bairro, mas da cidade. É nisso que reside o caráter pedagógico da participação dentro das práticas utilizadas em diversas cidades e que o serão também em São Paulo. Por outro lado, o orçamento participativo adquire um efeito prático porque por meio dele se definem prioridades em obras e serviços em cada subprefeitura, o que significa o reforço dos conselhos a serem criados em cada subprefeitura e assim por diante. É, portanto, uma prática que respeita os direitos dos cidadãos e os coloca a trabalhar pela cidade. Os aspectos do planejamento estratégico são um desdobramento muito natural das práticas de planejamento, que deixaram de ser tão formais quanto eram no modernismo para serem mais entrosadas com os objetivos do desenvolvimento. Este não é apenas crescimento, mas é aquilo que as Nações Unidas chamam de desenvolvimento humano, indicando que não se trata apenas do crescimento da economia. Embora seja importante o crescimento da economia, o desenvolvimento é, na realidade, o avanço de uma sociedade na direção de um objetivo que é socialmente colocado: uma sociedade mais justa, um nível de vida melhor, com exclusão menor ou inexistente. E nisso, também, existe muita clareza na orientação política da prefeitura, no sentido de que o seu terá que ser um governo de inclusão.

Portanto, a preocupação social deverá ser dominante nas decisões políticas do governo municipal. É onde entra a palavra, o adjetivo “estratégico” apenso a planejamento. Muitas vezes nós inventamos adjetivos para a palavra planejamento porque há necessidade de distinguir uma prática de outras práticas anteriormente adotadas. Vocês se lembram que planejamento e plano já tiveram muitos adjetivos: desenvolvimento integrado, sustentável, estratégico...

MI: *Era burocrático?*

JW: Isso nós planejadores nunca admitimos (risos). Éramos burocráticos sim, mas de qualquer forma, em muitas ocasiões, havia adjetivos e eu costumava dizer algo que repito: esses adjetivos são esclarecedores, porém circunstanciais. Objetivam naquele momento separar o trigo do joio, ou indicar a orientação, dar as tarefas de planejamento. Mas uma vez superado aquele momento, aquela circunstância, o adjetivo cai ou é substituído por outro, enquanto o substantivo continua a ser planejamento. O mesmo ocorre na questão do desenvolvimento.

JO: *É o título do seu livro?*

JW: Sim! No livro *O adjetivo e o substantivo*, que é da década de 70, eu já me referia a isso. Com relação ao desenvolvimento, inventou-se a palavra sustentável, adjetivo útil, mas na minha opinião, se não for sustentável não é mais desenvolvimento e se não for humano, muito menos! Então, são adjetivos que corrigem as práticas, mas não podemos esquecer que se trata de adjetivos e que os substantivos são planejamento e desenvolvimento.

Essa observação parece-me pertinente quando nós pensamos no dilema da relação entre planejamento e ambiente. Em primeiro lugar, devo dizer que costumo falar de ambiente e não de meio ambiente. Há um problema semântico, acho que meio e ambiente são sinônimos e por mais que quiséssemos dar ênfase ao tema, não há razão para essa redundância. Em segundo lugar, não consigo entender planejamento separado de

ambiente. Estou me referindo ao planejamento urbano que se apóia em grande parte nos aspectos físicos. Os aspectos físicos do planejamento urbano lidam com o ambiente. Nós podemos pensar em questões ambientais extra-urbanas, é claro, temos toda a Amazônia, todo problema da biodiversidade a nos lembrar disso, mas quando tratamos de planejamento urbano não dá para distingui-lo do ambiente. Em termos práticos, que finalmente não resultaram tão práticos assim, também achava que as secretarias de meio ambiente não tinham sentido, que se devia levar toda problemática ambiental para o cerne do planejamento. Mas dadas as metas dos movimentos ambientalistas de verem reconhecidas e institucionalizadas posições próprias, com nome próprio, inseridas nas estruturas governamentais, a tese de juntar planejamento e ambiente foi muito resistida e não estou mais me batendo por essa bandeira. Acho, inclusive, que o fato de hoje a Secretaria do Verde e Meio Ambiente estar nas boas mãos da Stela Goldenstein, garante, não só que a secretaria vá bem, mas também um entrosamento muito positivo entre o setor ambiental e o setor de planejamento na prefeitura de São Paulo. Eu dizia que o aspecto físico do planejamento urbano percorreu todos os caminhos do setor ambiental. Isso também é verdade, quando nos referimos a algo que levantei só recentemente: o problema da paisagem. Os conceitos de paisagem desenvolvidos no ano passado, a pedido da candidata Marta Suplicy se traduziram em um trabalho feito para o Instituto Florestan Fernandes denominado “Intervenções na paisagem urbana de São Paulo”

Quando Marta Suplicy me encomendou esse trabalho – feito com uma equipe e entregue em meados do ano passado – ela se referia às nossas conversas sobre este assunto como Projeto Belezura e a verdade é que a expressão pegou. O tema calou profundamente em diversos setores da população que enxergam o embelezamento da cidade como algo muito positivo, tornou-se um

tema mobilizador, importante para a vida cotidiana. Ninguém questiona se é mais importante a belezura ou o combate à pobreza, pois ninguém os trata como temas mutuamente excludentes. Ninguém diz que a beleza da cidade é mais prioritária do que a educação. É claro que não. A verdade é que todo cidadão preza a beleza do ambiente; e a percepção do ambiente, que é a paisagem. No fim da gestão anterior, essa percepção era deprimente, pelo abandono a que foi relegada a cidade: feia, com prédios pichados e em decadência. A população quer contrapor a isso uma cidade limpa, bonita, com mais verde, mais agradável e isso tem muita importância, pois essa é a paisagem que introjetamos toda vez que percorremos a cidade. Introjetamos coisas feias, objetos ruins. Isto não é pouco importante do ponto de vista psicológico.

Entre os problemas que o planejamento enfrenta e que serão traduzidos por diversos instrumentos que mencionarei logo mais, surge uma pergunta freqüente: como resolver tantos problemas, quando a cidade tem tantas dívidas e não tem recursos? Acho esta visão muito estreita. Primeiro, o orçamento de São Paulo de longe não é um orçamento pequeno. É o quarto orçamento do país! É muito dinheiro! Se foi bem empregado é outro problema: se existe uma situação de dívida, legado do passado, a ser posto em ordem, é outro caso. Mas temos que entender que a cidade é um organismo vivo e, no caso de São Paulo, com uma potencialidade fantástica. Você abre a janela, olha e pergunta: quem fez essa cidade? Não foi a prefeitura. Esta tem atribuições específicas, da maior importância política e mesmo de orientação, por meio de algumas obras públicas e da lei, mas quem construiu tudo isso que está fora foi uma infinidade de pessoas, de empresas, que privadamente lutam para ganhar a sua vida ou para ganhar muito mais que sua vida e acabou construindo uma cidade de enorme dinamismo e de muita energia. Isso não pode ser esquecido quando se pensa na cidade de São Paulo. São Paulo é mais do que a prefeitura! E a solução de

seus problemas deverá utilizar recursos outros, além dos da prefeitura: os recursos da cidade. É assim que vemos o momento de hoje e a perspectiva de resolver os problemas. Este será um governo de parcerias, não apenas porque esta é uma visão correta e até pragmática, mas porque reconhece; quem faz a cidade, dentro do conjunto de atores, a prefeitura, o setor estatal, terá uma posição absolutamente clara, da qual não se abre mão, com iniciativa e autoridade. Porém, criando condições para parceiros que somem recursos e criatividade.

Por outro lado, vejo também a cidade não apenas como solo, de onde resulta o zoneamento, mas também os seus espaços aéreo e subterrâneo. Isto é importante de assim ser conceituado porque grande parte não só de paisagens como das atividades realizam seu potencial econômico pelo uso do espaço aéreo. Nós estamos começando, inclusive, a ter atividades econômicas utilizando o espaço público subterrâneo. Em que medida, como gestores urbanos ou como planejadores temos tido no Brasil uma visão completa do que é a cidade nos seus recursos? Acho que ainda de uma forma insuficiente. Há no Brasil mais cidades com leis de zoneamento do que com planos diretores. Antes de saber o que fazer com a cidade estamos regulando o que se pode ou não se pode fazer nos lotes privados. A visão privada do espaço urbano marca nossa história desde as capitâneas hereditárias, o primeiro macroloteamento realizado no país. Procuraremos rever a lei do zoneamento e o que é construído em lote privado, a partir do espaço público. E procuraremos, não sei se vamos consegui-lo, sempre pautar o desenvolvimento urbano a partir de uma reconquista do espaço público, a qual queremos entender como um espaço de todos e não uma terra de ninguém.

Na medida do possível, vamos procurar interromper esta lesiva tendência de fazer de São Paulo uma aglomeração de condomínios fechados, que se ligam por um sistema de vias públicas, um edifício privado a outro edifício privado, trajeto

percorrido com medo. Esta visão é uma tendência existente, mas se perpetuada, se nada fizermos no sentido oposto, nos levará a uma cidade muito mais próxima de “Bladerunner” do que de “Shangrilá” Mais infernal do que paradisíaca.

MI: *Bem, mas esse problema não é só um problema de planejamento, é um problema muito mais amplo. É um problema que inclusive transcende a prefeitura. É um problema federal, internacional, essa questão da segurança. Há condições de atuar sobre ele na esfera do planejamento municipal?*

JW: Na atual gestão, o conceito que temos do papel da prefeitura é o seguinte: tudo o que acontece aos cidadãos desta cidade concerne à prefeitura, seja aquilo sobre o qual age apenas o governo federal ou o Banco Mundial, seja aquilo sobre o qual age uma organização não-governamental do bairro da Mooca. Tudo concerne, embora nem tudo seja ação direta. Não concordo que sobre esse problema de reconquista do espaço urbano do planejamento não haja condições de ação ou de ação direta. Há sim. A segurança é um dos motivos pelos quais o espaço público tem que ser reconquistado e utilizado por todos. Quando nele a autoridade da prefeitura está ausente, alguém, outro, toma conta dele. É aí que ele fica perigoso... Por isso, do ponto de vista da segurança é sumamente importante reconquistar o espaço urbano.

Pretendemos para tal fim utilizar instrumentos relativamente novos. Em primeiro lugar, um plano diretor de caráter estratégico. Um plano diretor que tenha metas de longo prazo e de médio prazo, duas gestões, dez anos, que tenha um horizonte não imediato, mas também não tão afastado, que as projeções sejam feitas com graves riscos de erros. E dentro desse horizonte mais largo estabeleceremos um horizonte imediato, que é o da atual gestão, dentro do qual elaboraremos a “estratégia de desenvolvimento” O plano diretor terá duas partes. Uma primeira parte que reúne diretrizes e a estratégia da atual gestão, abrangendo não apenas o aspecto físico, mas

também as grandes diretrizes da educação, da saúde, assim por diante. E uma segunda parte, que é claramente física, pois essa parte física tem uma presença grande e requer um planejamento que defina quais são os corredores, as articulações entre os bairros, a forma pela qual se adensa ou se deixa de adensar, a localização de operações urbanas e de áreas de interesse social, a distribuição das áreas verdes.

Quais são os instrumentos que nós pensamos usar? Primeiro, um instrumento já citado: as parcerias público-privadas, importantes inclusive, para captar recursos privados e públicos, porém não-estatais. Embora qualquer cidadão, qualquer empresa, qualquer organização não-estatal possa fazer propostas, a prefeitura pretende tomar iniciativas e conduzir as parcerias.

Esta recuperação da capacidade de iniciativa se fará por meio de um segundo instrumento: as operações urbanas. Cada operação urbana é uma lei. Portanto, exige um programa e um projeto. Depois de elaborado e de aprovado em colegiado ligado à Sempla, vai para a Câmara e finalmente acaba sendo lei.

As operações urbanas voltam a ter o conceito que tinham quando foram criadas no plano diretor, quando eu era secretário do Planejamento do prefeito Covas. Naquela ocasião, vocês se lembram, o plano foi muito discutido em inúmeras reuniões, mas não chegou a ser discutido na Câmara. Ele foi arquivado e retirado por Jânio Quadros tempos depois. A Operação Urbana é uma maneira de projetar setores da cidade, de eventualmente rever o seu adensamento, criar novas centralidades e o seu ambiente. Hoje existem três operações urbanas aprovadas por lei: Operação Faria Lima, a Centro e a Água Branca. Existe uma quarta operação, que estamos revendo, a Operação Água Espraiada. Finalmente, há outras que estão sendo cogitadas: Vila Leopoldina, em torno da Ceagesp, Operação Tamanduateí, na Mooca, na realidade, na parte industrial, hoje pouco utilizada e a do Carandiru. Então, estamos por meio disto projetando corredores e áreas

inteiras, a fim de poder propor a empresários e empreendedores privados uma parceria para a realização de obras e atividades.

Existem algumas operações urbanas de área menor, mas igualmente importantes como uma operação urbana na região do Butantã e na Vila Sônia destinadas a acoplar uma estação do Metrô da Linha 4 a uma estação rodoviária, recebendo os ônibus que circulam pela Raposo Tavares e pela Régis Bittencourt. Na mesma Linha 4 do Metrô, na outra ponta, existirá outra operação urbana provavelmente acoplada ao Projeto Monumenta, financiado pelo BID e pelo Ministério da Cultura, na região da Luz, incorporando a nova estação do Metrô a ser construída no seu subsolo. Portanto, haverá uma série de operações urbanas; e para trabalhar por meio de operações urbanas, um dos instrumentos é a transferência do potencial construtivo.

MI: *Ela não faz necessariamente parte da operação urbana?*

JW: A essência da operação urbana não deve ser a transferência do potencial construtivo. A essência deve ser o redesenho de um setor da cidade. A maneira de dinamizar a realização disso muitas vezes utiliza diversos instrumentos financeiros, inclusive o da transferência de potencial construtivo. A transferência do potencial construtivo foi um instrumento criado quando era secretário do Planejamento do Covas e foi feito para tentar salvar os casarões da avenida Paulista que estavam sendo destruídos, aos domingos, embora estando tombados pelo patrimônio. Era tão chocante a impossibilidade de utilizar o potencial construtivo do terreno, altamente valorizado no mercado, que propusemos a transferência, retirada do valor construtivo, da capacidade ou coeficiente de aproveitamento do terreno, desligando-o fisicamente da área para poder ser aplicado em outras áreas da cidade. Isto hoje está sendo feito. Essa transferência é onerosa e tem dado bons resultados quando existe uma demanda de mercado grande como é o caso da Operação Faria Lima, que fornece recursos à

prefeitura, aplicados na desapropriação e construção da avenida, a qual corresponde a uma diretriz viária correta. Fornece também recursos para serem aplicados na região em outras obras que possivelmente vão ser realizadas mais cedo ou mais tarde. O instrumento parece bom para as parcerias, mas queremos que ele esteja sujeito a uma visão nova, de uma iniciativa da prefeitura, no sentido de realizar objetivos mais claros: o que fazer com esse bairro, com essa região. Assim, como exemplo, estamos tentando melhorar a Operação Água Branca que, embora tenha propiciado uma utilização de boa qualidade nos terrenos da antiga Indústria Matarazzo, parece-me ainda pobre, se comparado com o enorme potencial que a Água Branca possui, pois a área da operação estende-se até a Marginal do Tietê.

JO: Sai a Linha 4: Taboão da Serra – Luz?

JW: Ela está viabilizada financeiramente. Estamos negociando com o Estado, pois a prefeitura tem outra estratégia, mas não há conflitos de interesses. São lógicas diferentes. O Estado está de acordo a discutir e nós, da prefeitura, estamos propondo como contribuição a construção de duas estações por meio de operações urbanas na Vila Sônia e na Estação da Luz.

Implica essa utilização de instrumentos modernos, relativamente recentes em uma revisão da lei de zoneamento? Pretendemos rever a lei de zoneamento, sim! É um assunto delicado, porque é pelo zoneamento que se confere valor monetário à propriedade da terra. Por mais que se afirme que o uso do solo urbano deve estar subordinado à sua função social, traduzir essa posição doutrinária no dia-a-dia de uma cidade, especialmente, numa cidade como São Paulo, não é passivo, nem simples, nem foi descrito como é que se faz isso. Estamos todos de acordo, porém sem nenhuma conclusão prática. Temos que encontrar as formas de dar uma expressão real a essa doutrina, justa do ponto de vista ideológico. A revisão do zoneamento obedecerá a dois critérios: o desenvolvimento urbano, o que o plano diretor estabelece como diretriz genérica ao

desenvolvimento da cidade *latu-sensu*. Em segundo lugar, o critério de ajuste dos direitos de vizinhança. Encontrar formas pela qual o interesse público, embora não seja sinônimo de interesse de todos, possa seguir por um caminho de menor resistência e maior apoio. A sociedade é plural e os interesses são conflitantes, embora sendo legítimos. Haver conflitos por diferença de interesses é algo que deve ser aceito, não de uma forma fatalista, mas como um dado real da sociedade. No entanto, o governo tem a obrigação de decidir, de determinar, em função do que se chama interesse público e deve arcar com os riscos dessa decisão. Por vezes um governo toma decisões, convicto de que está defendendo o interesse público e não tendo sequer o apoio da maioria. Esse é um risco político. A maioria da população, por muitas razões, inclusive subjetivas, de momento, pode não entender que determinada diretriz ou ação interessa à cidade. Por quê? Porque o interesse será revelado no longo e no médio prazo, mas a população vive o dia-a-dia. Seja lá como for, pode acontecer, (é melhor que não aconteça...), mas pode acontecer, que um governo, não só o municipal, tome decisões corretas e com grande convicção, não contando naquele momento com apoio da maioria. É assim, com essa visão e usando esses instrumentos, que procuramos trabalhar. Sempre buscando uma visão global, que nos obriga a ter uma visão metropolitana e a ter uma visão mundial do significado de São Paulo. Não podemos ter de São Paulo uma visão provinciana, pequena. Nossos espaços públicos são ainda pobres, escassos, raros. Somente as grandes capitais brasileiras – Salvador, Rio de Janeiro e Brasília – tiveram o cuidado com o espaço público, por causa de sua função simbólica, pois eram capitais, sede do poder ostensivo. São Paulo, que cresceu e se metropolizou no século 20, sofre de soluções mesquinhas e cometeu graves erros no passado. O primeiro grande erro foi não acreditar em Saturnino de Brito, na década de 20. Ocuparam-se as maiores

várzeas, que pertenciam aos rios e não ao homem. O segundo grande erro – que o engenheiro Prestes Maia, que certamente está no céu, me perdoe – foi feito por ele, quando achou, na década de 50, que o sistema de grandes avenidas de fundo de vale significava um avanço e uma economia, pois se construía uma avenida e ao mesmo tempo canalização subterrânea do córrego que percorreria esses vales. Hoje nós sabemos, depois de décadas de impermeabilização da cidade, que esse foi um equívoco e que o fundo dos vales deveria ter sido reservado a parques lineares, de maneira a possibilitar a extravasão das águas de um córrego, assim como a captação das águas superficiais que, descendo pelas ruas até o fundo dos vales, lá percolassem, realizando uma absorção lenta das águas de chuva de caráter torrencial. Na década de 80, a Secretaria de Planejamento já havia projetado avenidas nas encostas, mantendo parques lineares no seu eixo, para a avenida Águas Espraiadas. Mas a gestão posterior, de Paulo Maluf, atrasada em muitos aspectos, inclusive nesse aspecto técnico, ignorou essa solução e voltou a fazer avenidas de fundo de vales, reincidindo num equívoco.

MI: *As empreiteiras introduzem mudanças nos projetos?*

JW: Temos nas empreiteiras muitos engenheiros competentes, que devem ser ouvidos. Porém, a decisão deve caber à prefeitura. Uma das tarefas da atual gestão é fazer voltar a iniciativa e a presença da prefeitura, que estava omissa. Disso a prefeita está perfeitamente convicta e ela se faz presente, como se tem visto. A cidade de São Paulo é uma grande cidade do mundo, com potencial imenso, com enorme interesse do mundo por ela e com uma população a quem a prefeitura deve servir. Embora sua população mereça uma atenção especial, e não tem sido bem servida até hoje, há também uma multidão de usuários a quem a cidade deve acolher. Tenho falado nestes últimos anos a respeito de uma outra geografia urbana, de uma outra visão da rede de cidades do mundo, diferente do que

aquelas muitas vezes citadas: as cidades globais do livro da Saskya Sassen, ou do sistema de megacidades, das cidades com mais de 10 milhões de habitantes, citados por outros autores. Nós podemos, para fins de estudos e comparações, até elaborar essas classificações e proceder a estudos comparativos interessantes, mas não parece que seja essa a descrição mais fiel do que é a verdadeira situação urbana mundial. Eu a descrevo como um arquipélago de ilhas de consumo moderno, rodeadas por oceanos de exclusão. Há ilhas grandes em Londres, Nova York e ilhas de igual caráter, porém menores, em São Paulo e em Bombaim. Nelas moram pessoas que têm costumes semelhantes, hábitos de consumo moderno e que vivem no mesmo ritmo frenético alimentado pela conectividade global; falam a mesma língua, geralmente o inglês. Essas ilhas estão rodeadas de populações que estão excluídas desse ritmo e desse consumo. O oceano é pequeno em Nova York e Paris, porém não menos turbulento que os mares de Bombaim, em torno de São Paulo e de outras cidades mais pobres do que São Paulo. Minha visão da realidade urbana de hoje é desse arquipélago. Portanto, temos problemas, e problemas sérios, nas grandes cidades européias, cujos países perdem população e enfrentam uma imigração que será crescente, com todos os problemas de aculturação positiva, no longo prazo, mas cheia de tensões no curto prazo. Temos problemas nas cidades mais pobres como as grandes megacidades do século 21 que – além de Tóquio, São Paulo e México – incluem Bombaim, Bangladesh, Karachi, Daka, Lagos, como grandes megacidades com infraestrutura paupérrima, com o crescimento extremamente rápido e representando problemas gigantescos para a saúde pública.

MI: *Essa é a questão sobre a qual me referi anteriormente, uma vez que são problemas que transcendem administrativamente a municipalidade.*

JW: Mesmo quando transcendem não há como se omitir. É preciso iluminar as conexões entre o local

e o global, entre o urgente e o importante. Para qualquer governo há sempre assuntos urgentes e assuntos importantes: não são sinônimos. Somos obrigados a atender problemas urgentes, como as chuvas de verão, por meio de programas de defesa civil, no momento. Mas temos de resolver assuntos importantes, como a drenagem em São Paulo. O problema da drenagem em São Paulo requer algumas leis que interrompam a impermeabilização e todo um trabalho por bacias a ser empreendido com outros municípios. Não vamos poder dar uma diretriz para as oportunidades que São Paulo oferece em sua economia, se não tivermos uma visão global do que significa a mudança dos paradigmas da produção industrial no mundo. A esse respeito defendendo tese, já há muitos anos, que São Paulo vai passar por uma fase de reindustrialização. Isto não significa recuperação dos mesmos empregos, porque muitos deles estão definitivamente perdidos. Tampouco ocorrerá um grande aumento de emprego industrial. O que muda é o tipo de indústria. Esse novo tipo de indústria de São Paulo oferece oportunidades, que são claramente percebidas por grandes empresas internacionais, só que não sempre pelas autoridades federais, haja vista a inexistência de uma política de apoio às metrópoles. As empresas percebem claramente: São Paulo é um lugar de grande capacidade de adequação às tecnologias novas, é um lugar de mercado local imediato. São Paulo apresenta todas as oportunidades. Só não tinha até o presente momento a credibilidade de honestidade de propósitos. O malufismo causou, além de outros males, o da perda de credibilidade por causa da corrupção. O suficiente para que tanto bancos e entidades bilaterais, como outros países e empresas privadas colocassem a cidade de São Paulo como um grande ponto de interrogação, eventualmente, dando preferência na América do Sul a outras metrópoles. Restabelecida a credibilidade, há em São Paulo uma grande oportunidade de dar um salto para frente. Para isso é preciso pensar São Paulo na condição de

sua real posição no mundo. Não podemos pensar pequeno. Temos que saltar etapas.

WJ: *Quais os pontos críticos? Transportes?*

JW: É realmente um problema crucial e vamos trabalhar nesse setor, mas não vamos resolver o problema do transporte público em 4 anos, pois precisamos construir 100 km de metrô. Nenhuma cidade consegue fazer mais que 10 km por ano, porque se trata de grandes obras embaixo dela. Enfim, 10 km por ano, durante 10 anos, significa que os 100 km que faltam para a rede dos 140 km do projeto original.

Mas a ação imediata, que a atual prefeitura pode fazer, é aquilo que já é sabido, é aquilo que sempre foi possível fazer, só não foi feito por falta de vontade política: fazerem os ônibus percorrer os seus trajetos dentro de um horário aceitável. Portanto, fazerem percorrer faixas e corredores exclusivos. Esta é a primeira tarefa que a Secretaria de Transportes está realizando a fim de poder dar ao transporte coletivo uma certa decência.

MI: *Com que combustível, já que circulam ônibus poluentes e os atuais elétricos são trambolhos urbanos?*

JW: Pois com eletricidade, sim! Mas não esse que está aqui. A tendência mais moderna, isso também eu tenho falado já há alguns anos, é de eletrificar todos os veículos por meio de pilha de hidrogênio: eletricidade gerada de forma não-poluente, no próprio veículo.

MI: *Isso vai levar tempo!*

JW: Não! Não vai levar tempo, porque São Paulo já vai ter os primeiros ônibus a pilha de hidrogênio no ano que vem. Eles existem, estão sendo testados em Vancouver e Chicago. A EMTU do Estado já contratou seis deles e dentro da parceria com o Estado estamos solicitando que dois deles nos sejam cedidos para teste também... A pilha de hidrogênio pode fabricar hidrogênio a partir do álcool; há também outras maneiras de eletrificar o veículo colocando um sistema gerador dentro do ônibus, eletrificando a linha por trilho lateral que conduz um guia eletrônico enterrado no eixo de

uma via. Tecnologias novas que estão sendo adotadas no mundo e em São Paulo não podem adotar nada a não ser o que estiver na ponta tecnológica. Temos condições de saltar etapas. Não só porque o merecemos, mas porque essa é uma despesa inteligente. Então, os corredores estão sendo pensados não só como faixa exclusiva, mas também considerando qual o veículo mais adequado.

A civilização ocidental está enfrentando um período de transição de sua história. Como tenho dito, há seis ou sete anos, não acredito que o momento atual seja um mero momento de ajuste da economia a uma tecnologia de comunicação que permite a comunicabilidade global. Esta criou o ambiente no qual vivemos, que é chamado de globalização. Acho que não se trata do mero ajuste. Há alguns ajustes sim, mas o aspecto mais rico em potencialidades reside nas rupturas que hoje ocorrem. Devemos ver o que há de criativo nas rupturas. Costumo dizer que a lâmpada elétrica não foi inventada pelo aperfeiçoamento da lamparina ou da vela de cera. Houve um salto, e não devemos temer dar saltos. Enfrentamos um futuro sem poder sequer dar nome a ele. Tanto que falamos em pós-capitalismo, pós-industrialização, pós-modernismo. Aquilo que vem depois, que ainda não tem nome, porque não existe sequer o conceito. Isto faz com que vivamos em um momento de grande ansiedade, de angústia, mas também de enorme possibilidade de criação. Neste sentido, a participação de toda a intelectualidade e a necessidade de redefinir o futuro faz com que todos aqueles que pensam, que criam os centros de pesquisas, as universidades, todos se transformem em enciclopedistas do século novo. Assim como vivemos em período de renegociação do pacto social, também vivemos um período de redefinição do cosmo do mundo, do futuro.

WJ: *No caso da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, que pesquisas, que temas você colocaria para trazer à tona essa nova criação diante da crise?*

JW: *Necessita-se de conhecimentos por processos capazes de integrar diferentes perspectivas científicas. A era da comunicação na qual estamos vivendo nos coloca uma grande ampliação do mundo da informação. Mas informação ainda não é conhecimento. A internet nos fornece dados e informações das quais eventualmente podemos tirar o conhecimento necessário. E conhecimento ainda não significa sabedoria... Acredito que este será um dos grandes desafios da educação: transformar informação em conhecimento. Isso se fará em um futuro próximo, por métodos que provavelmente serão diversos dos que têm sido usados até hoje. Onde cabe a intuição na aquisição do conhecimento? Onde cabe o diálogo interdisciplinar, absolutamente necessário na obtenção do conhecimento? Vivemos hoje numa época em que os filhos, em alguns aspectos, realmente sabem mais que os pais e alguns alunos sabem mais que os professores. São desafios metodológicos e filosóficos no campo da educação, do ensino. Não há a menor dúvida que se deve buscar o conhecimento pelas práticas interdisciplinares. Isso não deve ser entendido como abandono do cientista que pesquisa uma bactéria ou o núcleo de um átomo e que faz disso a sua vida. Porque também precisamos desse tipo de especialidade: ele vai alimentar um determinado esquema ou estrutura de obtenção de conhecimento mais geral. E fará descobertas. No caso das faculdades de arquitetura, que lidam com espaços a serem construídos, seja no projeto de uma casa, seja na estruturação de uma cidade, temos desafios imediatos muito típicos. Vivemos num país que tem no oeste uma fronteira móvel. São pouquíssimos os países que ainda têm fronteiras internas móveis. Enquanto aqui em São Paulo conversamos, alguma cidade está nascendo ao longo da rodovia em Roraima. Nós não investigamos o suficiente, nem desenvolvemos na urbanística brasileira o conhecimento do que significa cidade pioneira, como ela se desenvolveu planejadamente, como ela deve ser desenvolvida. Quando tive experiência na*

década de 50, de projetar uma cidade nova, não tinha para onde me voltar, socorri-me lendo *A urbanística moderna européia*, um livro do geógrafo francês Pierre Monbeig, que tinha estudado as cidades novas do estado de São Paulo, em que aprendi muitíssimo para poder fazer a ponte entre Le Corbier e a realidade de uma cidade qualquer do Oeste Paulista. Temos um vasto campo de estudo, até olhando para trás a fim de haurir lições.

Por outro lado, há desafios novos: o que significa zoneamento flexível? O que significa lidar com parcerias? O que significa paisagem urbana, o que caracteriza a paisagem, os lugares e os espaços como entidades que são diferentes? O que significa economia solidária, que não foi ainda desenvolvida, desde as cooperativas, a reencenação da autogestão tentada na década de 70 e depois abandonada? Há um mundo de coisas a serem estudadas. É preciso também ler tudo o que está sendo publicado.

MI: *Há uma grande produção de teses não-publicadas.*

JW: É preciso conhecer melhor a dinâmica geradora da cidade brasileira. Estudar a cidade ilegal. Os intelectuais brasileiros estão produzindo

livros e artigos realmente interessantes. Porém, há pouca literatura científica brasileira sobre urbanismo. Há teses interessantes que estão sendo publicadas, mas é preciso saber ler inglês... O nosso atraso no conhecimento de línguas viciou muito as escolas de arquitetura. Na verdade, lia-se aquilo que era publicado em espanhol; às vezes, em italiano, embora Argan não seja um autor fácil de ser lido para quem não conhece o italiano: esperava-se sempre que fosse traduzido. Mas o que foi publicado em inglês foi ignorado. Jane Jacobs é pouco conhecida aqui, embora ela tenha escrito uns dez livros e alguns deles abriram pioneiramente uma perspectiva muito interessante para o urbanismo. Agora lemos em português: lembro que foram escritos há 20 anos. Houve um certo atraso no conhecimento do que é feito no mundo. Hoje se traduz muito, o movimento editorial é grande no Brasil... Mas livros assim de arquitetura não são *best-seller*, embora tenhamos muitas faculdades de arquitetura hoje no Brasil. A massa leitora, desde que incentivada pelos mestres, pelos professores, até que não é pequena.

Bem, creio que respondi às perguntas que me fizeram...

3 | PROD *u* ZINDO A
PESQ *u* ISA.
NOSSOS OLHAR *e* S

Vera M. Pallamin
Zeuler Lima

a

CIDADE DO DISSENSO e DA DIFERENÇA

026

pós-

RESUMO

Este artigo foi apresentado no Simpósio Cities, Citizens and Citizenship in the Globalized Society, realizado na Universidade de Porto Rico, em 2000. Sua reflexão teórica, contemplando o tema no contexto das cidades americanas, oferece abertura para se pensar a situação de grandes cidades brasileiras no que se refere à transformação nas representações espaciais das cidades contemporâneas como cidades da diferença. A reivindicação pelo reconhecimento político da alteridade deve ser visto como parte do exercício da democracia e na redefinição do papel da cidadania, a qual situa os espaços urbanos no centro do problema. A argumentação é baseada em dois enfoques complementares. Por um lado, a relação entre cidade e cidadania deve ser revista de acordo com a transformação das fronteiras geográficas globais. Esta transformação desestabiliza o papel tradicional dos Estados nacionais e da política da identidade na definição de direitos de pertencimento, e concede às cidades um papel mais efetivo no conflito de pertencimento territorial, espacial e social. Por outro lado, o exercício de uma política da diferença deve alimentar a revisão da participação democrática. Por meio do reconhecimento da conflitante condição da alteridade e do problema do consenso, a prática dialógica do dissenso abre uma possibilidade de problematizar melhor a diferença na produção de espaços urbanos.

ABSTRACT

This paper was presented in the Symposium Cities, Citizens and Citizenship in the Globalized Society, organized by the University of Porto Rico, in 2000. Its theoretical approach originally analyzed the transformation in the spatial representations of contemporary Western cities as cities of difference, in the context of American cities. This framework offers the possibility to also think about the situation of Brazilian metropolises. The claim for political acknowledgement of alterity must be seen as part of the practice of democracy and of the redefinition of the role of citizenship and its important relationship to urban spaces. The argumentation is based on two contemporary approaches. On the one hand, the relationship between city and citizenship has to be reviewed according to the transformation of global geographic boundaries, and the traditional role of nation-states and cities in the definition of rights of membership. On the other hand, the exercise of a politics of difference must foster the revision of democratic participation, through the dialogic practice of dissensus which opens up a possibility to better problematizes difference in the production of urban spaces.

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a condição de alteridade¹ no espaço das cidades contemporâneas encontra um importante recurso na noção de heterotopia de Michel Foucault. Essa noção articula a constituição heterogênea e plural do espaço social e questiona o legado universalizante do liberalismo e da razão moderna, freqüentemente presente na produção do espaço na cultura ocidental. Foucault apontou o risco contido em certas formas de racionalização devido ao poder de exclusão inerente às suas práticas. Espaço é a condição sob a qual vivemos e na qual nos tornamos sujeitos, é uma representação externa e abstrata da racionalidade moderna. Heterotopias são representações espaciais criadas na inversão, neutralização e suspensão de significados tecidos de práticas sociais, assumindo formas históricas variáveis de acordo com a dinâmica de transformação dos lugares públicos. Heterotopia contrasta com a noção de utopia, a “representação da sociedade da perfeição” o “lugar sem lugar” uma das abstrações de grande envergadura do pensamento moderno (Foucault, 1997). Heterotopia representa o lugar dos arranjos espaciais reais, percebido no múltiplo conjunto de relações definidas pela presença de grupos sociais diferentes, sendo tomados como espaços que se caracterizam pelo seu poder de justapor espaços diferentes e incompatíveis em um único espaço real.

(1) Alteridade: o ser outro, o colocar-se ou constituir-se como outro.

HETEROTOPIA, CIDADÃOS E CIDADES

Heterotopias são efetivas para se entender a crise de representação na cultura contemporânea e para revelar a falta de correspondência entre programas sociais, institucionais e as práticas na produção do espaço urbano da modernidade. A importância deste enfoque aos desafios postos pela vida urbana contemporânea reside em uma dupla ação. Por um lado, é referência conceitual para o “outro” alimentando a reflexão sobre diferentes modos de coabitação impostos pela heterogeneidade social. Por outro lado, representa os espaços de conflito e segregação gerados pela prática de exclusão social. A noção de heterotopia direciona temas como cidadania, cidade e identidade urbana para o primeiro plano da discussão, quando esta se refere ao “outro” o imigrante e o diferente no terreno conflituoso da cidade.

As heterotopias têm uma importante dimensão política. Elas salientam uma questão essencial sobre como a consideração presente da diferença e da diversidade revela novos significados urbanos. No entanto, deve-se evitar um olhar superficial sobre o pluralismo, assim como a armadilha do nominalismo, porque o elogio da diferença e da diversidade não amplia, necessariamente, a solidariedade e a coesão social. *Sem o apoio de uma política de cidadania*

abrangente, as noções de heterotopia, diferença e identidade tornam-se vazias e exaurem suas possibilidades políticas.

A cidadania enquanto um projeto político tem experienciado a pressão da mudança do significado das fronteiras espaciais imposta pelas transformações planetárias do capitalismo tardio. Cidades e cidadãos agora lutam para se redefinirem de acordo com diferentes formas de associação. Sob a perspectiva tradicional, a cidadania foi definida pela identidade originada na formação política dos Estados nacionais modernos. Recentemente, as grandes cidades têm se tornado menos dependentes das nações em um mundo globalizado, o que reforça seu importante papel no exercício de cidadania. Cidades representam o lugar da prática social e o lugar de condensação de diversidade e heterotopias. Estas qualidades podem ser mais visíveis por meio da mobilização de uma política da diferença e da incorporação de novos limites, definidos por grupos que têm sido ocultados, mantidos como clandestinos ou postos sob a dúbia definição de minoria.

A ambivalência entre cidadania e nacionalidade é um elemento importante para se entender a relação entre o “outro” e a cidade. De acordo com os antropólogos James Holston e Arjun Appadurai, a nacionalidade estabeleceu, desde o Iluminismo, um importante elemento para a definição de pertencimento à sociedade. A necessidade de organizar os Estados nacionais sob um sistema uniforme de leis tem, tradicionalmente, definido a cidadania como uma identidade abstrata e universal, que regula todas as outras identidades possíveis, tais como etnicidade, gênero, relações familiares e religião, por causa do princípio da igualdade de direitos. Este fenômeno foi parte de um projeto de modernidade que pretendia enfraquecer o primado da cidadania urbana real substituindo-a por uma forma abstrata de cidadania nacional. Esta, entretanto, não foi capaz de eliminar o importante papel prático da vida urbana na transformação da ordem social e de suas identidades. A vida urbana contribui tanto *“para desfamiliarizar enormemente a cidadania nacional quanto para estimular suas liberdades”* (1999).

A despeito da pressão da recente globalização e da ilusão do domínio do global sobre a esfera local, o espaço urbano permanece um lugar privilegiado para negociar o pertencimento à sociedade pelas ações políticas mais visíveis. O ponto central nos argumentos de Holston e Appadurai é que os fluxos transnacionais de mercadorias, informação e as idéias de migração em massa de pessoas realmente reforçam a lacuna e a dependência entre o território de Estados nacionais e seus centros urbanos. As cidades representam um fórum para forças globais, assim como elas articulam o capital social e nacional, projetos e valores culturais. Entretanto, a filiação formal a um Estado nacional é cada vez menos suficiente para a cidadania real.

CIDADES E A REDEFINIÇÃO DE CIDADANIA

As cidades são um lugar privilegiado para a constituição da diferença e do questionamento sobre as representações de identidade. O papel ambivalente desempenhado pelas cidades na redefinição da cidadania e das identidades sociais está intrinsecamente relacionado à noção foucaultiana de heterotopia e do reconhecimento de cidades como “heterotópolis” lugar dos conflitos e paradoxos, habitado por grupos e sujeitos distintos, engajados, reais. Nesta via, suspende-se a crença em certas reivindicações universais, como, por exemplo, aquela presente na ideologia moderna do plano, a qual serviu à instrumentalização da razão, crescentemente dominando e controlando a produção do espaço urbano.

A representação liberal do homem universal, neutro e utópico, alimentou o que a crítica de gênero mostrou ser a representação de um tipo humano social particular, especificamente um indivíduo do sexo masculino, branco, com posses consideráveis. No espaço da diferença, a idéia de uma cultura compartilhada torna-se pouco plausível. Appadurai e Holston argumentam que a combinação liberal de valores e bens comuns significativos e a participação ativa na sua reivindicação, sustentada por direitos de igualdade, está sob enorme tensão. A percepção de que as pessoas são suficientemente similares para estabelecerem um propósito comum tem sido significativamente desestabilizada, causando o impacto crescente da “política da diferença” sobre a “política da identidade” Esta transformação, que rejeita a cidadania como uma identidade homogeneizante e afirma a inclusão de direitos específicos à diferença, questiona o axioma fundamental do liberalismo moderno, o qual define que a esfera pública deveria *“articular todas as condições que subscrevem a nenhuma em particular”* uma vez que esta, de fato, nem realiza, nem subscreve tal articulação neutra (Holston; Appadurai, 1999, p. 9).

A definição tradicional de esfera pública está comprometida com uma pretensa universalidade que não responde às transformações impostas por práticas sociais. Superar esta definição implica, por um lado, repensar a produção do espaço urbano, em particular sua relação íntima com a democracia e, por outro lado, redefinir o uso público da razão – possibilidade que se relaciona ao domínio da linguagem, dando voz ativa à diferença. De acordo com Negt e Kluge, a luta por direitos *“começa com a luta pelo seu conceito”* Um dos instrumentos essenciais de dominação é *“expropriar as pessoas que se tornaram conscientes da sua própria repressão, e que querem se emancipar, dos meios de expressão de sua linguagem política”* na qual estão concentradas as recordações de feridas passadas, de memória coletiva e da fé em uma vida melhor (Negt; Kluge, 1999, p. 67).

A interrupção dessa lógica de dominação permite que a política emergja com veemência contra um pensamento hegemônico, único e auto-regulado, podendo ser potencialmente realizada pelo uso efetivo da linguagem combinada com a ação,

abrindo novos espaços à participação daqueles sujeitos que foram previamente emudecidos ou silenciados. A política moderna da identidade, que portava a idéia de governo “de iguais para iguais” é desestabilizada frente à ação de sujeitos políticos que tomam a palavra, que questionam a relação entre saber e efetividade social, e que transformam seus percursos no espaço da comunidade política.

Essa prática não se refere, entretanto, ao discurso de indivíduos e grupos sociais que já estão representados no espaço. Não se refere à expressão de sociabilidades estabelecidas; não é meramente o discurso de administração do *status quo*. Pelo contrário, a referida relação entre linguagem e ação, na definição dos territórios urbanos, diz respeito à intervenção de novos sujeitos que desvelam e verificam os domínios estabelecidos do consenso, tanto internamente – na forma daquelas vozes silenciadas – quanto externamente – na forma de vozes excluídas. Esta reversão ocorre sob a crítica e abandono do chamado “discurso competente” o qual classifica estas vozes de modo autoritário, excluindo-as da vida civil.

Uma “política da diferença” responsável deveria ir além do tratamento da alteridade, de acordo com o consenso e a hegemonia das leis econômicas, que definem grupos meticulosamente organizados por diferentes níveis de recursos e acesso ao mercado. Esta somente pode ser efetiva se encara os desafios postos pelas vozes do dissenso, vindo da formação de novos sujeitos políticos. Estes novos grupos e indivíduos que assumem um papel simbólico abrem novos espaços de transformação da dimensão social dos espaços existentes. A noção de “heterotópolis” é, a princípio, o foro em que este movimento faz sentido e se legitima, contendo questões fundamentais sobre o que é político. Na “heterotópolis” os “sujeitos do dissenso” não são aqueles que rompem a ordem política, mas pelo contrário, aqueles que a alimentam. Isto implica uma concepção política baseada na “escolha entre alternativas” e não na imposição de escolhas de acordo com o regime de necessidades econômicas.

O termo “dissenso” é usado por Rancière (1996) para acentuar a diferença e para operar com antagonismos sociais e variações culturais. Ele media a definição de espaços urbanos públicos privados, assim como os interesses, indivíduos e grupos incluídos e excluídos destes. Contrário ao consenso, o dissenso relaciona conflitos existentes na configuração do sensível tomado em sentido mais amplo. Ele intensifica a constituição do que é visível e pronunciável, ou não, em tais espaços. A confrontação entre diferentes vozes não está, de acordo com Rancière, necessariamente em oposição. O dissenso “não é a guerra de todos contra todos”. O dissenso deve alimentar situações ordenadas de conflito. Deve encorajar a discussão e a argumentação não-baseadas no confronto de parceiros previamente definidos pela aplicação de uma regra geral a um caso particular. Antes de tudo, o dissenso deve constituir o modo no qual a argumentação social, pública, ocorre.

A forma de “diálogo dissensual” segundo Rancière, difere significativamente da forma de “razão comunicativa” descrita por Jürgen Habermas. Esta última lida com situações nas quais os interlocutores já estão definidos, organizados e espacializados. Neste caso, a argumentação entre sujeitos políticos preestabelecidos conduz à confrontação com as regras que os guiam. Como resultado, eles tendem a se comprometer com a universalização consensual daquelas diretrizes e em resposta à limitação no seu ponto de vista. No caso do dissenso, ao menos um dos elementos no conflito não está previamente definido. A lógica do dissenso traduz a transformação de sujeitos em interlocutores políticos e permite a criação de objetos políticos, espaços e discursos. A inclusão daqueles que não participavam previamente na discussão cria regras, razão pela qual Rancière afirma que os *“sujeitos da política inventam-se ao mesmo tempo que inventam as normas da discussão”*. Esta invenção abrange diferentes mundos sensíveis, ocorre num campo conflitivo e opera com a qualificação e filiação de diferentes sujeitos. A participação política dissensual requer uma interpretação de democracia e do exercício de cidadania que substitui definições formais. A cidadania tradicional tem mostrado evidência de articulação insuficiente como principal mediador de identidades em sociedades altamente diferenciadas, colocando as grandes aglomerações urbanas no centro do problema.

ETNICIDADE, IMIGRAÇÃO E CIDADANIA

Imigração e etnicidade representam duas condições de ambígua relação entre o “outro” o “estrangeiro” o “diferente” e as representações espaciais das cidades contemporâneas. Estas condições definem relações de pertencimento e exclusão, de participação e marginalização. Revelam o conflito perante limites e sobreposições dos territórios geográficos e sociais, assim como as relações de poder a estes subjacentes.

Em um estudo comparativo sobre o acesso a direitos de cidadania entre imigrantes e populações negras nas cidades americanas, Susan Fainstein mostra como diferentes histórias têm gerado diferentes formas de exclusão. O discurso racial de dominação na cultura americana é responsável pelo legado ideológico de segregação espacial e exclusão social relacionado a dois fenômenos complementares. Por um lado, a condição imposta de servidão involuntária, que tem historicamente se desdobrado em estigmatização e pobreza da população descendente de africanos e, por outro lado, o processo de imigração voluntária, que tem criado formas diferentes de inclusão e periferização.

Os negros enfrentam uma acumulação histórica de desvantagem econômica e social em países coloniais como os Estados Unidos, como resultado de um sistema de escravidão e de discriminação definida no isolamento geográfico entre

populações urbanas negras e brancas. Esta prática legitima a privação de cidadãos de descendência africana, vistos como o “outro” marginalizado, com base em argumentos de raça, negando suas necessidades culturais e econômicas específicas. Uma grande percentagem de população negra pobre tem tradicionalmente sido isolada nas cidades americanas e, freqüentemente, compartilha uma percepção mútua de hostilidade e separatismo com a população branca. O forte legado de exclusão histórica dos benefícios formais de cidadania contrastam com sua precária inclusão desde a Declaração de Libertação do século 19.

Em contrapartida, segundo Fainstein, os imigrantes voluntários têm tido uma participação diferente no espaço das cidades americanas. Ligados, na sua maior parte, à reunificação das famílias, os imigrantes têm mantido laços de sangue com outras pessoas e comunidades, cujos valores e práticas se relacionam fortemente com seus países de origem. Ao mesmo tempo, eles geralmente não se vêem como residentes temporários. As mais recentes ondas de imigração nos EUA têm enfrentado a disputa entre valores de multiculturalismo e xenofobia declarada, a qual usa os direitos formais de cidadania como um instrumento de exclusão social. Ainda que os imigrantes não desfrutem, geralmente, do apoio destes direitos, eles estão mais integrados que os negros na cidade e na vida cotidiana, via mercado. Fainstein demonstra que novos imigrantes também têm um papel importante no fortalecimento de economias urbanas e na revitalização de áreas urbanas decadentes, baseada no argumento que, sem imigração, importantes cidades teriam sofrido deterioração urbana devido ao contínuo declínio da população.

Por um lado, a presença de imigrantes em grandes áreas urbanas representa aspectos econômicos positivos, promovendo, algumas vezes, a reversão no processo de decadência da vizinhança pela presença de comunidades mais articuladas e dinâmicas. Por outro lado, representa aspectos negativos de decréscimo em salários e na qualidade de condições de trabalho, gerando maior desigualdade social. Esta situação ambígua acaba causando ainda mais exclusão das comunidades e indivíduos negros do mercado, e sua segregação no tecido de cidades americanas. De acordo com Fainstein, o sistema normativo de riqueza nos EUA tende a impor a ameaça de exclusão mais sobre cidadãos negros do que sobre imigrantes, sendo a única exceção o estado da Califórnia, onde ambos compartilham condições similares. Por meio da desregulação do sistema de bem-estar social e da ação do mercado, as cidades americanas excluem os pobres progressivamente. Por vezes este processo dobra-se sobre si mesmo produzindo exclusões consecutivas, definidas por processos de renovação urbana e gentrificação que produzem drástica mudança de população com a emigração dos pobres e a migração “das pessoas certas para áreas certas”

Imigração e etnicidade têm se tornado elementos significativos na representação dos espaços urbanos sociais relacionados às cidades

contemporâneas e também na articulação da definição histórica de cidadania. O crescente fluxo de imigrantes, mão-de-obra e capital global e sua presença em centros urbanos têm criado novas formas de pertencimento e alienação, aumentando a desigualdade econômica e social e a lacuna entre cultura, lei e práticas espaciais e econômicas. Este fenômeno coincide com uma situação ambivalente. Por um lado, grandes cidades são filiadas a um processo econômico nacional que restabelece concentrações internas de riqueza e pobreza. Por outro lado, estão mais e mais presentes no horizonte de atividade econômica global e de transferência internacional de capital e mão-de-obra, o que as coloca em condição de competidoras transnacionais.

De acordo com Holston e Appadurai, o desenvolvimento da economia, num certo sentido, alimenta a crescente reivindicação de cidadania, expondo aspectos novos ou velados da vida social à redefinição de direitos, voltados mais à exigência de *“recursos necessários para atingir necessidades básicas e interesses dos indivíduos”* do que ao direito de propriedade. Além disso, este desenvolvimento não permite o mesmo nível de transformação na cultura e nos direitos civis como permite no nível socioeconômico, reduzindo a contribuição de novos trabalhadores urbanos na esfera pública a um sentido estritamente econômico. A inclusão destes na definição dos direitos é condicionada pelo fato de serem consumidores e contribuintes, dando ainda mais evidência à reivindicação de um argumento radical de redistribuição social da riqueza e de melhores condições de vida e trabalho.

Na esfera transnacional o fluxo de imigrantes altamente qualificados e não-qualificados para as cidades produz nova diferenciação interna na lacuna entre os agentes da riqueza, que vêem o trabalhador pobre não como o habitante de uma heterotópolis, mas como o outro marginalizado e marginalizável. A globalização cria uma forma nova e mais profunda de desigualdade e segregação, a qual coincide com a desterritorialização de grupos humanos e valores socioculturais e com uma rede fluída de capital e mão-de-obra apoiada por códigos e leis manipulados pelo mercado.

Cidadania é mais que participação política, diz respeito a direitos sociais, econômicos, civis e culturais a serem reconhecidos e representados na esfera pública. Relaciona-se com *“as dimensões morais que definem os significados e práticas de pertencimento à sociedade”* (Holston; Appadurai, 1999). Diferentes processos de democratização estão ocorrendo no mundo contemporâneo e muitos deles contêm diferentes formas de violência, tanto na forma direta de tumultos urbanos e políticos quanto na indireta, de segregação forçada e de relocação de populações urbanas.

A crescente criminalização e a exclusão espacial do “outro” carente impõem sério problema à noção de diferença e aos princípios de democracia, reforçado pela progressiva privatização da segurança e a distorção do sistema de justiça.

Entretanto, a cidade não é meramente uma metáfora de relações sociais. As cidades permanecem o lugar dos conflitos de pertencimento, o foro potencial do dissenso em face do colapso das definições tradicionais de nação e cidadania. Até que se dê um melhor entendimento das formas geográficas e sociais emergentes, parece plausível crer que espaços e representações da diferença nos territórios urbanos são elementos necessários na prática da cidadania.

Vera M. Pallamin

Professora do Departamento de Tecnologia da Arquitetura.

Zeuler Lima

Washington University, Saint Louis.

BIBLIOGRAFIA

FAINSTEIN, Susan. Assimilation and exclusion in US cities. In: FAINSTEIN, S. (Ed.). *Urban theories*. Londres: Sage, 1996.

FOUCAULT, Michel. Of other spaces: Utopias and heterotopias. In: LEACH, Neil (Ed.). *Rethinking architecture*. Londres: Routledge, 1997.

HOLSTON, Jamos, APPADURAI, Arjun. *Cities and citizenship*. Durham: Duke University Press, 1999.

NEGT, Oskar, KLUGE, Alexander. *O que há de político na política*. Trad. João Azenha Jr. São Paulo: Unesp, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. *O dissenso*. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 367-382.

TAFURI, Manfred. *Architecture and utopia*. Cambridge: MA, MIT Press, 1996.

ZUKIN, Sharon. *The cultures of cities*. Cambridge: MA, Blackwell, 1996.

Aline Werneck B. de Carvalho

Orientador:

Prof. Dr. Carlos Eduardo Zahn



IMPACTO DO PROCESSO DE
DESCENTRALIZAÇÃO DOS NÍVEIS
GOVERNAMENTAIS PÓS 88 NOS
MUNICÍPIOS DE PEQUENO
PORTE DEMOGRÁFICO.
O CASO DA ZONA DA MATA DE
MINAS GERAIS¹

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de doutorado que avalia o impacto dos mecanismos de descentralização institucionalizados a partir da Constituição Federal de 1988, no padrão de planejamento e gestão dos municípios com população inferior a 10.000 habitantes da Zona da Mata de Minas Gerais. Partindo das condições básicas para a efetivação de um processo de descentralização intergovernamental, toma como critérios de análise o efeito dos mecanismos de descentralização fiscal na capacidade financeira dos municípios, o papel dos conselhos municipais na ampliação da participação popular na gestão e no planejamento municipal e a organização das prefeituras para a municipalização.

ABSTRACT

This paper shows the results of a thesis that evaluates the effects of intergovernmental process established by Brazilian Constitution of 1988 in the planning and administrative structure of municipal units that have less than 10.000 inhabitants, located in a region of the State of Minas Gerais, called "Zona da Mata". Considering the conditions for the effectiveness of a decentralization process, it analysis the effect of revenue decentralization provisions in the financial capacity of local governments, the role of municipal boards in popular participation process and the administrative structure of local governments to implement the decentralization.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto a relação entre o processo de descentralização governamental institucionalizado pela Constituição Federal de 1988 e pelo Decreto n. 1.044/94 e as condições reais (políticas, administrativas e financeiras) das pequenas unidades locais para tornar efetivo este processo.

O tema da descentralização do Estado, do fortalecimento dos governos locais e de seu novo papel tem suscitado, desde a década de 70, importantes pesquisas e intensos debates em países como a França, a Espanha, a Itália e a Inglaterra, embora só mais recentemente venha sendo incorporado como tema de pesquisa e de discussão nos países da América Latina.

No Brasil, a partir dos últimos anos da década de 80, as idéias de descentralização e participação vêm sendo apresentadas como alternativas para a modernização da gestão pública. Assim, a descentralização política, administrativa e financeira tornou-se, a partir da Constituição Federal de 1988, um dos pontos-chave para as administrações locais no que tange ao desenvolvimento municipal.

Entendida como um processo político que significa autonomia para as unidades descentralizadas, a descentralização tem sido ideologizada como instrumento de redemocratização e como estratégia de desenvolvimento econômico e mudança social, representando uma das principais bandeiras da constituinte e culminando no texto descentralizador da Constituição Federal de 1988. Além disso, outra particularidade implícita no discurso da descentralização é o reforço do poder local enquanto instância decisória e o reconhecimento dos setores populares como atores legítimos desse processo. Desse modo, o município passa a ser visto como espaço de gestão, de representação e de participação popular, cabendo a ele o papel de mediador de conflitos, de interlocutor principal e de provedor das demandas sociais.

Portanto, não apenas nos municípios mais desenvolvidos da Federação, torna-se necessário refletir sobre o conceito e os impactos do processo de descentralização intergovernamental, na medida em que as administrações municipais se vêem pressionadas para municipalizar uma série de serviços públicos que ficavam, anteriormente, sob a responsabilidade de outras esferas governamentais.

Ainda que o texto da Constituição seja nitidamente descentralizador, seus impactos nas diferentes unidades da Federação se fazem sentir de forma distinta, tendo em vista as peculiaridades que caracterizam as diferentes categorias populacionais de municípios no Brasil. De fato, a grande extensão do território nacional, aliada à enorme diversidade socioeconômica e cultural dos municípios brasileiros, permite supor que a utilização de fórmulas e mecanismos de descentralização homogêneos, que desconsideram as realidades locais, é, no mínimo, imprópria.

(1) Este artigo contém parte das conclusões apresentadas na tese de doutorado intitulada "A descentralização formal: O processo de descentralização pós constituição federal de 1988 nos municípios de pequeno porte demográfico da Zona da Mata de Minas Gerais", defendida junto à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP, em novembro de 2000, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Eduardo Zahn.

Entretanto, o processo de descentralização entre os níveis governamentais tem sido implementado a partir de um conjunto de instrumentos – aqui chamados de “meios institucionalizados de descentralização municipal” – os quais têm sido impostos simetricamente a todos os municípios brasileiros, isto é, independente de seu porte demográfico, suas condições econômicas, geográficas, financeiras, de desenvolvimento social, entre outros.

Esse processo vem obedecendo a um formato único e setorializado, fundamentado na descentralização fiscal, na transferência de encargos e serviços aos municípios (municipalização) e na institucionalização da participação popular na gestão municipal (formulação e execução das políticas locais) com a da criação de conselhos municipais.

Tal “modelo” de descentralização/municipalização/participação tem dado origem a uma nova forma de proposição, elaboração e execução de políticas públicas, o que, por sua vez, exige que os municípios adotem uma nova lógica organizacional, baseada no planejamento de suas ações e na organização institucional das prefeituras para a descentralização de acordo com as realidades locais, sob o risco de responder apenas formalmente às exigências da descentralização e, conseqüentemente, não usufruir de seus benefícios.

Assim, preocupado com as dificuldades enfrentadas pelos municípios de pequeno porte demográfico para enfrentar o processo de descentralização em curso, este estudo avalia o impacto dos instrumentos criados para a implementação do processo de descentralização entre os níveis governamentais no planejamento e na gestão de municípios com população inferior a 10.000 habitantes, aqui entendidos como municípios de pequeno porte demográfico. Esta categoria ainda representa cerca de 60% dos municípios de Minas Gerais, situação esta agravada pela ampliação do quadro territorial mineiro decorrente do próprio processo de descentralização governamental.

Considerando-se que os limites e as potencialidades da descentralização como estratégia de ação só podem ser avaliados situando-a num contexto social específico, toma-se como referência empírica os municípios da Região da Zona da Mata mineira incluídos nessa categoria populacional. A escolha dessa região justifica-se pela sua posição intermediária no conjunto dos problemas regionais do estado de Minas Gerais, de modo que a situação levantada para os municípios da amostra não representa nem o extremo dos bolsões de pobreza, correspondente aos municípios situados na porção norte do território estadual e nos vales Jequitinhonha e do Mucuri, nem os municípios mais privilegiados, do sul de Minas e do Triângulo Mineiro.

Quanto ao recorte temporal, o estudo proposto refere-se à década de 90, mais especificamente ao período 1989-1998, abrangendo uma década e tendo como marco a Constituição Federal de 1988.

Tendo em vista estas considerações, este estudo contém um duplo objetivo: primeiramente, procura-se identificar a maneira como os pequenos municípios da Zona da Mata de Minas Gerais estão se organizando para responder às exigências do processo de descentralização/municipalização/participação em curso. Em segundo lugar, verifica-se a adequabilidade dos meios institucionalizados que estão sendo propostos pelos governos federal e estadual para dar apoio ao processo de descentralização intergovernamental.

OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA DESCENTRALIZAÇÃO

Conceituar o termo descentralização não constitui uma tarefa simples, não só pela sua complexidade, mas também porque aqueles que o tratam não definem com precisão os seus contornos, ligando-o a outros assuntos conexos, dos quais não se distingue perfeitamente. De fato, a complexidade do conceito e talvez a variedade de significados do termo descentralização levam, com frequência, a confusões entre conceitos como descentralização administrativa, poder local, autonomia municipal, municipalização, descentralização da gestão e desconcentração.

Porém, ainda que existam diferenças acerca do alcance do conceito, admite-se como idéia-força, presente em todos os autores pesquisados, que *descentralizar significa aumentar o poder, a autonomia de decisão e de controle dos recursos, as responsabilidades e as competências dos órgãos locais em relação aos órgãos do Estado central*.

Representa assim uma efetiva mudança de escala de poder, conferindo às unidades comunitárias e municipais capacidade de escolhas e definições sobre suas prioridades e diretrizes de ação e sobre a gestão de programas e projetos (Buarque, 1998).

No escopo deste trabalho, trata-se de uma das vertentes da descentralização, qual seja, a descentralização entre os níveis governamentais e, mais especificamente, a descentralização que se dá da União e dos estados para os municípios²

A descentralização intergovernamental implica a transferência de competências e de funções para as esferas estaduais e locais, representando maior divisão do poder decisório.

Admite-se, porém, que a descentralização dos níveis governamentais no Brasil representa mais do que a simples distribuição de competências e atribuições entre os diversos níveis de governo, constituindo um instrumento de ação para o desenvolvimento político e para o estreitamento da relação Estado-sociedade (Felicíssimo, 1992).

(2) De acordo com Pimenta (1995), a descentralização governamental pode se dar segundo três formas ou níveis distintos: como *descentralização intergovernamental*, ou seja, entre os três níveis de governo; como *descentralização interna ou intragovernamental*, que se dá de cima para baixo, dentro da estrutura administrativa de um mesmo nível governamental; como *descentralização externa ou extragovernamental*, que se dá de dentro para fora do Estado, isto é, do Estado para a sociedade, seja a sociedade organizada em empresas privadas, seja em entidades sem fins lucrativos.

Além disso, pensar no tema da descentralização implica, necessariamente, pensar no processo decisório do setor público e, nesse sentido, implica pensar em planejamento.

Para sintetizar, pode-se dizer que, na lógica da descentralização dos níveis governamentais estão colocadas pelos menos quatro questões básicas:

- uma questão de *sobrevivência econômica*, mediante a possibilidade de implantação de instrumentos capazes de tornar mais eficazes o uso e a redistribuição do orçamento público;
- uma questão de *reforço da racionalidade da participação local*, que se expressa por meio da possibilidade dada aos próprios usuários dos serviços públicos para atuarem como agentes intervenientes no processo de ordenação da gestão dos serviços públicos, não só pela sua fiscalização e controle, mas, sobretudo, pela possibilidade de participar da definição de ações;
- uma questão de *organização administrativa*, que se explica pela possibilidade de ordenação da gestão dos serviços públicos;
- uma questão de *reversão da irracionalidade e da inadequação dos projetos globalizantes de planejamento*, que se expressa por readequação da organização territorial do município por meio de um planejamento que se faça de baixo para cima, a partir da realidade local (Jacobi, 1991; Lobo, 1988 e 1990).

Dessas questões resulta que a eficácia de um processo de descentralização municipal apóia-se em três pressupostos básicos, quais sejam:

- 1) possuir recursos financeiros compatíveis com a descentralização;
- 2) ampliar a participação da população na gestão e no planejamento municipal;
- 3) organizar-se institucionalmente para a descentralização.

Esses três pressupostos constituem os eixos centrais em torno dos quais se estrutura a investigação proposta.

OS MECANISMOS PROPOSTOS PARA A EFETIVAÇÃO DO PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO GOVERNAMENTAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A municipalização e a participação popular na gestão das políticas públicas constituem as principais estratégias propostas pelo governo federal, a partir da Constituição Federal de 1988, para implementar o processo de descentralização governamental. A cada uma dessas estratégias correspondem mecanismos que, de certa maneira, estão sendo impostos a todos os municípios, como forma de efetivar a descentralização no âmbito municipal. Sob a perspectiva da municipalização, propõem-se mecanismos de descentralização financeira e

administrativa, tais como a ampliação da carga tributária, o remanejamento das receitas entre os níveis de governo, os programas de incentivo à qualificação dos recursos humanos e a reorganização da estrutura técnica e administrativa das prefeituras para o planejamento e a gestão municipal. Quanto à participação, propõe-se a sua institucionalização na gestão municipal por meio da criação dos conselhos setoriais municipais.

Do ponto de vista da redistribuição dos recursos entre os três níveis de governo, a descentralização financeira representou a redução das receitas da União em favor dos estados e dos municípios, mediante a criação de tributos de competência estadual e municipal e do remanejamento das receitas entre as esferas governamentais.

Essas novas medidas envolveram, sob o enfoque estrutural, a extinção de *cinco* impostos federais (Imposto sobre Transportes; Imposto sobre Lubrificantes, Combustíveis e Gás; Imposto Único sobre Minerais; Imposto Único sobre Energia Elétrica e Imposto sobre Comunicações), além de reduzirem fortemente as cotas do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) pertencentes à União. Além disso, determinaram a criação de outras tributações, a exemplo do Imposto Sobre Grandes Fortunas, no âmbito do governo federal; do Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos (IVVC), no âmbito municipal e da instituição do Adicional ao Imposto de Renda e o Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Bens e Direitos, de âmbito estadual.

Até 1988 competia ao município a arrecadação de apenas *dois* impostos: o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). A partir da nova constituição foram acrescentados como tributos de competência municipal o Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos (IVVC) e o Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis (ITBI), além da competência de cobrar taxas e contribuição de melhoria, o que, por sinal, já existia.

Já o remanejamento das receitas da União e dos estados para os municípios deu-se a partir da ampliação das transferências de recursos tributários, da seguinte forma:

- ampliou-se a base tributária do antigo Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) dos estados, que passou a constituir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);
- ampliou-se a participação dos municípios nos impostos federais sobre a renda e os produtos industrializados, o que constitui o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). De acordo com o texto constitucional, essa participação foi ampliada de 17% sobre o IPI e o IR, que vigorava até setembro de 1988, para 20%, entre outubro e dezembro de 1988 e mais adicionais anuais de 0,5% até atingir os 22,5% em 1993;

- ampliou-se a participação dos municípios na receita do ICMS estadual para 25%. Anteriormente, os municípios participavam de 20% do ICM e de 50% do IPVA, além de 20% do Imposto sobre Transportes, que foi extinto e cuja matéria passou a incluir-se no ICMS;
- ampliou-se a participação dos municípios em 25% da cota estadual do IPI, proporcionalmente ao valor das exportações de produtos industrializados (fundo de exportação).

Além disso, os municípios passaram a receber dos estados, a título de receitas transferidas: 50% das multas do Imposto sobre o Produto da Arrecadação de Veículos Automotores licenciados no território do respectivo município (IPVA); 25% das multas do ICMS; 25% da dívida ativa tributária do ICMS e 25% da dívida não-tributária do ICMS. Por outro lado, reduziu-se a participação dos municípios no Imposto Territorial Rural (ITR) de 100% para 50%.

Outro importante mecanismo de descentralização financeira e territorial foi o proposto pelo estado de Minas Gerais a partir do ano de 1996. Trata-se da Lei n. 12.040/95, sancionada em 28 de dezembro de 1995, também conhecida como Lei de Redistribuição do ICMS, Lei Minas por Minas ou Lei Robin Hood, numa alusão ao herói que tirava dos ricos para dar aos pobres.

Essa lei consiste, em linhas gerais, na alteração do critério de repartição dos 25% da cota-parte do ICMS a ser distribuído pelo estado aos municípios, mediante o estabelecimento de novos critérios de redistribuição, levando em conta a priorização, pelas administrações municipais, de investimentos em educação, saúde, meio ambiente, saneamento e obras de impacto social.

Segundo essa lei, o volume de arrecadação não é mais o único critério de repasse. São introduzidas novas variáveis de rateio, consideradas como fatores importantes para a redistribuição do imposto, quais sejam: área geográfica; população; gasto com educação; área cultivada; patrimônio cultural; gasto com saúde; gasto com o meio ambiente e receita própria, além da cota mínima igual para todos os municípios. Para cada uma das variáveis é determinado um índice básico de rateio que pondera a quantidade de recursos que cada município receberá se investir em cada uma delas.

Os novos critérios de repasse do ICMS contidos na Lei Robin Hood visam descentralizar a distribuição desse imposto, incentivar os municípios a aplicar recursos em áreas sociais básicas e utilizar de forma mais eficiente as suas bases tributárias.

Outro importante aspecto que atesta o caráter descentralizador da Constituição Federal de 1988 consiste na previsão da participação da sociedade na gestão dos assuntos públicos, mediante a institucionalização de novos mecanismos de participação popular.

Com a crença de que a aproximação entre estado e sociedade civil só seria efetiva a partir da institucionalização das práticas de participação popular, o

processo de descentralização no Brasil acabou por culminar na criação de um modelo descentralizador/participativo baseado na criação de conselhos em cada um dos três níveis de governo.

De acordo com o formato que vem sendo adotado, no âmbito do município, a institucionalização da participação deve se dar por meio da criação de conselhos municipais compostos por 50% de membros do governo (indicados pelo Poder Executivo) e 50% da sociedade civil. Esses conselhos municipais devem ter como objetivo colaborar com o prefeito, no sentido de dar apoio à gestão municipal, servindo também como instrumento para priorizar as demandas nos municípios. Pretende-se que, por sua institucionalização, a população torne-se mais ativa e mais partícipe.

Além disso, o conselho municipal passa a ser uma obrigação legal, sem a qual o município não receberá os recursos para suas ações setoriais. De fato, o modelo de descentralização das políticas públicas tem condicionado o repasse de recursos dos níveis federal e estadual ao nível municipal, à existência de conselhos municipais em pleno funcionamento, de planos municipais para cada uma das áreas objeto de descentralização (saúde, educação, assistência social, saneamento, habitação, etc.) e de fundos municipais relacionados com as áreas em questão.

Essa estrutura repete-se no âmbito do governo estadual (com a criação de conselhos estaduais e de fundos estaduais) e do governo federal (com a criação de conselhos e fundos federais).

A Constituição Federal de 1988 também institucionalizou o planejamento, transformando-o num mecanismo jurídico por meio do qual o administrador deverá executar sua atividade governamental. Desta maneira, o planejamento não é mais um processo dependente da vontade dos governantes, mas uma provisão legal.

Finalmente, em 1994, pelo Decreto n. 1.044, foi instituído o Programa Nacional de Descentralização, com o objetivo de *“fortalecer a Federação e proporcionar melhores condições para o desenvolvimento nacional, a ser implantado e progressivamente executado mediante a repartição e descentralização das atribuições da União, a fim de tornar a rede de serviços públicos mais acessível à população e de estabelecer condições para a melhor aplicação dos recursos públicos, eliminando a dualidade e a superposição de ações dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal”*³.

Para a implementação desse programa, foram ainda discriminadas as áreas preferenciais da atuação governamental para fins de municipalização, que incluem: assistência social; saúde; defesa sanitária; previdência social; educação; irrigação; recursos hídricos; habitação e saneamento básico; transportes; meio ambiente; eletrificação rural; abastecimento.

Enfim, pode-se dizer que vivemos, hoje, no Brasil, o momento da *institucionalização do poder local*, por meio da municipalização, das políticas

(3) Art. 1º, Decreto n. 1.044, de 14 de janeiro de 1994.

públicas e da organização da população em conselhos, visando sua participação na gestão municipal.

Entretanto, deve-se considerar que, apesar de todas essas conquistas, o simples fato de uma constituição ou lei ordinária conferir poderes políticos e administrativos às unidades locais não significa, necessariamente, que esteja havendo descentralização. Esta só vai se verificar quando as unidades locais efetivamente desempenharem funções em benefício de suas respectivas comunidades.

O PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTO DOS MECANISMOS DE DESCENTRALIZAÇÃO NO PADRÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DEMOGRÁFICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS

Partindo-se das premissas e dos pressupostos básicos da descentralização intergovernamental e tomando-se como referência empírica uma amostra de oito municípios pertencentes ao universo de municípios da Zona da Mata mineira com população inferior a 10.000 habitantes, foram investigadas as seguintes questões:

- a extensão e os resultados da descentralização fiscal para a gestão municipal, especialmente da Lei n. 12.040/95, considerada atualmente como o principal instrumento de descentralização financeira a favor dos pequenos municípios no estado de Minas Gerais;
- a ação dos conselhos municipais e sua eficácia como instrumentos de legitimação da participação da população na gestão local e como fóruns participativos de apoio ao planejamento e à gestão municipal no que concerne à formulação, implementação e execução das políticas locais de desenvolvimento;
- as condições institucionais e organizacionais e os instrumentos de planejamento que têm sido adotados pelas prefeituras para assumir os novos encargos sociais a elas atribuídas, especialmente no sentido de reverter o quadro de carência de recursos humanos e de alterar o padrão tradicional de gestão municipal mediante a introdução de uma mentalidade de gestão planejada.

Com base nas características do padrão de planejamento e gestão dos municípios de pequeno porte de Minas Gerais, foram identificadas as condições necessárias para que os mecanismos de descentralização funcionassem como apoio ao planejamento e à gestão municipal nos pequenos municípios de Minas Gerais.

Assim, do ponto de vista da descentralização financeira, para que o pequeno município tenha sua autonomia financeira fortalecida e possa gerar impactos positivos no padrão de planejamento e gestão municipal, não basta que se amplie a sua *capacidade financeira*, conferindo-lhe recursos financeiros compatíveis com os encargos que lhes são atribuídos. É necessário ainda que o município amplie a sua *capacidade de geração de receita municipal* e aperfeiçoe a *gestão dos recursos financeiros*.

A *capacidade financeira* do município foi medida pela disponibilidade de receita para financiar as despesas decorrentes da descentralização.

A *capacidade de geração de receita municipal* foi avaliada a partir de três variáveis: geração de receita própria, independência das receitas transferidas e adoção de mecanismos de captação de recursos financeiros.

Por sua vez, o *aperfeiçoamento da gestão de recursos financeiros* mediu-se por meio de duas importantes variáveis: a racionalização e contenção dos gastos públicos municipais e a inclusão da participação da população na gestão dos recursos financeiros.

Do ponto de vista da participação popular na gestão municipal, é necessário que os instrumentos institucionalizados de participação (conselhos municipais) ampliem o *grau*, a *extensão* e a *diversidade* da participação popular no processo de tomada de decisões locais. Para tal, não basta que os canais de participação sejam criados, mas é também necessário que os conselhos municipais funcionem como fóruns participativos de orientação do processo de municipalização e como instrumentos de apoio à administração municipal na formulação, implementação e execução das políticas de desenvolvimento local.

Finalmente, para que os mecanismos institucionalizados de planejamento e de administração municipal contribuam para a organização das prefeituras para a descentralização, não basta que estes instrumentos sejam criados por mera obrigação constitucional, mas que funcionem de fato como orientadores do processo de desenvolvimento local. Para tal, é necessário que as prefeituras invistam na capacitação dos seus recursos humanos, nas áreas contábil, financeira, jurídica e de planejamento, bem como na capacitação dos recursos humanos dos órgãos municipalizados; elaborem e implantem os instrumentos de planejamento e de administração municipal de apoio ao processo de descentralização, além de organizar administrativamente as secretarias municipais e os órgãos municipalizados para a implantação e o acompanhamento do processo de municipalização.

A partir dessas condições e das variáveis identificadas, foram definidos os *indicadores de análise* que, aplicados aos municípios da amostra, permitiram proceder à avaliação pretendida.

OS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo demonstrou que, mesmo que se verifiquem alguns avanços, na prática, há sérios obstáculos que dificultam a sua completa efetivação.

Dentre os avanços relativos à descentralização financeira podemos citar:

- a evolução positiva do comportamento de todas as categorias de receitas municipais: orçamentárias, tributárias e transferidas, o que aponta para a ampliação da capacidade financeira desses municípios. Além disso, houve aumentos significativos em todos os itens que compõem essas receitas, como o FPM, o ICMS, os impostos próprios (IPTU, IVVC, ITBI e ISS) e as taxas;
- o impacto positivo da Lei n. 12.040/95 (Lei Robin Hood) na elevação das receitas municipais;
- a elevação do montante da receita municipal *per capita*, o que constitui um indicativo do aumento das condições de governabilidade dessa categoria de municípios, embora não represente a independência na prestação dos serviços públicos de sua competência;
- o notável aumento da receita tributária ao longo do período 1989-1996. Para a média dos municípios da amostra, a arrecadação tributária própria cresceu 367%, ou seja, quase cinco vezes o crescimento observado para a receita transferida;
- o aumento significativo da participação da receita tributária na receita própria (de 13,02%, em 1989, para 51,05%, em 1996), o que pode ser interpretado como um esforço no sentido de ampliação das receitas tributárias próprias;
- a alteração do padrão de gastos municipais na área social, especialmente nas áreas da saúde e da educação;
- algumas mudanças na estrutura dos gastos municipais, dentre elas a elevação do percentual de gastos com investimentos, o que pode ser interpretado como um indicativo de mudança no padrão de gestão e aplicação dos recursos financeiros. Entretanto, o peso dos investimentos na despesa orçamentária ainda permaneceu inferior ao dos demais itens da despesa, significando que os municípios de pequeno porte ainda aplicam uma parcela reduzida dos seus recursos em obras públicas, compra de equipamentos e outros investimentos.

Por outro lado, mesmo apresentando um quadro geral de crescimento das receitas municipais, este aumento não tem sido suficiente para atender à pressão dos gastos decorrentes dos encargos relativos à descentralização das políticas públicas.

Verificou-se também que as alterações no percentual de repartição das receitas entre os diferentes níveis de governo, propostos no texto constitucional

como importantes instrumentos de descentralização fiscal a favor dos municípios, foram prejudicados por alguns fatores, ao longo do período analisado.

Do ponto de vista das receitas transferidas, no período 1990-1994, constatou-se um impacto negativo no tocante às transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Esse impacto pode ser atribuído aos golpes sofridos por este imposto em decorrência da criação de municípios que passaram a participar do rateio dos recursos provenientes dessa transferência e, ainda, à redução de recursos provocada pela criação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Enquanto a criação de unidades territoriais é uma decorrência de textos constitucionais mais descentralizadores, o FEF, por outro lado, representa um golpe desfechado pelo governo federal contra a descentralização fiscal empreendida pela Constituição Federal a favor dos municípios, especialmente em se tratando das pequenas unidades locais, que ainda têm no FPM a sua principal fonte de receita. Assim, o impacto previsto, decorrente da ampliação do percentual da cota-parte do IR e do IPI de 17% para 22,5%, foi obstaculizado pela criação desse fundo, não chegando a causar efeitos significativos na evolução do FPM.

Quanto ao comportamento do ICMS, verificou-se que a evolução só foi positiva a partir de 1996, o que pode ser explicado pelo impacto da Lei n. 12.040/95. Isso demonstra que a ampliação da base do antigo ICM e o aumento do percentual de repartição deste imposto para os municípios, propostos pela Constituição de 1988, não foram capazes de alterar o desempenho deste tributo nos municípios cujas economias são pouco dinâmicas, como acontece nos municípios de pequeno porte.

Embora a Lei Robin Hood venha cumprindo o seu papel descentralizador, ao distribuir os recursos de forma mais equânime entre as regiões e entre as diversas categorias populacionais de municípios (grandes, médios e pequenos), ainda é preciso dar mais estímulo aos pequenos municípios para investir nas áreas sociais.

Quanto ao aumento da carga tributária própria dos municípios, o baixo percentual representado pela receita tributária na receita municipal permite concluir que a descentralização fiscal promovida pelo texto constitucional mediante a criação do ITBI e do IVVC e da manutenção dos tributos de competência municipal já previstos na constituição anterior – IPTU, ISS e contribuição de melhoria – não constituiu um mecanismo adequado à realidade dos pequenos municípios.

Considerando-se o baixo peso da receita tributária e dos itens que as compõem na receita total dos pequenos municípios, conclui-se que a descentralização não alterou o quadro de dependência financeira que histórica e tradicionalmente vem caracterizando as pequenas unidades locais. Assim, verificou-se que os pequenos municípios ainda apresentam uma pequena

capacidade de geração de receita própria, bem como um alto grau de dependência em relação às receitas transferidas.

Se, por um lado, o aumento da participação percentual das receitas transferidas na receita orçamentária pode ser interpretado como um indicativo de apoio financeiro ao processo de municipalização, por outro lado, demonstra que o aumento da capacidade financeira do município se deve ao aumento das transferências intergovernamentais, o que significa que o município não teve sua *autonomia* financeira ampliada, ficando ainda mais atrelado aos governos estadual e federal.

Também do ponto de vista da estrutura de gastos municipais, ainda permanecem sérios problemas. Apesar do aumento dos gastos com investimentos, este permaneceu inferior ao dos demais itens da despesa, significando que os municípios de pequeno porte ainda aplicam uma parcela reduzida dos seus recursos em obras públicas, compra de equipamentos e outros investimentos. Por outro lado, as despesas de custeio, ou seja, oriundas da manutenção da máquina administrativa (pagamento de pessoal, material de consumo, serviços e encargos), ainda representam o item de maior peso na despesa municipal, situando-se na faixa de 60% a 80% da despesa orçamentária no período 1989-1996. Portanto, o elevado gasto com a máquina administrativa ainda permanece como um dos principais problemas de gestão dos recursos financeiros nos municípios de pequeno porte.

Do ponto de vista da inclusão da participação como prática na gestão dos municípios de pequeno porte da Zona da Mata, a criação dos conselhos municipais setoriais ainda apresenta uma série de dificuldades sob os pontos de vista social, político, administrativo e institucional. O quadro geral apresentado demonstra que a descentralização via participação tem tido como resultado uma adaptação formal ao modelo proposto. Os conselhos têm atuado como instâncias formais, sem funções na melhoria dos serviços, isto é, não se preocupando com a qualidade com que a municipalização tem sido implantada, mas apenas com o cumprimento das exigências legais, como se este fosse o propósito. Apesar de serem criados como canais para a introdução da participação da população na gestão municipal, têm se mostrado insuficientes para o desenvolvimento de uma prática participativa mais efetiva.

Quanto à organização institucional das prefeituras para a municipalização, verificou-se que o processo de descentralização nos municípios pesquisados ainda não passou da etapa inicial, que consiste na introdução das mudanças no sistema governamental, uma vez que a sua implementação ainda não ocorreu nos níveis desejados. Especialmente nos casos da saúde e da educação, os conselhos, os fundos e os planos municipais têm funcionado como instrumentos habilitadores do processo de descentralização no âmbito municipal.

No que se refere ao planejamento, verifica-se que em nenhum dos municípios pesquisados existe uma política de desenvolvimento municipal. As localidades estudadas têm restringido a sua atuação à elaboração dos planos municipais setoriais. Estes, porém, não têm sido utilizados como referência para o planejamento do desenvolvimento municipal, pois ainda prevalece a visão imediatista e a crença generalizada entre os prefeitos de que os planos não funcionam num município pequeno.

O que se verifica, na prática, é que em todos os municípios pesquisados, os planos setoriais correspondem mais a um ato formal para cumprir exigências burocráticas e legais das secretarias estaduais e dos ministérios para o repasse de verbas. Mas ainda que se possa criticar o direcionamento das ações referentes à municipalização, o seu alto grau de formalidade e a sua pouca aplicação prática, deve-se admitir que a obrigatoriedade de elaboração dos planos municipais setoriais tem propiciado o levantamento e a organização de dados e, até mesmo, a elaboração de diagnósticos sobre as condições dos serviços prestados e dos recursos humanos existentes no município nas áreas da saúde, educação e assistência social. Isso já representa um passo inicial em direção à coleta, sistematização e atualização dos dados municipais, o que não correspondia à prática das pequenas prefeituras.

Além disso, vários outros aspectos apontados como dificuldades de um processo de descentralização dos níveis governamentais foram identificados nos municípios analisados, dentre eles: a falta de capacidade administrativa e institucional dos governos e órgãos locais (Poder Executivo, secretarias e conselhos municipais) para assumir um papel mais relevante no processo de planejamento e administração do desenvolvimento; a descentralização setorializada; a dificuldade de implementação dos planos e das ações voltadas para a introdução da participação da população na gestão municipal; a permanência da dependência financeira em relação aos demais níveis de governo; a dependência administrativa para a operação de serviços cuja prestação pelo município torna-se inviável pela escassez de recursos financeiros ou de pessoal técnico qualificado e a própria inexperiência e falta de estrutura dos pequenos municípios para absorver o elenco de transformações em curso.

CONCLUSÕES

Os resultados da pesquisa indicaram que a descentralização nos pequenos municípios vem ocorrendo, sobretudo, em obediência às políticas e diretrizes estabelecidas pelas esferas federal e estadual, mas o outro lado do “modelo” – autônomo, descentralizado e participativo – não vem se consubstanciando na prática. Trata-se de uma descentralização forçada, fragmentada e incompleta,

devido à forte presença do governo federal e à falta de real autonomia financeira para a gestão dos serviços de competência municipal.

Tendo em vista essas considerações, podemos afirmar que a descentralização nos pequenos municípios da Zona da Mata não alterou o “velho” padrão de gestão municipal – dependente, centralizado, não-planejado e setorializado. A manutenção desse padrão é incapaz de responder com eficiência às novas demandas decorrentes da municipalização, dentre elas: maior independência financeira, melhor qualidade dos serviços prestados, maior atenção ao acompanhamento e controle das ações no campo social.

Dessa forma, os pequenos municípios vêm cumprindo o ritual burocrático necessário para a municipalização das políticas públicas, mas as características do sistema de planejamento e gestão não mudam. Isso revela a inconsistência dos mecanismos utilizados para a operacionalização da descentralização nos pequenos municípios da Zona da Mata mineira.

Aline Werneck B. de Carvalho
Doutora pela FAUUSP

BIBLIOGRAFIA

- BORGES, Alberto, VILLELA, Tânia (Orgs.). *Finanças dos municípios mineiros*. Vitória, ES: Aequus Consultoria, v. 1, 1999.
- BORJA, Jordi. Descentralización. Una cuestión de método. *Revista Mexicana de Sociología*, n. 4, out./dez. 1984.
- _____. A participação cidadina. *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, n. 24, p. 14-25, 1988.
- BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Manual para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento municipal*. Brasília: MEPF, INCRA, IICA, junho de 1998.
- BREMAEKER, François E. J. Perfil das receitas tributárias dos municípios brasileiros. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 241, p. 06-21, jan./mar. 1995.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Descentralização e política social no Brasil: As perspectivas dos anos 90. *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, n. 32, p. 80-87, 1990.
- DANIEL, Celso A. Poder local no Brasil urbano. *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, n. 24, p. 26-39, 1988.
- FELICÍSSIMO, José Roberto. Os impasses da descentralização político-administrativa na democratização do Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 6-15, jan./mar. 1992.

- IBAM. *Descentralização governamental, município e democracia*. Textos de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, n. 11, 1993.
- JACOBI, Pedro R. Prefeituras democráticas, movimentos populares e poder local: Participação, cooptação ou autonomia? *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 66-9, maio/ago. 1983.
- _____. Os municípios e a participação: Desafios e alternativas. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 198, p. 32-38, jan./mar. 1991.
- LEAL, Suely Maria Ribeiro. *Para “além” do estado: Tendências, limites e alcance das novas formas de gestão urbana local*. Campinas-São Paulo, 1994. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. v. 1 e 2.
- LOBO, Thereza. Descentralização – Uma alternativa de mudança. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 14-24, jan./mar. 1988.
- _____. Descentralização: Conceitos, princípios, prática governamental. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Cortez, n. 74, p. 5-10, 1990.
- MASSOLO, Alejandra. Em direção às bases: Descentralização e município. *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, n. 24, p. 40-54, 1988.
- MINAS GERAIS. (Estado). *Lei n. 12.040, de 28 de dezembro de 1995. Dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto de arrecadação do ICMS pertencente aos municípios*.
- _____. FJP/CEME. *Finanças municipais. Aspectos gerais da composição e distribuição das receitas municipais em 1995. Linhas de financiamento para municípios*. Belo Horizonte: FJP/CEMME, março 1997.
- _____. *Finanças dos municípios mineiros. Diversidade e indicadores*. Belo Horizonte: FJP, 1998.
- NEVES, Gleisi Heisler. Descentralização governamental, município e democracia. *Textos de Administração Municipal*. Rio de Janeiro: IBAM, n.11, p. 13-14, 1993.
- PIMENTA, Carlos César. Novos modelos de gestão descentralizada e de parcerias para as administrações estaduais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 171-187, jul./set. 1995.
- RIANI, Flávio. As mudanças dos tributos em 1988. *Revista do Legislativo*, Belo Horizonte, p. 10-14, abr./jun. 1995.
- SCHERER, Rebeca. *Descentralização e planejamento urbano no município de São Paulo*. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- SEMINÁRIO MUNICIPALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. 1993, Brasília. *Anais*. Brasília: IPEA, 1993.

Maclóvia Corrêa da Silva

Orientador:

Prof. Dr. Cândido Malta Campos Filho

O

S AGENTES CONSUMIDORES,
PRODUTORES e
APROPRIADORES DO ESPAÇO
URBANO NA CIDADE DE
CURITIBA DURANTE A
VIGÊNCIA DO PLANO DE
URBANIZAÇÃO DE CURITIBA

RESUMO

Este artigo foi criado a partir de pesquisas realizadas para a tese de doutorado defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Trata-se de um texto trabalhado basicamente com entrevistas e notícias jornalísticas para apreender a ação e as mudanças no campo de trabalho dos agentes imobiliários durante a implantação do Plano de Urbanização de Curitiba. À medida que a produção de moradias se expande na cidade de Curitiba, novas formas de aplicação do capital imobiliário são criadas e ocorrem transformações no uso do solo que provocam novos comportamentos dos agentes imobiliários. Estes agiram sem seguir uma regulamentação profissional ou mesmo uma política fundiária.

ABSTRACT

This article was created based on researches realized to obtain the doctor degree. The main informations came from interviews and local newspapers which open possibilities to understand the actions and the changes that had happened in the work field of the land agents during the implementation of the urban plan called Plano de Urbanização de Curitiba. As building grows in the city of Curitiba, it appears different kinds of land investments and land use inducing the agents to further behaviours. They could act freely in the market since there was no land policy or professional regulations.

Este artigo é um estudo dos agentes do setor imobiliário na cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, durante a vigência do Plano de Urbanização de Curitiba – 1943 a 1963 – introduzindo diferentes comportamentos nas negociações da terra urbana diante dos impactos trazidos pelo crescimento da cidade.

A propriedade imobiliária na economia capitalista é o resultado da transformação de um bem patrimonial com valores de uso no espaço social em mercadoria integrada no ciclo de reprodução do capital, que pode ser convertida em muitas formas de valores de troca. Cândido Malta (1979) diz que a produção e o consumo do espaço urbano é o resultado da ação de diferentes atores e agentes sociais que desempenham papéis concretos, cada qual se comportando de acordo com seus interesses. A propriedade articula uma disputa entre os agentes econômicos para controlar o acesso diferenciado ao espaço urbano, onde as diferentes localizações dos terrenos otimizam e permitem a obtenção de lucros extraordinários. Salgado (1985), em sua tese, faz um estudo canalizado para a incorporação imobiliária em São Paulo mostrando, em uma rápida evolução histórica dos tipos de reprodução de moradia e das práticas capitalistas de acumulação de capital, a evolução dos papéis dos agentes sociais. No período colonial brasileiro, os escravos, os mestres de obras e os artesãos trabalhavam para os proprietários de imóveis, os quais detinham o controle técnico da produção. A produção das construções atendia às necessidades de uso das pessoas as quais eram satisfeitas pelos prestadores de serviços, contratados sempre que fosse interesse da pessoa proprietária. Um novo comportamento no sistema de produção da moradia surgiu com a economia cafeeira no século 19 e com a substituição do trabalho escravocrata pelo trabalho assalariado. Ribeiro (1985) caracteriza esse período como aquele favorecido pelas ligações de transporte entre o campo e a cidade do Rio de Janeiro, bem como com outros estados brasileiros, e pelo modo como se deu a transferência do capital mercantil do complexo cafeeiro para as atividades urbanas, no momento em que a economia mercantil-escravocrata entrou em fase de estagnação. O capital comercial começara a buscar valorização nas operações imobiliárias, visando a segurança de lucros, muitas vezes não encontrada no mercado financeiro.

A mão-de-obra utilizada no processo de produção assalariada não era mais remunerada pelo serviço fornecido pelo proprietário e sim pelo lucro que poderia ser obtido pela contratação de assalariados. Salgado (1985) chamou essa forma de produção de “moradia por encomenda”. As condições criadas pelos fatores econômicos, geográficos e históricos permitiram que proprietários de terras construíssem para alugar e “encomendar” um imóvel de aluguel para moradia ou para o comércio. Essa foi uma opção encontrada pelo capital mercantil para acumular e desenvolver-se. Havia uma relação de dependência entre o capital investido na propriedade de terra e na propriedade do imóvel construído em

busca de apropriação de uma renda fundiária na forma de aluguel. O proprietário rentista construía para vender e para alugar, principalmente para locação, daí ser chamado rentista, fazendo o máximo uso do espaço físico (sobrados, cortiços) e empregando um mínimo de capital.

Nas primeiras décadas do século 20, o agente construtor vai se organizar em sociedades de construção especializadas e o que passa a dinamizar a produção de moradias não é mais o chamado sistema de manutenção dos indivíduos (valores de uso); a valorização do capital investido em imóveis se dará com o fornecimento de um valor de troca. Ribeiro (1985) atribui a crise da produção rentista aos fatores de acessibilidade proporcionados pelo desenvolvimento do transporte coletivo e à ação do Estado na transformação do uso do solo no centro da cidade do Rio de Janeiro, os quais desconcentraram geograficamente o mercado de moradias. Em São Paulo, na evolução da ocupação do espaço urbano da cidade, o poder público também facilitou a ação da iniciativa privada, por meio de incentivos diversos, e a estrada de ferro direcionou o crescimento dos bairros populares. Sampaio (1994) diz que diversos empreendedores no início do século aplicaram seus excedentes em atividades imobiliárias como aberturas de loteamentos e construção de casas de aluguel, e acionistas já se reuniam com a finalidade de construir casas de aluguel na cidade de São Paulo no ano de 1920.

Em Curitiba muitas das firmas paulistas e cariocas de construção imobiliária atuavam no mercado, algumas delas por meio de venda de títulos e sorteios mensais premiando os prestamistas com imóveis – Empresa Construtora Universal Ltda. com matriz em São Paulo, Empresa Nacional de Comércio e Construções, Companhia Construtora da Casa Própria com sede em São Paulo, são alguns exemplos nos anos 30 e 40, retratando uma sistemática semelhante praticada na mesma época pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões incumbidos de construir casas de custos reduzidos para contribuintes, nas cidades brasileiras. O capital acumulado nos institutos vinha da contribuição dos associados e deveria reverter em benefícios para os mesmos. Algumas áreas na periferia de Curitiba foram desapropriadas pela prefeitura para a construção de casas pelos institutos. Em 1942, foram desapropriadas áreas nos bairros do Cajuru e Santa Quitéria para sediar a construção de vilas operárias. Notícias da imprensa, anos mais tarde, apontaram que nada fora construído pelos institutos, aumentando os problemas que essas áreas vazias representavam para a cidade como obstáculos para a expansão. Com o crescimento da malha urbana da cidade, esses vazios urbanos ficaram dentro do perímetro urbano e para levar a efeito os antigos projetos seria necessário maiores aplicações de capitais. A prefeitura e os institutos abandonaram estes projetos de construção popular e negociaram os terrenos.

A localização das casas alugadas em Curitiba concentrava-se no centro da cidade, que além de ter uma área exígua para a moradia e o comércio, não apresentava, nos anos 30-40, possibilidades de expansão para as periferias

prontamente, sobretudo pelo fator fundamental da falta de transportes coletivos. Os itinerários dos bondes pouco foram ampliados em meio século, e estavam restritos ao atendimento dos bairros industriais (Portão e Água Verde), dos quartéis do Exército e da Polícia Militar (Bacacheri e Marechal Floriano) e ao Jóquei Clube (Prado). As linhas de ônibus atingiam poucos bairros (Abranches, Atuba, Bacacheri, Barreirinha, Bigorrilho, Cajuru, Taboão, Cassino Ahu, Cristo Rei, Guabirota, Boqueirão, Alto da XV, Juvevê, Mercês e Prado) com uma frequência de hora em hora para alguns bairros, e a cada meia hora para outros. Grande parte dos anúncios imobiliários dos anos 40 tem a preocupação de relacionar a localização dos imóveis com os transportes coletivos em termos de tempo e distância – 5 minutos dos bondes do Batel e do Portão; 5 minutos do ônibus Marechal Floriano; 60 metros do bonde; a 100 metros do ponto do bonde; próximo ao ponto de ônibus – a fim de sensibilizar o comprador para as vantagens de usufruir da acessibilidade e da valorização relacionada à localização. Um terreno servido pelos transportes coletivos tinha maior valor porque os automóveis eram importados, raros e caros. Muitas pessoas pagavam ágio para as concessionárias providenciarem veículos com mais rapidez.

A futura expansão da cidade de Curitiba vai percorrer os caminhos pavimentados pela prefeitura nos anos 50 em que trafegavam os ônibus. Porém, enquanto havia oferta de moradias para alugar na região central da cidade, não houve nenhuma ação representativa do poder público para modificar e acompanhar a trajetória de movimento das classes médias e altas para bairros mais bem-dotados de melhoramentos. As condições de deslocamento vão mudar com a evolução dos transportes individual e coletivo. A imprensa descrevia, em 1956, as mudanças e transformações do uso do solo trazidas pelas modificações no transporte coletivo e pela conseqüente ação da prefeitura:

“Na conformidade das possibilidades financeiras do Município, a ação da administração Ney Braga tem se concentrado na pavimentação principal das vias públicas servidas por linhas de transportes coletivos bem como as de penetração e as que dão acesso aos bairros e estabelecimentos de ensino. Através das vias pavimentadas procura a municipalidade atender às exigências de estética, higiene e conforto da Capital, barateando o transporte coletivo pelo menor desgaste do material e dando, além disso, acesso às zonas de moradia e trabalho operariado, possibilitando também a frequência aos grupos e casas escolares construídas pela Prefeitura e pelo Estado.” (Diário da Tarde, 29 de mar. 1956, p. 11)

Os movimentos das camadas médias em busca da casa própria nos anos 50 se deram pela presença de comunicações diretas com os bairros e pela tendência da concentração do alto comércio na área central, valorizando os terrenos e, simultaneamente, expulsando o comércio de recursos menores para áreas adjacentes que eram ocupadas por moradias. Grandes empresas de loteamento ofereciam terrenos a preços populares, anunciados em jornais, nos bairros

formados que se expandiam ao longo das ruas Bispo Dom José (no bairro do Seminário), avenida República Argentina (bairros do Portão e Água Verde), avenida Garibaldi (bairros do Ahu, Barreirinha), avenida Vicente Machado (bairros do Batel e Campina do Siqueira), avenida Tarumã (bairros do alto da XV, Tarumã), rua Nilo Peçanha (bairros do Bom Retiro e Cemitério Municipal), avenida Sete de Setembro, ligando bairros extremos e rodovias para o interior e para o estado de São Paulo, alameda Izabel (bairro do Bigorrilho) e rua Itupava, saída para o litoral do estado.

A participação da iniciativa privada na construção de moradias e a ação do poder público na construção de infra-estrutura urbana na cidade do Rio de Janeiro no final do século 19, na cidade de São Paulo no início do século 20, e na cidade de Curitiba na metade do século 20, deram-se dentro da lógica de acumulação do capital mercantil do complexo cafeeiro que se deslocou para as atividades urbanas e dinamizou a produção industrial do mercado imobiliário. Na ocupação do espaço urbano emergiu um mercado de terras e o aparecimento do proprietário de terras para lotear, agentes produtores e apropriadores do espaço, e o loteador. O retalhamento da terra colaborou para a separação da propriedade fundiária do capital imobiliário.

Ribeiro (1997. p. 236) diz que essa separação colaborou para a criação do mercado de terras. Na cidade do Rio de Janeiro, até a década de 30, o capital imobiliário de maior porte se voltou para a produção fundiária e a produção de moradias se consolidou nas mãos de pequenos investidores. Depois dessa data, grande parte da cidade foi produzida pelo agente denominado por Ribeiro de "agente modelador" representado pelas grandes empresas imobiliárias que empregaram grandes capitais no loteamento de grandes áreas. Houve na cidade do Rio de Janeiro, a partir de 1870, uma desconcentração geográfica do mercado imobiliário e, a partir de 1912, fazendeiros do estado de São Paulo realizaram grandes loteamentos próximos aos ramais ferroviários dentro da cidade de São Paulo. Em Curitiba foram criadas as companhias territoriais responsáveis pelos grandes loteamentos na região leste (nos bairros do Capanema e do Cajuru) e na região sul do município (no bairro do Boqueirão), iniciados na década de 40.

Esse novo tipo de urbanização caracterizado por loteamentos, produzidos como respostas a uma situação de crise na produção e na circulação da mercadoria-imóvel e a uma valorização imobiliária dos terrenos com mais trabalho social incorporado na sua produção, conjugado às orientações fundiárias das políticas públicas, criou condições para que se desenvolvessem loteamentos clandestinos nas periferias da cidade, com plantas que não obedeciam aos requisitos legais estabelecidos como mínimos e necessários para a construção de moradias. Em 1963, a prefeitura de Curitiba examinava 300 loteamentos, cuja situação colaborava para um crescimento desordenado e permitia, na medida em que o número de moradias existentes não correspondia às necessidades da

população, que os proprietários construíssem três, quatro e até mais pequenas casas em um único lote. O jornal *Gazeta do Povo*, de 18 de agosto de 1963, dizia que *“essa situação calamitosa e que, a cada dia, assume maiores proporções, é consequência da falta de fiscalização da Municipalidade. Ao lado da falta de aplicação da verba de iluminação pública, da execução de importantes obras que estão sendo reclamadas há tempo, ... também a da permissão implícita de construção de pequenas casas, fora de qualquer norma de urbanismo”*

O AGENTE LOTEADOR E OS LOTEAMENTOS EM CURITIBA

A implantação de loteamentos inclui uma série de cuidados para que não haja danos no meio físico – poluição, assoreamento de cursos d’água, áreas sujeitas a inundações, várzeas – e para que não dificulte a manutenção e/ou implantação de vias de acesso e circulação, dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, e para que os compradores possam construir suas moradias. No Plano de Urbanização de Curitiba foi observado que a municipalidade não tinha cadastrado as propriedades nas zonas vazias e pouco edificadas. Não havia uma lei que delegasse aos poderes municipais a regulamentação e aplicação de procedimentos considerados tecnicamente indicados para o parcelamento do solo.

Para eliminar e diminuir os inconvenientes que já existiam nos anos 40, o Plano de Urbanização de Curitiba apresentava sugestões para incorporar os loteamentos já aprovados e que não atendiam à regulamentação proposta, ao plano geral da cidade por meio de adaptações; as aglomerações ao longo de estradas e prolongamentos das radiais deveriam ser projetadas com o zoneamento de estradas com reservas de faixas; o município tinha vários núcleos urbanos denominados de vilas que cresceram e adquiriram autonomia, os quais eram servidos pela estrada de ferro e poderiam abrigar as massas operárias. O plano ainda sugeria a transformação das aglomerações camponesas das vizinhanças do município em cidades-satélites.

Um fato que contribuiu para que o município de Curitiba apresentasse problemas de loteamentos clandestinos foi a liberalidade que reinou no mercado da terra urbana. A ação do Estado foi frágil e quase que exclusivamente restrita ao caráter urbanístico. A lei municipal exigia a demarcação de quadras de lotes e abertura de ruas. A prefeitura tomava conhecimento dos loteamentos populares na periferia da cidade por meio de reclamações de proprietários de lotes e, algumas vezes, pela fiscalização dos órgãos municipais. Em muitos casos, as leis eram ignoradas pelos que trabalhavam na produção e no comércio de lotes populares como observava a imprensa em 1963:

“Faz oito meses que a nova administração municipal se instalou e, somente agora entendeu voltar suas vistas para o problema dos loteamentos clandestinos, que se têm multiplicado em Curitiba pela inobservância de disposição federal e pelo desrespeito à legislação do Município.” (Gazeta do Povo, 11 jul. 1963, p. 3)

O agente loteador vai existir porque fez do seu trabalho uma profissão. Inicialmente ele atuava como corretor de imóveis e parcelava o solo fazendo associações com os proprietários de áreas em qualquer parte da cidade, visando o lucro que ele podia obter. Na retrospectiva histórica do trabalho desenvolvido pelo agente imobiliário Plínio Gonzaga em Curitiba, ele diz que *“o loteador adquiria a área para loteamento ou fazia um sistema de parceria que seria o proprietário da área e o corretor para que este fizesse tudo desde a aprovação do loteamento em si junto à prefeitura, até as obras públicas necessárias, luz, água, se bem que houvesse a exigência, a maioria não fazia porque a própria prefeitura não estava preparada ainda para fiscalizar bem esse serviço. Por isso também havia loteamentos clandestinos pelo despreparo da fiscalização. Tudo era muito devagar. Após a Grande Guerra tudo passou a ser mais dinâmico, a circular mais dinheiro, a cidade começou a crescer mais com a nova mentalidade após a Grande Guerra que trouxe mais dinheiro para o setor imobiliário. Começou a se criar uma indústria imobiliária com loteamentos, construção de casas” (Entrevista concedida à Maclóvia Corrêa da Silva, dia 08 janeiro de 1999).*

O loteador é uma profissão antiquíssima, relata o incorporador e corretor de imóveis Nelson Torres Galvão. *“Eles loteavam áreas rurais e abriam estradas de acesso nos espigões. Assim foi a colonização no Norte do Paraná. Lotear era abrir a estrada, piquetear a posição dos lotes. O mesmo processo de loteamentos rurais era o processo de loteamentos urbanos, a Fazenda Cajuru, por exemplo, foi loteada. Capanema era uma fazenda também. Foram loteadas e vendidas transformando a cidade. O loteador era o dono da terra ou um empresário que era concessionário do loteamento. Você tinha um terreno grande, por exemplo, dez alqueires, cinco alqueires. Alguém experiente na área lhe trazia a idéia de fazer um loteamento. Combinava com você quanto do valor da venda lhe pertenceria e quanto ficaria para ele. Então ele organizava o loteamento. Piqueteava tudo, fazia as divisões, registrava na prefeitura, no registro de imóveis quando fosse o caso, aí começava a vender. O caminho era piquetear a rua e abrir os lotes. No começo não punha luz. O primeiro loteamento que recebeu luz e água, tenho a impressão que foi o Jardim Santa Bárbara, feito nos anos 40 pela Empresa Iwersen, Loyola e Pierri. Loteamentos clandestinos eram um problema mais dos proprietários que iam vendendo pedaços. Tinham uma área encravada numa região já populosa e de repente, um vizinho chegava: ‘Ó seu fulano, quer vender um pedaço pra eu fazer uma casa?’ Aí ele vendia o pedaço. Aí o parente daquele fulano vinha e pedia outro pedaço. Ele vendia, fazia um recibo. De repente se formava um*

loteamento em cima do terreno não-legalizado. A prefeitura teve muito trabalho para regularizar isso” (Entrevista concedida à Maclóvia Corrêa da Silva no dia 09 de fevereiro de 1999).

Muitos loteamentos não tinham nem ruas abertas e elas se definiam com a ocupação dos lotes pelos moradores. Como a legislação não obrigava o loteador a realizar os serviços públicos, estes eram feitos por pressão dos proprietários os quais, muitas vezes, negociavam politicamente com candidatos às benfeitorias de seus bairros. O mercado da terra urbana era desconhecido e desorganizado. Os agentes trabalhavam com seus conhecimentos empíricos adquiridos e limitados a regiões ou bairros. A municipalidade não adotou nenhuma política durante a vigência do Plano de Urbanização de Curitiba, no sentido de regular o preço da terra, de estimular ou desestimular a produção de loteamentos conforme sugestão do plano, de amparar os consumidores de baixa renda e de evitar que a especulação imobiliária criasse a escassez e onerasse os custos da urbanização. A ausência de normas urbanísticas adequadas permitia que os loteamentos se constituíssem em rendosa indústria acionada pelo próprio motor da expansão demográfica, registrava a imprensa nos anos 60:

“Os loteamentos que se constituem numa rendosa indústria acionada pelo próprio motor da expansão demográfica da Capital têm, em sua maior parte, descumprido um mínimo do que desejam milhares de curitibanos, ou seja, arruamento, serviço de água e esgotos, iluminação pública e outras benfeitorias. Crescem as construções, praticamente, em campos mal piqueteados, valorizando áreas e proporcionando fortunas a quem tinha um dever de respeitar não só disposições de leis, como também, aqueles compromissários adquirentes que esperavam da Prefeitura a ação necessária para compelir os loteamentos a terem um mínimo de benfeitorias.” (Gazeta do Povo, 11 jul. 1963, p. 3)

A expectativa de apropriação da valorização gerada por investimentos públicos ou privados realizados no entorno dos imóveis poderia ser desestimulada por meio de impostos que penalizassem as taxas de lucro e também pela atualização do valor venal, que serve de base de cálculo do imposto territorial urbano desde os anos 40. Em Curitiba, na gestão do prefeito Ivo Arzua – 1962-1966 – foi feita uma atualização do valor venal dos imóveis para resolver o problema das receitas da prefeitura e para pagar as desapropriações realizadas. No relato do prefeito, em Curitiba era assim: *“quando era para pagar impostos, o imóvel não valia nada, mas quando a prefeitura ia desapropriar, o imóvel valia mil vezes mais ou dez mil vezes mais. A política do imposto atualizado também visava combater os vazios urbanos, terrenos não-habitados pagavam mais. Era um imposto regressivo. Ele era primeiramente avaliado considerando a área vazia e se o proprietário construísse, se fizesse melhorias, aí se baixava. Sempre do lado da vantagem e não da punição”* (Entrevista concedida à Maclóvia Corrêa da Silva em 04 de maio de 2000).

A retenção prolongada de terrenos vagos foi constatada pelo Plano de Urbanização em 1943, quando a área urbana da cidade era menor que a área em 1963, e nesse ano ainda a prefeitura enfrentava preços freqüentemente altos nos terrenos declarados de utilidade pública para desapropriação. A situação no correr dos anos se agravou com a redução da oferta e a formação de verdadeiros “latifúndios urbanos”. Segundo o corretor de imóveis João Martinho Cleto Reis, o parcelamento do solo para fins urbanos na forma definida, anos mais tarde, pela Lei n. 6. 766/79, influiu ainda mais no preço dos terrenos urbanos e grande parte da população de baixa renda deixou de ser atendida, conforme relato:

“Até 1978 a lei dos loteamentos era a n. 58. Ela exigia demarcação das quadras dos lotes e abertura de ruas – passar uma máquina e delinear a rua. O serviço público, depois com a ocupação dos lotes, tinha a responsabilidade do resto. Supostamente, o poder público era obrigado a fazer política dos votos, pressão dos moradores. A nova lei de loteamentos em 1979. Até essa ocasião, os loteamentos surgiam em toda a parte, mais longe, mais perto. Alguns corretores de imóveis eram loteadores, pessoas que queriam ganhar capital e tinham visão de futuro. Os loteamentos eram vendidos para os operários. A lei n. 6.766 exigia demarcação de ruas, energia elétrica, rede de água, rede de esgoto, meio-fio e pavimentação. Tornou impraticável a aquisição para as classes menos favorecidas. O desenvolvimento de uma cidade se faz através das classes menos favorecidas. Quando ele se consolida vêm as pessoas mais abastadas comprando e expulsando os pobres para áreas mais distantes.” (Entrevista concedida à Maclóvia Corrêa da Silva no dia 30 de dezembro de 1998).

Na verdade o texto da Lei Federal n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, não especifica nenhuma obrigatoriedade com relação à implantação de infra-estrutura básica (luz, água, esgoto, pavimentação) por parte do loteador. Segundo a citada lei, os requisitos urbanísticos para se realizar loteamentos que causaram constrangimento aos investidores, dito por Cândido Malta, que participou da elaboração da lei, estavam relacionados à obrigatoriedade de reserva de 35% da área do loteamento para áreas públicas.

Vê-se que a propensão a parcelar o solo, entre os anos de 1943 e 1963, não era regulada por instrumentos que punissem a ociosidade de áreas, e que o poder público não cobrava exigências relativas a obras públicas e dimensão mínima do lote. O custo de produção do parcelamento do solo era muito atrativo para os possuidores de áreas mais urbanizadas, pois as vantagens concentravam-se nos poucos requisitos para lotear e nos reduzidos preços das áreas mais periféricas ainda não-ocupadas pelas atividades urbanas.

O parcelador atuava dentro de um clima de liberalidade, pois a ação da municipalidade no mercado de terras era exclusivamente normativa, de caráter urbanístico, sem qualquer estudo ou pesquisa que conduzissem a uma política de

ocupação das periferias da cidade. O setor de produção de terra urbana era atraente, pois apresentava oportunidades para aplicações de capital e para reserva de valor. A clandestinidade era uma situação difícil de se controlar, já que a municipalidade não conduzia um processo de produção de lotes implantado de acordo com as necessidades do crescimento urbano, e não dispunha de instrumentos que visassem corrigir as distorções que ocorriam no mercado fundiário.

O AGENTE PRODUTOR DE MORADIAS DESTINADAS AOS GRUPOS DE ALTAS E MÉDIAS RENDAS EM CURITIBA

Salgado (1985) explica que o agente construtor vai evoluir e se transformar em uma sociedade de construção. Os empreendedores vão assumir o controle técnico da produção e o controle econômico ficará reservado ao consumidor quando o motor da produção é o fornecimento de um valor de uso, assegurado por novos mecanismos financeiros que vão garantir o financiamento do imóvel a longo prazo, e ao capital, quando o motor da produção é a valorização do capital. Essa nova forma de produção nasceu nas primeiras décadas do século 20, quando ainda não havia um verdadeiro sistema financeiro habitacional que viabilizasse a construção para o produtor em grande escala e a compra, a longo prazo, para o consumidor.

Ribeiro (1997) associa o grande surto de construções na cidade do Rio de Janeiro após a Segunda Guerra Mundial à emergência de um capital de empréstimo que se especializará no financiamento imobiliário. Foram criados mecanismos financeiros na economia interna que criaram as bases para o desenvolvimento do crédito imobiliário:

“A conjuntura econômica criada pelas repercussões da Segunda Guerra Mundial na economia interna, sobretudo no que diz respeito à expansão dos meios de pagamento, favorece que uma fração do capital social se especialize no financiamento habitacional. ... O aumento extraordinário do meio circulante cria a base para o desenvolvimento do crédito imobiliário. Nos anos 40/60, não há verdadeiramente um sistema financeiro habitacional, que só será criado com o advento do BNH.” (Ribeiro, 1997 p. 267-269)

Salgado (1985) caracteriza o primeiro *boom* imobiliário ocorrido no fim da Segunda Guerra Mundial como o resultado, por um lado, do aumento da demanda, e por outro lado, da forte atração exercida pelas atividades imobiliárias como sendo uma possibilidade de colocação dos capitais acumulados na indústria, no comércio e na exportação agrícola. Com a crescente inflação e as restrições das taxas de juros dos capitais investidos, este tipo de aplicação ficou restrita àqueles capitalistas que tinham maiores capitais. Quanto aos investimentos

em imóveis para a locação no período compreendido entre 1942 e 1964, dadas as dificuldades que os proprietários encontravam para realizar contratos mais vantajosos regulados pela lei de congelamento dos aluguéis, mesmo que os investidores possuíssem recursos, eles não se sentiam encorajados para comprar imóveis com a finalidade de alugá-los.

Diferenças observáveis ocorreram no comportamento dos agentes sociais que atuavam no sistema de produção e incorporação imobiliária, interferindo na oferta e na demanda do mercado habitacional e na demanda do mercado fundiário. No setor privado da economia brasileira dos anos 40/60, eram incorporadores imobiliários todos aqueles que tinham capital e o aplicavam na produção de imóveis para a venda. A então nova atividade não obedecia a nenhuma regulamentação profissional até 1964, quando as incorporações imobiliárias passaram a ser regidas por lei.

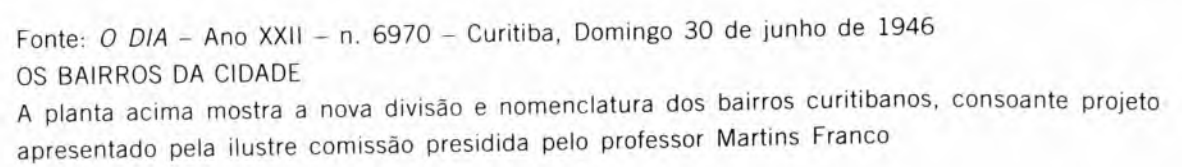
O agente incorporador era uma espécie de coordenador das atividades de todos os agentes envolvidos na construção de habitações para uma clientela definida: o arquiteto, os construtores, os vendedores. Inicialmente, ele agia como prestador de serviços, e não como financiador, explica Topalov (1968), que conhecia bem o gosto e as necessidades de um público e buscava atendê-lo, procurando tomar as iniciativas para as realizações imobiliárias: a escolha do terreno, o estudo para a definição do produto imobiliário e a execução da obra. A aparição da incorporação imobiliária está ligada ao produto imobiliário que se denomina condomínio, sujeito ao regime comum de propriedade, tendo o terreno como base de comunhão. Quando o incorporador efetua um ato de incorporação para coordenar as operações necessárias à realização de empreendimentos imobiliários, ele precisa providenciar capitais necessários para a compra do terreno e para a construção; estudos sobre a arquitetura e a construção; contratar a construção; fazer a comercialização e coordenar o programa dentro da legislação vigente.

É importante ressaltar que a incorporação imobiliária está ligada à invenção de uma nova mercadoria que é o apartamento. O interesse individual de construir em um terreno evoluiu e passou a ser de interesse comum, ou seja, vários proprietários vão possuir edificações em terreno comum e indivisível. O condomínio significa domínio de vários proprietários de partes comuns de um imóvel e de partes autônomas de propriedade de cada um deles. Como este tipo de empreendimento apresenta uma cisão entre o construtor e o comprador, e a construção está fora do alcance das pessoas desejosas de possuir uma moradia sob o regime condominial, surge a figura do incorporador como idealizador, organizador e realizador da construção. Ele acompanha a operação desde a compra do terreno até a entrega da obra. Ele não era um capitalista que construía para vender, e sim, o agente capaz de reunir os possíveis compradores com o provável dinheiro que financiaria a construção.

O agente imobiliário em Curitiba que efetuou a incorporação e fez dela sua profissão relata como acumulou suas atividades de corretor e incorporador: *“O ‘feeling’ ou o conhecimento de mercado era o que levava o incorporador a tomar decisões de produção. Eu comecei a incorporar assim. Eu vendi vários prédios para a firma Gutierrez, Paula & Munhoz. Comecei a fazer as contas que o dinheiro que os compradores pagavam todo mês para a construtora era suficiente para construir o prédio. O conjunto de recursos que entravam permitia financiar a construção. Fiz minhas contas e cheguei a conclusão que eu também podia me tornar incorporador. E assim acertei com Jaime Wasser e Augusto Prolík para construir no terreno deles o Edifício Alvorada. Era uma rua ruim com canal aberto. Um arquiteto amigo nosso fez o projeto. Eu montei um esquema de publicidade. Naquele tempo a incorporação não era registrada. A gente vendia os apartamentos e registrava-os de acordo com a lei dos loteamentos de 1938. Montamos a incorporação em conjunto, o Jaime e o Augusto receberam os apartamentos e eu comecei a incorporar o prédio, quer dizer, a incorporação se fazia através da venda das unidades que a gente tinha projetado. A capacidade de venda e os cálculos que eu fiz que com o dinheiro dos compradores eu construiria, levaram-me a decidir.”* (Entrevista com o sr. Nelson Torres Galvão, concedida à Maclóvia Corrêa da Silva no dia 09 de fevereiro de 1999).

No relato dos agentes sociais que atuaram no setor imobiliário na cidade de Curitiba no período de 1940-1960, a definição do incorporador como profissional foi construída sempre com descrições de suas experiências no mercado, destacando a importância da lei que deu consistência jurídica à profissão nos anos 60. Topalov (1968) ao estudar, por meio de depoimentos, a atividade do incorporador na França, fala que os entrevistados constroem uma imagem ideológica de sua própria atividade dentro de um quadro social baseado em três postulados: 1) a de um tipo profissional único, agindo em um sistema único; 2) a autonomia da profissão, mas que na realidade depende de outros agentes que colaboram para que a operação de construção se realize; além de incorporador, o profissional é frequentemente um construtor ou corretor; a iniciativa de dirigir uma operação depende de uma série de instâncias de outros organismos; 3) a limitação do campo de atuação do incorporador aos condomínios quando, o que o caracteriza, é que ele constrói tanto para a venda quanto para a locação.

Pode-se observar os três postulados descritos acima por Topalov, na figura do profissional incorporador relatado pelos agentes entrevistados em Curitiba. Um outro exemplo de definição do agente incorporador relatado pelo corretor Plínio Gonzaga, reforça a posição confinada a um comportamento padrão: *“o incorporador é a pessoa que compra um terreno ou se associa com o proprietário do terreno e vai planejar a execução de um edifício em cima do terreno, ou seja, um tipo de profissional autônomo que toma uma iniciativa para construir um*



condomínio” Um exame diferente da incorporação na atualidade do ano 2000 mostra que o conceito do profissional evoluiu e envolve novas relações sociais:

“O incorporador surgiu como um especulador no mercado que vislumbrava a obtenção de lucro no loteamento e na construção civil. A programação dele depende de um mercado receptivo. Caso contrário, ele vive em função das condições mercadológicas. Antes havia mercado. Ele fazia programação e tinha financiamento direto. O terreno era sempre financiamento direto. O incorporador como base de sua atividade tem sempre uma equipe técnica. A venda é feita com consulta às imobiliárias constituídas. O uso é um fator de grande importância e é determinado pela aceitabilidade do mercado na escolha do terreno. A localização decorre do uso. O cidadão vai ver por quanto ele poderia vender o terreno. No passado havia um grande estoque. Antes era sistemático. Havia facilidades de revendas e não havia frustrações de objetivos legais.” (Entrevista com João Teodoro da Silva, presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI / 6ª Região-PR, concedida à Maclóvia Corrêa da Silva no dia 04 de janeiro de 1999).

Ribeiro (1997) identificou, na história da incorporação imobiliária no Rio de Janeiro, a emergência de um novo padrão de acumulação a partir de 1964, que reforçou a lógica mercantil-fundiária do capital de incorporação e criou a geração de sobrelucros de localização a partir da diferenciação social no espaço da cidade.

O incorporador estava organizado em Curitiba nas décadas de 40/50, ora constituindo a mesma pessoa jurídica com a construtora, fazendo o projeto, a incorporação e a construção, ora ele agia independentemente. Nas construções de condomínios realizados após a Segunda Guerra, até os anos 60, a função do incorporador foi mais desempenhada como injetor de capital do que como prestador de serviços. Esta afirmação está baseada na conjuntura econômica do café que gerou capitais para o setor imobiliário pelos investidores que se nomearam incorporadores, e nos relatos disponíveis que destacaram a independência das atividades construtoras, comercializadoras e financiadoras. Esses indivíduos eram profissionais que desenvolviam, simultaneamente, atividades ligadas à indústria e à cafeicultura:

“Investiam no imobiliário os industriais Leão Junior, Fontana, ervateiros, em maior escala, madeireiros e cafeicultores. Investiam aqui os cafeicultores porque Londrina e Maringá eram vilarejos. A riqueza do Paraná se fez com o café. Os ervateiros passaram para o café. Os industriais entravam até incorporando com a gente. Os cafeicultores chegaram a ser incorporadores.” (Entrevista com o engenheiro Guido Weber, concedida à Maclóvia Corrêa da Silva no dia 30 de abril de 2000).

As firmas construtoras e incorporadoras que permanecem no mercado imobiliário curitibano entre os anos 40 e 60, anunciando a venda de

condomínios, são Irmãos Thá, Gutierrez Paula & Munhoz e Copara Ltda. Muitas obras destas empresas foram incorporadas por indivíduos pertencentes a famílias tradicionais curitibanas: João Alfredo Silva, Joffre Cabral Silva, Evaristo Chalbaud Biscaia, Fernando Camargo, André Perrone, Nelson Mozart Weigang.

A incorporação também despertou interesse nos grupos políticos ligados às famílias Camargo, Canet, Munhoz da Rocha e Moro. Capitais industriais e os provindos da agricultura associaram-se ao capital construtor para fornecer moradias e escritórios para as camadas sociais de poder aquisitivo com rendas capazes de adquirir uma propriedade no centro da cidade, estimuladas pelo usufruto da melhor infra-estrutura urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agentes do setor imobiliário-construtor, em Curitiba, puderam criar comportamentos que se adaptaram às mudanças no mercado fundiário durante a vigência do Plano de Urbanização de Curitiba porque o planejamento urbanístico não foi considerado um instrumento de fixação de uma política do solo urbano. Com o crescimento da economia cafeeira houve uma expansão do setor imobiliário na capital paranaense. Loteamentos, construções populares, verticalização, aberturas de firmas comercializadoras, incorporadoras e construtoras deram origem à especialização de grupos de engenheiros, técnicos e profissionais no ramo imobiliário.

Maclóvia Corrêa da Silva
Doutora pela FAUUSP

Agradecimento

Meus sinceros agradecimentos pela colaboração do professor Cândido Malta, no sentido de trocar comigo conhecimentos e ajudar-me a construir idéias de forma sistêmica.

Entrevistados

Nelson Torres Galvão, Plínio Gonzaga, Ivo Arzua Pereira, João Martinho Cleto Reis, João Teodoro Reis, Guido Weber, com agradecimentos.

Nota

Os anúncios imobiliários foram consultados nos jornais *Gazeta do Povo* e *Diário da Tarde*.

BIBLIOGRAFIA

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, IPPUR, UFRJ, FASE, 1997.

SALGADO, Ivone. *La promotion immobilière à São Paulo*. Paris, 1985. Tese (Doutorado). Université Paris XII – IUP, Val de Marne, p. 400.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana. *São Paulo, Espaço e Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, n. 37, p. 19-33. 1994.

TOPALOV, Christian. *Introduction a une recherche sociologique sur les promoteurs immobiliers. Étude préliminaire à l'élaboration d'une typologie*. Paris: CSU, 1968, 68p.

Laura Machado de Mello Bueno

Orientador:
Prof. Dr. Philip Gunn

P

ROJETO e FAVELA.
METODOLOGIA PARA
PROJETOS DE URBANIZAÇÃO

RESUMO

Este artigo trata da tese de doutorado *Projeto e favela: Metodologia para projetos de urbanização*, que apresenta uma síntese metodológica para aprimoramento da elaboração de projetos e obras de urbanização de favelas. Conceitua-se o fenômeno do assentamento ilegal como uma alternativa entre as formas de provisão de moradia da população pobre de países periféricos, mesmo que emergentes, como o Brasil. Apresenta-se um quadro geral da política oficial para favelas no Brasil. Estudamos aqui também o aparecimento, o crescimento das favelas, o desenvolvimento de políticas públicas relevantes e o processo de obtenção de direitos a serviços, tendo como foco o município de São Paulo. É traçado o caminho histórico da reformulação, socialmente construída, dos partidos do projeto urbanístico para as favelas, a partir, principalmente, da experiência brasileira, e particularmente, de São Paulo e Rio de Janeiro. Destaca-se o processo de desenvolvimento das políticas públicas e dos métodos e paradigmas dos assentamentos e de projeto desenvolvidos a partir de pós-guerra em algumas capitais brasileiras. São avaliados também casos de obras de urbanização de favelas pesquisados coletivamente em 1999 em cinco cidades brasileiras, quanto à qualidade do ambiente resultante. A partir das pesquisas realizadas, faz-se uma discussão sobre a adequação urbanística e socioambiental da intervenção em favela. Destaca-se a questão da estética da paisagem resultante na favela urbanizada, em que a ocupação original não foi orientada por projeto técnico, e produzindo uma qualidade espacial específica, social e historicamente construída. A tese é finalizada com a apresentação de uma contribuição ao aprimoramento do desenvolvimento de projetos e obras, bem como diretrizes para políticas públicas com maior amplitude social e espacial como resposta a uma das graves iniquidades da urbanização brasileira.

ABSTRACT

This work presents a phd thesis about a methodological proposal for the improvement of projects and works for up-grading urban conditions of favelas in Brasil. The illegal settlement phenomenon is posed as one of the housing alternatives of the poor population of many peripheral countries, even the understood, including Brazil, among the emergent. Official policies on favelas in Brazil are centred to this thesis which also studies the origins and the growth of favelas, the development of relevant public policies and the access of favela dwellers to public services, as rights, within a case history of the São Paulo municipality. The historically and socially constructed transformation, of public policies and projects developed for favelas are presented, in the context of Brazilian experience, specially São Paulo e Rio de Janeiro. The process of the development of methods of intervention and paradigms of urban settlement and design are considered, since 1940. Study cases on appraisal of urbanization works of favelas, in terms of build projects, are presented, based on coletive empirical research developed in 1999. The social, urban and environmental adequacy of favela programmes is discussed. On the basis of research findings, the question of the landscape aesthetics of urbanized favelas is also discussed, focusing on the specific spacial qualities resulting from the design solutions. The central focus of the thesis is a contribution for the improvement of projects and construction in favelas, as a social and spatial wideness of the response to one of glaring inequities of Brazilian urbanization.

APRESENTAÇÃO

A tese “Projeto e favela: Metodologia para projetos de urbanização” versa sobre a possibilidade de realizar investimentos em assentamentos ilegais, como forma de melhorar as condições de vida e quebrar um processo de exclusão social e segregação espacial, que tem convivido com a urbanização brasileira. Questionam-se as soluções habitacionais baseadas nos modelos tecnológicos – barateamento da unidade pelo processo construtivo. Coloca-se em xeque a *política da moradia real*, já denunciada por John Turner em 1962, *sem subsídio e com sobretrabalho*, com construção gradual. Isso significa que não só a edificação, mas também seu entorno estarão em construção por um longo tempo e serão utilizados antes de completos.

Segundo Guimarães, 1988:82, “A frase ‘O Brasil não é mais um país subdesenvolvido, é um país injusto’ reflete cabalmente a equivocada percepção de um setor amplo da intelectualidade acadêmica e política brasileira, cada vez mais desmentida quotidianamente pela realidade.” De fato, a precária condição de vida de boa parte do povo brasileiro (de 25% a 50% da população é pobre ou muito pobre, estruturalmente subempregada, e tem uma frágil estrutura de seguridade social – aposentadoria, saúde e moradia).

As cidades sobretudo (e mais recentemente, não só nossas metrópoles, mas também cidades médias) oferecem condições urbanas incompletas, como precária mobilidade centro-periferia, pouca acessibilidade aos locais de moradia, falta de limpeza pública e manutenção urbana, saneamento básico, quanto mais ambiental.

O resultado é um ambiente construído com pouca qualidade espacial e muitos problemas que causam grande desconforto. A cidade não é um ente abstrato, mas local de preferencial hábitat humano, onde são aplicadas altíssimas quantidades de dinheiro público. Os cofres municipais, estaduais e federais (no caso de transporte, saneamento, desenvolvimento socioeconômico) constroem o ambiente comum. As diferentes classes sociais vivem (e convivem) nesses espaços.

Bastante motivada por essa incapacidade das políticas públicas de ampliar o acesso da nossa população à condição de humanidade (no sentido de conforto, dignidade, respeito, integridade, equidade), procurei dedicar-me a uma reflexão transversa ao sentido do tecido social desenvolvido no meio urbano.

Questionando as relações de mediação entre as decisões sobre uso do fundo público e ao mesmo tempo, analisando a adequação da qualidade espacial às necessidades humanas (tão complexas) busquei trabalhar numa escala mais específica e mais humana, em que é possível dar importância ao cheiro, à umidade, ou às cores do caminho, para aumentar as oportunidades de vida para a população pobre, que vive tão duramente. Oliveira, 1998:215 comenta a dura

luta pela sobrevivência a que é submetida nossa população: *“De fato, há algo mais tenebroso por trás da renúncia ao combate ao desemprego e à miséria. É que as classes dominantes da América Latina desistiram de integrar a população, seja à produção, seja à cidadania.”*

No Brasil vemos se juntarem – inclusive no local de moradia – a população de origem migrante nordestina, já com gerações de analfabetismo e carências diversas, nosso tradicional exército de reserva, de mão-de-obra de baixa qualificação, com uma população de jovens urbanos sem qualificação e “inúteis” para o setor produtivo e uma população de idosos que não tem nenhuma estrutura de amparo social, além da casa própria – quase sempre precária e ilegal.

Considerando que o local de moradia é o lugar em que se passa a maior parte do tempo, sobretudo a criança e o jovem que não estudam, o idoso, o desempregado, e que, segundo Castel, 1995:30, *“em uma sociedade 80% urbana, os problemas são efeito e degradação da condição social em taxas elevadas de desemprego, ruptura da solidariedade de classe e falência da transmissão dos laços familiares”* torna-se evidente a necessidade de ações sobre o meio ambiente urbano, onde essa população dorme, acorda, vive e sonha (às vezes pesadelos).

Há uma descrença acerca de teses acadêmicas que pregam “como fazer as coisas” acusadas de simplificar a realidade para que essa possa se adequar ao modelo proposto. Este trabalho procura superar essa simplificação, partindo de um processo de pelo menos 40 anos de experiências concretas de intervenções em favelas.

A par da possibilidade concreta de melhoria das condições de vida proporcionada pelo processo de urbanização de assentamentos informais, as contradições estruturais afloram, buscando da sociedade (e não só da academia) enfrentamentos e soluções.

Como política oficial, a consolidação das favelas no ambiente urbano não supõe a solução do problema da detenção dos direitos de propriedade do solo. Há conflitos quanto à concepção do direito. E há conflitos entre o que fazer em relação às invasões existentes e as que virão. Essa é uma situação extremamente contraditória, mas é a nossa realidade.

A criação de uma favela ou invasão dá-se sempre de maneira coletiva. Os moradores colocam-se como coletividade (daí os nomes de comunidade, núcleo habitacional ou assentamento) para se defender do proprietário.

Por um lado não é possível apoiar ou incentivar a invasão como forma de provisão de moradia digna. Mas a invasão de terra urbana é hoje considerada um ingrediente fundamental do processo de urbanização (e do modo de produção brasileiro), ao retirar a demanda por moradia do leque de reivindicações da população pobre.

Minha hipótese é que atualmente já temos, no Brasil e em outros países com assentamentos habitacionais irregulares e informais, uma sistemática de procedimentos técnicos e operacionais, na atuação destas áreas. Mediante a avaliação de experiências acumuladas, é possível sistematizar uma metodologia para o desenvolvimento de projetos de urbanização de áreas já habitadas, que, com vontade política e alguns recursos financeiros, poderá se estender à maioria dos moradores desses assentamentos.

Na apresentação da tese (parcialmente reproduzida neste artigo) tem-se a definição de favela, as diferentes facetas da ilegalidade, sua relação com a exclusão social e conseqüências quanto ao direito. Inclui-se também um quadro internacional¹ da habitação informal nos diferentes continentes.

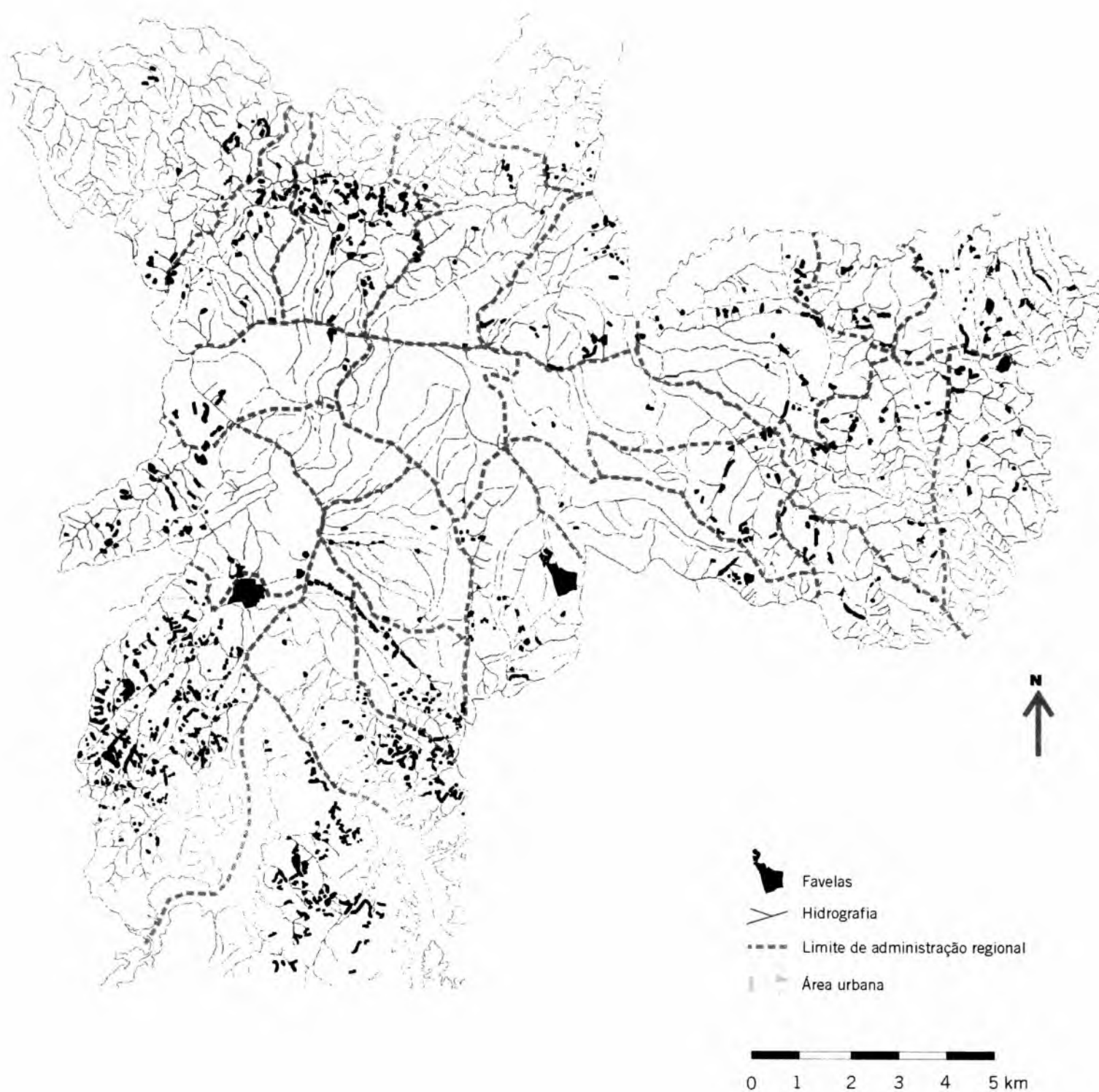
A tese tem duas partes. Na parte 1 apresenta no primeiro capítulo, a partir da magnitude do fenômeno da habitação informal, um histórico das políticas oficiais brasileiras e o posicionamento dos órgãos internacionais de financiamento de políticas públicas. No segundo capítulo centra-se na análise da favela especificamente no município de São Paulo, desde as primeiras invasões até o ano 2000. A pesquisa destaca a ligação – tanto dos problemas quanto às soluções – entre a questão sanitária, ambiental e habitacional, como exemplifica o Mapa 1. No terceiro capítulo, detalha-se a gestão do Partido dos Trabalhadores de 1989 a 1992, quando se implementou um Programa de Ação em favelas de grande amplitude. São apresentadas de maneira crítica, a concepção da política, sua operacionalização, alcance e custos. No quarto capítulo, procura-se sistematizar a experiência brasileira em projetos e obras de intervenção em favelas nos últimos 40 anos. Dessa forma, é possível perceber que, de “caso de polícia” a favela se transformou em problema de assistência social, até ocupar um lugar definido na formulação de soluções específicas. Entre as mais de 80 ilustrações sobre projetos, obras e tecnologias utilizadas, estão a Figura 1 – Aspecto da rua Córrego dos Melo, na Favela Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo, antes e depois da urbanização de 1992, e a Figura 2 – Situação atual e projeto para a Favela Escondidinho, no Rio de Janeiro. No primeiro caso, tem-se a preocupação com a solução de problemas da cidade como um todo, quando se urbaniza a favela, coletando-se o esgoto do bairro vizinho. No caso do Rio de Janeiro destaca-se a ousadia projetiva, essencial para as boas soluções de urbanização de favelas. No quinto capítulo, a partir de uma ampla pesquisa coletiva² realizada em oito favelas de cinco cidades brasileiras em 1999, procura-se avaliar o resultado da urbanização dessas áreas. A pesquisa avalia o resultado das obras sob o aspecto ambiental, urbanístico, da condição habitacional, relacionando cada obra analisada quanto à integração urbanística e nos sistemas de infra-estrutura.

Na Parte 2 efetua-se primeiramente uma discussão sobre a qualidade estética dos assentamentos de favela, uma vez urbanizados, devido à riqueza da sua implantação, liberta em relação aos códigos legais, por meio de algumas

(1) Ver também trabalho programado “3.1. Política habitacional e favelas: Estudos de caso”, apresentado à FAUUSP, 1998, sobre o fenômeno no exterior, em especial os avanços sobre obras de integração e regularização urbana na Indonésia, Venezuela e outras cidades brasileiras, além de São Paulo e Rio de Janeiro.

(2) A pesquisa “Parâmetros para urbanização de favelas” foi desenvolvida pelo LABHAB/FAUUSP entre julho de 1998 e dezembro de 1999, com financiamento da Finep e da Caixa Econômica Federal, com a coordenação geral da professora Ermínia Maricato. A mim coube a elaboração do projeto inicial, a coordenação técnica da pesquisa e o desenvolvimento dos aspectos relativos à qualidade ambiental das obras. A pesquisa procurou avaliar a adequabilidade, a replicabilidade e a sustentabilidade das obras de urbanização de favelas. Foram pesquisadas favelas em: Fortaleza, Goiânia, Diadema, Rio de Janeiro e São Paulo.

Mapa 1
Município de São Paulo
Localização das favelas em relação à rede hidrográfica – 1987



Fonte: TASCHNER, Suzana Pasternak, PEQUENO, Luis Renato Bezerra (col.) Impacto do meio ambiente construído e as populações de baixa renda. In: *Anais, Seminário Metrópoles latino-americanas*, vol. 1, FAUUSP, São Paulo, 1992. Dados básicos: Cadastro de Favelas, SEHAB – 1987 e Comissão Permanente de Enchente – SAR



Figura 1

Rua Córrego dos Mello, limite entre o loteamento e a Favela Nossa Senhora Aparecida, que recebia os esgotos do bairro, São Paulo, 1992 – antes e depois das obras

Fonte: Fotos de Robson Martins

pós-
073

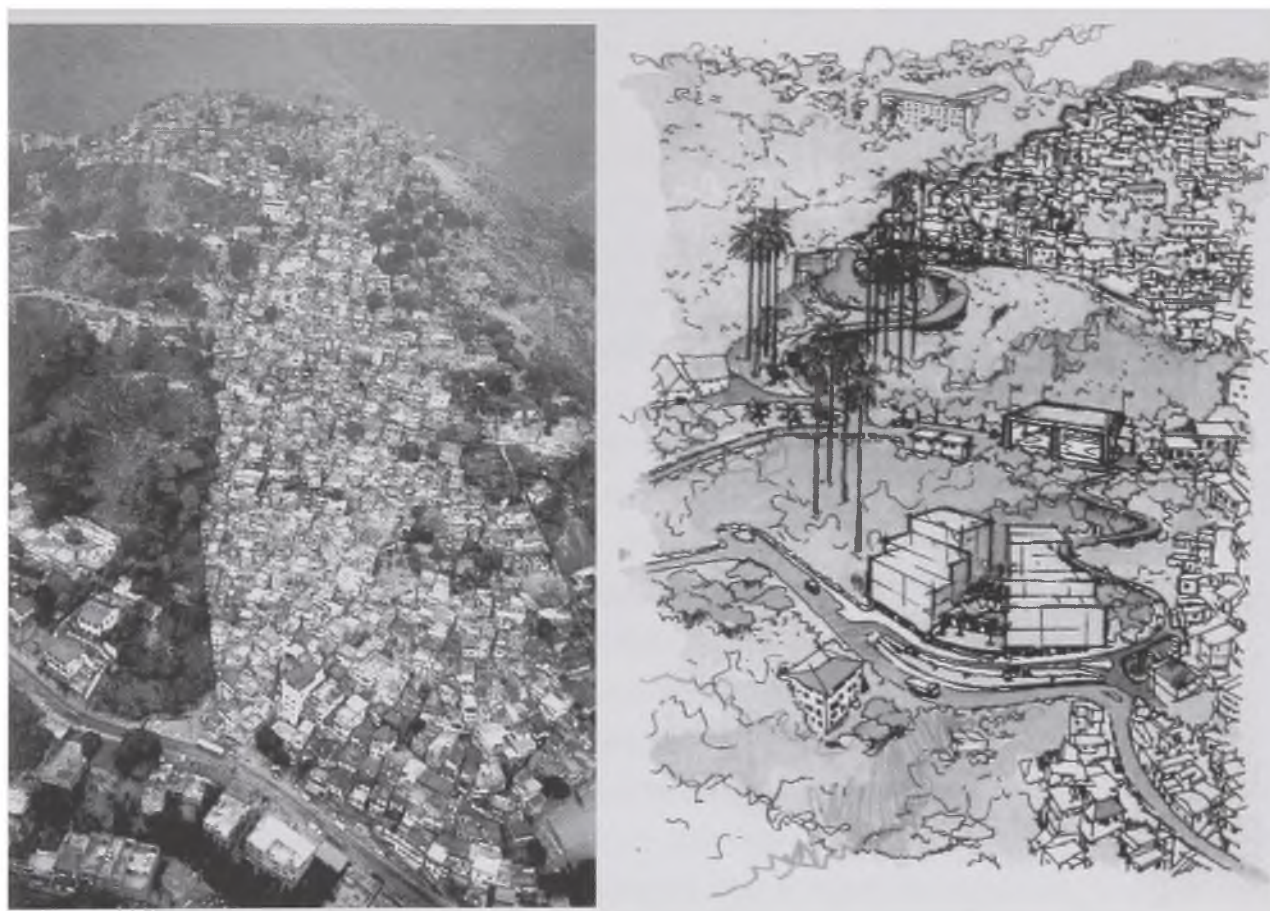


Figura 2

Situação atual e projeto para o Escondidinho, de Arplen Arquitetura e Construção, 1995

Fonte: RIO DE JANEIRO (cidade). *Política habitacional da cidade do Rio de Janeiro*, Secretaria Municipal da Habitação, maio 1995

comparações com outros espaços urbanos, como a cidade medieval. Faz-se uma crítica aos preceitos do urbanismo “profissional”. No sétimo capítulo discute-se a produção social do espaço da favela, onde afloram as contradições entre o sentimento de pertencimento, segregação socioespacial e ilegalidade. Procura-se assim avaliar os limites e as potencialidades das obras de urbanização de favelas. No oitavo capítulo fecha-se a tese, com a síntese de uma proposta metodológica para a ação em favelas e outros assentamentos informais. Dentro de uma política urbana e habitacional mais ampla, desenvolve diretrizes para a realização dos levantamentos, do projeto e da obra em favela. Pelas experiências pesquisadas e vividas, busca-se sistematizar a essência do desenvolvimento de projetos e obras em favelas, já que, como comprovam os capítulos anteriores, já há um acúmulo notável que precisa ser transferido para os profissionais envolvidos com políticas e projetos de habitação e de urbanismo. Por isso são identificados, desde parâmetros para dimensionamento do parcelamento e para infra-estrutura urbana, até especificidades para o contrato de projetos e obras.

Nas considerações finais destaco as questões que essa reflexão tão longa (desde 1985 na atividade profissional e nos cinco anos do doutorado) abriu, e indico, para além da questão da regularização fundiária e urbanística, caminhos para a integração urgente das populações moradoras em favelas urbanizadas à sistemática da manutenção dos sistemas de serviços urbanos.

I. A RELEVÂNCIA DA TEMÁTICA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS, URBANA, AMBIENTAL E HABITACIONAL

As favelas são aglomerados urbanos em áreas públicas ou privadas, ocupadas por não-proprietários, sobre as quais os moradores edificam casas à margem dos códigos legais de parcelamento e edificação. A ilegalidade da favela, portanto, é determinada pelo conflito entre o proprietário da terra (público ou privado) e o posseiro e pelo desrespeito às normas legais de ocupação da terra urbana. Sua existência dentro do tecido urbano resulta também na desvalorização dos terrenos à sua volta. Conforme observou Rodrigues, 1986:39: “A especificidade da população que mora nas favelas é a de não poder pagar, com seus escassos e irregulares salários, a renda da terra. A especificidade da favela é a de desrespeitar a apropriação privada da terra e as ‘normas’ de parcelamento da terra urbana em lotes e de provocar no urbano a ‘desvalorização’ das proximidades da área por ela ocupada.

No caso da favela temos muitas ilegalidades. Há a ilegalidade sobre a posse do terreno (a principal), de edificar em terrenos de uso ou edificação proibidos – beira de córregos, terrenos de alta declividade, da forma de parcelamento e ocupação do solo, dimensão dos lotes e das ruas, índices urbanísticos e, por

último, a ilegalidade da edificação da casa em si – tipo de material, dimensão dos cômodos, ventilação, iluminação. As duas últimas não são privilégio das favelas. Ocorrem também no restante da cidade, muitas vezes à custa de propinas.

A definição de favela acima apresentada permite a abordagem de diferentes aspectos ou expressões do fenômeno: a expressão social, a expressão ambiental e a expressão paisagística. Procurarei, primeiro, descrever esses diferentes aspectos da questão e suas conseqüências para a cidade e para a sociedade, para depois discutir como o movimento de moradores de favelas poderá ampliar seu espaço político e conquistar melhorias significativas para seus associados.

As dificuldades apresentadas para a regularização fundiária, urbanística e edilícia das favelas colocam a necessidade de se refletir sobre seu significado, suas causas e origens. Considerando que a problemática da favela engloba os aspectos da segregação ambiental, em especial a dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos, e também os aspectos da ilegalidade dos assentamentos, com todas as suas conseqüências para a vida dos moradores, discutir a irregularidade dessa modalidade de habitação popular constitui-se, a meu ver, o primeiro passo para se tentar reverter um dos principais vetores da exclusão social.

Na sociedade capitalista a habitação é uma mercadoria. A casa própria tem seu valor de uso relativizado pelo interesse do proprietário em transformá-la em capital líquido, que pode ser usado tanto para comprar outra casa – melhor, se ele dispõe de mais capital, ou pior, se ele precisa desse dinheiro para realizar outro negócio, pagar dívidas ou simplesmente aumentar seus rendimentos durante determinado período de tempo. Some-se a isso outras razões de caráter social, familiar ou pessoal (e suas conseqüências na economia doméstica, pessoal) que fazem as pessoas terem o desejo ou a necessidade de mudar de moradia: casamento, aumento da família, morte de parente, perda ou encontro de novo emprego, etc.

Esse mecanismo de mercado não atua diferentemente para o rico e para o pobre, para a habitação com habite-se e escritura definitiva, o loteamento irregular e a casa em favela. A estratificação social existente tem seu reflexo na estratificação dos diferentes mercados. O mercado informal também é regido pelo objetivo de tirar da transação imobiliária algum valor diferencial que remunere o esforço (sobretudo no caso das casas e barracos, em sua maioria autoconstruído) dispendido pelo proprietário da edificação e, ao mesmo tempo, ocupante do terreno. A irregularidade e a ilegalidade da casa ou do lote, certamente, provocam a sua desvalorização relativamente a uma casa ou lote de características materiais ou de dimensão e localização semelhantes, porém regularizados. De qualquer maneira, existe um mercado informal dinâmico, considerando-se o número de pessoas que têm imóveis irregulares e que não deixam de comercializá-los quando precisam. Pode-se imaginar a quantidade de transações que são feitas,

Tabela 1
População moradora em
assentamentos ilegais.
Países e cidades
escolhidos

Países	Cidades	% do total da população moradora*
África		
Angola	Luanda ¹	70
Egito	Cairo ¹	50
Etiópia	Adis Abeba ¹	85
Zâmbia	Lusaka ¹	50
Ásia		
Paquistão	Karachi ¹	44
Indonésia	Surabaya ³	70
	Yogyakarta ³	70
Índia	Bombaim ¹	45
	Delhi ¹	50
Filipinas	Manilla ¹	40
Turquia	Istambul ¹	51
América Latina		
Peru	Lima-Callao ²	50
Venezuela	Caracas ²	50
Colômbia	Bogotá ¹	59
México	Cidade do México ¹	40

Dados relativos ao período 1990-1993
Fontes: 1 – GOLDBERG, 1996; 2 – LEE, 1992; 3 – SUDARMO, 1994

Tabela 2
Regiões brasileiras.
População residente em
favelas

Brasil e grandes regiões	População residente em favelas		Distribuição relativa (%)	
	1980	1991	1980	1991
Brasil	2.248.336	5.020.517	100,00	100,00
Norte	70.742	478.107	3,15	9,52
Nordeste	342.578	1.292.947	15,27	25,75
Sudeste	1.647.219	2.892.055	73,26	57,60
Sul	134.252	207.615	5,97	6,13
Centro-Oeste	53.545	49.793	2,38	0,99

Fonte: SILVA, 1999 (retirado de IBGE, *Brasil. Favelas. 1980 e 1991*, julho de 1995)

Tabela 3
Capitais brasileiras.
População moradora em
favela

Cidades	1991	
	População total	População residente em favelas %
Rio de Janeiro	5.090.700	20,0
São Paulo	9.646.185	22,0
Belo Horizonte	2.011.294	20,0
Goiânia	912.136	13,3
Salvador	2.065.537	30,0
Recife	1.292.552	46,0
Fortaleza	1.758.330	31,0

Fonte: Grupo de pesquisa, LABHAB/FAUUSP

apesar da desvalorização produzida pela irregularidade ou ilegalidade dos imóveis.

Considerando que a grande maioria da população que mora em favelas não tem condições econômicas e sociais (renda, emprego, ocupação estável, perspectiva concreta de melhoria de rendimentos) de participar tanto do mercado imobiliário de habitação privado quanto dos programas de produção ou financiamento estatais sem grande subsídio, devemos concluir que a população favelada é um dos grupos sociais sobre os quais o Estado deve se debruçar para criar condições de desenvolvimento social e econômico. A ele cabe proporcionar, pela gestão pública do espaço e a provisão de serviços urbanos, as condições de inserção social desses grupos até então excluídos dos benefícios da vida em sociedade.

Como mostra a Tabela 1, a favela é um fenômeno presente na maior parte das grandes e médias cidades dos países em desenvolvimento, na América Latina, na Ásia e na África. A precariedade social advinda da situação de morar em favelas é mais um aspecto, mais uma faceta da exclusão social a que vem sendo submetida a população mais pobre desses países³

Os dados para o Brasil também são impressionantes, como mostram as Tabelas 2 e 3. Eles atestam porque os assentamentos informais devem ser objeto prioritário das políticas públicas, urbanas e sociais.

A importância numérica dos moradores em favela no Brasil vem crescendo ano a ano. Nas décadas de 60 e 70 elas proliferaram em todas as capitais do país e, posteriormente, também nas capitais regionais e cidades médias. O importante a destacar é que o número de moradores de favelas vem crescendo em taxas superiores às taxas de crescimento da população total.

Segundo Michelin, 1995, a única região urbana que não tem a favela como o maior problema habitacional é Brasília e arredores, onde predomina o cortiço (moradia de 22% dos habitantes de Brasília, de 12% dos habitantes de Ceilândia e de 52% dos moradores de Planaltina). Os casos mais gritantes são os de Sabará (onde se localizam os profetas do Aleijadinho), na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com 70,8% do seu território ocupado por favelas, ou seja, terra invadida; Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, com 30% de sua população morando em favelas; Recife, com 64% de favelados, e Olinda (tombada como patrimônio da humanidade), onde 35,3% da população, hoje, mora em favelas.

Essa situação torna evidente a necessidade de os governos federal, estadual e municipal formularem e implementarem políticas específicas para as favelas, sobretudo quando consideramos que associados à situação da moradia precária encontramos outros indícios do processo de exclusão a que está submetido o mesmo grupo social. Nas favelas encontramos concentrados, por exemplo, grande número de pessoas negras, muitos deficientes físicos, idosos sozinhos e alcoólatras, enfim, os grupos socialmente mais vulneráveis. Sem contar que boa parte dos domicílios são chefiados por mães solteiras ou mulheres separadas.

(3) Em muitos desses países há programas de integração urbana dessas áreas. Exemplos são mais conhecidos na América Latina e África. Na Ásia, a Indonésia tem um grande programa de urbanização dos *kampungs*. O Agha Khan Architecture Award, focalizado na arquitetura do mundo islâmico, premiou, em 1992, obras de urbanização de favelas e desenvolvimento comunitário na Jordânia e na Indonésia. Kucinski, 1993:43, já apontava que o fundamentalismo islâmico valoriza a comunidade na sua prática social religiosa. *“Onde chega, instala, ao lado das mesquitas, os serviços sociais comunitários, a escola, o hospital. Assim recria – numa época em que o Ocidente apregoa o fim do Estado solidário e o salve-se quem puder do neoliberalismo – uma proposta de ajuda mútua e de condução dos assuntos públicos seguindo um espírito comunitário.*

Há outras características relacionadas à composição social da população que mora em favelas que são importantes para a elaboração de propostas para elas. No caso das metrópoles brasileiras, temos já três gerações de moradores de favelas. Os primeiros moradores adultos hoje já tiveram filhos e netos, configurando-se grupos sociais, famílias, indivíduos que nascem, vivem e morrem, morando sob o estigma da ilegalidade e com as dificuldades de inserção socioeconômica e acesso a bens e serviços.

Os moradores de favelas estão também mais sujeitos à violência de bandidos e traficantes, que as utilizam como esconderijo, dada a sua localização privilegiada, a sua topografia acidentada, à falta de infra-estrutura de acesso, de iluminação, de telefones, etc. Embora constituam um pequeno grupo relativamente à totalidade da população favelada, os bandidos, por proverem ocupação e rendimento para os jovens, encontram-se fortemente armados e contam com a conivência da polícia, têm forte influência nos morros. Por seu turno, a polícia, além de não garantir a segurança nessas áreas, tem sido freqüentemente acusada de participação em quadrilhas e em atos violentos contra os próprios moradores, que se vêem, assim, totalmente desprotegidos.

Parte da população moradora em favelas também está sujeita à violência e à insegurança decorrentes de estar assentada em áreas perigosas, com risco de acidentes, como as beiras de ferrovias ou vias expressas, as áreas de inundação ou de risco de desbarrancamento, junto a córregos, em encostas instáveis, sobre adutoras, sob linhas de alta tensão. Essas pessoas convivem com o perigo cotidianamente e, muitas vezes, conscientemente, pois têm informação do risco que correm. São freqüentes os acidentes nessas áreas, podendo os indivíduos perder todos os seus bens, os parentes e amigos ou mesmo a vida.

Os terrenos ocupados pelas favelas geralmente correspondem às partes da gleba loteada menos propícias à edificação, áreas vedadas à construção pelos códigos legais – beira de córregos, terrenos de alta declividade ou aqueles destinados para compor as áreas verdes e os equipamentos públicos dos loteamentos.

Em muitas cidades, áreas de grande valor ambiental – mangues, florestas em encosta, áreas de proteção de mananciais – têm sido destruídas em consequência de sua ocupação por favelas. Muitas favelas estão localizadas em terrenos originalmente destinados a praças e áreas verdes de conservação ou de preservação permanente (que, pelo Código Florestal, não poderiam ter sido ocupadas). Como os loteadores, na maioria dos municípios, não foram obrigados a implantar as áreas verdes, a dotá-las de paisagismo, iluminação, bancos, *playground* etc., e como as prefeituras não fazem as obras (que muitas vezes seriam muito caras, pelas próprias características do terreno), esses terrenos foram sendo deixados de lado e, paulatinamente, ocupados por favelas.

Pelas características locais acima descritas, as favelas causam grande interferência nos sistemas de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e drenagem das cidades. O Mapa 1 apresentado ilustra bem a questão para o caso de São Paulo. Destaca-se a quantidade de favelas junto à rede hídrica da cidade. Há muitas favelas que estão em beira de córregos e em outros pontos baixos da cidade, em que, justamente, deveriam passar as estruturas dos sistemas de drenagem, que coletam as águas de chuvas de todo o bairro, e as coletoras de esgoto doméstico, local preferencial para a localização das estações de tratamento. A existência do aglomerado de barracos nessas áreas dificulta ou mesmo impede a limpeza de córregos, medida que poderia melhorar a qualidade e o aspecto da água e prevenir as enchentes de verão.

A coleta de lixo nas favelas é geralmente parcial e precária, deixando de atender às casas em vielas ou escadarias, onde o caminhão não passa. A opção pelo uso de pontos de coleta – contêineres – nas vias de acesso das favelas não funciona, seja porque os moradores não levam o lixo para os contêineres, seja porque o órgão responsável pela coleta os deixa transbordando durante dias, sem prestar o serviço de maneira eficiente.

Assim, pode-se afirmar que as favelas se tornaram causa e vítima da deterioração do ambiente urbano. Sua interferência nos sistemas de drenagem, esgoto e lixo traz consequências não só para os favelados que convivem com as péssimas condições sanitárias, mas também para todos os moradores do bairro e até da cidade, direta ou indiretamente atingidos pela falta de saneamento e a deterioração da qualidade ambiental.

Essa constatação indica a importância de se promover a interação do movimento de favelas com outros movimentos e forças políticas presentes no ambiente urbano, o que não tem sido muito fácil. Em muitos casos os movimentos de bairro e os ambientalistas questionam a consolidação de favelas localizadas em terrenos destinados a praças, áreas verdes, usos considerados necessários a uma boa qualidade de vida urbana. De fato, a resistência dos movimentos ambientalistas, que são atualmente grandes formadores da opinião pública, tem sido um dos entraves enfrentados pelo movimento de favelados em sua luta pela urbanização e regularização das favelas. Como alternativa, este movimento propõe a ampliação de áreas verdes nas cidades, por meio de criação de outros parques públicos de maior porte, da arborização e do tratamento paisagístico de áreas de risco desocupadas ou das áreas públicas ainda não invadidas. O principal argumento, neste caso, é: não regularizar as favelas não significa ter “de volta” estas áreas verdes, pois o custo financeiro e social da remoção definitiva de milhões de pessoas torna essa proposta inviável. O fato a ser compreendido e popularizado é que urbanização das favelas, com a solução dos problemas de drenagem, esgotamento e coleta de lixo, além da segurança, é um passo fundamental para que se possa promover

a melhoria da qualidade de vida nas cidades, tanto para os pobres como para os ricos.

O setor imobiliário é, talvez, o maior inimigo dos movimentos de favela, pois vive de valorização de terrenos privados decorrente de investimentos geralmente criados pelo Estado, tendo por isso grande influência nas decisões sobre esses investimentos. Este setor alimenta uma visão segregacionista das cidades, segundo a qual a presença nas áreas mais valorizadas, de manchas de habitações dos setores mais pobres, mesmo que vivendo em condições dignas e com segurança, desvaloriza os terrenos do entorno.

2. PRINCIPAIS CONCLUSÕES SOBRE A INTERVENÇÃO PLANEJADA EM FAVELA

A urbanização de favelas é aqui entendida como uma ação que deva ser predominantemente assumida pelo Estado, seja na execução, na promoção ou somente no financiamento dos projetos. Assim, é fundamental que se compreenda a necessidade da integração entre as ações em favelas e outras políticas abrangentes de moradia e de recuperação urbana ambiental.

Apresento a seguir três ações públicas que considero fundamentais para o sucesso de programas de urbanização de favelas.

2.1 Atendimento às ocorrências emergenciais

As ocorrências de enchentes, deslizamentos de terra, desabamentos, freqüentes em época de chuvas, bem como de incêndios e outros acidentes, devem ser atendidas por um sistema planejado da defesa civil, totalmente diferenciado do atendimento habitacional para urbanização de favelas. Isso porque a natureza das ações é completamente diferente. O atendimento às ocorrências emergenciais exige uma logística de apoio à pessoa e à família atingida, passível de ser acionada no exato momento do acidente, ao passo que as ações de urbanização necessitam de estudos e projetos indicadores à realização de obras, em mais longo prazo, preferencialmente integrados a outras ações socioeducativas.

2.2 Produção de novas unidades habitacionais para moradores de favela

Em um programa de urbanização de favelas, a remoção planejada de famílias é imprescindível em duas situações: áreas de risco e áreas com alta densidade⁴ A maioria das favelas enfrenta ambos os problemas, os quais, se não forem encarados seriamente, inviabilizam a urbanização do assentamento. Ora, para se promover a remoção dessas famílias é necessário, além de um trabalho de gestão de conflitos⁵ (apresentação do projeto de urbanização, explicação sobre a

(4) Além disso, lembramos a necessidade de crescimento da renda dos mais pobres e da criação de alternativas habitacionais – tipologias, formas de acesso e financiamento – para fazer frente à expansão dos domicílios em favela por adensamento ou por criação de novos núcleos. Entretanto, esse tema não está contemplado neste trabalho.

(5) A solução pelo interesse público do conflito entre moradores, entre cada um e o interesse coletivo, entre a comunidade e o Estado (quase sempre o financiador e/ou proprietário) é objeto principal do trabalho social ou comunitário.

necessidade de remoção, convencimento das famílias atingidas), apresentar-lhes uma solução habitacional definitiva em outra área, ou seja, disponibilizar unidades habitacionais para onde possam mudar, de modo a que se possa iniciar as obras de urbanização⁶.

Se a família tiver dificuldades de se adaptar à solução habitacional apresentada (por conta da renda, tamanho ou instabilidade social da família), é possível promover negociações entre os moradores da favela, removendo para a habitação nova uma família que more em uma casa que não precisa ser demolida, e transferindo para esta casa a família moradora em área de risco.

De qualquer forma, para que ocorra a remoção planejada, é preciso haver produção planejada (anterior) de habitações para esse fim e mecanismos de contrato e financiamento compatíveis com as classes de renda e inserção econômica dos moradores a serem removidos.

As áreas de risco (predefinidas por diagnósticos e planos executados pelo Estado) também devem ser objeto de uma ação, visando estabilizar a situação de risco e promover um uso adequado da área, para impedir a reocupação. Assim, a obra de erradicação do risco deve ser encarada como uma ação sistemática necessária, que deve ser integrada à produção de alternativas habitacionais para os removidos e à urbanização também das favelas (ou trechos das favelas) que não contenham áreas de risco. Esta última ação está diretamente relacionada ao próximo ponto.

2.3 Complementação da urbanização da periferia

Os terrenos onde se encontram as favelas – fundos de vale, encostas de morros, beiras de córregos e vias – fazem parte de setores urbanos que tiveram dotação de infra-estrutura, equipamentos, mobiliário e serviços urbanos parcial, incompleta ou malfeita, tais como os loteamentos populares, irregulares ou clandestinos, ou as áreas do entorno de grandes obras públicas executadas com visão setorial (como vias expressas, canalização de córregos, etc.). São terrenos não-integrados à estrutura urbana por conta de peculiaridades fundiárias ou fisiográficas, tais como terras devolutas, restos de desapropriações ou terrenos em litígio, ou em áreas de alta fragilidade ambiental em meio urbano, como encostas, áreas de nascente ou terrenos brejosos.

A urbanização de uma favela deve fazer parte de um conjunto de intervenções, visando complementar a urbanização de áreas mais amplas. Sistemas viário, de macro e microdrenagem e esgotamento sanitário devem ser estudados com essa visão ampla, e a partir de uma leitura criativa das áreas faveladas e de seu entorno, com o intuito de executar áreas de *playground* e esportes e dar tratamento paisagístico aos fundos de vale, interligando essas áreas, por escadarias e rampas integradas ao sistema viário do trecho da favela urbanizável ou do loteamento contíguo.

(6) É óbvio que as soluções e os prazos de remoção influenciarão no projeto, e sobretudo no plano das obras de urbanização de uma favela.

Desde logo se percebe que se trata de interferir em espaços de muito valor para o processo ambiental urbano – encostas, fundos de vale, baixadas, áreas de nascente. Nesse sentido, a melhor unidade de planejamento e projeto, e que melhor responde a esse propósito de complementar a urbanização de bairros e comunidades contíguas, é a sub-bacia hidrográfica. Ao comentar, no capítulo 8, as especificidades do projeto quanto ao urbanismo e fisiografia, água, esgoto e drenagem, estarei procurando referendar a sub-bacia onde se insere uma favela como a área de influência adequada a um projeto de urbanização.

As obras de destinação de usos adequados para áreas de risco em que foram removidos barracos são as típicas demandas de complementação da urbanização da periferia. Aí podem ser criados espaços qualificados, equipados para lazer, esporte, atividades comunitárias, acessíveis a todo o bairro.

O provimento de equipamentos de educação e saúde, sua adequação quantitativa e qualitativa em bairros geralmente tão carentes, deve ser objeto de uma ação mais abrangente, que inclua os moradores de favela na demanda geral, e não os diferencie. Favelas não muito grandes (em área e número de habitantes), prescindem de equipamentos educacionais, de saúde ou socioculturais, como parques, bibliotecas, teatros. Os habitantes podem ser atendidos dentro do equacionamento do atendimento para o bairro. Da mesma forma deve ser equacionada a demanda por equipamentos e serviços de segurança. Apenas favelas de grande porte demandam a implantação de equipamentos específicos. Os grandes complexos podem requerer até remoções e reassentamentos para equipamentos e serviços.

Sob esta perspectiva de priorização da complementação da urbanização da periferia, os planos de bairro ou microbacias podem ser ferramenta adequada, por permitirem avaliar as condições de vida e acesso aos serviços e planejar ações consertadas que superem a visão setorial.

2.4 Urbanização como processo

A urbanização de uma favela engloba as fases de reivindicação, registro da existência de uma área-problema na prefeitura, levantamentos, desenvolvimento de projetos e execução das obras. Entendendo-se a urbanização como processo, estas fases devem estar ligadas à posterior, de manutenção urbana. Estes momentos-chave da implementação são ricamente analisados na pesquisa elaborada.

O capítulo 8 da tese apresenta conclusões, considerando os aspectos de adequação das soluções de engenharia e urbanismo, pela verificação das condições de conexão com os serviços públicos em rede, com a manutenção urbana e indicadores socioeconômicos e urbanísticos.

A questão fundiária, apesar de não estar no centro das preocupações, é apresentada por mecanismos que têm significado algum avanço dos processos

administrativos e jurídicos. Assim deve despertar interesse dos líderes comunitários, dos juristas e administradores públicos, para alimentar o diálogo entre a sociedade para afirmação de um contrato social.

Os levantamentos detalhados são o planialtimétrico e cadastral (que precisa ser georreferenciado a algum sistema oficial), o levantamento da comunidade, com o cadastro social associado à localização das famílias na área, o levantamento das aspirações e propostas da população, e finalmente, o levantamento urbanístico, quando se analisam as interferências, os problemas geotécnicos e a integração da circulação urbana.

São sistematizados o escopo e as diretrizes do projeto, bem como os parâmetros projetivos e de manutenção urbana, desenvolvendo-se procedimentos para a integração projetiva entre, especialmente, saneamento ambiental e urbanismo. São destacadas diversas especificidades do projeto e da obra em favela, quando se quer manter valores e arranjos socioespaciais existentes. Os comentários quanto à unidade habitacional enfatizam a questão do lote, entre 40 e 45 m², desde que em condições de acesso e salubridade adequadas.

Destaco também a seguir algumas considerações gerais sobre a formulação de políticas, programas e projetos para favelas:

1. As experiências analisadas demonstram que a implementação de projetos de urbanização de favelas é complexa e demorada, exigindo grande determinação do órgão executor ou promotor em finalizar as obras. Alguns dos programas, como o de São Paulo, sofreram interrupções em função de mudanças nas administrações municipal e estadual. A replicabilidade dos casos estudados deve ser avaliada em função de cada conjuntura técnica, política e social específica. Há diversos aspectos, destacados a seguir, que poderão ser aplicados, com esta ressalva, em outros locais.

2. A integração na concepção dos projetos parece ser um fator determinante na avaliação positiva de sua sustentabilidade e adequabilidade. Quando os estudos de urbanismo, as decisões sobre relocações, etc. são feitos em conjunto com saneamento, em especial água, esgoto e drenagem, as soluções apresentam-se mais eficientes. Há casos em que também o serviço de coleta de lixo foi considerado de forma integrada.

3. Outro fator de sustentabilidade e adequabilidade dos programas é a integração na execução das obras. Como na maioria dos casos uma só empresa ou gestor executou as obras, houve uma integração nos cronogramas e um menor número de conflitos entre atores. As exceções parecem ser as concessionárias de energia e, em menor número, as de saneamento.

4. Surge a figura da empresa privada gerenciadora de projetos e obras, com apoio de equipes especializadas em “serviço social”. Assim, os levantamentos de campo, projetos, obras e medições são realizados por funcionários da iniciativa privada, acompanhados por alguns órgãos públicos estaduais e municipais

centralizadamente, sem conexão com os setores de manutenção urbana e de fiscalização. Esse distanciamento do poder público está diretamente relacionado à ocorrência, nas favelas (urbanizadas ou não) de São Paulo, de ampliações de moradias invadindo vielas onde há redes de esgoto construídas, contrastando com o caso carioca, em que a prefeitura criou um sistema de fiscalização do uso do solo especial para as favelas urbanizadas.

5. A urbanização nem sempre vem acompanhada da regularização urbanística do assentamento e da regularização fundiária dos ocupantes. Não há uma legislação federal clara sobre isso. Assim, as diferentes interpretações da legislação federal (Lei Lehmann – e a reformulação de 2000 – e Código Florestal, principalmente), nos diferentes órgãos executivos e judiciários, cartórios e do legislador municipal são demonstradas pelas diferentes situações encontradas na pesquisa.

6. A inovação no contrato social é o Posto de Orientação Urbanística e Social – Pouso criado pela prefeitura do Rio de Janeiro, que institui a presença do poder público no espaço do núcleo urbanizado, implantando a norma sobre o uso do espaço público como cristalização dos direitos e deveres.

7 Deve-se destacar que na maioria dos casos executou-se a obra de urbanização independentemente da condição de legalidade (ou mesmo a garantia de possibilidade de legalização) urbanística ou fundiária. Essa atitude representa uma mudança consolidada do executivo em relação à política habitacional. Diferentemente da produção de unidades habitacionais novas, os projetos de urbanização não têm sido objetos dos procedimentos de aprovação nas diferentes instâncias que analisam projetos de urbanismo ou edificação. Isso é um sinal de fragilização do formalismo legal na gestão urbana do período democrático, tão presente na tradição urbanística brasileira.

8. A integração urbanística dos núcleos habitacionais deve ser atendida, procurando-se interferir nos seguintes indicadores: a criação de vias com acesso a transporte público nas proximidades, aumento das vias perimetrais ou internas com acesso a veículos de prestação de serviços – polícia, ambulância, bombeiros, coleta de lixo, mudanças e entrega de mercadorias, integração das redes de saneamento básico – água, esgoto e drenagem e distância dos serviços urbanos (coleta de lixo, farmácia, etc.) para o pedestre.

9. As condições de vida urbana e habitabilidade encontradas nas favelas urbanizadas são bastante razoáveis se comparadas às condições de alguns conjuntos habitacionais ou loteamentos públicos. Nota-se, entretanto, sinais de adensamento populacional e de novos domicílios, pois se observou lotes de tamanho menor ao previsto ou existente na época da urbanização, indicando a possível construção de outro domicílio. Associado à ausência quase total de fiscalização sobre os espaços de uso público, isso poderá acarretar um retrocesso às condições precárias de moradia.

10. A análise de diversos casos de urbanização das favelas dá indicações da potencialidade desta ação como um instrumento de recuperação da qualidade ambiental urbana. A concretização do objetivo de integrar políticas habitacional e ambiental passa, a meu ver, pela superação dos problemas que comprometem a sustentabilidade e a adequabilidade das ações, quais sejam: interrupções entre projeto e obra durante as obras; não-execução de todo o escopo do projeto proposto; ação pontual não-associada a um projeto de cidade e sem continuidade; não-execução de ações comunitárias sistemáticas; incerteza quanto às perspectivas de regularização fundiária e urbanística; ausência dos setores de manutenção urbana; ausência de outros serviços públicos, como segurança; ausência de orientação técnica e fiscalização quanto à reforma ou ampliação das unidades existentes ou adensamento.

11. Já se pode concluir também que devem ser implementados programas de assessoria técnica para a execução de adaptações das instalações hidráulicas e elétricas das moradias, e que o mesmo deve ser assumido para as obras de ampliação ou melhoria das habitações. É necessária também a criação de sistemas de fiscalização do uso e ocupação do solo após as obras, tornando concreta a presença do poder público, principal interlocutor do cidadão.

12. As políticas de serviços municipais e das concessionárias devem considerar as favelas urbanizadas como espaços construídos com outros padrões. Esses ambientes exigem parâmetros e eventualmente “formatos” de serviços diferenciados. Esse fator deve ser considerado com bastante cuidado no caso da privatização destes serviços.

Laura Machado de Mello Bueno
Doutora pela FAUUSP

BIBLIOGRAFIA

- BUENO, Laura Machado de Mello. *Política habitacional e favelas: Estudos de caso*. Trabalho programado apresentado à FAUUSP, São Paulo, 1998.
- . *Projeto e favela: Metodologia para projetos de urbanização*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- CASTEL, Robet. *Les métamorphoses de la question sociale*. Mesnil-sur-L'Estrée: Librarie Arthème Fayard, 1995, xerox.
- GOLDBERG, A. The birds have nested: Design direction for informal settlements. *Urban Design International*, v. 1, n. 1, p. 3-15, 1996.

- GUIMARÃES, Samuel Pinheiros. *Quinhentos anos de periferia: Mecanismos e saídas*. Novembro de 1998, xerox.
- KUCINSKI, Bernardo. Nosso lugar na história. *Revista Teoria & Debate*, n. 22, p. 38-46, 1993.
- LEE, T. Water management in the metropolitan areas of Latin America. In: SEMINÁRIO METRÓPOLIS LATINA-AMERICANA. São Paulo, 1992. *Anais*. São Paulo: FAUUSP, 1992.
- MICHELIN, Anna Conigliaro. Metodologias e experiências de recuperação de áreas informais urbanas: Uma pesquisa em sete capitais brasileiras. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL OS DESAFIOS DA CIDADE INFORMAL, 1995. Belo Horizonte. *Anais*. Brasília: Secretaria de Política Urbana do Ministério de Planejamento e Orçamento, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor: A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- RODRIGUES, Arlete M., SEABRA, Manoel. Habitação e espaço social em São Paulo, *Boletim Paulista de Geografia*, n. 64, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986.
- SILVA, Maria Laís Pereira. Habitação e melhoria das condições ambientais. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, AGENDA 21 – POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL, 1999. *Anais eletrônicos*. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/parceria21/cidsus21html>
- STEELE, James (Ed.). *The Aga Khan Award. Architecture for a changing world*. Londres: Academy Editions, 1992.
- SUDARMO, S. P. *Some highlights of the Indonesian urban strategy: The Kampung improvements program*. Trabalho apresentado ao INTERNATIONAL SEMINAR THE HIDDEN ASSIGNMENT: AT HOME IN THE CITY. Netherlands Architecture Institute, Delft University of Technology, Faculty of Architecture DUT, Netherland Ministry of Development Cooperation, Rotterdam, nov. 1994.
- TURNER, John. *Housing by people: Towards autonomy in building environments*. Londres: Marion Boyards, 1967.

pós-087

Denise Duarte

Orientador:
Prof. Dr. Geraldo Gomes Serra

P

PADRÕES DE OCUPAÇÃO DO
SOLO *e* MICROCLIMAS
URBANOS NA REGIÃO DE
CLIMA TROPICAL
CONTINENTAL

RESUMO

O objeto deste trabalho são os microclimas urbanos nas cidades brasileiras na região de clima tropical continental. Partindo do princípio que há uma correlação entre microclimas urbanos e ocupação do solo, o objetivo é medir numericamente a correlação entre a temperatura do ar e algumas variáveis familiares ao planejamento, e que podem ser regulamentadas pela legislação municipal. Faz-se uma descrição qualitativa e quantitativa das variáveis urbanísticas envolvidas, bem como medições de temperatura e umidade do ar em diferentes estações e horários. Os resultados mostram que as variáveis *taxa de ocupação* e *coeficiente de aproveitamento* mantêm correlação positiva com a temperatura do ar, e refletem uma maior influência da densidade construída sobre o período noturno, o que concorda com a teoria existente. Já com as variáveis *arborização* e *água* a correlação foi negativa em relação à temperatura do ar, em todos os horários.

ABSTRACT

The subject of this research is the urban microclimate in cities of the Brazilian continental tropical region. According to the principle that there is a correlation between urban microclimates and urban occupation, the objective is to numerically measure the correlation between air temperature and variables that are familiar to urban planning strategies, which can be controlled by municipal regulations. Qualitative and quantitative descriptions of the urban variables are made, as air temperature and humidity measurements registered along the day for the two main seasons. The results show that with variables related to the *built density*, the correlation was positive when referred to air temperature, and reflected the greater influence of built density at night, what is in accord with the existing theory. On the other hand, using *trees* and *water*, the correlation was negative, when related to air temperature, in all periods.

I. INTRODUÇÃO

Nesse fim de século, muitas cidades são vistas como símbolos de crise ambiental. Os problemas relacionados ao meio ambiente urbano são os mais variados: excesso de ruído, emissão de poluentes no ar e na água, escassez de recursos energéticos e de água, falta de tratamento adequado de resíduos, alterações no regime de chuvas e de ventos, formação de ilhas de calor, ilhas secas, ilhas de frio, inversão térmica, aumento do consumo de energia para condicionamento artificial e transporte, etc. É clara a necessidade de desenvolver novas estratégias de planejamento que permitam a continuidade do crescimento das áreas urbanas de forma que a população possa viver num ambiente mais sustentável.

O condicionamento artificial dos edifícios teve efeitos marcantes nas cidades modernas. Diversas tentativas de se controlar o ambiente urbano foram apresentadas, por exemplo, pelos projetos ousados de Buckminster Fuller (1985), que buscavam tornar a sua idéia de *Spaceship Earth* uma realidade. Há também um projeto de Sérgio Bernardes para o Hotel Tropical de Manaus de 1967 (1967/68); tratava-se de um hotel de turismo internacional nos arredores de Manaus, em plena floresta amazônica, com uma cúpula protetora refletora, criando um ambiente interno climatizado.

A vida urbana se converteu em uma série de experiências condicionadas artificialmente, com moradia, espaços de trabalhos e veículos isolados do exterior. Liberando os edifícios das preocupações climáticas, o condicionamento artificial permitiu o desenvolvimento de megaestruturas cujo aquecimento, refrigeração, umidade e iluminação dependem totalmente de sistemas mecânicos. Isso fez com que as cidades dessem as costas ao meio exterior, tornando-se cada vez mais um lugar contaminado, varrido por ventos de inverno ou sufocados pelo calor do verão. A preocupação exclusiva com o microclima interior nega o papel climático ao espaço exterior, e os microclimas urbanos, cada vez mais insalubres, geram maior confiança nos microclimas interiores controlados (Hough, 1998).

Até pouco tempo os principais esforços da chamada *arquitetura bioclimática* estavam voltados para o desempenho higratérmico dos edifícios, e pouco tinha sido feito visando uma adequação climática do espaço urbano e a melhoria das condições de conforto nos espaços públicos. Em um espaço fechado, o conceito de conforto está estreitamente ligado ao conceito de temperatura do ar, sendo esta a variável fundamental a considerar. Já em espaços abertos existem outros fatores que contribuem de maneira mais significativa do que a temperatura. Em um espaço fechado, a concepção da envoltória é o fator determinante da demanda energética. Já em espaços abertos, os elementos arquitetônicos e urbanísticos que conformam esses espaços, tais como coberturas, lâminas d'água, pavimentos, vegetação, confinamento, etc., são ao mesmo tempo os componentes da instalação de climatização natural.

2. CLIMA URBANO E PLANEJAMENTO

Para a construção de novas cidades, o planejamento deve começar com a seleção do sítio. Quando as condições naturais não são favoráveis, a criação de um microclima apropriado é essencial para incentivar (ou até mesmo possibilitar) o uso de áreas externas em cidades de clima rigoroso.

A preocupação em se planejar proteção total ou parcial para pedestres, incentivando a criação de conexões entre edifícios via galerias, arcadas, passagens sombreadas, etc., é comum às cidades de clima rigoroso, mas muitas vezes as regulamentações urbanísticas inviabilizam essas inovações. Os projetistas deveriam ser encorajados a planejar esses espaços em troca de ganhos na área construída, de descontos em impostos para o proprietário, etc. Esses ganhos poderiam incentivar o uso de elementos construtivos que contribuíssem para a melhoria das condições de conforto.

A infra-estrutura é o principal meio de controlar o meio ambiente urbano, mas as determinações têm que ser locais. Para tanto, há a necessidade do entendimento do sítio natural antes do urbanismo, fazendo-se uma leitura ecológica da forma urbana, principalmente das áreas ambientalmente mais frágeis que, muitas vezes, não são pensadas em termos urbanos. Deve-se ter em mente que o espaço natural (Serra, 1987) não é uma folha em branco: clima, relevo, hidrografia e demais fatores naturais devem ser considerados no desenho urbano e deve-se tirar proveito deles para melhorar a qualidade do produto final, que é a cidade. Em cidades de clima rigoroso, por exemplo, não posso mudar o clima regional, mas posso utilizar dispositivos microclimáticos para criar espaços mais agradáveis. Sob a pressão da ocupação são rápidos o desaparecimento de espaços catalisadores de atividades urbanas e o surgimento de áreas degradadas pela ocupação inadequada, tais como os movimentos de terra desnecessários que acontecem na abertura de novos loteamentos, contribuindo para a desertificação do solo e tornando a recuperação bem mais difícil. Fatos como esses podem trazer à cidade mudanças progressivas e irreversíveis, contrapondo crescimento e decadência.

Nas questões que envolvem clima urbano e planejamento, apesar de todo o conhecimento já produzido, falta aproximação entre as partes envolvidas; há um distanciamento entre as duas áreas: climatologistas, de um lado; arquitetos e planejadores, de outro. Climatologistas urbanos demonstram interesse em estudos para cidades de clima tropical, em países em desenvolvimento, e também lamentam a lacuna de interação com o planejamento; para a climatologia essa linha de pesquisa já possui um histórico razoavelmente longo. Ela foi intensificada a partir da década de 70 com os estudos de Landsberg, Oke, Chandler, Borstein e seus seguidores. Um dos maiores obstáculos para a integração entre a climatologia urbana, as questões energéticas, as ações de

planejamento e o desenho urbano é a complexidade da modelagem. Cada uma dessas áreas tem suas limitações: o trabalho do climatologista não chega ao desenho urbano porque ele não tem ferramentas para isso – no máximo chega a algumas recomendações gerais para o planejamento; o arquiteto, por sua vez, não domina a modelagem matemática usada pelos climatologistas. Alguns modelos matemáticos são formulados na climatologia urbana para o balanço de energia, mas não são facilmente aplicáveis ao planejamento; muitos desses modelos dizem respeito à camada limite urbana, e não consideram o referencial humano. Já os arquitetos e planejadores urbanos vivem em função de modelos concretos, e não têm familiaridade com as regras gerais; estas precisam ser traduzidas para uma linguagem mais voltada para a aplicação prática desse conhecimento.

Falta uma linguagem comum, que contribua para que a somatória desse conhecimento resulte em propostas concretas de planejamento e desenho urbano adequadas ao clima, e com isso seja possível alcançar as vantagens que um padrão de ocupação mais adequado pode trazer, principalmente a redução no consumo de energia e o conforto para os moradores. Um bom exemplo de interação é o que aconteceu na EXPO'92, em Sevilha, quando previamente foi formada uma equipe multidisciplinar de especialistas para testar diferentes soluções e orientar o trabalho dos muitos arquitetos que planejaram o recinto da exposição sob condições climáticas tão adversas, e com enorme sucesso.

As características do clima urbano, suas causas e efeitos, já são bem conhecidas, mas esse conhecimento raramente é aplicado. Cada cidade é composta por um mosaico de microclimas diferentes; os mesmos fenômenos que caracterizam o mesoclima urbano existem em miniatura por toda a cidade, como pequenas ilhas de calor, bolsões de poluição atmosférica e diferenças locais no fluxo dos ventos. É imperativo agir sobre os microclimas da cidade para a saúde, o conforto e a conservação de energia, ainda que os arquitetos e urbanistas das cidades modernas raramente o façam. O sucesso ou o fracasso dos espaços públicos urbanos tem muito a ver com o conforto, o que é, para muitos, uma preocupação menor. Existem outras exigências igualmente importantes para os projetistas, tanto funcionais como estéticas, mas se um lugar é desconfortável, esse desconforto pode acabar com todas as outras considerações (Spirn, 1995).

Na tentativa de resumir o estado da arte nas pesquisas envolvendo clima urbano e planejamento, e tomando como principais referências os trabalhos de Oke, Monteiro, Bitan, Givoni, Lombardo, Assis, a escola alemã de climatologia urbana, os experimentos recentes em Atenas, e alguns estudos recentes de ventilação urbana, as principais conclusões são:

- o desafio hoje é transformar dados de clima urbano em critérios de ocupação, em índices urbanísticos, etc. Apesar das mais de 30 pesquisas em clima urbano no Brasil, poucas saíram das prateleiras. Surgiram alguns métodos

bons para diagnósticos, mas difíceis de serem aplicados ao planejamento. O que realmente falta é uma metodologia quantitativa, utilizando modelos de *input-output*, incorporando todo o sistema. Por ora, a combinação de diferentes técnicas de pesquisa pode gerar bons resultados, pelo menos enquanto não se dispõe de uma ferramenta única que englobe todas as variáveis em questão;

- falta um consenso sobre como fazer as medidas, como integrar escalas diferentes, quais os instrumentos a serem utilizados, etc.;
- as últimas medições do balanço de energia em áreas densamente ocupadas demonstraram que não se pode aplicar as mesmas relações já encontradas em áreas menos urbanizadas, pois as variáveis parecem interagir de maneira bem mais complexa;
- os modelos baseados nos *canyons* urbanos mostraram resultados diferentes para condições diurnas e noturnas, que podem ser contraditórias;
- é conveniente substituir o parâmetro *população*, usado em alguns modelos de ilha de calor por *densidade construída*, por esta apresentar uma relação causal mais forte com o aquecimento urbano;
- os resultados de sobrevôos com câmeras infravermelhas a fim de se determinar a influência dos materiais no aquecimento urbano já demonstraram claras diferenças de desempenho térmico entre superfícies naturais e construídas;
- pode haver compatibilidade entre verticalização, alta densidade ocupacional e manutenção da ventilação em áreas urbanas;
- sob determinadas condições é possível criar microclimas urbanos que nunca existiram nas condições naturais, os chamados oásis urbanos.

3 COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

Parte-se de um princípio largamente aceito pela comunidade científica de que há uma correlação entre microclimas urbanos e algumas variáveis relacionadas ao uso e ocupação do solo. Já existe uma fundamentação teórica e dados empíricos suficientemente claros para afirmar que o espaço construído é um dos fatores que contribuem para a criação de microclimas diferenciados em relação ao clima regional, em alguns casos, inconvenientes ou desconfortáveis para o ser humano, conforme já foi demonstrado em estudos anteriores sobre a existência de ilhas de calor, de ilhas secas ou dos desconfortos relacionados à circulação de ventos em ambientes urbanos, por exemplo.

Teoricamente esse processo é reversível, ou pelo menos pode ser alterado ou controlado até certo ponto pelas ações de planejamento e desenho urbano. Pode-se até restaurar ou amenizar as condições ambientais indesejadas retirando-se a causa, em última instância, demolindo a cidade, ou partes dela. Em Nova York, por exemplo, para a construção do Central Park, mais de 340 ha, boa parte deles

já ocupados, foram desapropriados; no centro de Maringá, planejado na década de 40, uma densa área verde foi preservada no centro da então futura cidade, com a vegetação original do lugar.

Por um conjunto de medidas relacionadas ao planejamento da cidade e ao tratamento dos espaços públicos é possível criar um microclima mais ameno em regiões de clima rigoroso, ou até mesmo criar um microclima que nunca existiu nas condições naturais (Givoni, 1989). Em muitas cidades brasileiras, na região de clima tropical continental, que predomina no Centro-Oeste do Brasil, não seria suficiente restaurar condições anteriores à urbanização porque, na verdade, elas nunca foram boas, o clima regional já era rigoroso antes da urbanização. Num caso crítico como este o desafio para o planejador urbano é criar condições que nunca existiram, claro que não na cidade como um todo, como se ela fosse climatizada à maneira das cidades visionárias protegidas por um domo climatizado, mas numa sucessão de pequenos espaços com certo grau de confinamento, nos quais a alteração das condições climáticas seja possível. Para Yannas (1998), o tecido urbano não é homogêneo, e essas diferenças sugerem que pequenas ilhas de microclimas mais amenos podem ser criadas, revertendo os fenômenos de aquecimento. Alterações como estas já foram feitas, por exemplo, no recinto da Exposição Universal de 1992, durante o rigoroso verão sevilhano, com condições climáticas bastante parecidas com as da estação seca na região de clima tropical continental no Brasil.

Para Rosenfeld et al. (1995) a temperatura do ar pode ser reduzida com uma combinação da modificação do albedo e do verde, e esses oásis são encontrados principalmente nas cidades construídas em climas áridos. Em Sacramento, Califórnia, após um extensivo programa de arborização urbana, os espaços tratados dentro da cidade possuem melhores condições de conforto higrotérmico do que fora, sob a influência das condições naturais.

Estudos do Heat Island Group, vinculado ao Lawrence Berkeley Laboratory, e do U.S. Department of Energy, também demonstraram que o aumento de temperatura em áreas urbanas não segue necessariamente um aumento de população. A região onde hoje se situa Los Angeles era semidesértica em 1880, e as temperaturas máximas anuais giravam em torno de 38,9° C. Com a irrigação nas áreas de cultivo, em 50 anos as temperaturas no verão caíram 2,8° C. Após a urbanização, a partir dos anos de 1940, as áreas verdes foram substituídas por pavimentos e massa edificada; em 50 anos as temperaturas no verão voltaram aos níveis de 1880 e ainda estão subindo à razão de 0,56° C a cada 10 anos. Sailor (1995) também simulou alterações no albedo e na porcentagem de cobertura vegetal de Los Angeles e demonstrou que apenas com o albedo seria possível uma redução da temperatura na área central de 1,4° C; no caso da cobertura vegetal, a redução seria de 1,3° C. Novas simulações do efeito combinado das duas estratégias resultaram em ganhos quase em dobro e, segundo o autor, uma

redução de apenas 1° C na temperatura de pico à tarde corresponde a uma economia de energia de 2% na cidade.

4. ENUNCIADO DA HIPÓTESE

Em estudos internacionais já foi provado que é possível introduzir modificações no espaço urbano que modifiquem a temperatura, a umidade do ar e a ventilação, amenizando condições climáticas extremas. Os mouros já faziam isso há séculos na Andaluzia, intuitivamente, por tentativa e erro. Porém, embora se afirme que é possível melhorar os microclimas urbanos atuando sobre uso e ocupação do solo, o grau de correlação entre a temperatura do ar e algumas variáveis diretamente aplicáveis ao planejamento não foi estabelecido.

Os modelos de clima urbano existentes geralmente tratam da cidade como um todo para prever a intensidade máxima da ilha de calor (que não é objeto desta pesquisa) em função:

- do tamanho da cidade, usando o parâmetro população, às vezes com a interferência da velocidade regional de vento;
- da relação H/W (*height/width*) ou do fator de céu visível (*sky view factor*) nos *canyons* urbanos;
- ou ainda do balanço de energia, com variáveis familiares aos climatologistas, mas não diretamente aplicáveis ao planejamento urbano.

O que este trabalho fez foi estabelecer uma correlação numérica entre a temperatura do ar e alguns parâmetros de uso e ocupação do solo, não para a cidade como um todo, mas em diferentes pontos do espaço construído, que são representativos dos diferentes padrões de ocupação, usando variáveis de planejamento que podem ser regulamentadas pela legislação municipal. Comentando os modelos existentes, Givoni (1998) diz ser conveniente substituir o parâmetro *população* por *densidade construída*, por esta apresentar uma relação causal mais forte com o aquecimento urbano. A densidade de diferentes áreas construídas na cidade afeta os microclimas pontualmente e, pelo seu efeito cumulativo, determina a modificação do clima regional pela urbanização. Para o autor, a fração de solo coberta pelos edifícios também é um fator relevante para se avaliar o efeito climático da urbanização.

Neste trabalho foram definidas como variáveis explicativas (variáveis independentes) a taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamentos líquidos e brutos do solo (que de certa forma descrevem a variável *densidade construída* recomendada por Givoni), a área de espelho dos corpos d'água e a área de projeção horizontal das copas das árvores, e todas elas podem ser quantificadas, além dos três horários do dia nos quais foram realizadas as medições microclimáticas, às 8, 14 e 20 horas.

O objetivo é medir a correlação numérica entre algumas variáveis de uso e ocupação do solo urbano e a variável temperatura do ar, a fim de orientar qual o conjunto de medidas necessárias para amenizar as condições climáticas nas cidades brasileiras na região de clima tropical continental, que predomina no Centro-Oeste do Brasil. Optou-se por fazer o trabalho de campo na cidade de Cuiabá, tomada apenas como amostra dentro do universo das cidades brasileiras sob essas condições de clima.

O modelo utilizado para o estabelecimento de tal correlação é universalmente válido para cidades em regiões continentais, com diferentes tipos de clima e padrões de ocupação urbana. Já o grau de correlação e o conjunto de medidas resultantes ficam restritos às cidades sob as mesmas condições climáticas, além da necessidade de se integrar às tradições culturais locais.

A inovação também está no modelo de pesquisa para sistematizar essa correlação e no uso de variáveis familiares ao planejador urbano e que podem ser regulamentadas. Com o estabelecimento do grau de correlação entre a temperatura do ar e cada parâmetro relacionado à ocupação urbana, pode-se saber qual a associação de cada um deles com a temperatura e quais os seus períodos de maior influência, pois os fenômenos climáticos urbanos são diferentes para o período diurno e noturno; a ilha de calor é um fenômeno tipicamente noturno, mas é preciso investigar melhor o estresse térmico que acontece durante o dia.

Os resultados podem ser utilizados no planejamento de novas áreas de ocupação para que elas respondam melhor às condições do clima. As conclusões podem trazer informações para subsidiar códigos de obras, leis de uso do solo, o planejamento de cidades novas ou de novos bairros, o assentamento de conjuntos habitacionais que se multiplicam na periferia, geralmente sem nenhuma preocupação com questões de conforto higrotérmico, arrasando terrenos sem respeitar a topografia e sem preservar a vegetação existente.

Os mais recentes estudos nessa área, como o de Oke et al. (1999), ainda não conseguiram equacionar totalmente o balanço de energia em áreas urbanas, e concluíram que os efeitos combinados das características da superfície, tais como a disponibilidade de água e as propriedades térmicas dos materiais, interagem de maneira bastante complexa, vão demandar tempo e novos estudos para serem equacionados.

Também ainda não se dispõe de uma equação matemática de fácil aplicação para o planejamento urbano, mas já foi possível levantar uma tendência para a correlação entre temperatura do ar e as condições de ocupação, e dar prosseguimento ao estudo em trabalho posterior.

Acredita-se que o estabelecimento desses padrões mais adequados de ocupação exija profunda revisão dos códigos de edificações, bem como dos planos diretores municipais, do ponto de vista ambiental e energético. Para se chegar a essas melhorias também é necessário o envolvimento da população na

busca de soluções para os problemas locais, estimulando a participação dos moradores. Acredita-se que os problemas ambientais não podem ser resolvidos somente pelo Estado; é imprescindível a atuação consciente e responsável da comunidade, como já acontece em algumas cidades, e para isso pode-se começar pelos pequenos problemas do entorno mais imediato, ligados aos usos e costumes, à cultura local. As medidas propostas devem considerar e otimizar a participação da comunidade em um compromisso coletivo no qual o modelo de gestão de desenvolvimento local seja aberto e flexível, capaz de incorporar novos fatores e corrigir distorções, reformulando-se continuamente.

5. OS SETE CASOS ESTUDADOS EM CUIABÁ

Após o reconhecimento da cidade, foram escolhidos sete casos na zona urbana de Cuiabá. Além da simultaneidade das medidas em diferentes pontos, na escolha dos casos a serem estudados, procurou-se responder a dois interesses: a diversidade das morfologias – para colocar em evidência as relações entre as diferentes configurações urbanas e a distribuição dos parâmetros microclimáticos e energéticos dos espaços externos – e a uniformidade dos elementos morfológicos numa determinada *fração* urbana. Sendo assim, procurou-se escolher casos com diferentes padrões de ocupação urbana e, ao mesmo tempo, estabelecer critérios de uniformidade para a delimitação de cada área estudada. Além do entorno das duas estações meteorológicas de apoio, foram escolhidos outros cinco pontos-chave da amostra, como o centro antigo e a área de ocupação predominantemente vertical. No centro da cidade foram escolhidos três pontos:

Morro da Luz: maior área verde na parte central da cidade, o Morro da Luz fica junto ao núcleo de ocupação do período colonial, no centro antigo, que por sua vez é densamente ocupado em suas ruas estreitas e tortuosas. O acelerado desenvolvimento dos últimos anos vem exercendo forte pressão sobre o centro, provocando sua descaracterização e alterando as relações entre seus componentes. As ruas são todas pavimentadas. Com exceção do morro, há vegetação arbórea em algumas praças e em alguns poucos quintais remanescentes.

Araés: um bairro antigo já consolidado e que foi remodelado pelo Projeto Cura – Comunidades Urbanas de Renovação Acelerada – na década de 70 (Cuiabá. *Projeto Cura*, [s.d.]). Na época predominava a ocupação espontânea, isenta de qualquer diretriz inicial, que acabou resultando num sistema viário bastante desordenado. As vias locais eram pouco definidas, e não se podia identificar sequer um alinhamento para as construções mais antigas. A maioria delas se encontrava junto às vias públicas, sem recuo frontal, com áreas verdes privativas nos centros das quadras. A proposta do Cura acabou por considerar o

emaranhado das vias internas como vias locais, desestimuladoras do tráfego pela sua descontinuidade, deixando mais sujeitas ao movimento as vias limítrofes. Do alto, o bairro ainda hoje é visto como uma densa massa verde devido à farta vegetação existente nos quintais remanescentes e algumas árvores nas calçadas.

Avenida do CPA: o Centro Político Administrativo – CPA é uma das principais áreas de crescimento da cidade. Apesar da proximidade do centro antigo, o padrão urbanístico é completamente diferente da ocupação tradicional da cidade, com edifícios altos ao longo de largas avenidas. O principal eixo dessa área de expansão é a avenida Historiador Rubens de Mendonça, conhecida como avenida do CPA, que é ocupada principalmente por edifícios comerciais de alto padrão, hotéis, bares, restaurantes, lanchonetes, lojas de conveniência, etc.; ao longo desse eixo a avenida é circundada por edifícios residenciais. As avenidas são largas, bastante diferentes da ocupação tradicional nas áreas mais antigas da cidade, onde a sombra e o confinamento surgem como resultado dos próprios edifícios, com as construções alinhadas em ruas estreitas e tortuosas. Com poucas exceções, a vegetação se resume a árvores jovens plantadas recentemente ao longo das avenidas e alguma vegetação nativa em terrenos ainda desocupados. No trecho próximo ao viaduto da avenida Miguel Sutil boa parte dos terrenos ao longo da avenida e suas imediações estão sendo ocupados por edifícios altos. São imóveis residenciais e comerciais de médio e alto padrão. Nesse trecho a prefeitura tenta há alguns anos a negociação com os proprietários dos imóveis para a padronização das calçadas de 9 metros de largura com a incorporação da arborização junto às vagas para estacionamento.

Mais afastados do centro estão os pontos:

UFMT: a Estação Climatológica Mestre Bombled localiza-se no campus da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, que possui 67% de área verde, com espécies nativas e exóticas. Pela existência de grandes áreas verdes e pela presença do zoológico esse espaço é bastante utilizado nos fins de semana, e vem funcionando como uma opção de lazer para a população.

Horto Florestal: o horto tem 19,75 ha de área verde, com grande variedade de espécies. Além do perímetro do horto, a área é cercada pela mata ciliar do rio Coxipó e é cortada por dois córregos. No horto foram encontrados bosques homogêneos bastante sombreados às margens do rio; a área é coberta por mata ciliar e cerradão, e em poucos pontos das suas margens existe uma vegetação ciliar ainda íntegra, com áreas alagáveis e de várzea. O cerradão é nitidamente florestal, com alta densidade, e dossel atingindo cerca de 14 m de altura.

Pascoal Ramos: o Pascoal Ramos, uma ex-colônia agrícola que até 1994 ficava fora do perímetro urbano, é hoje um bairro próximo ao Distrito Industrial de Cuiabá, de acordo com a Lei de Bairramento de dezembro de 1997. Ainda são poucas as ruas pavimentadas. Encontram-se quintais bastante arborizados e

alguma vegetação nas ruas. A altitude do posto de medição é de aproximadamente 180 m.

INMET: o 9º Distrito de Meteorologia do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, localiza-se no município vizinho de Várzea Grande, aproximadamente 1 km após a travessia da ponte Júlio Müller sobre o rio Cuiabá. A altitude do posto é de 151,34 m e o entorno é coberto por vegetação das margens do rio Cuiabá. O posto fica próximo à avenida da FEB, principal acesso à cidade; a ocupação é rala e não há edifícios altos nessa região da cidade.

Foi estabelecida uma área de 25 ha no entorno de cada ponto escolhido para as medições de microclimas urbanos; as áreas são irregulares e o fator determinante para a delimitação do entorno foi a homogeneidade do padrão de ocupação. A inexistência de mapas temáticos e de cadastros atualizados referentes ao meio ambiente urbano dificultou o levantamento de dados, obrigando-nos a buscar alternativas. A desatualização dos bancos de dados da Prefeitura Municipal de Cuiabá inviabilizou a utilização do cadastro imobiliário como pensado inicialmente para o levantamento das taxas de ocupação e índices de aproveitamento em alguns dos pontos de interesse para a pesquisa. Essas lacunas foram preenchidas com a combinação de todas as fontes disponíveis, incluindo interpretação de fotos aéreas, o uso do cadastro imobiliário onde foi possível e pesquisa de rua com documentação fotográfica, anotações em mapas, tabelas, gráficos, etc. Dessa forma foram obtidos:

- taxas de arborização (área da projeção horizontal das copas das árvores) e de superfícies d'água, área ocupada por ruas, área da projeção construída e área total construída dentro dos limites de 25 ha estabelecidos;
- taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento líquidos e brutos em 25 ha no entorno de cada ponto de medição.

Cabe lembrar que os índices foram levantados não no bairro como um todo, mas dentro do perímetro estabelecido, totalizando 25 ha no entorno de cada ponto de medição, e que em alguns casos não correspondem à totalidade do bairro, parque ou instituição que deu o nome ao posto (Tabela 1).

Tabela 1
Índices levantados no
entorno de cada ponto
de medição

	água %	verde %	taxa ocup. líquida	coef. aprov. líquido	taxa ocup. bruta	coef. aprov. bruto
Horto Florestal	9,8	86,7	0,00	0,00	0,00	0,0
Pascoal Ramos	0,0	24,7	0,31	0,31	0,23	0,2
Araés	0,2	31,2	0,60	0,94	0,47	0,8
Morro da Luz	0,0	21,4	0,92	1,98	0,65	1,2
Avenida do CPA	0,0	5,1	0,54	2,50	0,34	0,9
UFMT	1,7	29,8	0,12	0,20	0,10	0,2
INMET	32,9	27,1	0,12	0,12	0,05	0,1

6. MEDIÇÕES DE PARÂMETROS MICROCLIMÁTICOS

Optou-se por realizar essas medições em dois períodos representativos para o clima regional, na estação seca e na estação chuvosa, em agosto de 1998 e janeiro/fevereiro de 1999, respectivamente. Foram seis dias consecutivos de medições em cada estação, sendo um dia com leituras de hora em hora, das 8 às 20 horas e, nos outros cinco dias, leituras em três horários que coincidem com os utilizados pelas estações meteorológicas de apoio: 8, 14 e 20 horas, sendo estas o 9º Distrito de Meteorologia do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, e a Estação Climatológica Mestre Bombled, no campus da Universidade Federal de Mato Grosso. Nos outros cinco casos foi utilizado um abrigo meteorológico simplificado com um psicrômetro estático para registrar temperatura de bulbo seco e de bulbo úmido, podendo-se assim extrair os valores de umidade do ar.

O Horto Florestal foi considerado como representativo das condições climáticas regionais, com pouquíssima intervenção urbana; nos mesmos horários foram feitas medições nos outros pontos da cidade, com condições de ocupação bastante diversas. Para garantir uma certa uniformidade nas condições de medição em relação às estações de apoio e ao Horto Florestal, todos os abrigos foram locados sobre solo natural, em quintais de residências ou em estacionamento não-pavimentado.

Nos meses de *inverno* a região passa por uma estação quente e seca bem definida, com amplitude térmica diária por volta de 15° C. As temperaturas mínimas chegam a patamares mais confortáveis, mas as máximas não caem muito em relação à temperatura média das máximas anuais. Apesar das temperaturas mais baixas durante à noite e primeiras horas da manhã, altas temperaturas, por volta dos 37° C, são facilmente alcançadas à tarde, principalmente nas áreas centrais, densamente ocupadas e pavimentadas, com pouca vegetação ou outro tipo de sombreamento significativo.

No verão o clima é quente e úmido, com baixa amplitude térmica de novembro a março, quando ocorrem fortes chuvas, alternadas por períodos de transição sob o calor do sol intenso, com um aumento rápido da temperatura do ar. Na estação quente e úmida a cidade toda é desconfortável; as calmarias são freqüentes durante o dia, intensificando o estresse térmico causado pela combinação de altas temperaturas e umidade elevada. Nesse período, o principal recurso, além do sombreamento, é a ventilação.

Neste estudo o parâmetro utilizado para comparação das condições de conforto térmico entre os diferentes casos é a temperatura do ar. Tendo em vista as condições climáticas encontradas, com a temperatura média dos postos sempre elevada, a preocupação com estresse térmico pelo frio é desprezível em relação ao estresse pelo calor; sendo assim, considera-se o local mais confortável quanto menor for a temperatura do ar.

Figura 1
Temperatura média e
diferenças médias de
temperatura
(considerando as
estações seca e
chuvosa) em relação ao
caso mais crítico, o
Morro da Luz

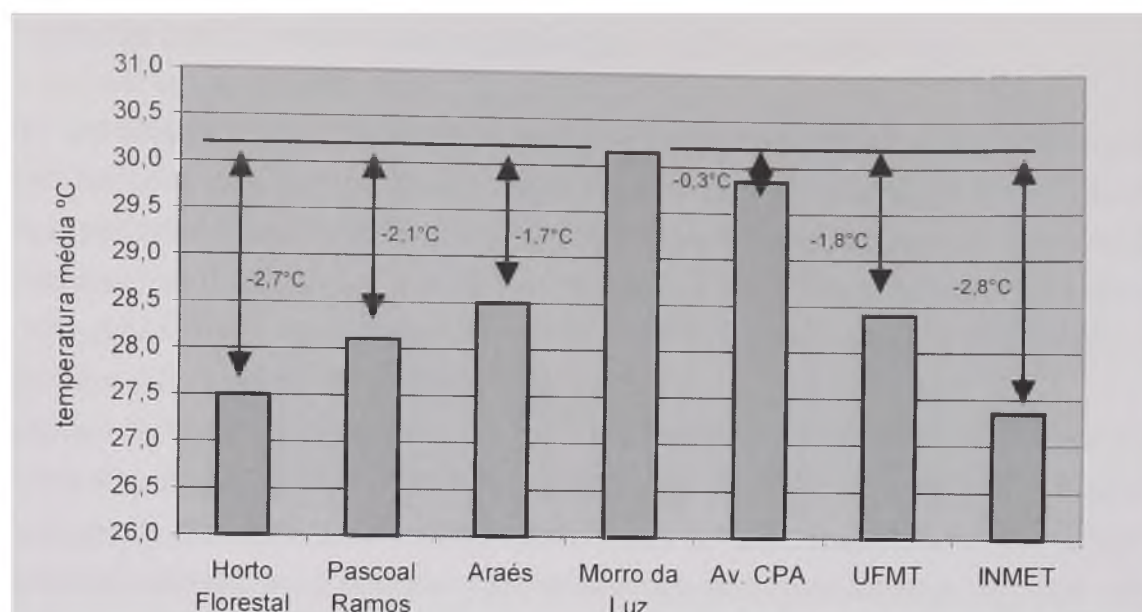


Figura 2
Taxa de ocupação,
coeficiente de
aproveitamento,
porcentagem de
superfícies d'água e de
arborização brutas *versus*
temperatura média
durante as estações
seca e chuvosa

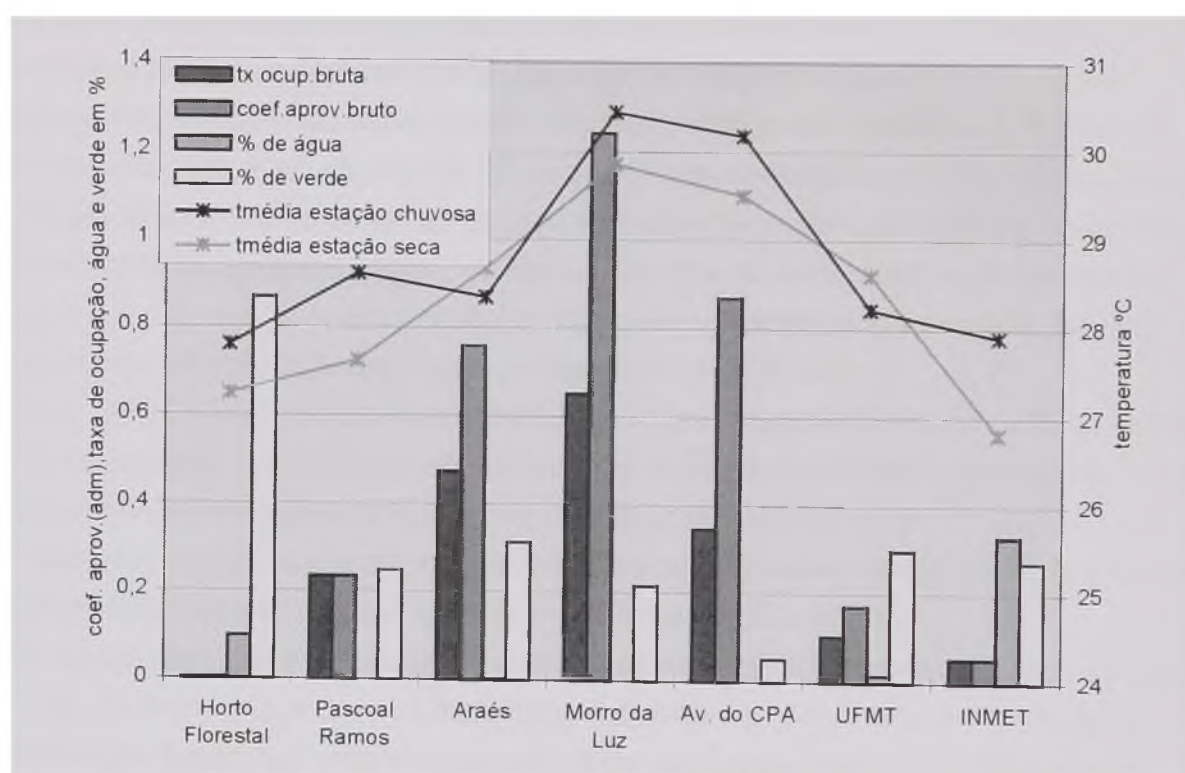
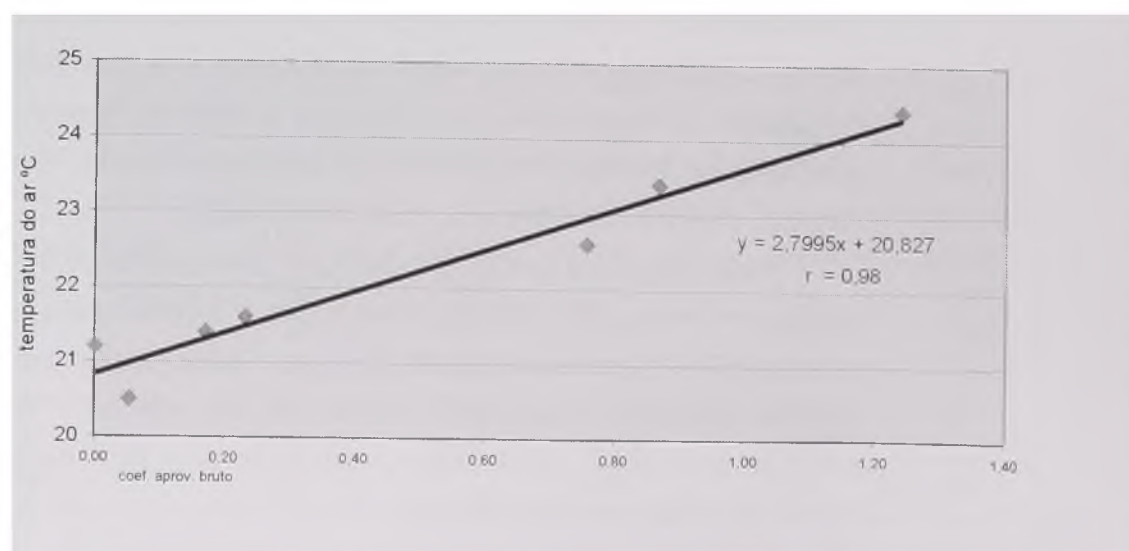


Figura 3
Gráfico de dispersão com
a função linear que
relaciona as variáveis
envolvidas e o
coeficiente de correlação
($r = 0,98$) entre
temperatura do ar e
coeficiente de
aproveitamento bruto às
8 horas, em 23/08/98,
durante a estação seca



Resumindo os resultados das medições e considerando as duas estações do ano, a Figura 1 apresenta as temperaturas e diferenças médias em relação ao caso mais crítico (posto Morro da Luz), mas cabe lembrar que, dentre as 392 observações de temperatura do ar, ocorreram diferenças pontuais de até 7° C em alguns horários.

7. COMPROVAÇÃO DA TESE E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Admite-se que os locais dos sete casos estudados, hoje dentro da zona urbana do aglomerado Cuiabá/Várzea Grande, apresentavam aproximadamente as mesmas condições climáticas antes da urbanização. Todos os postos situam-se na depressão cuiabana, aproximadamente à mesma altitude, e nenhum dos sete casos sofre efeitos particulares da topografia, como acontece em espigões ou fundos de vale, por exemplo. Sendo assim, admite-se que as diferenças hoje encontradas são principalmente devidas à urbanização.

Para se detectar ou não a correlação entre a variação horizontal da temperatura do ar medido (variável-resposta ou variável-dependente) e cada uma das variáveis referentes à ocupação (variáveis explicativas ou independentes) – sendo estas a taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento líquidos e brutos, arborização e superfícies d'água, para cada horário de leitura, às 8, 14 e 20 horas – foram construídos gráficos de dispersão, foram calculados os coeficientes de correlação (r) entre as variáveis dependentes e independentes, duas a duas, e foram realizados testes de regressão linear simples para avaliação da função linear que relaciona estas variáveis para cada leitura, resultando em 216 testes no total. O número de leituras de temperatura e umidade do ar corresponde ao número de observações (392 pares de dados no total) em diferentes horários e estações do ano, para que se pudesse trabalhar com medidas representativas de cada período em pelo menos três faixas de horário: 8, 14 e 20 horas. A informação gerada pelo trabalho de campo é considerada apenas uma tendência, já que o pequeno número de casos (sete unidades observacionais) não é suficiente para um tratamento estatístico mais elaborado. Sendo assim, analisam-se os dados sob um contexto mais descritivo do que inferencial. A correlação já fica visível quando se sobrepõem as variáveis que caracterizam a ocupação com a temperatura do ar média na estação seca e na estação chuvosa para cada caso estudado (Figura 2).

Foram traçadas as linhas de regressão e calculados os coeficientes de correlação (r) entre a temperatura do ar e as variáveis explicativas para cada leitura, às 8, 14 e 20 horas, separadamente; como exemplo, a Figura 3 mostra a correlação entre a temperatura do ar às 8 horas do dia 23 de agosto de 1998, na estação seca, e o coeficiente de aproveitamento bruto nas sete unidades

observacionais. O mesmo procedimento foi repetido para cada dia e horário de medição, e para cada variável explicativa envolvida.

Em horários distintos, em função dos diferentes fenômenos relacionados ao clima urbano, os resultados mostraram associação entre as variáveis e o alto grau de correlação entre elas, comprovando a tese.

Os resultados mostram que em ambas as estações, com as variáveis referentes ao espaço construído – taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento líquidos e brutos – o coeficiente de correlação médio foi sempre positivo em relação à temperatura do ar, sendo mais alto às 8 e às 20 horas (com $r_{\text{médio}}$ para taxa de ocupação, variando de 0,57 a 0,81, e $r_{\text{médio}}$ para coeficiente de aproveitamento, variando de 0,63 a 0,87), refletindo a maior influência do espaço construído no período noturno, o que concorda com a teoria existente.

Às 14 horas, as maiores trocas por convecção explicam a menor correlação entre o espaço construído e a temperatura do ar ($r_{\text{médio}}$ para taxa de ocupação, variando de 0,22 a 0,53, e $r_{\text{médio}}$ para coeficiente de aproveitamento, variando de 0,32 a 0,63). Cabe lembrar que, durante a estação seca, houve uma invasão de massa polar resultando em instabilidade das condições atmosféricas, principalmente com maiores velocidades de vento do que as habituais, aumentando as trocas por convecção e minimizando a interferência do espaço construído sobre a distribuição horizontal das temperaturas.

Já com as variáveis referentes ao espaço natural, arborização e superfícies d'água, o coeficiente de correlação médio foi sempre negativo em relação à temperatura do ar e parece se comportar de maneira mais ou menos uniforme nos três horários, com $r_{\text{médio}} = -0,4$ para arborização, e $r_{\text{médio}} = -0,37$ para superfícies d'água. Porém, áreas verdes e corpos d'água devem ser considerados principalmente nas trocas de calor latente e na transformação da energia absorvida; em áreas urbanas este fator pode sofrer uma grande diminuição em relação às trocas de calor sensível devido à impermeabilização do solo, canalização de águas superficiais e diminuição da cobertura vegetal.

Para as condições climáticas da região em estudo, o padrão de ocupação mais adequado para o conforto térmico noturno é contraditório com as necessidades diurnas de conforto humano. Vários estudos já demonstraram que uma maior relação H/W nos *canyons* urbanos dificulta a irradiação noturna do calor acumulado, mas resulta em menores temperaturas durante o dia por causa do sombreamento provocado pelos edifícios. Já a vegetação tem menor taxa de aquecimento durante o dia e maior taxa de resfriamento à noite, se comparada aos materiais correntes de construção e demais superfícies urbanas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Sem a pretensão de mudar o paradigma, e sim, com a intenção de acrescentar à teoria existente, partiu-se de um princípio largamente aceito pela comunidade científica de que há uma correlação entre microclimas urbanos e condições de uso e ocupação do solo. O que a tese fez pela primeira vez foi comprovar uma correlação numérica entre a temperatura do ar e alguns parâmetros de uso e ocupação do solo para sete pontos do espaço construído, que são representativos do seu entorno, usando variáveis de planejamento que podem ser regulamentadas pela legislação municipal, e em três faixas de horário, mostrando a existência de fenômenos climáticos urbanos diferenciados para o período diurno e noturno, que muitas vezes nos levam a recomendações contraditórias.

O estabelecimento dessa correlação já havia sido tentado por Sampaio (1981), cujo objetivo era sistematizar metodologicamente um caminho que permitisse aferir e explicitar possíveis correlações entre as variáveis uso do solo e as ilhas de calor para o caso de Salvador, verificando a existência da correlação e determinando o grau de associação entre as variáveis. Nessa mesma linha, Taha (1988) determinou a correlação entre a temperatura do ar no período noturno e o fator de visão de céu para São Francisco, Califórnia. Esta tese acrescenta novas correlações, trabalhando com variáveis familiares ao planejamento urbano e com três faixas de horário, mostrando a diferença dos fenômenos climáticos diurnos e noturnos.

Foi dado mais um passo na tentativa de transformar dados de microclimas urbanos em critérios de ocupação aplicáveis ao planejamento. A metodologia proposta se mostrou confiável, mas agora é necessário um amplo trabalho de repetição do modelo em outras regiões, revendo o método utilizado para as medições, utilizando instrumentos mais adequados a um maior número de unidades observacionais, a fim de uniformizar medidas nos futuros trabalhos para possibilitar comparações. Tendo em vista os sete casos estudados, parece viável a repetição do modelo para outras cidades em regiões tropicais continentais. Embora as soluções específicas não possam ser transferidas de imediato para outros locais, o conceito é sempre aplicável; a chave é a compreensão do processo.

De maneira geral, o meio ambiente urbano vem sendo gerenciado sobre uma base pouco sistemática, e vem tratando a economia sem reparar os problemas sociais ou do meio ambiente; como consequência, as soluções têm sido simplistas e fragmentadas. Nos anos 90 a sociedade começou a reconhecer que a sustentabilidade ambiental global ou local será determinada em grande parte pelas nossas cidades, e só há bem pouco tempo redescobrimos o valor da vegetação, da topografia, da água na criação de ambientes benéficos para o

homem; então começamos a medir algo que já se sabia por tentativa e erro (Hough, 1998). O pesquisador deve cumprir seu papel na gestão espacial urbana e, para que seja possível intervir na legislação, é preciso produzir conhecimento imediatamente utilizável, produzindo diretrizes práticas para a atividade profissional. Sob a pressão da ocupação, é preciso encontrar a melhor relação entre condições ambientais e o adensamento para pagar a infra-estrutura instalada. Os critérios são locais, e a diversidade de situações é muito grande. Os resultados são localizados; quando quantificados, só valem para os casos estudados, mas o procedimento é aplicável a outros lugares. Para dar continuidade ao estudo, a correlação entre as variáveis envolvidas deve ser testada em outras áreas urbanas e com maior número de unidades observacionais, com representatividade estatística para que se possa chegar à equação pretendida.

O uso do parâmetro a *densidade construída*, representado neste estudo pelas variáveis taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento, pareceu conveniente pela coerência dos resultados encontrados com os fenômenos de aquecimento urbano. Estudos complementares, tais como os feitos por sobrevôos com câmeras infravermelhas a fim de se determinar a influência dos materiais no aquecimento urbano, seriam de grande utilidade, detectando pontos de maior aquecimento na cidade e ajudando a explicar fenômenos ainda não totalmente compreendidos pela ciência. São necessários novos estudos simulando a substituição dos pavimentos e das coberturas por materiais mais claros, a exemplo do que vem sendo feito nas cidades norte-americanas.

As últimas medições do balanço de energia em áreas densamente ocupadas (Oke et al., 1999) demonstraram que não se pode aplicar as mesmas relações já encontradas em áreas menos urbanizadas, pois as variáveis parecem interagir de maneira bem mais complexa. Nos estudos aplicados ao planejamento urbano talvez se devesse considerar a variável umidade, o que torna o problema muito mais complexo.

As questões relacionadas à ventilação urbana ainda são controversas; por causa da complexidade dos fenômenos de escoamento não se pode generalizar resultados, e os últimos estudos nos trazem ainda mais dúvidas. A hipótese de haver compatibilidade entre verticalização, alta densidade ocupacional e manutenção da ventilação em áreas urbanas continua em questão, e necessita de novos estudos para ser comprovada. A possibilidade de se criar oásis urbanos, com microclimas melhores do que nas condições naturais também. Na prática, estas duas possibilidades já vêm sendo relatadas por diversos autores.

Em pesquisas futuras seria interessante aplicar os instrumentos desenvolvidos para se chegar às diretrizes de caráter urbanístico em valores mais ou menos absolutos, para cada região climática, e talvez responder às perguntas mais freqüentes dos planejadores e urbanistas, tais como: qual a proporção ideal e melhor distribuição de áreas verdes e superfícies d'água no espaço construído?

É melhor ou pior para a cidade, se houver uma elevação na altura dos prédios? É melhor construir em altura com maiores recuos ou horizontalmente, com maior taxa de ocupação? As simulações de Bittecourt et al. (1997 e 2000) já apontaram um caminho para Maceió, que agora deve ser testado em outras cidades litorâneas. Com o modelo de Assis (2000), torna-se viável a simulação em modelos reduzidos de diferentes configurações para adensamento e altura em cidades tropicais continentais, respeitando as restrições do modelo.

Neste estudo foi dado um novo passo, mas se abriram outras questões, em maior número do que as que foram resolvidas. Para possibilitar o prosseguimento dos estudos é de fundamental importância a colaboração entre equipes de climatologia urbana e planejamento; sem perspectiva interdisciplinar, nada feito; arquitetos e planejadores têm que se preparar para um diálogo permanente com climatologias e vice-versa.

As secretarias de planejamento das administrações municipais devem disponibilizar informações urbanísticas digitalizadas da cidade, de forma a facilitar a atualização cartográfica e de ser compatível com *softwares* de uso corrente, fornecendo informações sobre a ocupação urbana. A obtenção desses dados *in loco* é estressante e demorada, e nem sempre eficiente.

Outra necessidade é a disponibilidade de instrumentos automáticos para a obtenção de leituras ao longo de 24 horas, reduzindo a necessidade de pessoal capacitado para a leitura, a construção de abrigos tradicionais, etc., e instrumentos portáteis digitais de resposta rápida para possibilitar a medição, fazendo o percurso a pé ou em veículos. Para multiplicar o número de unidades observacionais (e assim talvez chegar a uma modelagem matemática de fácil aplicação ao planejamento), o aparato analógico, que depende de um leitor treinado em cada ponto simultaneamente, e o levantamento de rua das variáveis urbanísticas fica praticamente inviável.

As conquistas do século 19 nas reformas sanitárias foram importantes e inspiradoras, mas não conseguiram resolver os problemas urbanos do final do século 20 (Ataide, [s.d.]). Os problemas de hoje requerem novas soluções, muito mais abrangentes.

A maior densidade de ocupação é um fato; temos que aprender a conviver bem com ela, e testar novas soluções, por exemplo, para sombrear ruas largas, inevitáveis nos eixos de escoamento de tráfego na cidade. A cidade compacta vem sendo pregada pelos ecourbanistas, por entidades como a Ecocity Builders, por Richard Register e seus seguidores, por Richard Rogers, em seu livro *Cities for a small planet*, etc. Precisamos testar diferentes padrões possíveis de ocupação urbana e admitir que, se por um determinado conjunto de fatores o padrão deve ser vertical, qual a melhor maneira de se conviver bem com ele? Se o padrão deve ser horizontal, idem. Se a rua deve ser larga para o escoamento do tráfego, qual a melhor forma de tratá-la? Se o volume de tráfego é pequeno, as ruas

podem ser estreitas; como tirar proveito disso? Há que se aprender com bons e maus exemplos: as motivações que estavam por trás, a estrutura institucional dentro da qual evoluíram e as estratégias de implementação empregadas. As administrações municipais têm obtido sucesso nos projetos envolvendo parcerias; o marketing ambiental que já alterou profundamente o estilo de administrar de grandes empresas também pode ser explorado por pequenos estabelecimentos comerciais, que poderiam receber algum tipo de selo verde na cidade, por contribuir para a melhoria ambiental da sua rua, do seu bairro, da sua vizinhança. Boas idéias foram arquivadas por falta de operacionalidade; isso mostra aos planejadores a necessidade de entendimento e principalmente de troca de idéias com o sistema político-institucional, para que bons projetos não tenham o mesmo fim.

Denise Duarte

Doutora pela FAUUSP

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, Eleonora Sad de. *Impacto da forma urbana na mudança climática: Método para previsão do comportamento térmico e melhoria de desempenho do ambiente urbano*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- BITAN, Arie, ASSIF, Shama. Climatic data analysis and its use and representation for planners. *Energy and buildings*, Netherlands, n. 7, p. 11-22, 1984.
- BUCKMINSTER FÜLLER. *The artifacts of R. Buckminster Fuller*. Londres: Nova York, Garland, v. 4: The geodesic revolution, part 2, 1960-1983, 1985.
- CUIABÁ. (Cidade) Prefeitura Municipal de Cuiabá. *Projeto Cura Cuiabá*. Cuiabá: [s.n.],[s.d.].
- DUARTE, Denise. *Padrões de ocupação do solo e microclimas urbanos na região de clima tropical continental*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- _____. *Climate considerations in building and urban design*. Nova York: John Wiley & Sons, 1998.
- GIVONI, Baruch. *Urban design in different climates*. Geneva: WMO Technical Document, n. 346, 1989.
- HOUGH, Michael. *Naturaleza y ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.
- LOMBARDO, Magda. *Ilha de calor nas metrópoles*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- MONTEIRO, Carlos A. F. Adentrar a cidade para tomar-lhe a temperatura. *Geosul*, Florianópolis, n. 9, p. 61-79, 1990.
- NOVOS HOTÉIS NO ESTADO DO AMAZONAS. *ABA*, n.1, p.132-135, 1967/68.
- OKE, Tim R. et al. The energy balance of central Mexico City during the dry season. *Atmospheric environment*, v. 33, p. 3919-3930, 1999.
- ROGERS, Richard. *Cities for a small planet*. Londres: Faber and Faber, 1997.
- ROSENFELD, Arthur et al. Mitigation of urban heat islands: Materials, utility programs, updates. *Energy and buildings*, v. 22, p. 255-265, 1995.
- SERRA, Geraldo. *O espaço natural e a forma urbana*. São Paulo: Nobel, 1987.
- TAHA, Haider. *Night time air temperature and the sky-view factor: A case study in San Francisco, California*. Berkeley: Lawrence Berkeley Laboratory, LBL- 24009, 1988.
- YANNAS, Simos. Living with the city. Urban design and environmental sustainability. Environmentally friendly cities. *Proceedings of PLEA'98*. Lisboa: James and James, 1998, p. 41-48.

Maria Lucia Bressan Pinheiro

Orientador:
Prof. Dr. Benedito Lima de Toledo

m

MODERNIZADA OU MODERNA?
A ARQUITETURA EM SÃO
PAULO NAS DÉCADAS
DE 30 E 40

108

pós-

RESUMO

O presente trabalho pretende contribuir para a discussão dos limites e significado do movimento moderno no Brasil por meio da apresentação de exemplos da arquitetura corriqueiramente praticada em São Paulo nas décadas de 30 e 40 – período de instauração definitiva daquele movimento entre nós, de acordo com a maior parte da bibliografia disponível sobre a história da arquitetura brasileira no século 20. Embora tais exemplos por vezes apresentem interfaces com o modernismo – sendo mesmo assim classificados por seus autores, estão longe de se configurarem como plenamente modernos, como se procurará demonstrar. De fato, a partir de pesquisa realizada na revista paulistana de arquitetura *Acrópole*, para elaboração de minha tese de doutorado, foi possível constatar a total imprecisão e ambigüidade do termo “arquitetura moderna” bastante freqüente nos comentários e referências relativos aos projetos publicados no citado periódico. Outra postura usual no período é a equiparação da arquitetura moderna a qualquer um dos estilos disponíveis na época, o que denota claramente a falta de compromisso com o ideário moderno propriamente dito por parte da maioria dos profissionais paulistanos nos anos assinalados.

ABSTRACT

The present paper intends to contribute to the discussion of the limits and meaning of the modern movement in Brazil, through the presentation of examples of the architecture commonly practised in São Paulo in the decades of 1930 and 1940 – the years of the definite establishment of modern architecture among us, according to most of the available bibliography about the history of Brazilian architecture in the 20th century. Although such examples eventually show similarities with modernism – and are even so denominated by their own authors – they are far from being fully modern, as we will attempt to demonstrate. In fact, extensive research carried out in the architecture magazine *Acrópole* for the development of our PhD thesis showed the ambiguity and lack of precision in the use of the term “modern architecture” frequently employed in reference to projects published therein. Another attitude that to have been rather usual at the time is the equivalence of modern architecture to any of the styles then available – which clearly denotes the absence of commitment to modern movement ideals on the part of the majority of São Paulo architects in the referred years.

O presente trabalho pretende colocar em discussão algumas questões com que se depara o estudioso do movimento moderno no Brasil, cujas pesquisas esbarram, inevitavelmente, em projetos e edifícios que apresentam interfaces com tal arquitetura, sem, entretanto, configurarem-se como plenamente modernas.

Para tanto, serão apresentados alguns casos ilustrativos dessas manifestações arquitetônicas, como subsídio para a discussão dos limites e significado do movimento moderno em um país de especificidades evidentes em relação aos seus centros de origem¹

Nesse sentido, uma primeira observação a fazer diz respeito à total imprecisão e ambigüidade do termo “arquitetura moderna” que transparece dos comentários e referências relativos a vários projetos do período.

De fato, na grande maioria dos casos, o adjetivo “moderno” é empregado como indicador de atualidade, de acessibilidade e de fidelidade aos mais variados parâmetros arquitetônicos europeus (ou norte-americanos), não estando necessariamente vinculado aos princípios ideológicos e projetuais estabelecidos pelo movimento moderno. Assim, na maior parte dos casos, a arquitetura – mesmo quando denominada “moderna” – continua a ser entendida exclusivamente como um fenômeno fachadístico, intercambiável, de gosto.

Um exemplo encontra-se no discurso proferido – em data tão tardia como 1943 – pelo engenheiro-arquiteto Carlos A. Gomes Cardim Filho na qualidade de representante do prefeito Prestes Maia, em saudação aos colegas do Rio de Janeiro, por ocasião da Sessão de Instalação do Departamento Estadual do Instituto de Arquitetos do Brasil² O discurso, cujo tema é a defesa da autonomia do ensino de arquitetura, finaliza com as seguintes palavras:

“A par de todas essas falhas, diante de todas essas lacunas conseguimos apresentar esparsamente, no entanto, no campo arquitetônico verdadeiras jóias e grandiosos monumentos tanto dentro da expressão moderna a mais avançada, até a expressão clássica modernizada.”³

Cardim Filho admite implicitamente, aí, a existência de várias *arquiteturas modernas*, umas mais avançadas do que outras, mas todas modernas – o que é a postura usual no período.

Não é por outra razão que o arquiteto Gregori Warchavchik, em 1929, procurava cuidadosamente desvincular suas propostas teóricas da expressão *arquitetura moderna*, preferindo utilizar a expressão “arquitetura nova”:

“Por que Architectura Nova e não moderna?”

Justamente para bem marcar a diferença entre as duas e para indicar que não se trata aqui daquela architectura que todo o mundo chama de moderna, embora de moderno tenha muitas vezes somente o banheiro e a instalação electrica.

Chamam-na assim porque os elementos decorativos empregados, embora copiados de obras antigas, são copias tão mal-feitas e tão ordinarias que mal se pode reconhecer o original.

(1) Tais exemplos resultam de pesquisa sobre a arquitetura paulistana nas décadas de 30 e 40, para elaboração de minha tese de doutorado, intitulada *Modernizada ou moderna? A arquitetura em São Paulo, 1938-45*, defendida em 1997

(2) A seção paulista do IAB foi instalada em 6 de novembro de 1943, sendo nomeado presidente o arquiteto Eduardo Kneese de Mello (PINHEIRO, op. cit. p. 270-1).

(3) Op. cit., p. 124, grifos meus.

FIGURA 1
Edifício I.P.S.A. (atual
Santo Elias), na rua Xavier
de Toledo, n. 96-98.
Fonte: *Acrópole*, n. 16,
agosto de 1939, p. 36

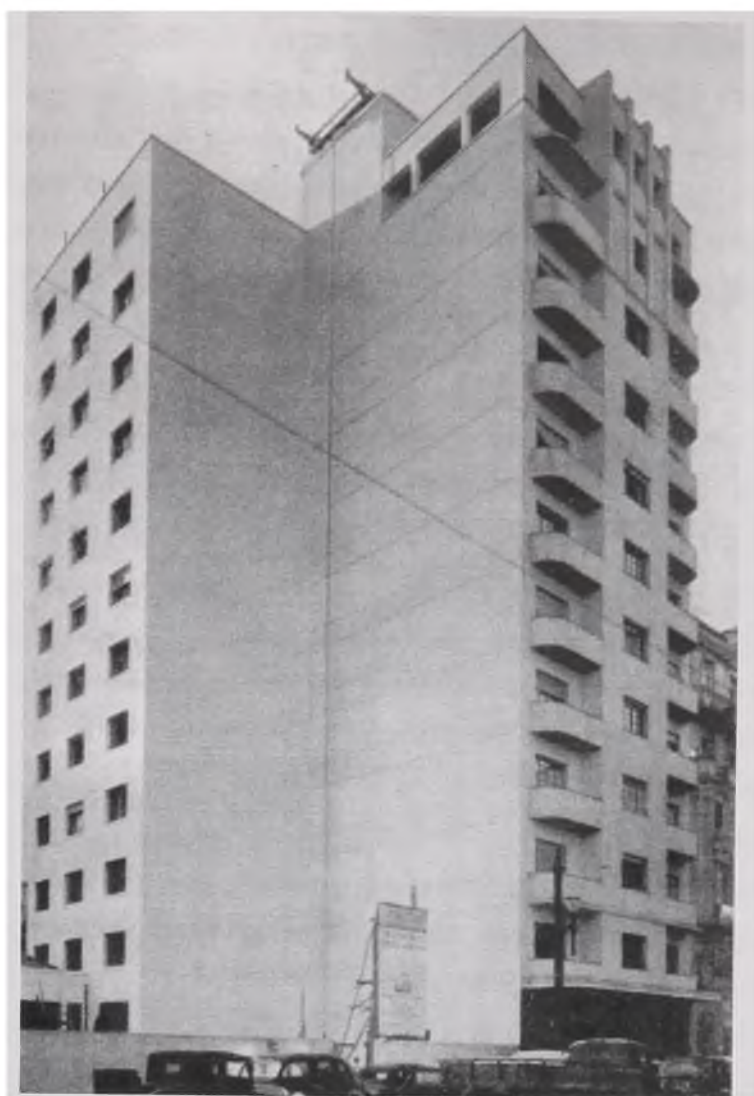


FIGURA 2
Res. sr. Sylvio de Almeida,
na avenida Pacaembu,
1575.
Fonte: *Acrópole*, n. 31,
novembro de 1941, p. 242



Basta um motivo antigo ser transformado um pouco, quer dizer estragado – executado em material barato – tudo feito com perfeito desprezo justamente daquellas regras architectonicas que são o valor das bellas construcções antigas, e logo o predio é chamado moderno.

Isto creou muita confusão nos espiritos e prejudica a verdadeira architectura moderna, e por esta razão a chamamos – Architectura Nova.”⁴

Essas manifestações denotam que persiste ainda, se não um completo desconhecimento, ao menos uma grande confusão a respeito da expressão “arquitetura moderna” como transparece claramente do trecho escrito por Paulo Izzo, diretor da Empresa Construtora Concreto Armado Ltda., a respeito de um de seus projetos: o Edifício I.P.S.A., na rua Xavier de Toledo, 96-8 – edifício que, como se pode observar na Figura 1, estava longe de se configurar como um exemplar verdadeiramente moderno:

“(...) Numa fase de transição – como é ainda a arquitetura moderna em todo o mundo – ela se apresenta em caratêres simples, em singela interpretação, dando a parecer que segue mais de perto os dois elementos – estrutura e conveniencia, atendendo menos ao terceiro – a estetica, deixando-a a corroboração do tempo que a irá fortalecer e melhor definir.”⁵

Tais palavras evidenciam, com uma franqueza até ingênua, o que se passava na mente de boa parte dos profissionais ligados à construção civil no período. De fato, a grande maioria dos arquitetos, então atuantes em São Paulo, parece permanecer totalmente alheia à problemática do modernismo em arquitetura, inclusive os mais requisitados, como Alfredo Ernesto Becker, Francisco Beck, Sylvio Jaguaribe Ekman, Moya & Malfatti, Vicente Nigro Jr. e Georg Przirembel⁶, entre outros; pode-se dizer o mesmo das principais firmas construtoras como Capua & Capua, Sociedade Arnaldo Maia Lello ou Lindenberg, Alves e Assumpção⁷

Esses profissionais – independentemente de sua formação profissional, isto é, arquitetos ou engenheiros civis – parecem contentar-se em produzir uma arquitetura apenas *modernizada*, no sentido de aberta à incorporação dos avanços tecnológicos disponíveis, sem entretanto questionar a adoção de *estilos* e certas reminiscências aristocráticas típicas do academicismo.

Assim, a arquitetura dita *moderna* comparece, na grande maioria dos casos, como uma das alternativas estilísticas disponíveis aos arquitetos paulistanos do período – o que configura uma arquitetura apenas *modernizada*, em suma. Esta atitude fica bastante clara no projeto “moderno” da dupla Moya & Malfatti⁸ para a residência do sr. Sylvio de Almeida, na avenida Pacaembu, n. 1575, representado na Figura 2. Tal projeto foi publicado na revista de arquitetura *Acrópole*, acompanhado de certos comentários de Moya que não apenas incorporam as críticas comumente feitas à arquitetura moderna, no sentido de tachá-la de fantasiosa e gratuita, como equiparam-na francamente

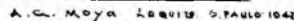
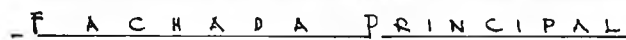
(4) RAMALHO, PINHEIRO, Maria Lucia. *Da beaux-arts ao bungalow – Uma amostragem da arquitetura eclética no Rio de Janeiro e em São Paulo*. FAUUSP, 1989, p. 253.

(5) PINHEIRO, op. cit., p. 267, grifos meus.

(6) Lembremo-nos de que o arquiteto Przirembel participou da seção de arquitetura da Semana de Arte Moderna, com um projeto neocolonial. Ver a respeito: AMARAL, Aracy. *Artes plásticas na semana de 22*. São Paulo: Bovespa/BM&F, 1992, p. 155-6.

(7) No apêndice 1 de minha tese de doutorado, encontra-se uma relação dos projetos desses profissionais que foram publicados na revista paulistana de arquitetura *Acrópole*, entre 1938 e 1945.

(8) Trata-se aqui do escritório constituído por Álvaro Garcia Moya – que participou da Semana de Arte Moderna com desenhos “futuristas” – e pelo engenheiro Guilherme Malfatti, tio da pintora moderna Anita Malfatti. Ver a respeito AMARAL, op. cit., p. 146-55.



Projeto “moderno” de Moya e Malfatti, que faz parte de um conjunto de três estudos e projetos
Fonte: *Acrópole*, n. 56, dezembro de 1942, p. 282-3



Planta do projeto “moderno” de Moya e Malfatti
Fonte: *Acrópole*, n. 56, dezembro de 1942, p. 282-3

aos demais estilos disponíveis aos arquitetos da época. E, de quebra, ainda dão um jeito de minimizar o talento de Le Corbusier, comparando-o ao de qualquer arquiteto:

“Le Corbusier um dia pensou, e com razão, que a arquitetura não mais acompanhava o progresso e, com liberdade de ser engenheiro criou formas que por certo nenhum arquiteto do mundo se teria atrevido a imaginar, não porque lhe faltasse capacidade, mas pela simples razão de que o arquiteto vive preso ao gosto do povo e este impõe a sua predileção.

Le Corbusier prestou pois aos arquitetos um grande serviço como iniciador de outras ideias.

Todos os arquitetos do mundo estudam atualmente com afinco o estilo moderno procurando adaptá-lo à necessidade da vida moderna (como se tal não fosse justamente a própria razão de ser da arquitetura moderna!) que tem como imperativo a velocidade.

Todos os estilos são bons quando empregados com justeza porém a tendência moderna é cada vez mais a de eliminar o superfluo.

O estilo moderno tem também qualidades indiscutíveis de beleza como sejam: justa proporção nos volumes e grandes aberturas que mais condizem com a necessidade de luz e ar.

O exemplo que ilustra este pequeno comentário, longe está de ter a pretensão de padronizar a arquitetura, mas apenas representa um modesto esforço, aproveitado por um cliente de ideias modernas.

Tendo sido apresentado o projeto desta casa no segundo Salão Paulista de Belas Artes de 1935, foi premiado com o prêmio “Prefeitura” fazendo parte do júri de premiação, entre outros, os distinguidos arquitetos e urbanistas, Drs. C. A. Gomes Cardim Filho e Dácio de Moraes.”⁹

Assim, um fato à primeira vista auspicioso – a premiação de um projeto aparentemente moderno já em 1935, e por figuras tão conservadoras como Gomes Cardim e Dácio de Moraes – evidencia, por um lado, as características apenas superficialmente modernas desse projeto (pois que, do contrário, ele simplesmente não teria sido premiado); de outro lado, constitui mais um exemplo das diferentes acepções da expressão *arquitetura moderna*, nos anos 30 e 40.

Para comprovar tal afirmação, nada mais evidente do que o ecletismo explícito de muitos profissionais – como o escritório Bratke & Botti¹⁰, por exemplo, ou dos já citados Moya & Malfatti, entre outros – que se compraziam em exibir seu virtuosismo estilístico publicando simultaneamente, num mesmo número de *Acrópole*, projetos em estilos diversos, inclusive *modernos*.

É o caso, justamente, de outro projeto “moderno” de Moya & Malfatti (Figura 3), que faz parte de um conjunto de três estudos e projetos publicados em *Acrópole* – os outros dois são, respectivamente, em estilo neocolonial e missões.

(9) PINHEIRO, op. cit., p. 269 (grifos meus) e Figura 113.

(10) Para uma amostragem significativa da variedade de estilos que caracteriza a produção do escritório Bratke & Botti até meados da década de 40, ver o capítulo 1 de minha tese de doutorado (p. 51-118).

FIGURA 5
Edifício São Luiz, de
Jacques Pilon
Fonte: *Acrópole*, n. 81-
82, janeiro/fevereiro de
1945, p. 290-1



Na verdade, trata-se de um projeto *art-déco* bastante simplificado, no qual foram copiadas algumas das inovações na distribuição planimétrica das residências que estavam sendo penosamente introduzidas naquela época por Henrique Mindlin, como a localização da garagem em frente da residência e dos ambientes sociais voltados para o jardim nos fundos do terreno¹¹. Estas inovações foram combinadas a um esquema de planta em torno de pátios internos, provavelmente ligado à experiência de Moya e Malfatti em projetar residências em estilo missões, que se caracterizam por apresentar pátios com fontes, pérgolas, etc. (Figura 4). No artigo que acompanha o projeto, Moya aponta as inovações aí ensaiadas, terminando por reiterar a importância do estilo na arquitetura – postura, portanto, incompatível com qualquer pretensão de renovação arquitetônica:

“Este estudo de casa está baseado em novas ideias na distribuição da planta que a seguir analisamos:

1ª A Sala de Estar, S. de Jantar e Terraço estão voltadas para o jardim dos fundos. A razão desta mudança tem como fim evitar a rua pelos inconvenientes que apresentam modernamente e ao mesmo tempo transformar os fundos do terreno em jardim mais amplo e recatado, coisa que na frente raramente é possível e além disso acabar com os quintais quasi sempre abandonados e recatados.

2ª Intercalação de pateos ou areas.

Esta disposição permite dar às casas, maiores possibilidades de isolação, luz, ar, jardim, espaços para as crianças brincarem, espaços destinados aos creados e maiores possibilidades de perspectiva para todas as peças da casa, permitindo que se coloquem janelas com vistas para esses espaços, donde podem existir canteiros com flores, jardineiras, etc.

3ª A Garage colocada na frente da casa.

Entre nós, existe verdadeira repulsa pela colocação das garagens na frente da casa. Precisamos porem atender que em tratando-se de residencias de tipo medio como esta que ora discutimos, a garage posta na frente oferece muitas vantagens, como sejam: economia de terreno dedicado ao caminho do automovel, manobra rapida no guardar ou tirar o carro, asseio, muito menor perigo de acidentes na marcha-ré obrigatória em quasi todas as casas, dispensa de pateos de manobra etc.

Pelas razões expostas, chegamos a conclusão que estas inovações não são desprovidas de proposito e sedusem pela comodidade que comportam e pela novidade que apresentam.

Quanto ao lado arquitetônico não se tem maior dificuldade podendo sempre se obter um efeito agradável em qualquer estilo.”¹²

Este último comentário – que equipara a arquitetura moderna a qualquer um dos estilos disponíveis na época – demonstra claramente a falta de

(11) Para o detalhamento das soluções inovadoras então propostas por Mindlin, ver p. 232 e 277-9 de minha tese de doutorado.

(12) PINHEIRO, op. cit., p. 269, grifos meus.

(13) Ao mesmo tempo que desenvolvia projetos bastante despojados e racionais no que diz respeito aos processos construtivos e à organização planimétrica – como os edifícios de escritórios Schwery (1942), Filizola (c. 1943), Diários Associados (1943/44), ou Edlu (1944) – Pilon projetava também muitas mansões em estilo, como: um castelo Luís XIII para o industrial Horácio Lafer na avenida Europa; uma casa em estilo diretório para d. Teresa Lara; uma *vila* italiana na avenida Paulista para o conde Andrea Matarazzo (Ver a respeito BRANCO, Ilda Helena D. Castello, *Arquitetura no centro da cidade. Edifícios de uso coletivo. São Paulo. 1930-1950*. São Paulo, 1988, p. 135-6). O Edifício São Luiz seria a versão verticalizada da arquitetura residencial “nobre”, requisitada pelas elites paulistanas (Ver PINHEIRO, op. cit., p. 268 e Figura 112).

(14) Ver a respeito PINHEIRO, op. cit., p. 292-3 e Figuras 102, 128 e 104, respectivamente.

compromisso com o ideário moderno por parte de Moya e Malfatti, bem como da maioria dos arquitetos seus contemporâneos.

Outro procedimento correlato, bastante comum entre os arquitetos da época, é a existência de dois pesos e duas medidas para diferentes tipologias de edificação – procedimento que normalmente se traduzia na adoção de estilos ornamentados para a arquitetura residencial e de estilos “econômicos” para outras tipologias edilícias. Este procedimento está ligado à postura, muito usual no período, de diferenciar arquitetonicamente os imóveis construídos para aluguel – os edifícios “para renda” como se dizia então – daqueles a serem habitados/ utilizados por seus proprietários. Assim, aceita-se, implicitamente, uma visão elitista e anacrônica da arquitetura, que é considerada, ainda, uma arte de fachada, associada à profusão de ornamentação e ao emprego de materiais caros, só justificáveis nos exemplares destinados ao uso próprio das camadas mais altas da sociedade.

Exemplar, a esse respeito, é o projeto de Jacques Pilon – justamente ele, por vezes considerado um dos pioneiros da arquitetura moderna em São Paulo – para o Edifício São Luiz, na avenida Ipiranga (Figura 5). Provavelmente por se tratar de um edifício de apartamentos de alto luxo, destinado a uma clientela abastada, o arquiteto não hesitou em adotar um estilo neoclássico na composição, em flagrante retrocesso em relação aos edifícios de escritórios que ele mesmo já vinha projetando no centro de São Paulo¹³

Finalmente, cabe ressaltar que, ao que indica o estágio atual dos estudos sobre o assunto, tais procedimentos e atitudes constituem inquestionavelmente a tônica do período: são as regras, e não a exceção. Além disso, alguns dos arquitetos que vieram a ser considerados pioneiros do movimento moderno em São Paulo enquadram-se plenamente nestas características, ao menos numa fase inicial de suas carreiras – como Pilon e Bratke, já mencionados. Também Eduardo Kneese de Mello tem a sua parcela de ambigüidade, ao continuar a projetar residências – inclusive “populares” – em estilo neocolonial, simultaneamente ao Edifício Leônidas Moreira, este já um projeto de acordo com os cânones do movimento moderno¹⁴

Não se objetiva, aqui, apontar criticamente as contradições na produção inicial de arquitetos que, mais tarde, viriam a ser considerados paladinos da arquitetura moderna em São Paulo. Antes, se pretende reunir elementos para a análise compreensiva do panorama arquitetônico paulistano dos anos 30 e 40, de modo a subsidiar a discussão sobre a correta perspectiva de abordagem do movimento moderno entre nós. Trata-se, em suma, de procurar aprofundar as pesquisas sobre as nuances e especificidades dos processos de transmissão de modelos culturais, que vem caracterizando a história da arquitetura brasileira desde os seus primórdios.

Maria Lucia Bressan Pinheiro

Professora do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto.

Alessandro Ventura

Orientador:

Prof. Dr. Nestor G. Reis Filho



NOTAS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO DESENHO INDUSTRIAL À ARQUITETURA e À CIDADE

118

pós-

RESUMO

A principal preocupação do texto é discutir o uso de técnicas industriais pela arquitetura e refletir sobre suas repercussões na cidade. Nesta discussão procura-se estabelecer uma relação entre as técnicas de projeto do desenho industrial e da arquitetura, focalizando-a dentro de uma forma de pensamento produtivo típico da indústria.

Abordamos a idéia de produção na cidade, procurando mostrar que seu desenho é fruto dos produtos que lhe são impostos e não por aqueles gerados por suas necessidades. Discorreremos, assim, sobre a influência dos veículos automotores no desenho das cidades e sobre a necessidade de criar limitações a seu uso urbano.

Alguns dados sobre a importância da indústria da construção são levantados, comparando-a à vitalidade e à relativa importância da indústria automobilística.

Finalizamos abordando o tema da mobilidade, característica típica dos produtos industriais. Esta mobilidade construtiva pode vir a ser um elemento fundamental de inovação urbana e transformar a cidade em fruto de sua própria produção.

ABSTRACT

The main concern of the text is to discuss the use of manufacturing techniques by architecture and to think about the effects of this upon the city. The discussion attempts to establish a relationship between the techniques of industrial design and architecture, focussing the latter within a framework that is typical of the manufacturing industry. We talk about the idea of production in the city, trying to show that its design is a consequence of the products that are imposed upon the city and not of those generated by its needs. We describe in this way the influence of the automotive vehicles in the design of the cities and about the need to create limitations to their urban use. Data about the importance of the construction industry are surveyed and this sector is compared to the automobile industry in terms of vitality and relative importance. The text ends with an analysis of the topic of mobility, a feature of industrial products. Mobility of buildings may become an important element of urban innovation and may transform the city in a consequence of its own production.

INTRODUÇÃO

A trajetória do desenho industrial é dominada pela crescente compreensão do significado do fazer por manufatura e pela tradução deste racionalismo produtivo em novas construções de objetos e formas. Esta longa e penosa busca acaba por lhe conferir a experiência e o crédito necessários e, de certa forma, precedência junto às atividades de projeto, no trato das questões construtivas que envolvem o uso de máquinas.

Em conseqüência, parece apropriado proceder a uma reflexão, sob a ótica do desenho industrial e da técnica da manufatura¹ em um dos setores com maior peso na produção social: o setor da construção civil.

A escolha da construção civil para análise, setor refratário à assimilação irrestrita das técnicas manufatureiras, pelos mais variados motivos socioeconômicos, é fruto da intenção de incrementar a ligação entre o desenho industrial e a arquitetura.

Além das muitas propostas, com sucesso limitado, feitas na primeira metade do século 20 pelos grandes nomes da arquitetura européia, entre os quais Gropius e Le Corbusier, em direção a esta assimilação, outras experiências e projetos menos divulgados foram realizados, especialmente no período pós – segunda guerra, sendo a maior parte delas abandonada após curto período.

Não vamos nos alongar na citação dessas experiências e projetos, e apenas citar como exemplo da importância deste processo de industrialização, de sua permanência e sucesso, o caso das *mobile houses* dos EUA, construídas nos anos 60 e início dos 70.

Segundo Barry J. Sullivan, em *Industrialization in the building industry* (1980), a emergência e a evolução desta indústria significou o primeiro sistema de produção em massa de habitações dos USA, a ser economicamente bem-sucedido.

Todavia, após essas experiências, constatamos que no setor da construção civil, a incorporação de técnicas industriais foi indireta, não modificando em profundidade os métodos e principalmente os objetos construídos. O canteiro foi melhorado com a introdução de máquinas e equipamentos, facilitando operações, que em seu conceito continuam a ser tradicionais, e a organização da mão-de-obra tentou reproduzir uma organização industrial. Mas esta organização é precária e nada comparável a uma real organização do trabalho industrial.

Essa precariedade é bastante visível quando a comparamos a outras áreas da produção nas quais a incorporação ocorreu em profundidade, como por exemplo, no caso do setor de transportes ou mesmo na produção de objetos de uso comum.

O desenho industrial teve também uma participação indireta no setor, pois ficou aliado à única forma produtiva industrial que realmente teve amplo

(1) O termo manufatura não é empregado de acordo com o conceito marxista correspondente pré-industrial. Ao longo do trabalho, empregamos o termo no sentido correntemente usado pelos setores da produção industrial. Assim, de acordo com esclarecimentos prestados pelo Prof. Dr. Paulo Carlos Kaminski, professor associado do Departamento de Engenharia Mecânica da EPUSP, manufatura é o termo geral que engloba todos os tipos da produção industrial. Ela abrange: a produção seriada, que é a produção de grande número de unidades e portanto mantém estoques; a produção por lotes, que é a produção de quantidades limitadas e que, portanto, não mantém estoques; a produção por encomenda, que é a produção específica e localizada e que também não mantém estoques.

desenvolvimento ao longo dos anos, baseada na fabricação de componentes ou na pré-fabricação.

Sua contribuição ficou restrita ao eventual trabalho junto às indústrias provedoras de elementos que compõem a indústria da construção ou a indústria de componentes da construção, mas não significam a industrialização da construção.

Mas em que consistiria uma real e direta contribuição do desenho industrial ao setor da construção civil?

Essa contribuição à arquitetura e à cidade decorrente de uma efetiva aplicação das técnicas de manufatura e do desenho industrial em grande escala na construção, que resultaria em uma real industrialização da construção, pode ser resumida como sendo:

- a mobilidade construtiva, que passa a adquirir características comuns aos produtos industriais de consumo durável;
- a alteração do perfil do construtor, que passa a incorporar novos métodos financeiros, administrativos, mercadológicos e produtivos;
- a alteração dos critérios de valor relativo dos imóveis e na possibilidade de reorganização urbana;
- as alterações de perfil do corpo produtivo por meio de uma crescente especialização;
- o aprimoramento dos produtos complementares à construção pela criação de padrões que servirão como parâmetro orientador aumentando seu valor de uso; e
- a criação de uma efetiva industrialização da construção.

Por outro lado, quais seriam as técnicas específicas do desenho industrial que contribuiriam para a modificação do modo de pensar o projeto de arquitetura?

Consideramos que a principal contribuição do desenho industrial a esse processo é metodológica, consistindo sua característica básica em procedimentos operacionais, por meio da construção constante de modelos de verificação e de reconstrução do projeto, a partir destes modelos.

Essa característica advém, por um lado, da necessidade constante dos produtos industriais serem verificados em detalhe e precisão, visando a economia de meios e sua viabilidade produtiva e, por outro lado, das próprias dimensões dos produtos que geralmente permitem a construção de modelos e protótipos em escala natural.

Para a arquitetura e para a construção esse procedimento tem um alto significado didático, na medida em que permite seu afastamento das técnicas consagradas e de uso comum, pois usualmente os projetos, resumindo-se a estudos e elementos gráficos, sem a constante verificação dos modelos, são necessariamente operados de forma já conhecida e segura.

A elaboração de projetos no conceito industrial exige uma constante verificação da ordem de construção em seus mínimos detalhes, o que conduz o arquiteto a uma análise detalhada dos componentes e de seu arranjo, de modo a permitir uma execução clara, fácil e rápida.

Essa característica induz naturalmente à verificação dos materiais e técnicas em uso, favorecendo a criação de novas soluções.

Portanto, a consequência imediata dessa contribuição seria a inovação nos processos de construção.

Essa renovação criadora é a contribuição fundamental do desenho industrial.

A esse respeito é útil citar algumas observações feitas por Jean Prouvé (Clayssen, 1983), construtor e colaborador dos principais arquitetos europeus da primeira metade do século 20.

“... Je n’ai jamais dessiné des formes. J’ai fait des constructions qui avaient une forme.”

.....

“J’ai horreur de dessiner sans construire. Dans mes ateliers, une idée était immédiatement réalisée, que ce soit une maison ou un meuble. Donc je lançais; l’idée d’un siège, j’avais un de mes frères qui était à l’atelier – prototype, je lui disais ‘construis-moi ça’ Il me regardait et je complétais: ‘tu m’apportes ça demain matin’. Et le lendemain, j’avais la chaise et on la ‘corrigeait’ Mais on ne passait pas des mois à essayer de faire une chaise bien dessinée.

Ça ne sert à rien. Les choses, il faut les faire. Alors, c’est ça qui est terrible dans l’architecture actuelle, elle est le résultat de quantités de dessins qui passent par des filières telles qu’il y a à chaque fois destruction”

Além dessa contribuição, consideramos significativa a incorporação de novos processos, materiais e equipamentos, uma organização do trabalho mais avançada e sistemas gerais de administração e condução do processo produtivo, econômico e mercadológico.

A CIDADE E SEUS PRODUTOS

Observar São Paulo nos leva a perguntar: É esta uma cidade?

O que vemos, sentimos e vivemos é uma adequada adaptação às necessidades da vida contemporânea?

Uma boa adaptação deve contemplar uma vida comunitária produtiva, agradável e equilibrada, com pleno desfrute de todas as suas manifestações estético-culturais.

Certamente não é essa a condição que encontramos em São Paulo.

Várias propostas têm sido formuladas ao longo dos anos, tentando equacionar e conseqüentemente entender as linhas mestras que comandam o crescimento e funcionamento de São Paulo, sem contudo, serem satisfatórias por abordar aspectos parciais e pontuais.

Análises dos fenômenos urbanos que se limitam à discussão de posturas municipais ou de simples construções de serviços de saneamento, viários e outros, parecem-nos ter pouca envergadura para explicar a cidade.

Abordagens centradas na análise dos problemas habitacionais periféricos ou não, da pobreza, de deslocamentos urbanos da população, da concentração da riqueza e a criação de suas fortalezas e outros, parecem mais interessantes, embora ainda com interpretações localizadas.

Idéias mais recentes, como as da cidade global e da conseqüente primazia dos complexos financeiros, discutidas por vários autores a partir dos trabalhos de Saskia Sassen, são claramente imperialistas e, portanto, de fácil rejeito.

No presente trabalho, estamos longe da pretensão de apresentar uma tese mais abrangente que a dos vários estudiosos que têm se dedicado ao estudo da cidade há mais tempo, mas apenas colaborar apontando um aspecto não suficientemente esclarecido até o presente momento.

Assim, não abordando diretamente os complexos aspectos políticos e sociais presentes na cidade por não ser o objetivo primordial deste texto, verificamos a ausência nas várias análises propostas da consideração, com a devida profundidade, de um substrato primário de extrema importância que é o da produção, principalmente industrial, seja fordista ou toyotista.

Falta uma análise acurada da forma de produção e divisão do trabalho, a geração e distribuição dos excedentes, suas políticas, interesses e planos de médio e longo alcance e a conseqüente e fundamental escolha dos seus produtos e sua repercussão na cidade.

A produção inunda e comanda a vida na cidade

A cidade, seu espaço construído, edifícios, áreas livres, monumentos, obras de arte, equipamentos e produtos de uso geral são resultado de como se produz e principalmente do que se produz, seu consumo e repartição.

É a decorrência da produção intelectual, científica, artística, artesanal, semimanufaturada ou industrial.

É aqui que devemos buscar a origem das formas físicas da cidade e suas distorções.

“Do final do século XVIII para cá, as cidades do Velho Mundo foram paulatinamente sendo adaptadas para a vida urbana tal como as sucessivas revoluções industriais as foram transformando.” (Bolaffi, 1998)

Essa observação de caráter geral pode, sem medo de erro, ser estendida a boa parte das cidades do Novo Mundo, e em particular a São Paulo, embora com peculiaridades que não cabe abordar neste texto.

Para caracterizar com clareza a influência da forma de produção e de seus produtos na cidade, vamos considerar um período relativamente curto da história de São Paulo, aquele que nos separa do pós - segunda guerra mundial, importante pela introdução intensiva do sistema fordista de produção no Brasil e em particular em São Paulo.

As decisões de política industrial e de desenvolvimento social desse período foram da maior importância e significaram grande progresso em quase todas as áreas da atividade urbana e mesmo rural.

Essa política, definida pelas elites dirigentes seguindo os interesses dos representantes do grande capital nacional e acompanhando os do capital estrangeiro, deu prioridade à criação de condições para a produção de bens de consumo durável.

“No período de 1955-85 o setor de maior crescimento é o de bens de consumo durável, com participação majoritária do capital multinacional. Para criar condições gerais e de infra-estrutura para o desenvolvimento deste setor, o Estado teve que fazer grandes investimentos nas áreas de energia, transportes e insumos básicos, concentrando estes investimentos na região de São Paulo. Em todo este processo o capital nacional foi um parceiro menor do Estado e do capital multinacional.” (Kowarick, Campanário, 1988)

A partir dessa orientação política, cuja adequação ainda não foi definitivamente avaliada, várias opções de produtos poderiam ter sido consideradas, estando entre elas a aplicação dos grandes investimentos de capital à construção das cidades.

O descarte dessa, e eventualmente de outras opções, foi em favor da concentração de esforços em torno de uma poderosa indústria automobilística, acompanhada por uma série de efeitos multiplicadores. Talvez esta opção pela indústria automobilística e demais bens de consumo durável tivesse à sua base os grandes interesses mundiais do petróleo e a existência de uma poderosa e experiente indústria setorial internacional.

Além dessas razões, foi também justificada pela intenção de priorizar o desenvolvimento do transporte rodoviário que parece, mesmo hoje, reunir melhor qualidade e condições econômicas que o fluvial ou ferroviário. Construíram-se grandes rodovias cortando o país e a própria construção de Brasília, dando a falsa impressão de investimento em construção de cidades, foi na verdade um grande passo naquele sentido.

“Nos anos 50, com a implantação da indústria automobilística, ocorreu a extensão das rodovias e a proliferação das linhas de ônibus aumentando a

dispersão urbana, fenômeno que se acentuou nas décadas seguintes." (Rolnik, et al., 1991)

Possivelmente uma das considerações para o descarte do setor construtivo esteja ligada a um conceito não-industrial que abordaremos mais adiante, o da imobilidade da estrutura construída.

Ao optar pelo setor automotivo, escolheu-se uma atividade na qual os produtos têm a característica da mobilidade como qualquer outro produto industrial, podendo ser deslocados no mercado em busca de seu maior valor de troca, sendo, no caso, inclusive exportáveis (característica necessária nos anos vindouros), com tradição produtiva e, portanto, com referências orientadoras.

Frisamos nesse ponto o claro afastamento da participação direta do grande capital na construção das cidades.

Todos os investimentos e seus produtos, apesar de dirigidos maciçamente para a capital, sempre foram aplicados de forma indireta, isto é, influíram grandemente na configuração da cidade em termos secundários e reflexos, nunca como obras e produtos de origem primária.

O capital industrial nacional manteve-se afastado da construção direta da cidade, fazendo com que houvesse uma certa perplexidade por sua ausência numa cidade industrial como São Paulo, e se considerasse, em determinado período, que o tripé básico responsável pela sua construção fosse definido como composto pelo loteador imobiliário, o empresário de transportes e o pequeno comerciante. Chamou-se ainda a atenção para o fato de que os industriais, em geral, não tinham interesses imobiliários (Cardoso, et al., 19...?) e, acrescentaríamos, nem interesse em produtos urbanos.

Uma prova consistente da falta de presença do empreendedor industrial no cenário urbano é a diferença entre seu perfil clássico e a do construtor urbano convencional.

São exemplos dessa diferença a forma como é tratado o problema do financiamento da construção, em que a figura da garantia hipotecária é muito diversa da forma de garantias na esfera industrial, ou ainda o atrelamento do produto final da construção a um lote urbano, portanto fixo e trazendo no seu bojo outro tipo de empreendedor, que é o agente imobiliário, comparado ao produto industrial, que é autônomo, independente de outros fatores e sem outros intermediários.

A cidade, resultado dessa orientação política dirigida aos bens de consumo durável do setor automobilístico e com a ausência da participação do capital industrial dirigido à sua construção direta, vai se adaptar e transformar de modo a comportar a linha mestra de produtos da nova indústria.

É a adaptação ou construção decorrente, ou seja, a construção que se submete e amolda aos produtos que lhe são impostos.

“Com relação ao espaço urbano, o Plano de Avenidas, idealizado por Prestes Maia em 1930, passará a ser executado ao longo das quatro décadas subseqüentes, visando basicamente a abrir espaços para o automóvel e para a própria indústria automobilística. Essa opção implicará a não aceitação do primeiro projeto de metrô para São Paulo, elaborado pela Light em 1927, e adiará por 40 anos o início da instalação desse sistema de transporte, determinando graves comprometimentos para o meio ambiente urbano.

....

“O plano Sagmacs, de 1956, coordenado pelo Padre Lebret, indica a necessidade de descentralização, inclusive administrativa, da estrutura urbana, como forma de enfrentar-se os congestionamentos do Centro e a baixa qualidade de vida das periferias.” (Rolnik, et al., 1991)

O transporte em automóveis individuais passa a comandar o desenvolvimento urbano de São Paulo, gerando um esgotamento que se verifica em muitas cidades do mundo como Roma, Paris, Nova York, Londres e Tóquio.

A indústria automobilística é, e ainda será por muito tempo, uma das alavancas da economia nacional. Os investimentos realizados e a experiência adquirida ao longo dos anos não devem nem podem ser abandonados sob pena de provocar um colapso social.

Mas houve um esgotamento urbano do automóvel. A cidade entrou em colapso e não pode mais ser construída como reflexo dos veículos automotores.

Ao examinar uma série de informações fornecidas pelo BNDES sobre a indústria automobilística (BNDES, 1998) verificamos a importância da indústria automobilística brasileira, de sua presença hegemônica no continente, e evidenciando a prevalência do mercado de automóveis para passageiros.

Esses dados confirmam nossa observação anterior sobre a necessidade de continuidade e crescimento desse fundamental setor industrial, ao mesmo tempo em que fica também consignado o efeito negativo dessa grande massa de automóveis no espaço urbano.

Mas como superar o impasse?

Dentro do modo de produção predominante na economia global, a única via que vislumbramos é o parcial realinhamento dos objetivos da indústria automobilística e o concomitante exame de novas políticas para os investimentos industriais com novos produtos viáveis para o grande capital nacional e, eventualmente, para o capital financeiro-industrial internacional.

Esses novos produtos devem e podem, a partir da longa experiência industrial brasileira, ser de magnitude maior que aqueles da indústria automobilística, dispor de um mercado maior ou ao menos equivalente ao desta, ter uma tecnologia disponível a curto prazo, mão-de-obra especializada disponível e a geração de uma receita condizente com os investimentos.

Quadro I – Estrutura Produtiva do País

Fonte: IBGE – *Estrutura Produtiva Empresarial Brasileira*, 1994

	Empresas	%	Pessoal Ocupado	%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal	2	0.10	38.440	0.20
Indústrias Extrativas	6	0.30	123.152	0.80
Indústrias de Transformação	240	14.50	5.698.155	35.00
Construção	40	2.40	977.134	6.00
Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água	710	0.04	325.421	2.00
Comércio, Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos	919	55.60	4.198.978	25.80
Alojamento e Alimentação	195	11.80	758.993	4.70
Transporte, Armazenagem e Comunicações	50	3.00	1.366.064	8.40
Intermediação Financeira	10	0.60	156.955	1.00
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços às Empresas	112	6.80	1.503.631	9.20
Educação	23	1.40	390.995	2.40
Saúde e Serviços Sociais	28	1.70	459.228	2.80
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	26	1.60	269.619	1.70
Total Brasil	2.361		16.266.765	

Quadro II – Indústrias de Transformação / Automotiva

Fonte: IBGE – *Estrutura Produtiva Empresarial Brasileira*, 1994

	Empresas	%	Pessoal Ocupado	%
Fabricação de Automóveis, Camionetas e Utilitários	45	1.00	91.486	28.00
Fabricação de Caminhões e Ônibus	17	0.40	21.408	6.60
Fabricação de Cabines, Carrocerias e Reboques	1.282	27.60	38.295	11.70
Fabricação de Peças e Acessórios para Veículos Automotores	1.338	28.80	155.285	47.50
Recondicionamento ou Recuperação e Motores para Veículos Automotores	1.956	42.20	20.230	6.20
Total	4.638		326.704	

Quadro III – Construção

Fonte: IBGE – *Estrutura Produtiva Empresarial Brasileira*, 1994

	Empresas	%	Pessoal Ocupado	%
Preparação do Terreno	3.541	8.60	74.014	7.60
Construção de Edifícios e Obras de Engenharia Civil	24.355	60.80	750.361	76.80
Obras de Infra-estrutura para Engenharia Elétrica e de Telecomunicações	807	2.00	32.435	3.30
Obras de Instalações	5.745	14.30	75.837	7.80
Obras de Acabamento e Serviços Auxiliares da Construção	5.615	14.00	43.513	4.70
Aluguel de Equipamentos de Construção e Demolição com Operários	86	0.20	974	0.10
Total	40.149		977.134	

Quadro IV – Receita Bruta Total Comparativa entre Indústria Automotiva e Construção

Fonte: IBGE – *Estrutura Produtiva Empresarial Brasileira*, 1994

	Empresas	Pessoal Ocupado	Receita Bruta
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores			
Reboques e Carrocerias	4.638	326.704	23.368.717
Construção	40.149	977.314	26.302.430

A construção das cidades pode ser esse novo ramo industrial, com um grande número e variedade de produtos e equipamentos, com valor agregado maior do que aquele dos produtos automotivos.

Porém, para sua viabilidade, o sistema atual da construção deverá sofrer modificações de grande envergadura.

A IMPORTÂNCIA DO SETOR DA CONSTRUÇÃO

A fim de considerar essa hipótese de transformação do setor construtivo em um novo pólo da grande política produtiva, é preciso, antes de mais nada, verificar o seu grau de importância.

Analizando a indústria de transformação e o grupo da construção, verificamos que este apresenta particular interesse por ser, após o grupo de fabricação de produtos alimentícios e de bebidas, aquele que envolve mais trabalho intensivo². O mesmo não pode ser dito a respeito de sua eficiência, pois é suplantado por grupos que com reduzido número de pessoas envolvidas apresentam resultados mais favoráveis³

Três características chamam a atenção no setor construtivo: a considerável parcela da população envolvida, a importância dos bens que produz e a ineficiência do processo produtivo. O primeiro aspecto exige atenção de nossa parte, pois a repercussão de qualquer modificação proposta poderá atingir um número de pessoas considerável e, como consequência, gerar um fato social importante. O segundo aspecto diz respeito à necessidade de habitação em grande escala por parte da população. Este aspecto, considerado em conjunto com a ineficácia da produção no setor da construção e com os interesses econômicos em vigor, gera o *déficit* habitacional conhecido.

O fator prevaiente nessa equação é a ausência de modos de fabricação mais eficazes para a construção, como encontramos em outros setores da indústria de transformação. As técnicas industriais são pouco usadas na construção, em parte por questão de herança cultural, e em parte pelas políticas econômicas adotadas. É preciso apontar também a ausência de oportunidades para a geração de modelos e soluções técnicas indicadores dos caminhos que podem ser seguidos, os quais, se aplicados com sucesso e sendo aliados a uma política e medidas econômicas adequadas, poderão ajudar a incrementar a eficiência do setor.

A partir da análise dos Quadros I a IV podemos concluir preliminarmente o seguinte:

1. Na estrutura produtiva do país observamos que a indústria de transformação como um todo emprega 5.698.155 pessoas e a construção 977.134, o que representa uma proporção de aproximadamente 6:1. A receita bruta (R\$ 1.000)

(2) O número de pessoas ocupadas na fabricação de produtos alimentícios e de bebidas é de 1.046.688, e no da construção 977.134, segundo a *Estrutura produtiva empresarial brasileira*, publicada pelo IBGE, em 1994.

(3) O grupo de alimentos apresenta uma receita bruta (R\$ 1.000) de 48.649.997; em seguida, o de produtos químicos com 34.430.491; em terceiro, o da construção com 26.302.430, muito próximo da fabricação de veículos com 23.368.717, segundo a *Estrutura produtiva empresarial brasileira*, publicada pelo IBGE, em 1994.

gerada pela primeira é de 249.765.003, e a da construção é de 26.302.430, o que representa uma proporção de aproximadamente 9:1. Como esperado, a eficiência da indústria na geração de receita é 50% maior que a da construção.

2. Se reduzirmos a indústria de transformação apenas ao setor automotivo, com o intuito de comparar dados de uma poderosa indústria e seus satélites à atividade da construção, verificamos que a proporção de pessoas ocupadas na última em relação à primeira é de 3:1. A proporção de empresas é de 10:1, o que mostra outra característica esperada, que é o maior porte e a conseqüente melhor administração das empresas do setor automotivo que concentram maior número de pessoas na mesma unidade. Este melhor desempenho fica mais claro ao examinarmos a receita bruta gerada pelo setor construtivo (Quadro IV) em que um número de empresas 8,7 vezes maior, e um número de pessoas empregado três vezes maior, gera uma receita bruta apenas 13% maior.

3. Em nova restrição examinamos apenas a fabricação de automóveis, camionetas, utilitários e a fabricação de suas peças e componentes, e a comparamos à construção de edifícios e obras de engenharia civil e verificamos que, nesta, um número de empresas 17,6 maior, empregando 3,05 vezes mais pessoas, consegue apenas um incremento de receita bruta 16% maior que a indústria automotiva.

4. Diante do exposto, podemos afirmar que existe um grande desperdício de força de trabalho, certamente, devido aos métodos de trabalho menos sofisticados. Sua modernização para atingir igual desempenho ao do setor automotivo deveria ao menos gerar uma receita bruta três vezes maior e reduzir o número de empresas, levando à maior racionalização dos meios administrativos e gerando maior bem-estar a seus agentes.

5. Outra observação que pode ser feita se refere à maior importância do setor construtivo frente ao setor automotivo. Se este último, pelo porte de seus produtos e a maior repercussão social, foi responsável por um grande desenvolvimento socioeconômico nas décadas passadas, sem dúvida o setor construtivo poderá proporcionar avanços maiores.

A MODIFICAÇÃO NECESSÁRIA E AS ALTERAÇÕES PERIFÉRICAS

Para a promoção do setor construtivo à condição de agente da nova política industrial grandes e profundas modificações deverão ser consideradas em sua conceituação.

Algumas podem ser explicitadas imediatamente, mas não exaustivamente, outras dependerão de estudos e reflexões que não cabem ser examinadas neste texto, pois sua formulação depende do recolhimento de grande número de

experiências, hoje esparsas, e principalmente de um consenso entre os principais condutores da tecnologia construtiva.

Nesse sentido a Universidade de São Paulo, por meio de sua Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, tem amplas condições para liderar esse processo de reorganização, pois conta em seus vários departamentos com os melhores quadros de profissionais da área, não apenas no setor de edificações, mas também no setor do desenho industrial, área crítica para a nova visão, que a partir deste momento vai se defrontar com a proposição de produtos urbanos de grande envergadura.

“Provavelmente a característica mais típica dos produtos da construção é que eles são fixos ao local em que são usados e que a remoção do local, ordinariamente, obriga a uma completa ou quase completa demolição.

Por causa desta característica, as estruturas diferem de outros produtos pesados duráveis tais como os navios, as locomotivas, os trailers (casa reboques), os quais podem ser usados em mais do que um local.” (Cunha, 1955)

Aqui está em síntese a chave de nosso problema e que pode abrir uma perspectiva totalmente nova para nossas cidades.

Quais os efeitos dessa imobilidade e as vantagens da mobilidade?

Embora a mobilidade esteja longe de ser uma condição suficiente e definitiva para identificar um bem como produzido industrialmente, e muito menos de viabilizá-lo como tal, em nosso caso sua ausência certamente o desqualifica.

A principal característica é que a imobilidade sujeita o edifício a efeitos que não são partilhados pelos produtos industriais em geral.

Todos os bens manufaturados dispõem de mobilidade (que não devemos confundir com bens dinâmicos como os automotores), seja na própria operação produtiva, nas operações de manutenção, substituição e reparos, mas principalmente permite que sejam deslocados de sua origem e dirigidos a mercados em que possam adquirir o melhor valor de troca.

No caso da construção imóvel não existe essa possibilidade, fazendo com que a construção permaneça atrelada a seu terreno de origem e assim esteja sujeita a oscilações de valor que dependerão de vários fatores que lhe serão alheios, tais como a deterioração do entorno em que foi localizada, a alteração do uso inicial para a qual foi construída, os deslocamentos da população, etc.

A consequência é que o próprio valor do imóvel construído fica difuso ao ser encoberto e incorporado ao valor do terreno ao qual está vinculado.

Existem poucas propostas para a eliminação dessa característica nas construções urbanas.

Como já apontamos, as *mobile homes* americanas são um bom exemplo de industrialização da construção, e correspondem a 6% do total das habitações americanas.

As outras propostas de industrialização, por meio da pré-fabricação, são apenas aparentes, pois, ao não eliminar e pelo contrário reforçar este aspecto da imobilidade, não caminham na direção de uma efetiva industrialização da construção e não criam condições para o surgimento de um empresário construtor-industrial, e também não contemplam a característica básica do produto industrial que é sua mobilidade constante no mercado.

Essa aderência ao terreno urbano também dificulta a identificação do processo construtivo, na medida em que provoca o surgimento de novos personagens em torno do construtor.

Esses personagens, o corretor de imóveis, o loteador, o agente hipotecário confundem e tornam complexa e pouco clara a atividade do construtor, sendo uma primeira e importante razão pela qual não haja uma identificável participação do industrial no processo construtivo, como já observado.

Finalmente, a superação da imobilidade não será suficiente se não for acompanhada por uma definição e identificação clara com as características e a gestão básicas dos bens de consumo durável de grande porte.

Experiência e tecnologia básica não nos faltam.

A introdução da mobilidade é básica por sua identificação com o produto industrial, ao permitir que a construção seja produzida e reparada a distância de seu destino final, sem contar que pode ser a qualquer momento substituída sem perda, como no caso das demolições tradicionais.

Sua introdução levará certamente à criação de configurações da cidade, permitindo modificações de sua estrutura sem as perdas inevitáveis do sistema atual.

Finalmente, sem querer ser redundante, essa característica, criando conceitos de produtos e equipamentos, poderá emular o surgimento do novo personagem urbano, o industrial da construção. E ele será o responsável pela industrialização da construção.

Esta é, pois, a modificação necessária.

Comentamos até aqui uma série de pontos essenciais à formulação objetiva de nossa proposta para uma cidade mais harmônica:

- a necessidade do parcial redirecionamento do capital da indústria automobilística em relação às grandes cidades;
- a mobilidade como modificação necessária nas estruturas urbanas.

Também examinamos pontos que se referem à forma de crescimento das cidades ou do uso do capital;

- a produção inunda e comanda a vida na cidade;
- a cidade como reflexo da forma com que se produz, e principalmente do que se produz, seu consumo e repartição;
- a prioridade dada à criação de condições para a produção de bens de consumo durável;

- a conseqüente concentração de esforços em torno de uma poderosa indústria automobilística;
- o claro afastamento da participação direta do grande capital na construção das cidades;
- a cidade construída como modelo reflexo;
- o esgotamento do modelo urbano baseado no automóvel; e
- a importância do setor da construção.

A partir dessas observações, formulamos nossa proposta de substituição paulatina dos produtos da indústria automobilística destinados às grandes cidades por uma nova série de produtos dirigidos à construção industrializada dos edifícios, entornos e equipamentos urbanos, produtos primários da cidade, enquanto que os produtos da indústria automobilística consideramos como secundários.

Para que seja viável essa proposta, os produtos deverão ser caracterizados pela mobilidade. Esta mobilidade permitirá sua produção a distância do sítio definitivo, podendo usufruir de todas as vantagens de uma produção seriada, tanto nas condições de produção quanto nos critérios de precisão construtiva, na criação de pequenas séries sobre uma base comum, a salvo das variações climáticas ou como já foi dito "... *Making as much of the building as possible under cover and out of the rain*" (Anthony, apud Russel 1981).

Esse processo, certamente, elevará o nível técnico das construções e conseqüentemente as condições gerais de vida da comunidade. Além disso, a maior rapidez produtiva nos levará a uma produção diária consideravelmente maior que a atual.

Além dessa mobilidade, a concepção da nova construção deverá se enquadrar nas características básicas da produção industrial, tais como seus específicos aspectos financeiros, organização produtiva, adequado tratamento da mão-de-obra e sua sutil e complexa atividade mercadológica.

É o que poderíamos chamar sucintamente de sistema produtivo de fábrica aplicado à construção.

A adoção desses critérios nos levará a uma cidade fruto, e não reflexo, dos produtos que manufatura.

Nesse ponto convém esclarecer alguns conceitos que são correntemente mal-interpretados.

Assim:

Construção – é uma operação que inclui as atividades de projetar, produzir e conservar obras e estruturas físicas fixas. O termo “estruturas” identifica todos os tipos de construções (Cunha, 1955).

Indústria da construção, ou melhor, indústria de componentes para a construção – conjunto de manufaturas no qual se produzem itens ou produtos que serão utilizados nas operações construtivas.

Para os fins deste texto, vamos definir um bem durável de curta duração como sendo aquele que pode alcançar uma durabilidade máxima de cinco anos.

Como exemplo de bens duráveis de curta duração, podemos citar produtos químicos tais como impermeabilizantes, vernizes, tintas, etc., alguns itens derivados da madeira como aglomerados, forros, etc.

Por outro lado, como exemplo de bens duráveis, podemos citar unidades completas e complexas tais como acessórios de abertura e fechamento de portas, janelas, portões, etc. de comando manual ou a distância, utilizando sistemas hidráulicos, elétricos ou eletrônicos; conjuntos hidráulico-sanitários como metais de comando, válvulas, cerâmicas, banheiras, pias e outros acessórios correlatos; madeira em geral, aço, alumínio, plásticos, vidros, etc. e os materiais mais utilizados, embora sem forma definida, como o cimento, a cal e conseqüentemente o concreto.

Considerando que esse setor industrial se enquadra na categoria de produção de bens de consumo durável, podemos induzir a conclusão de que fazem parte da grande linha político-industrial dos anos 50, cuja linha de frente foram, ou são, os veículos automotores em geral, mas que não poderia sobreviver sem estas indústrias-satélites.

De fato, consideramos uma locomotiva como um bem de consumo durável inquestionável, mas sua construção não será feita sem a utilização de comandos elétricos ou válvulas de controle hidráulico provenientes do mesmo setor industrial produtor de componentes para a construção civil.

Existe, pois, uma infra-estrutura industrial, ou satélite, já preparada para o campo da construção.

Industrialização da construção – incorporação em maior ou menor grau, por parte dos agentes da construção, dos métodos financeiros, administrativos, mercadológicos e produtivos (tais como equipamentos, organização da mão-de-obra, procedimentos, regras de conduta, escalas de comando, etc.) usualmente utilizados na operação manufatureira.

Uma primeira diferenciação entre as indústrias manufatureiras instaladas e o setor da construção encontra-se no método de financiamento.

Na estrutura industrial, os financiamentos são próprios ou de terceiros, obedecendo às regras do mercado financeiro em que as garantias serão evidentemente de bens, porém nunca gravando o bem produzido.

Ao contrário, o mercado da construção não é comandado pelas regras do mercado financeiro, embora presentes, mas sim pela figura da hipoteca que grava o bem produzido.

A crescente complexidade operacional financeira industrial, por meio de estruturas societárias mais complexas, como por exemplo a diluição societária ou as associações com empresas estrangeiras, as legislações sobre remessa de lucros, etc., não fazem parte do universo do empreendedor da construção, mesmo nos

casos mais avançados como quando existe a nova forma da associação do capital imobiliário-mercantil.

A forma operativa e de postura de um empresário industrial é assim substancialmente diferente daquela do empreendedor da construção.

Uma segunda diferenciação é a forma como os dois tipos de empresário se posicionam em relação à mão-de-obra.

Na estrutura industrial a mão-de-obra é preciosa e não substituível sem grandes perdas. As perdas podem ser concentradas no treinamento e na eficiência da organização como um todo, afetando imediatamente a qualidade do produto final.

O corpo produtivo é aqui considerado como um exército que deve responder imediatamente aos comandos no qual seus membros são protegidos de todas as formas, desde os aspectos de segurança e saúde até a educação e o aprimoramento profissional.

No caso da construção, a mão-de-obra é considerada abundante e facilmente substituível, por motivos suficientemente caracterizados em vários trabalhos (como por exemplo nos textos do arquiteto Bruna, 1976), existindo pouca preocupação com o treinamento e a permanência.

Talvez uma das explicações dessa diferença seja o fato de que a produção industrial é contínua e com pouca variabilidade de produtos, enquanto que a atividade da construção é intermitente e com grande variabilidade de edifícios.

Esse conceito de variabilidade deverá ser objeto de cuidadoso estudo, pois envolve não só o destino dos edifícios, mas também o disperso universo dos componentes oferecidos, em duplicidade ou redundantes, no qual a racionalização poderá contar com a ajuda da grande experiência do desenho industrial brasileiro, em particular com os vários profissionais de alto gabarito que compõem o grupo de Desenho Industrial da FAUUSP, que poderão contribuir com grande eficácia.

Um terceiro aspecto pode ser apontado como sendo uma diferença administrativa substancial.

Na empresa industrial, os recursos e conseqüentemente sua alocação, são centralizados em um corpo só e incorporados às decisões globais da empresa e de seus resultados.

Na atividade construtiva existe uma dicotomia, pois os investidores assumem os compromissos financeiros, hipotecários ou comerciais, e de outro lado, os executores da obra dispõem destes recursos da forma que lhes parecerá ser mais produtiva e rentável, havendo, pois, uma tênue interferência entre os dois corpos.

Finalmente, nesse processo de transformação surgirão modificações de postura e expectativa em relação aos problemas da cidade. Por exemplo, o caso da terra urbana.

Apesar de importantes, consideramos essas modificações periféricas ou complementares.

O conceito de complementariedade parte da convicção de que existirá um eixo inovador de grande envergadura baseado em novas estruturas de emprego, divisão do trabalho e inovação de produtos, em outras palavras, uma nova política industrial.

Sob o comando desse tema central, todos os problemas da cidade passarão a ser paulatinamente reavaliados e equacionados à sua luz, uma vez que consideramos que a estrutura urbana é permanentemente adequada às suas formas produtivas.

O problema da terra urbana é crucial, pois como vimos, a ela está atrelado de modo indissolúvel o sistema construtivo atual gerando claras posturas de renda e de valores de troca.

Apesar de sua importância, consideramos que ele é periférico na medida em que seus interesses acabarão se adaptando ao comando maior das regras da produção e dos grandes interesses financeiros, uma vez que eles representem uma melhor condição de vida urbana.

A legislação específica, as formas de renda, a disponibilidade em mãos privadas ou públicas e outras serão paulatinamente reformuladas e adaptadas às novas condições.

Esse princípio não seria inovador, pois já foi visto em épocas passadas em São Paulo.

“Destacam-se no período⁴ também relacionados diretamente ao processo de valorização da propriedade, os numerosos conflitos pela demarcação de limites entre terras públicas e particulares, que serão mediados pela Câmara Municipal. Num passado recente, essa demarcação fora imprecisa, na medida que as terras junto à Vila eram abundantes frente às possibilidades limitadas de uso que ofereciam. No mesmo momento em que a propriedade passa a representar por si mesma possibilidades de lucro, surge a necessidade de retificar o perfil da cidade e a nova configuração urbana demanda espaços de uso comum, indispensáveis à circulação, às atividades e aos serviços coletivos. Fiel representante das classes dominantes a Câmara decidirá as questões geralmente em favor dos interesses particulares e somente pelo interesse público quando houver uma coincidência entre ambos. Esta foi, alias, uma concepção que começou a vigorar desde os primórdios do regime republicano e que passou da Velha à Nova República. (Rolnik, et al., 1991)

Diferenças sobre a propriedade ou direitos de uso, como por exemplo existe em Portugal, ou ainda a *Freehold* ou *Leasehold* na Inglaterra, não parecem ser primordiais na elaboração de uma grande política urbana.

Merecem consideração para evitar problemas como o da deterioração das edificações, como no caso da *Freehold* inglesa em que o direito de uso se

(4) Por volta de 1920.

estende por 99 anos, e torna-se claro que próximo dos últimos anos deste direito as edificações sofrem abandono e falta de manutenção, fator urbano degradante. Neste caso a propriedade permanente parece mais salutar ao entorno urbano, pois é evitado o acréscimo de um fator de tempo de validade aos fatores usuais dinâmicos de mutação e deterioração urbana.

Finalmente, podemos citar um caso brasileiro, da Novacap, única proprietária da terra urbana em Brasília, onde verificamos que este fato é inócuo, pois não é suficiente para uma organização adequada da cidade.

A idéia de uma cidade construída com conceito de mobilidade, evidentemente, deverá incluir novos conceitos de uso do solo, mas seria uma visão profética querer antecipar qualquer nova configuração.

De todo modo é preciso levar em conta que essa eventual transformação somente poderá ocorrer de forma paulatina, comportando todo e qualquer tipo de adaptação.

Outros problemas urbanos, técnicos, estéticos e funcionais como a mobilidade, o transporte, os centros de compras, os núcleos empresariais, os interesses imobiliários, a segregação, as áreas livres, os monumentos, etc. também serão reavaliados à luz da nova política produtivo-industrial de quem serão certamente dependentes.

CONCLUSÃO

A cidade como decorrência do modelo automotivo atinge seu esgotamento, por não contemplar mais uma plena vida produtiva, agradável e equilibrada.

Profundas e urgentes modificações devem ser introduzidas sob pena de um irreparável colapso.

Modificações na orientação da política industrial, formulada pelas elites dirigentes, representam a melhor e mais viável possibilidade para esta reformulação da cidade.

Entre as várias opções de renovação produtivo-industrial a serem sugeridas para exame por estas elites demos destaque à da industrialização do setor da construção, porque permite elaboração de produtos primários para a cidade, permitindo que ela seja fruto de seus próprios produtos e não apenas reflexo destes.

Observação:

O presente artigo é parte da tese de doutorado defendida pelo autor, sob a orientação do Prof. Dr. Nestor Goulart Reis Filho.

BIBLIOGRAFIA

- ANTHONY, Hugh. Houses: Permanence and prefabrication. 1945 apud RUSSEL, Barry. *Building systems, industrialization, and architecture*. Inglaterra: John Wiley & Sons, Norwich, 1981.
- SANTOS, Angela Maria Medeiros Martins, PINHÃO, Caio Marcio de Ávila Martins. Panorama da indústria automobilística na América do Sul. *BNDES Setorial*, n. 8, p. 171-191, set. 1998.
- CHERKEVIAN, Henry, BOLAFFI, Gabriel. Os caminhos do mal-estar social: Habitação e urbanismo no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, n. 50, p. 125-147, São Paulo, março 1998. Parte I: CHERKEVIAN, Henry. Habitação: Era preciso mudar ...p. 126-136. Parte II: BOLAFFI, Gabriel. Urbanismo: Uma polis para a fruição dos seus habitantes, 136-147.
- BRUNA, Paulo J. V. *Arquitetura, industrialização e desenvolvimento*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- CARDOSO, Fernando H., CAMARGO, Cândido P. Ferreira de, KOWARICK, Lúcio, El desarrollo de São Paulo: Cultura y participación. In: CASTELLS, Manuel. *Imperialismo y urbanización em América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.
- CUNHA, Mário Wagner Vieira da Cunha. *Curso de introdução à economia*. São Paulo: FAUUSP, 1955.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estrutura produtiva empresarial brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
- KOWARICK, Lúcio, CAMPANÁRIO, Milton A. *São Paulo: Metrópole do subdesenvolvimento industrializado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- CLAYSEN, Dominique. *Jean Prouvé: l'idée constructive*. Paris: Dunod, 1983.
- ROLNIK, Raquel, KOWARICK, Lucio, SOMEKH, Nadia. *São Paulo: Crise e mudança*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SULLIVAN, Barry James. *Industrialization in the building industry*. Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1980.

Joana Carla Soares Gonçalves



DESEJO PELA VERTICALIDADE

138

pós-

RESUMO

Levantando as considerações preliminares da verticalidade, este trabalho coloca a polêmica que dita a inevitabilidade dos edifícios altos em centros urbanos, contextualizando o edifício alto ao longo da evolução da cultura arquitetônica. A história dos edifícios altos ao longo do século 20 foi acompanhada de ciclos econômicos marcados por períodos de crises e ascensões ao redor do mundo, partindo do continente americano nos anos 30, e alcançando a Ásia no final de década de 90. Extrapolando os limites físicos da torre, são ressaltados os efeitos sobre a economia.

Certamente, a construção de torres e edifícios altos, mesmo antes da era medieval, e a realização dos arranha-céus da primeira metade do século, assim como a dos edifícios altos do modernismo e, finalmente, a conquista das torres superaltas das últimas décadas do século 20, carregam um desejo que ultrapassa a busca do lucro sobre a especulação do metro quadrado.

ABSTRACT

Bringing about the preliminary considerations on the issue of verticality, this paper approaches the hypothesis that dictates the inevitability of the tall building, showing its role along the architectural history. The evolving process of the tall building during the 20th century was followed by economic cycles of alternated ascensions and depressions, starting at the american continent during the thirties and reaching Asia at the end of the nineties. For this reason, this critical analysis extrapolates the physical limits of the tower to give a broader give of the implications on the economical aspects related to theme of the verticality.

Certainly, the building of towers even before the medieval era, and the accomplishment of the high-rise during the first half of the 20th century, as in the International Style, and finally, the conquest of the super skyscrapers of the nineties, bear a strong will that overcomes the search for profit over the speculative market of buildings.

Figura 1
Torres gêmeas do WTC
em Nova York, com 110
andares e 417 metros de
altura, ícone da
supremacia política e da
pujança econômica
norte-americana no
século 20
Fonte: Autora



INTRODUÇÃO

O edifício alto representa uma das mais proeminentes soluções arquitetônicas da atualidade, marcando a imagem e o caráter de importantes cidades dos Estados Unidos e da Europa do século 20. Dando continuidade ao estudo do papel do edifício alto na história das cidades e da arquitetura, o edifício-tipo torre vem definindo o perfil das cidades influenciadas pelos efeitos da globalização econômica, iniciando a arquitetura da verticalidade do século 21 nos países de economias emergentes.

Ao longo da história da arquitetura, a necessidade de se construir cada vez mais alto tem ultrapassado as razões arquitetônicas e urbanas, fazendo da corrida pela verticalidade, primeiramente, uma disputa pela supremacia política, econômica e cultural entre as nações. A imagem do edifício alto, que no período pós-guerra era associada à pujança econômica norte-americana, atualmente está presente também nas economias emergentes, concentradas nos países em desenvolvimento localizados no cinturão do Equador.

Figura 2
Vista de San Gimignano,
Itália. As torres dominam
a configuração física da
cidade
Fonte: Le Goff, 1997



Figura 3
Vista aérea de
Manhattan, do alto do
Empire State Building,
ilha dos arranha-céus
considerada pelo
historiador Le Goff a
cidade medieval ideal, o
centro de Nova York é o
ícone da supremacia
econômica no século 20
Fonte: Autora



PRECEDENTES HISTÓRICOS DO DEBATE DA VERTICALIDADE

A simbologia da supremacia encontrada na arquitetura da verticalidade não é uma particularidade do século 20, remetendo-se aos primórdios da história da arquitetura e do urbanismo. Já na Idade Média, os castelos, com suas muralhas e torres, carregavam um forte caráter simbólico de poder político e econômico, também visto nas colunas e nos templos da Antiguidade, de dimensões além das proporções humanas.

Na cidade medieval, que deu origem aos modelos das cidades da era da industrialização, as residências e os estabelecimentos dos ricos e poderosos se tornavam monumentos urbanos por sua imponência e dimensões de verticalidade. As famílias da nobreza mediam forças por meio de suas obras – umas buscavam construir torres sempre mais altas do que as das famílias rivais, como os Medici faziam em Florença, proibindo construir torres mais altas que as deles (Le Goff, 1998).

O urbanismo e a arquitetura da cidade medieval foram marcados pela arte gótica, que estabelecia como normas básicas: ordem, luz, matemática, razão, cor e verticalidade. Essas leis do urbanismo e da arquitetura encontraram inspiração nos modelos antigos, como Roma. Posteriormente, a cidade neoclássica e a cidade haussmaniana, e atualmente a cidade moderna, retomam as mesmas inspirações confirmadas no gótico.

A força do eixo vertical apresenta uma influência tão marcante na definição da imagem da cidade medieval, que Le Goff afirma ainda que a cidade medieval ideal enquanto imagem e prestígio é vista, na contemporaneidade, no exemplo da arquitetura de Manhattan, também conhecida como a cidade dos arranha-céus. Nesta comparação, San Gimignano, originária da Itália medieval, prefigura uma Manhattan dos tempos modernos, ao destacar em sua silhueta uma das características mais marcantes do urbanismo de sua época, a verticalidade.

Os primeiros edifícios altos da era moderna buscaram inspiração nas formas das colunas gregas e nas torres renascentistas. As torres da primeira metade do século 20 foram classificadas como os primeiros arranha-céus da história da arquitetura, carregados de valores culturais, que foram perdidos no período áureo do modernismo, quando o edifício-tipo torre era simplesmente a expressão tecnológica do edifício alto.

Nas primeiras décadas do século 20, os Estados Unidos emergiram como potência econômica mundial. A entrada de grandes quantidades de capital no país permitia que a arquitetura e a engenharia pudessem testar os limites da tecnologia do edifício alto. Os edifícios dessa época ainda figuram no cenário internacional como algumas das torres mais contempladas da humanidade, como o Empire State Building, inaugurado em 1932, com mais de 300 metros de altura

Figura 4
Flatiron Building com 22 andares, localizado na Madison Square em Nova York – primeiro edifício alto norte-americano a ser chamado de “arranha-céu da era dourada”
Fonte: Autora



Figura 5
Empire State Building, em Nova York, 1932
Fonte: Autora



e capacidade para 25 mil ocupantes. Essa torre, em particular, tornou-se um símbolo duradouro de uma cultura e de um povo.

O Empire State Building foi um dos últimos modelos do período da arquitetura compreendido pelos estilos *art nouveau* e *art déco*, caracterizando a chamada “idade dourada dos arranha-céus”. Desde os tempos dos primeiros arranha-céus, como o Empire State, a valorização comercial de empresas, pequenas, médias ou grandes, que estivessem instaladas em alguns metros quadrados de uma torre como esta, extrapolou o valor de mercado desta área de ocupação, pelo simples fato desta estar no edifício alto, entendido como um ícone de sucesso e progresso, ou seja, estar em um edifício alto significava estar em um “lugar”.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a elegância dos estilos *art nouveau* e *art déco*, de forte caráter simbólico, surgiram às linhas quadradas dos edifícios altos do auge do modernismo. Os padrões estéticos de rigor geométrico resultaram, parcialmente, do novo desenho estrutural do edifício-tipo torre, proposto pelos modernistas minimalistas, eliminando por completo as paredes de tijolo e expressando para o mundo os componentes de aço, vidro e cimento.

Criando um estilo formalmente arrojado, esses novos edifícios apresentavam custos sensivelmente mais baixos do que seus predecessores decorados, tornando-os particularmente atraentes, devido à depressão econômica decorrente do período pós-guerra (Frampton, 1985). Grandes nomes da arquitetura, ao longo da série histórica do modernismo, estiveram envolvidos na concepção do edifício alto. Após a depressão do período pós-guerra, Mies van der Rohe, nos EUA, desenvolveu idéias para tratar a estética das torres, evidenciando os conceitos de forma pura, clareza estrutural e transparência total, alcançada nas fachadas envidraçadas, então caracterizando o futuro *International Style* no modelo do *Seagram Building*, em 1958.

O edifício alto do período pós Segunda Grande Guerra, pela necessidade de evitar referências e qualidades simbólicas em decorrência de questões filosóficas do movimento moderno, desenvolveu modelos bastante reducionistas na sua concepção espacial, estrutural e formal (Montaner, 1997).

Como mencionado anteriormente, as conquistas da verticalidade chegaram a limites extraordinários a partir de um revolucionário avanço da engenharia estrutural, marcada pelo desenvolvimento da estrutura de ferro. Porém, durante décadas, os edifícios modernistas não ultrapassam a altura de 30 pavimentos. Somente quando o sistema estrutural desenvolveu opções para fazer das torres que eram mais baratas e mais leves, também mais estáveis, evoluindo quanto ao seu desenho, trazendo maior resistência à forte ação dos ventos, comuns em alturas elevadas, os edifícios modernos passaram a alcançar e ultrapassar a altura da primeira geração de arranha-céus.



Figura 6
Seagram Building, Nova York
Fonte: Blaser, 1994



Figura 7
Petronas Towers em Kuala Lumpur
Fonte: Bennett, 1995

No entanto, nas últimas três décadas, com a força das pressões da globalização econômica, o continente asiático passou a ser o território internacional dos edifícios altos, onde o título de edifício mais alto do mundo representa mais do que nunca um *status* provisório de poder e supremacia, dada a acelerada velocidade e as conquistas da corrida pela verticalidade. Os clientes asiáticos têm investido em uma nova geração de edifícios superaltos, que ultrapassam os limites da verticalidade dos antigos clássicos e modernos edifícios altos do Ocidente.

Dentre as cidades emergentes que exercitam um esforço a fim de se destacar no cenário mundial por seus grandes edifícios, Kuala Lumpur, na Malásia, possui as torres mais altas do mundo, as *Petronas Towers*, concluídas em 1997, com 452 metros de altura. As torres das Petronas, sede de uma das maiores empresas de petróleo da Ásia, chamam a atenção do mundo por sua verticalidade e sua aparência, remetida à cultura muçulmana, enquanto funcionando sobre as condições de edifícios primordialmente comerciais (*Scientific American*, 1997).

Sobre os efeitos da globalização da economia, da tecnologia e da informação, as torres das últimas décadas têm surgido carregadas de simbolismo e representatividade, definindo sua nova aparência. Neste sentido, a função contemporânea assumida pela arquitetura da verticalidade é a função do serviço e do *marketing*.

A evolução tecnológica do século 20 provou que a tecnologia da construção e da operação de um edifício alto é capaz de realizar alturas até então inimagináveis, chegando a propostas com mais de um quilômetro de altura e implicações urbanas e de vivência no edifício, ainda desconhecidas. Desta forma, apesar das relações intrínsecas entre o edifício alto e o cenário da macroeconomia, as restrições quanto aos investimentos financeiros não representam o único fator limitante da implantação e da definição da altura dos edifícios altos.

O DESEJO DO SÉCULO 20 PELA CIDADE DOS EDIFÍCIOS ALTOS

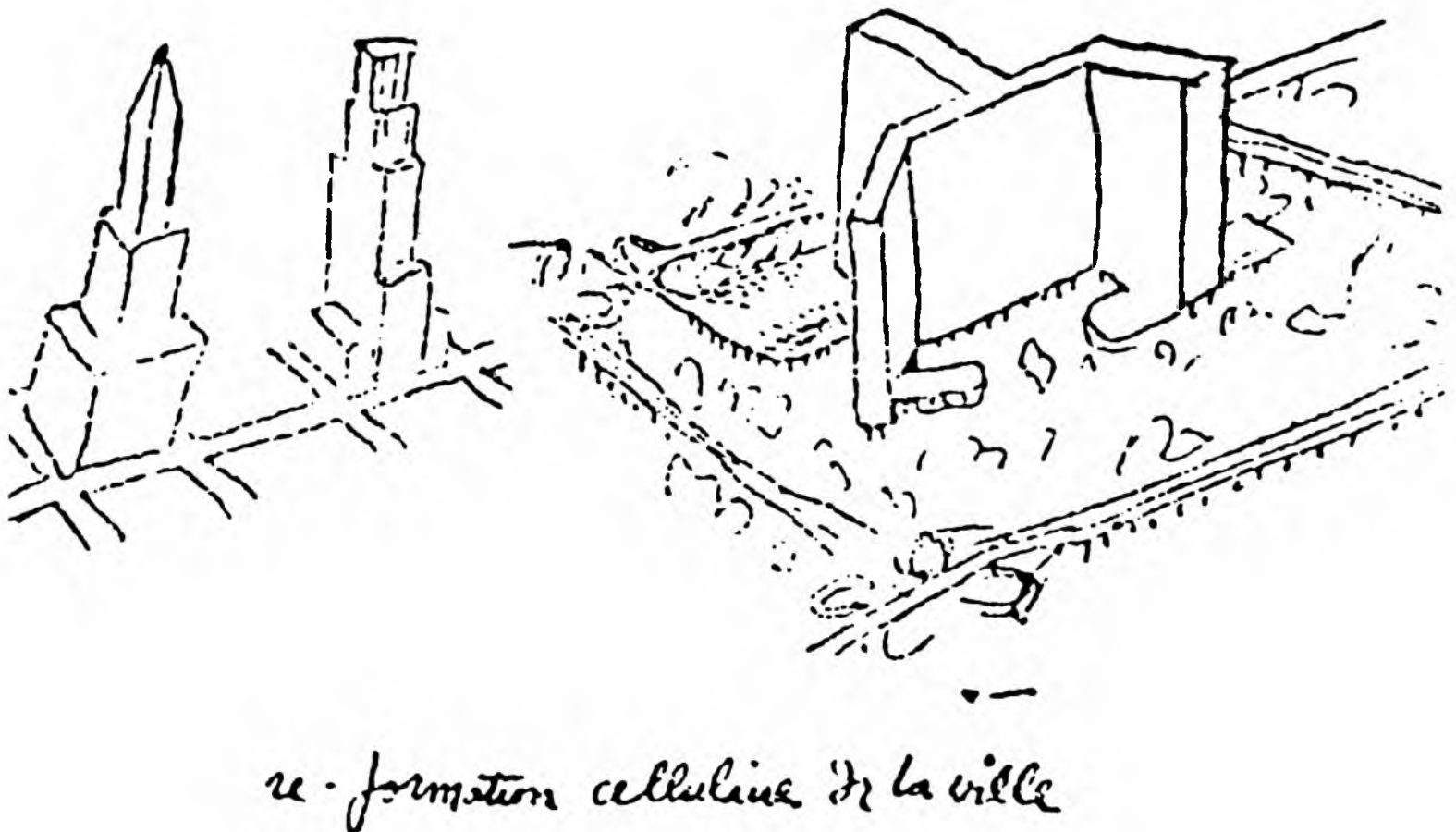
O debate sobre a crescente tendência de edifícios altos tem sido abordado em conjunto com questões de planejamento e configuração de formas urbanas, conseqüentemente, com a densidade urbana. Propostas que têm compromisso com o crescimento sustentável de áreas urbanas caracterizadas pela arquitetura de edifícios altos baseiam-se em sua grande maioria, na teoria da cidade compacta. Apesar da posição de liderança da corrente a favor da compacidade e da centralização, por toda história da discussão da cidade moderna houve, em oposição, o discurso da descentralização e da expansão do tecido urbano.

Figura 8
Edifícios altos de Nova
York em oposição ao
arranha-céu cartesiano
de Le Corbusier
Fonte: Yeang, 1996

Le Corbusier defendia intervenções que fossem verdadeiras cirurgias plásticas urbanas, ou seja, reconstruções de centros urbanos inteiros. Le Corbusier, em 1923, com o conceito de “cidade das torres” acreditava que o futuro das cidades dependia da presença dos edifícios de grande porte. Le Corbusier pensou a arquitetura na escala urbana, justificando suas idéias sobre a afirmação de que a vida moderna demandaria e estaria esperando um novo tipo de planejamento urbano.

A elevada concentração de edifícios altos, vislumbrada na era dourada dos arranha-céus é elaborada de uma maneira bastante futurista e com os exageros da ficção científica no filme *Metrópolis*, de 1929. As imagens da cidade presentes no filme mostravam a cidade do futuro como uma verdadeira floresta de edifícios altos, como consequência inevitável da industrialização e do desenvolvimento econômico, resultando em espaços urbanos praticamente desumanos.

Apesar da continuidade da arquitetura dos edifícios altos, a realidade das décadas seguintes ao filme *Metrópolis* não correspondeu às expectativas visionárias. Com referência às cidades norte-americanas, o destino inevitável para a cidade em que as pessoas se acumulavam verticalmente, como se todas fossem ilhas como Nova York, foi substituído pela expansão horizontal dos subúrbios, viabilizada principalmente pelo baixo custo do combustível e pela infra-estrutura crescente de rodovias, saneamento básico e energia. Atualmente, novos avanços



tecnológicos na área de comunicações têm permitido que as pessoas trabalhem juntas sem a necessidade da proximidade física.

Mais de 60 anos após o filme *Metrópolis*, outros dois clássicos do gênero, *Blade Runner*, na década de 80 e *O 5º Elemento*, na década de 90, remontam à mesma perspectiva para a cidade do terceiro milênio, com carros voadores e torres vertiginosas, evidenciando o desejo insaciável do homem pelas máquinas e pela verticalidade, como sendo o único futuro almejado para as cidades do futuro. Convencionalmente, o planejamento urbano é desenvolvido em função de redes existentes de transporte que articulam o tecido urbano.

Contudo, assim como nas propostas da Cidade das Torres, de Le Corbusier, e no filme *Metropolis*, da década de 20, propostas contemporâneas, como as dos filmes *Blade Runner* e *O 5º elemento*, também surgem no mundo da arquitetura no projeto *Urban High-Rise Cities*, do arquiteto Ken Yeang para a cidade de Yokohama, no Japão, com idéias de um “urbanismo verticalizado”.

Porém, as propostas de levantar literalmente as cidades do solo têm sido inviabilizadas ao longo da história por questões que superam as restrições econômicas. Profissionais engajados na melhoria da qualidade ambiental e da condição social das cidades superpopulosas vêm participando desta histórica polêmica do urbanismo, exercendo críticas duras aos modelos de cidade marcados por torres de alturas inéditas até o presente momento, e toda uma infraestrutura urbana erguida do solo, em decorrência dos riscos de comprometimento ambiental e social da vida urbana. Ricos estes que são ainda bastante imprevisíveis.

Figura 9
Exercício projetual de Ken Yeang, em uma tentativa de contextualizar as idéias de Le Corbusier nas aspirações contemporâneas da cidade do futuro
Fonte: Toy (Ed.), 1995

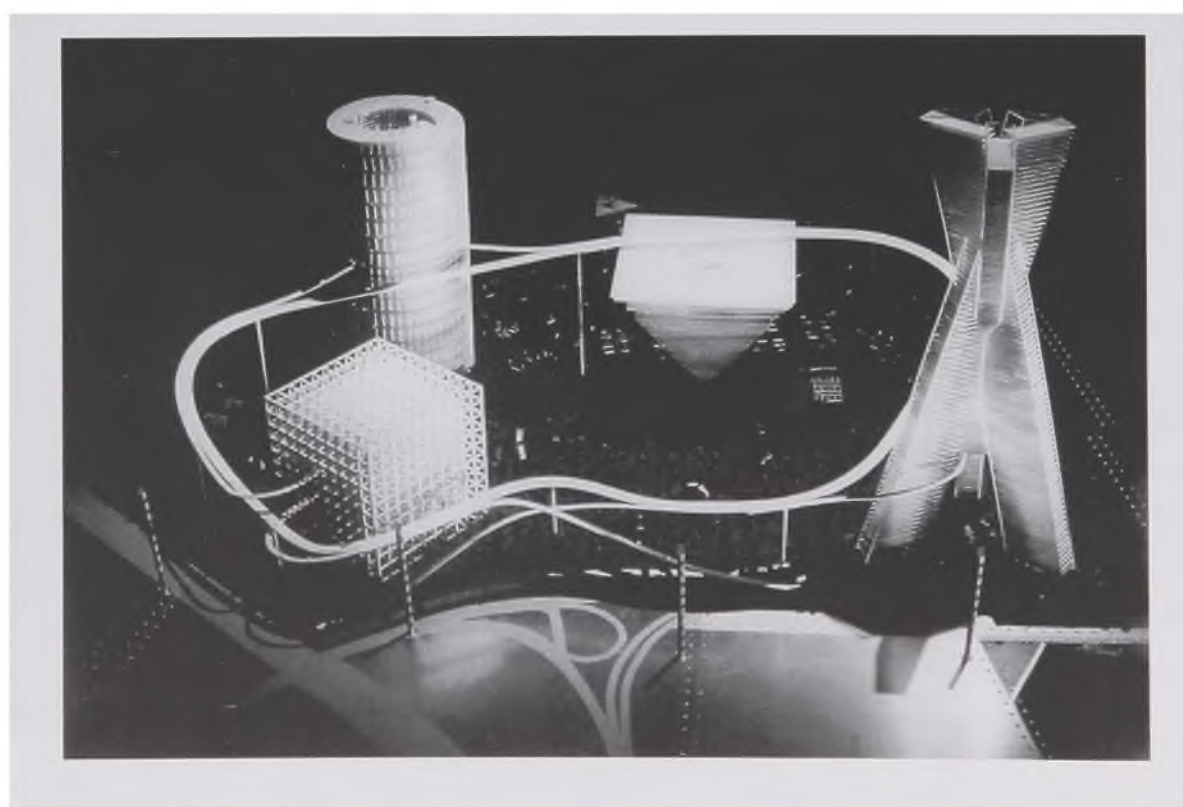
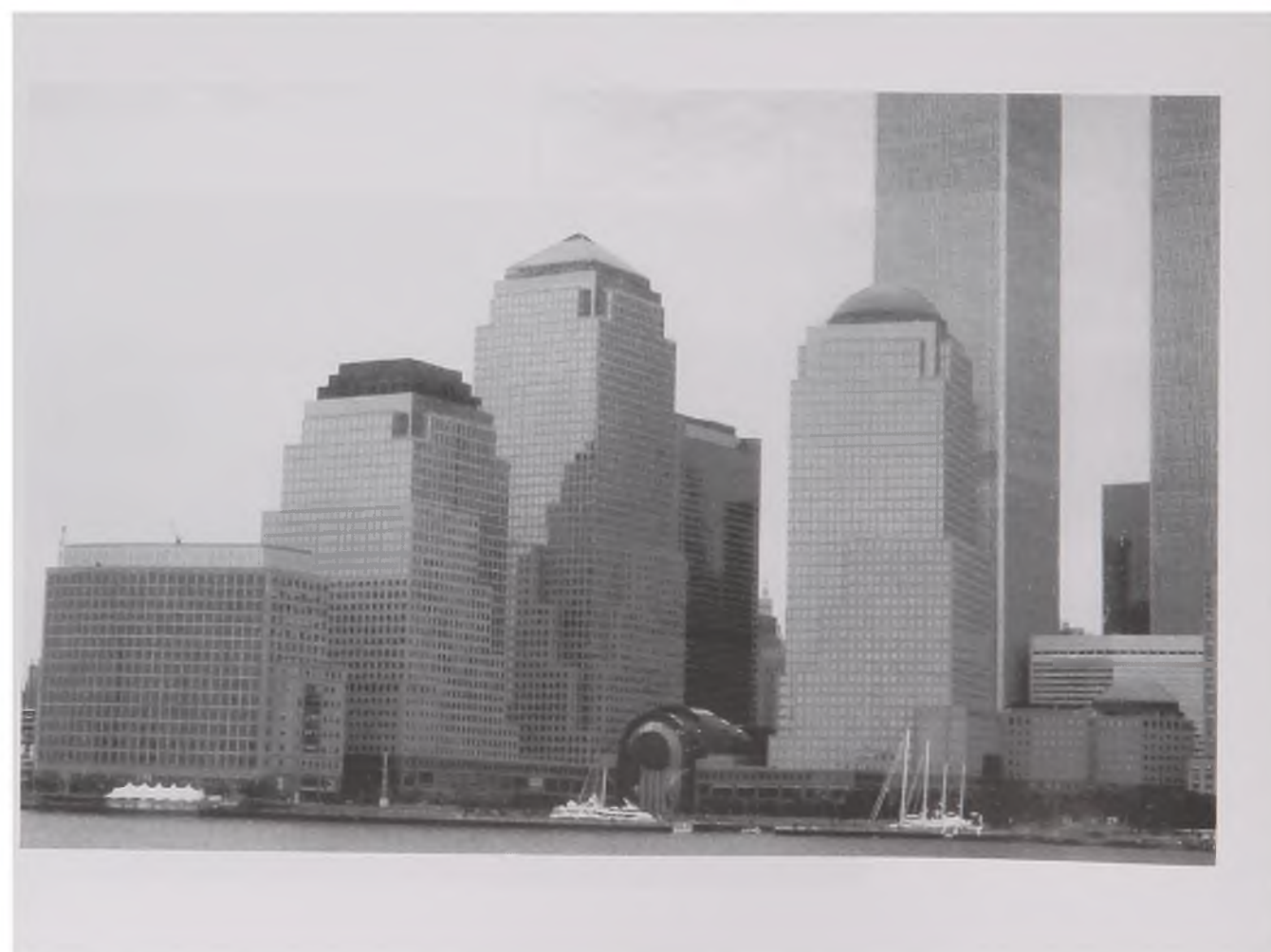


Figura 10
WTC, dominando as
visuais das margens da
Ilha de Manhattan. As
torres do WTC estão em
segundo lugar em altura
nos EUA, atrás do Sears
Tower em Chicago
Fonte: Autora



Figura 11
À direita, uma das torres
do Financial Corporation
Center, mantendo a
cultura dos edifícios de
escritório hermeticamente
fechados
Fonte: Autora



IMPLICAÇÕES DA ECONOMIA DA VERTICALIDADE

A prosperidade da economia norte-americana das primeiras três décadas do século viabilizou financeiramente o mercado dos edifícios altos no período *art nouveau* e *art déco* do modernismo, reafirmando a supremacia das cidades centrais do capitalismo desse momento da história: Nova York e Chicago. Porém, da mesma forma, a crise econômica do período pós Primeira Guerra Mundial, a primeira grande crise da economia capitalista, marcada pela quebra da bolsa de Nova York em 1929, significou um dos motivos principais para que o edifício Empire State fosse mantido com o título de arranha-céu mais alto do mundo por quarenta anos.

Com a proposta dos novos arquitetos modernos da década de 50, liderados pelas idéias e projetos de Mies van der Rohe, com os lemas: “Menos é mais” e “Forma segue função” em uma postura bastante crítica para com os edifícios altos predecessores, o *Seagram Building* com o esqueleto de ferro, a cortina de vidro e a utilização do ar-condicionado, no momento em que anunciava o *International Style*, apresentava não somente uma nova estética para as torres, como também uma nova equação econômica para o projeto e a construção do edifício alto.

Como a mais pura expressão da funcionalidade e da praticidade, os edifícios altos mais leves e mais econômicos viabilizaram a retomada da arquitetura da verticalidade, tanto técnica como economicamente. A partir deste momento, os edifícios altos quanto à forma, ao espaço e à imagem passaram a expressar primordialmente as expectativas econômicas e as possibilidades da engenharia, antes de qualquer outro valor.

Um dos exemplos maiores da força das pressões econômicas é o complexo edificado de torres gêmeas do World Trade Centre – WTC, em Nova York, no qual desde a concepção estrutural até a organização e distribuição do espaço interno foram direcionadas para o aproveitamento máximo da área útil, com o máximo da altura. Contudo, projetos deste porte sempre trazem novos desafios. Para que o sistema estrutural pudesse suportar 417 metros de altura, sem que as colunas ocupassem parcelas muito significativas do espaço interior, as fachadas do WTC foram projetadas como elementos estruturais, desta forma, trabalhando com os pilares na distribuição dos esforços da torre.

O objetivo principal do projeto de qualquer edifício alto a partir da série lançada pelo *International Style* tem sido alcançar a eficiência econômica. A questão das forças dos ventos foi solucionada, em prol de edifícios mais altos, de maneira não-onerosa, a partir do desenho estrutural e das formas triangulares. Uma vez resolvida a questão econômica da estrutura, os sistemas mecânicos são a segunda preocupação de ordem tecnológica que somam custos grandes ao projeto. No WTC os sistemas artificiais de climatização (ar-condicionado e aquecimento) são aplicados em todo o interior das torres¹ marcando o poder tecnológico do modelo de edifício alto classificado como *sealed tower*.

(1) Informação técnica extraída do documentário intitulado *Skyscrapers*, produzido pela Corporation for Public Broadcasting, Boston, em 1990, e apresentado em forma de VHS.

Completando o complexo das torres gêmeas do World Trade Center, foram inauguradas as torres do World Financial Center, em Battery Park City, na década de 90, com edifícios variando de 34 a 41 pavimentos.

Alguns especialistas da área afirmam que até 60 pavimentos, com o cumprimento das exigências do sistema estrutural e dos sistemas mecânicos, o edifício alto é capaz de manter-se economicamente eficiente. Outros acreditam que a altura de 80 pavimentos representa o limite. Segundo o empresário norte-americano Ware Travelstead, após a altura de 80 pavimentos, os elevados custos dos sistemas mecânicos e de comunicações tornam o empreendimento economicamente desinteressante e ineficiente. Outros empreendedores e profissionais da área, como o empresário norte-americano Gerald Hines, ressaltam ainda a polêmica de que com acréscimo de mais tecnologia, qualquer altura pode ser viabilizada economicamente.

Enquanto os edifícios altos perderam o espaço norte-americano, as cidades de economias emergentes, em um esforço de provar ao mundo seu potencial e atrair maiores investimentos internacionais, a partir dos fins da década de 80, tornaram-se pólos receptores desta arquitetura, porém, superando as torres vistas nos Estados Unidos até a década de 70, a Ásia apresentava ao mundo edifícios ainda mais altos.

Entretanto, a crise econômica asiática de 1997, causada em parte pelos próprios megaprojetos de edifícios altos, freou a explosão das torres. A expectativa por uma grande demanda de imóveis levou a muitos investimentos na indústria da construção, o que resultou em uma excessiva oferta de espaço, que fez com que o valor do metro quadrado fosse desvalorizado. O problema de desvalorização dos imóveis por muita oferta atingiu a economia asiática, na medida em que estruturalmente a economia dos países asiáticos apresenta uma característica de ser vinculada a bancos nacionais e estrangeiros que já se encontravam seriamente endividadas no período inicial dos investimentos maiores.

Com a queda do valor das ações das construtoras, os bancos financiadores sentiram o mesmo peso da desvalorização, cortando drasticamente os financiamentos em geral. Em meio à grande crise econômica asiática, o empreendimento das Petronas Towers sobreviveu. A tecnologia do século 20 provou que a da construção e a da operação de um edifício alto é capaz de realizar alturas até então inimagináveis, chegando a mais de 1 km. Apesar das relações intrínsecas entre o edifício alto e a macroeconomia, o investimento financeiro não constitui o único fator limitante da implantação e da definição da altura dos edifícios altos.

A Empresa Petronas, estando já em fase final de conclusão no momento da crise, saiu ilesa dos abalos do mundo econômico. Totalizando uma obra de US\$ 2 bilhões, as Petronas Towers são vistas em toda a cidade de Kuala Lumpur. Tan Sri Azizan, diretor da Empresa Petronas, considera as torres uma afirmação econômica do sucesso da Malásia, apesar dos problemas recentes, e acredita que

estas trazem a confiança para o povo, de que a nação é capaz de contribuir no desenvolvimento da arte e da ciência.

A construção das Petronas Towers, levando ao campo de construção mais de 7.000 trabalhadores nativos, dentre eles homens e mulheres, e grandes quantidades de materiais locais, aponta para o efeito positivo de empreendimentos da alta engenharia na economia local, de abertura de frentes de emprego e incentivos à indústria da construção local²

Entretanto, o impacto na economia local de empreendimentos dessa escala levanta a polêmica do provável deslocamento da demanda por insumos da indústria da construção, acarretando no aumento dos preços destes. Uma possível consequência deste fenômeno é o alto risco da não-realização de projetos menores. A segunda questão a ser ponderada no âmbito da economia regional é o aumento de empregos da mão-de-obra não-qualificada, que não deve ser entendida como uma solução para o problema do desemprego, tendo em vista a condição temporária e esporádica destes empregos.

SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS

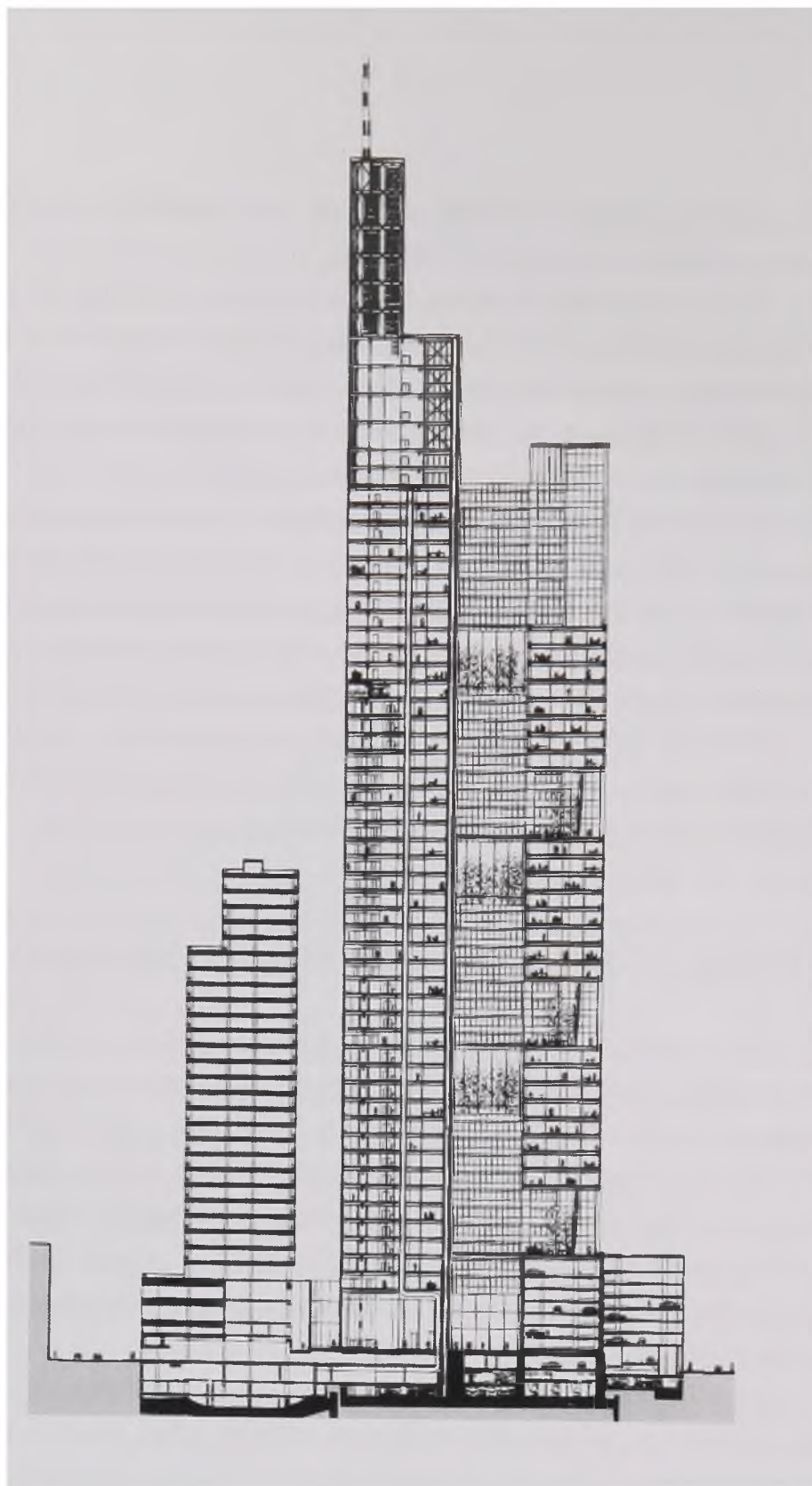
(2) Ver nota 1.

No mundo do planejamento dos grandes centros urbanos, muitos profissionais, especialistas e pesquisadores questionam a veracidade da necessidade de edifícios gradativamente mais altos. Alguns afirmam ainda que a era das estruturas superaltas acabou, criticando-as intensamente pela inevitabilidade do alto consumo energético, pelo impacto ambiental e sobre a malha urbana e pelo lugar incerto na silhueta das cidades do futuro e finalmente, pelos altos investimentos financeiros, necessários na construção e, posteriormente, na manutenção.

O escritório norte-americano de arquitetura KPF, Kon, Penderson & Fox, um dos maiores do mundo na tipologia de edifícios altos, atuando nos Estados Unidos e Ásia, acredita que a escala dos edifícios não aumentará muito em relação às supertorres de hoje, com mais de 300 metros de altura. Apesar do reconhecimento das dificuldades inerentes ao projeto de edifícios superaltos, como a acomodação dessas estruturas de megaengenharia a uma resposta contextual humana e a criação de ambientes mais humanizados dentro e fora dos edifícios, o KPF acredita que resolver os problemas das cidades significa resolver os problemas dos edifícios superaltos, na medida em que estes representam um componente essencial nas atuais cidades.

Nos prelúdios da passagem da alta tecnologia (*high-tech*), para a sofisticada tecnologia “ecológica” (*eco-tech*), surge uma nova tendência para o edifício alto, na qual princípios de arquitetura bioclimática, eficiência energética e geração de energia limpa são considerados prioridades de projeto, levantando alternativas nas

Figura 12
Elevação em corte da
torre do Commerzbank.
Destaque para os jardins
elevados e o canteiro
central
Fonte: Dobney, 1997



quais o impulso da verticalidade excessiva é controlado por novas variáveis projetuais, como o microclima externo e a configuração do entorno existente.

Nesse intuito, é desenvolvido o trabalho de arquitetos como o asiático Ken Yeang e o inglês Norman Foster. Um exemplo desse esforço inovador é a nova sede do Commerzbank, em Frankfurt, projetado por Norman Foster, com 300 metros de altura. No projeto do Commerzbank Building é proposta a redução da altura dos edifícios altos em prol de uma abordagem ecologicamente consciente, sendo, desta forma, aclamado internacionalmente como o primeiro arranha-céu “verde” do século 21.

CONCLUSÕES

O fenômeno de acentuação da verticalidade foi constatado primeiramente nas importantes cidades norte-americanas e, nas últimas décadas do século 20, tem sido uma realidade nos demais centros financeiros de importância internacional, como Londres e Frankfurt, chegando também até as cidades de economias emergentes como Hong Kong, Kuala Lumpur e São Paulo³. Comparando o *skyline* das cidades da Ásia de hoje, com Nova York ou Chicago da década de 70, é evidente o fenômeno do rápido aumento da escala dos edifícios altos, como resultado da incessante corrida pela verticalidade, gerando os famosos edifícios superaltos da atualidade.

À medida que os advenços tecnológicos do concreto de alto desempenho, da estrutura de ferro e as novas propostas de desenhos da estrutura têm possibilitado a conquista de edifícios cada vez mais altos, as torres se tornaram feitos monumentais da modernidade. Os limites para a verticalização passaram a ser menos ditados pelas questões de tecnologia estrutural, para serem determinados por questões de consumo energético, custos de manutenção, efeitos psicológicos de alturas excessivas e impacto ambiental, como sombras extensas e turbulências.

Conseqüentemente, uma das perguntas importantes para a arquitetura de edifícios altos passou a ser: Quão alto pode ser um edifício e se manter economicamente lucrativo, sem sacrificar a qualidade da vida na cidade? Ou: Para que precisamos de edifícios cada vez mais altos?

A vontade de desafiar os limites da verticalidade, que deu origem às Petronas, já esboça projetos com mais de o dobro de sua altura. A briga de origens medievais, refletida no esforço de superar os limites da verticalidade vai continuar ao longo da história das cidades enquanto as ferramentas tecnológicas e o poder público permitirem e, certamente, o poder econômico estiver interessado.

(3) Marcando um território geopolítico internacional, o Edifício Torre Norte, concluído em 1999 na avenida das Nações Unidas (novo eixo de verticalização de São Paulo), é o mais alto do Brasil, com 160 m de altura. Classificada pela Bolsa de Imóveis de São Paulo como padrão “AA”, esta torre é tida pelos agentes do mercado imobiliário como o atual paradigma das torres de escritório da América Latina.

BIBLIOGRAFIA

- BANHAM, Reyner. *The architecture of the well-tempered environment*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.
- BEEDLE, L. (Ed.). *Tall buildings – 2000 and beyond*. COUNCIL ON TALL BUILDINGS AND URBAN HABITAT. Bethlehem, USA: LeHigh University Publ., 1990.
- BENNETT, David. *Skyscrapers, the world's tallest buildings and how they work*. Londres: Aurum Press, 1995.
- BLASER, Werner (Ed.). *Mies van der Rohe*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1994.
- COUNCIL ON TALL BUILDINGS AND URBAN HABITAT. *3rd International Conference on High Technology Buildings. Proceedings*. São Paulo, oct. 20-21, 1999.
- DOBNEY, Stephen (Ed.). The Master Architect Series II. Norman Foster. *Selected and current works of Foster and Partners*. Murlgrave-Austrália: The Images Publishing Group Pty Ltda., 1997.
- FRAMPTON, Kenneth. *Modern architecture, a critical history*. Londres: Thames and Hudson Ltd., 1985.
- GONÇALVES, Joana Carla Soares. *The environmental impact of tall buildings in urban centres*. Londres, 1997 Dissertação (mestrado). – AA Graduate School.
- ICHINOWATARI, Katsuhiko (Ed.), Kohn Pedersen Fox Associates. *Process Architecture*. Tokyo: Process Architecture Publishing Co. Ltd., n. 86, nov. 1989.
- JOHNSON, Ben. *Hong Kong observed. The architectural review*. Londres: Emap Architecture. v. CC1, n. 1203, p 35 38, maio 1997
- LE CORBUSIER, JEANNERET, P. *Corbusier, oeuvres complètes 1934-1938*. Zurique: Max Bill Architecture, 1951.
- LE GOFF, P. et al. *Por amor às cidades*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- MONTANER, Josep Maria. *La modernidad superada, arquitectura, arte y pensamiento del siglo XX*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1997.
- RUTENBECK, James (Ed.). *Skyscrapers*. Boston: WGBH Boston and Channel 4 London, 1990 (formato VHS).
- SCIENTIFIC AMERICAN. *Building the biggest, the world's tallest buildings*, dec. 1997
- TOY, Maggie (Ed.). Reaching for the skies. *Architectural Design*, profile n. 116. Londres: Academy Editions, 1995.
- YEANG, Ken. *The skyscraper bioclimatically considered*. Londres: Academy Editions, Academy Group Ltd, 1996.

ISS-

Nanci Saraiva Moreira

Orientador:

Profa. Dra. Sueli Ramos Schiffer

C

ONSTRUÇÃO ESCOLAR –
DESENVOLVIMENTO, POLÍTICAS e
PROPOSTAS PARA A ESCOLA
RURAL VISANDO A
DEMOCRATIZAÇÃO DO CAMPO

156

pós-

RESUMO

Este texto apresenta a realidade da escola rural paulista e a necessidade de sua reestruturação a fim de promover uma educação escolar que possibilite a inserção do trabalhador rural, ora existente e proveniente do programa de reforma agrária, no mercado de trabalho. Para tanto expõe a necessidade de reavaliação do atual programa arquitetônico e especificação de materiais das escolas estaduais – rural e urbana – a fim de compatibilizá-los à atual proposta pedagógica e, partir daí, realizar um programa arquitetônico diferenciado para a escola rural, tendo em vista sua característica de isolamento. Realiza ainda uma reflexão quanto à necessidade de uma possível reformulação na forma de entender a escola.

ABSTRACT

This text presents the reality of the rural school in the state of São Paulo. It points out the need for its reconstruction in order to provide the kind of school education demanded by the present rural laborer (who lives and who derives from the agrarian reform) in face of the present requirements of the labor market.

The present architectural program and specification of materials in use at urban and rural state schools must be reassessed. This is necessary in order to adequate then to the present pedagogical program. In sequence the text shows the need to foster an architectural program which considers the difference of rural schools in regard to its isolation features. Finally, there is a discussion as to the need for reformulating the concept of school.

Falar em escolas rurais hoje em dia é um tema um tanto quanto polêmico, uma vez que se acredita não ser este um assunto relevante, pois a urbanização impera no país. No estado de São Paulo o número de pessoas residentes nas cidades ultrapassa os 90% de sua população sendo que, no período de 1980 a 1991, a população rural decresceu 2% ao ano, segundo dados do IBGE, tendência que se confirma para essa década.

São Paulo é o estado brasileiro que possui a zona rural mais desenvolvida do país. A porção territorial ocupada pela zona rural no estado é estimada em 51%¹ e pode ser subdividida em terras produtivas e reservas ambientais. É flagrante, no entanto, a distorção existente entre algumas das regiões do estado no que concerne ao desenvolvimento econômico e produtividade da terra.

A região de Ribeirão Preto, por exemplo, é conhecida como “Califórnia brasileira” devido ao alto poder aquisitivo de parte de sua população e a acentuada “urbanização”² de sua zona rural. Simultaneamente, a região do Vale do Ribeira, apesar do seu valor ambiental de extremo potencial turístico, caracteriza-se pela pobreza de sua população e pelas práticas arcaicas de produção agropecuária e relações de trabalho.

Regiões como a do Vale do Paraíba, Sorocaba e Presidente Prudente, entre outras, possuem uma vastidão de terras, de potencial agrícola e turístico, subutilizadas. Esta subutilização, quando relacionada ao potencial produtivo, acarreta no encarecimento de seus produtos, fazendo com que seu valor de venda seja inferior ao investido na produção, ou ainda criando dificuldades para sua venda em um mercado altamente competitivo que solicita, cada vez mais, certificação ISO 9000 e ISO 14000.

Possivelmente uma das causas da subutilização produtiva seja a falta de capacitação técnica dos pequenos e médios proprietários para buscar soluções alternativas e economicamente viáveis, de forma a tornar a terra rural rentável, produtiva.

É possível que esse efeito seja minimizado pela oferta à essa população de uma educação escolar que a instrumentalize e a incentive a buscar a educação permanente, a fim de permitir que seu aperfeiçoamento técnico seja contínuo.

O estado de São Paulo vem desenvolvendo uma alteração em sua estrutura fundiária devido à implementação da política de reforma agrária. Este fato pode ampliar a penosa situação vivida pelos pequenos e médios proprietários rurais, caso não se promova uma política de incentivo à produção e à adequada instrumentalização educacional dessa população. Se considerarmos as dificuldades financeiras atualmente enfrentadas pelo pequeno e médio produtor rural, é possível prever-se a situação que deverá se configurar para os novos assentados.

Ações de fomento para as áreas rurais evidentemente dependem de políticas específicas a serem estabelecidas pelos governos estadual, municipal e federal,

(1) IBGE – Censo demográfico 1991.

(2) Existência de serviços e infra-estrutura urbana sem, porém, apresentar adensamento populacional.

porém, o que se tem notado é que estas ações são desconexas e têm trazido poucos resultados práticos para a população que vive do trabalho do campo. Especificamente no que se refere à política de atendimento escolar, verifica-se que suas ações são incoerentes e possibilitam a geração de um “descuido” para com a população do campo que, por não estar articulada, é simplesmente esquecida.

A configuração do espaço rural paulista, e em especial a aparência de suas escolas, demonstram claramente o momento histórico desolador em que vive a população rural. Ociosidade, subutilização de terras, edifícios precários e falta de condições de vida digna para parte de sua população são cenas comuns de serem vistas.

A questão que se propõe não é levar o homem da cidade para o campo nem interromper a migração do campo para a cidade. O que se almeja é dar condições ao trabalhador rural de ter instrução suficiente para produzir e viver adequadamente em pequenas e médias propriedades ou ainda, se for o caso, dar a ele condições de optar por viver em centros urbanos, possuindo as mesmas condições educacionais oferecidas àquele homem que obteve formação escolar na cidade, oferecendo à essa população também o direito à cidadania.

CARACTERIZAÇÃO DA ZONA RURAL PAULISTA

Ao se observar a evolução da produção rural paulista, verifica-se uma contínua modernização das técnicas de produção iniciada no final dos anos 50 e a generalização do trabalho assalariado. As transformações na relação *capital x trabalho* também provocaram a difusão do trabalhador volante, que passou a viver nas periferias das cidades e trabalhar, na maioria das vezes, sazonalmente na zona rural. Aqueles que permaneceram nas áreas rurais “urbanizaram-se” comandados pelo modelo econômico determinado pelo capital ou permaneceram alheios à evolução econômica tornando-se miseráveis e sem condição de vida digna. Atualmente, a mecanização e a utilização da biotecnologia na produção rural determinam um novo comportamento do homem perante o trabalho e exigem, cada vez mais, aperfeiçoamento da mão-de-obra, seja para o trabalhador rural localizado nas periferias urbanas, seja para os poucos que ainda vivem localizados na zona rural.

As alterações efetuadas nas relações comerciais acentuaram a característica de isolamento da população rural, uma vez que o trabalhador, ou proprietário rural, não necessita ir mais à cidade para vender ou comprar produtos, pois esta tarefa pode ser realizada por telefone, ou pela internet – no caso destes serviços estarem disponíveis na região. Quando estes serviços não estão disponíveis, muito provavelmente a região é montanhosa, de difícil acesso, e sua população permanece isolada devido às próprias características ambientais do local. Sob este

ponto de vista – de isolamento do homem do campo – a cidade deixa de ser um pólo agregador e difusor de comportamentos. Com isso, a população do meio rural passa a ficar sujeita a não se encontrar com o outro e permanecer cada vez mais isolada e dependente de informações virtuais.

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA RURAL

Os prédios escolares localizados na zona rural geralmente apresentam os mesmos problemas construtivos, de implantação de blocos e de acabamentos. As observações a seguir são genéricas, porém, podem ser encaradas como comuns a essas escolas.

Ao se analisar a rede de escolas rurais, pode-se perceber que a grande maioria dos prédios está em situação precária, sendo a precariedade estendida, inclusive, embora de forma menos acentuada, aos prédios que sofreram adequação após o programa de agrupamento rural realizado em 1989³ e àqueles que se originaram de um projeto padronizado. Esta situação é devida à ampliação aleatória destes prédios.

Nas escolas rurais, quando um ambiente torna-se necessário e há área livre disponível, este geralmente é construído nesses espaços livres sem que se respeitem a funcionalidade e normas técnicas de construção visando conforto ambiental, circulação e segurança.

O prédio escolar rural é basicamente composto por salas de aula, sendo normalmente subdimensionadas às demais dependências de apoio quando comparadas ao programa arquitetônico oferecido às escolas urbanas. Nesses prédios os sanitários, geralmente, estão localizados fora do corpo principal do edifício, e quando o aluno possui uma passagem coberta para alcançá-lo, esta, geralmente, é construída na forma de “puxadinho” (cobertura precária para proteção da chuva). A circulação de alunos, professores e pessoal administrativo nessas escolas, na maioria das vezes é inadequada e aleatória, tornando difícil a fuga de pessoas em caso de pane. A planta e fotos anexadas ilustram essa situação. Trata-se da Escola Estadual Toshimaro Kakuta, localizada no município de Guapiara, documentada em junho de 1998.

O agrupamento de escolas rurais agravou a situação de inadequabilidade dos espaços dessas escolas, ao promover o crescimento de seus prédios sem o auxílio de projeto arquitetônico específico para viabilização da ampliação.

As escolas que atendem da 5ª à 8ª série e o Ensino Médio, geralmente, não possuem ambientes de apoio pedagógico como laboratórios, bibliotecas e salas de informática. As bibliotecas, quando existem, não passam de local para guarda de livros. Quadras de esportes são uma raridade nessas escolas, e quando aparecem não obedecem às dimensões oficiais.

(3) Programa realizado pela Secretaria da Educação do estado de São Paulo que fechou escolas isoladas, prédios com capacidade de uma ou duas salas de aula, agrupando seus alunos em prédios de maior capacidade de salas e infra-estrutura (física e de pessoal). Esse agrupamento baseou-se na coleta de alunos pulverizados pelos sítios e fazendas que, por meio de transporte, foram encaminhados para escolas maiores geralmente localizadas em um bairro rural.

Figura 1
Planta dos pavimentos

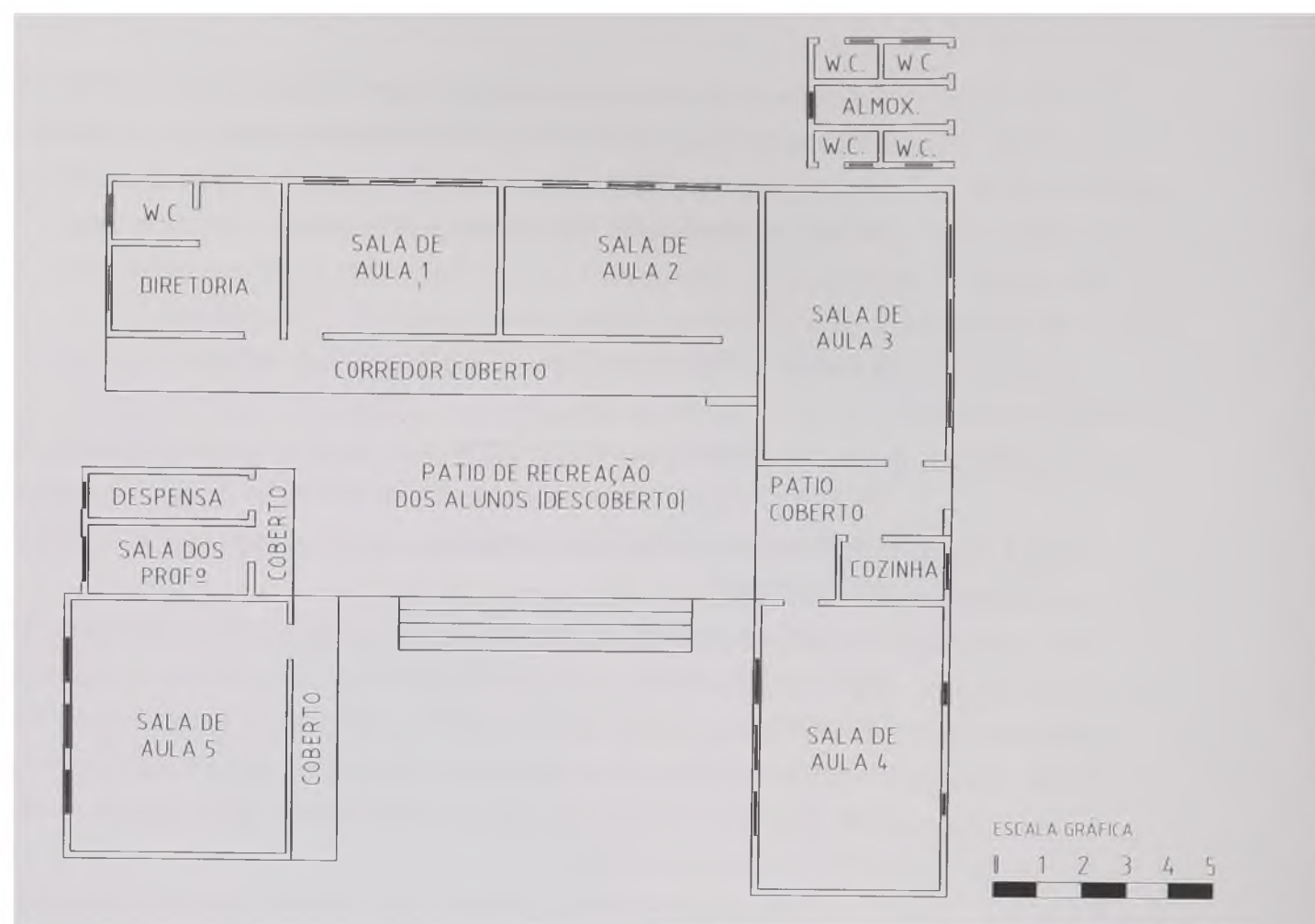


Figura 2
Fachada da EE
Toshimaro Kakuta (foto de 1998) — A escola atende da 1ª à 8ª série do Ensino Fundamental
FONTE: Arquivo pessoal



Figura 3
Vista lateral da EE
Toshimaro Kakuta (foto 1998)
FONTE: Arquivo pessoal



A precariedade dos prédios escolares rurais também pode ser observada nos acabamentos e implantação dos blocos. Comumente estes prédios não possuem forro nas salas de aula e demais ambientes. Os pisos e pinturas não obedecem a um critério arquitetônico e são realizados sem técnica. A definição das “águas” dos telhados é feita de forma aleatória formando, muitas vezes, verdadeiros rios entre os blocos existentes. As instalações elétricas são ampliadas conforme a necessidade da escola, sem promover a reformulação da entrada de energia e a verificação da adequabilidade da instalação existente, tornando possível, na melhor das situações, eventuais quedas de tensão e queima de equipamentos. A utilização da tecnologia de informação nessas escolas, como vídeos e computadores, tem agravado a situação.

Enfim, o prédio escolar rural, por não fazer parte das prioridades de investimento, não possui uma arquitetura de escola. Sua aparência e concepção, em grande parte dos casos, pode ser identificada com a da autoconstrução: feita por partes, sem preocupação com estética e conforto ambiental e com pouca segurança para o usuário no que se refere à fuga.

Nos últimos dois anos, no entanto, especificamente a partir de 1999, em algumas regiões do estado, as escolas rurais passaram a fazer parte dos planos de ampliação da rede de escolas devido à efetivação da reforma agrária. Assim, municípios e estado têm investido tanto na construção de novos edifícios como na ampliação dos prédios existentes nessa rede de escolas. O que ocorre é que esses edifícios, devido à própria característica de baixa densidade populacional da zona rural, normalmente não alcançam o número de salas de aula necessário para a instalação do programa arquitetônico completo⁴. Isso faz com que o aluno rural raramente tenha direito, por exemplo, ao ensino, utilizando a informática como ferramenta, uma vez que o ambiente “sala de informática” somente é oferecido para escolas cuja capacidade supere a oito salas de aula. O programa arquitetônico adotado também é idêntico àquele adotado para a escola urbana, sem levar em consideração uma possível necessidade de ambientes diferenciados e específicos para essa população.

ESCOLA E PROJETO SOCIAL

Cabe à escola tratar a informação e dar a ela uso social. A tendência da escola atual é deixar de ser alfabetizadora para se transformar em agente de sociabilização do indivíduo, deixando de ser exclusivamente fonte de informação para se transformar em fonte de formação.

A escola é fruto do desenvolvimento econômico, político e social de um país, estando reservado a ela a universalização do saber para que este possa ser utilizado na formação e conscientização da sociedade. A escola em si não altera

(4) O programa arquitetônico de escolas é composto por ambientes, e dimensões destes, considerados necessários para o bom desempenho pedagógico. Em função do custo, ambientes especiais considerados como “de apoio pedagógico” somente são oferecidos para escolas com capacidade de salas de aula igual ou superiores a oito, ou seja, a partir de oito salas de aula a escola passa a comportar o ambiente “sala de informática”, e a partir de 12 salas a escola passa a oferecer, além da “sala de informática”, o ambiente “uso múltiplo” que pode ser utilizado como laboratório ou biblioteca.

(5) Equipe do “convênio escolar” – fruto de um acordo formalizado entre a prefeitura de São Paulo e o estado, visando o cumprimento da Constituição de 1942 que, entre outras, definia porcentagens mínimas de investimento na educação primária. Apesar de a constituição referir-se à educação primária, a equipe do “convênio” estudou programas até o curso profissionalizante (nível de 2º grau).

(6) Movimento educacional que no início do século 20 na Europa, e meados desse mesmo século no Brasil, transformou a educação escolar. Esta deixou ser teórica – escola tradicional, para ser prática – escola nova. Na nova escola o ensino era baseado em aulas práticas para que o aluno “aprenda fazendo” e vendo (construtivismo). Esse movimento deveu-se principalmente ao advento da “Revolução Industrial” e à necessidade de treinamento de mão-de-obra de uma sociedade que deixava de ser manufatureira para tornar-se industrial.

uma situação política, mas pode auxiliar sua mudança quando enfatiza, por exemplo, a necessidade de construção do cidadão brasileiro ou a capacitação de seu povo.

IDÉIAS PEDAGÓGICAS E ESPAÇO ESCOLAR

A escola, ao longo da história, pode ser identificada como instrumento de alteração ou de manutenção de um determinado modelo econômico. Algumas vezes foi dominadora, outras vezes libertadora. Visando solucionar esse problema, acredita-se que a autonomia da escola, pedagógica e econômica, possa ser uma alternativa que auxilie a construção de uma sociedade que privilegie as culturas locais em detrimento aos padrões de comportamentos ditados por uma sociedade mundializada e pelo modelo econômico vigente.

A educação escolar ainda hoje, em grande parte das escolas, está baseada na passagem dos conteúdos (programa das disciplinas) de forma expositiva – método tradicional de ensino, que utiliza a “sala de aula” como o ambiente pedagógico mais importante, se não o único, do edifício escolar. Este tipo de educação coloca o professor como fonte do conhecimento, sendo este o responsável pela transmissão do saber. A educação realizada desta forma fica restrita e sob responsabilidade exclusiva do professor que, em tese, detém a informação e o conhecimento. Como atualmente a informação está disponível a todas as pessoas – porém sua veiculação se dá de forma aleatória pela TV, rádio, internet, etc. – a educação escolar, visando sua apropriação, passou a utilizar esses veículos de informação como ferramentas auxiliares no processo de aquisição de conhecimento, reservando ao professor o papel de orientador na organização e inter-relacionamentos das informações fornecidas por estes meios de comunicação transformando-a, desta maneira, em conhecimento. Assim, a educação escolar passou a não mais priorizar a apropriação de conteúdos do saber universal pela simples “passagem” do conhecimento por um único interlocutor – o professor, mas priorizar o processo de aquisição do conhecimento e suas finalidades pela utilização dos veículos de informação disponíveis sob a orientação do professor.

Sob esse enfoque a sala de aula como conhecemos hoje – ambiente desprovido de equipamentos e instalações, com um quadro-negro colocado em uma das paredes, mobiliada com carteiras e cadeiras organizadas em fila – deixa de ser o principal ambiente da escola e torna-se um ambiente de apoio, ao contrário do atualmente estabelecido pelo senso comum.

O programa arquitetônico das escolas estaduais paulistas, como conhecemos hoje, foi concebido na década de 50 por um grupo de engenheiros e arquitetos⁵ que, apoiados nos ditames da “escola nova”⁶, organizaram-no de forma a oferecer,

além da sala de aula, ambientes de apoio como: laboratórios de biologia, física e química; bibliotecas, sala de artes, auditório, etc. Esse programa, bastante extenso, com o passar dos anos foi sendo reduzido e transformado em ambientes de “uso múltiplo” A redução do programa arquitetônico deveu-se ao custo, à pouca utilização desses ambientes pelos professores e à falta de verbas para sua manutenção.

Também foi na década de 50 que carteiras e cadeiras desprenderam-se do chão e se tornaram individuais para propiciar o arranjo do mobiliário em grupos de alunos. Providência adotada também com vistas aos ditames da “escola nova”

Atualmente o programa arquitetônico das escolas estaduais do estado de São Paulo divide-se em dois: um para as escolas com atendimento da 1ª à 4ª série que utiliza a sala de aula como único ambiente pedagógico; e outro para as escolas com atendimento da 5ª à 8ª série que oferece, além da sala de aula, dois ambientes pedagógicos de apoio. Estes ambientes, no entanto, são oferecidos conforme a capacidade de atendimento dos prédios: “sala de informática” – para escolas com capacidade de atendimento igual ou superior a oito salas de aula e “uso múltiplo” – ambiente que pode ser utilizado como biblioteca ou aula prática (laboratório) para escolas com capacidade de atendimento igual ou acima de 12 salas de aula. A redução do programa arquitetônico das escolas, no que se refere a ambientes de apoio, em parte é compensada pelo método de ensino implantado na rede estadual – salas-ambiente – que transforma a sala de aula em um ambiente específico para cada disciplina. Nestes ambientes são colocados materiais didáticos específicos para serem utilizados como apoio ao desenvolvimento do curso ministrado na sala-ambiente, por exemplo: globos terrestres para as aulas de geografia e história, cartazes do corpo humano para as aulas de ciências; cones, esquadros, compassos, etc., para as aulas de matemática e assim por diante. Este método de ensino apóia-se no fato de que as salas de aula devam funcionar como pequenos laboratórios organizados por área de conhecimento. Para que esse programa funcione é necessário que os alunos se subdividam em grupos nas classes e discutam entre si as premissas e linhas de pesquisa que adotarão, a fim de realizar o trabalho escolar sobre um determinado assunto. Esse sistema de ensino também preconiza que os alunos troquem de sala durante o intervalo entre aulas, a fim de que estes ocupem uma nova sala, específica para a disciplina que irá cursar. Estas duas ações geram um ruído adicional no prédio que necessita ser corrigido pela especificação de materiais de acabamento e organização espacial do prédio. Além disso, pressupõe-se que uma sala de aula equipada com materiais diversos certamente necessitará de instalações e mobiliário diferenciados como: pontos de energia, lógica, telefonia e água, armários, estantes, mesas, etc.

ARQUITETURA DO ESPAÇO ESCOLAR

O esquema funcional de articulação dos ambientes não deve restringir as várias possibilidades de arranjo espacial e sim servir como referência para as diversas funções existentes no edifício escolar. As atividades desenvolvidas no prédio escolar podem ser tratadas como complementares e não estar, necessariamente, localizadas em espaços diferentes.

Além dessas considerações, vale a pena ressaltar que o prédio escolar é construído para crianças e adolescentes, sendo estes os usuários finais do edifício e não os professores e pessoal de apoio. Assim, deve-se ter em mente quando da elaboração do projeto arquitetônico que a percepção, definida pelo ato de gerar e reter informação, é um elemento importante a ser considerado, pois é ela que estabelece a comunicação entre a realidade e o intelecto. Assim, é recomendável que os espaços educacionais sejam projetados considerando as diferentes possibilidades de forma, cor e textura estimulando, com isso, o estabelecimento das percepções. Deve-se levar em conta ainda as características diferenciadas de necessidades espaciais de jovens e crianças. Para a criança é importante a existência de espaços que estimulem a exploração. Meandros, texturas, sombras, cores, relevos, superfícies diversas e jardins devem ser explorados na criação de espaços educacionais, de forma a desenvolver o sentido de exploração e o equilíbrio motor. Já o adolescente, por estar em uma fase de socialização, necessita de espaços para se agrupar, conversar, trocar idéias e jogar. Os jovens são expansivos, costumam andar em “turmas” Assim, os espaços para jovens requerem a criação de locais que possibilitem as atividades para jogos em equipe e áreas agradáveis para reunião.

É importante ainda que a arquitetura escolar acompanhe as necessidades econômicas e sociais de nossa época. Assim, espera-se que arquitetura elaborada para as escolas estaduais, por se tratar de um edifício público, atenda, além das necessidades de conforto de seus usuários e atendimento à proposta pedagógica, à premente necessidade de economia de energia ambiental, seja ela na proposição da implantação do edifício e especificação de materiais que gerem economia de custos em manutenção, energia elétrica e água, seja ela na escolha de materiais recicláveis e de menor custo ambiental.

CONSIDERAÇÕES PARA DEFINIÇÃO DO PRÉDIO ESCOLAR RURAL

Como visto, o prédio escolar, seja ele rural ou urbano, necessita ser revisto em suas especificações, necessidades ambientais e dimensionamento. Os ambientes pedagógicos da escola não deveriam ser pensados como salas de aula

no conceito comum desse ambiente⁷ e sim como laboratórios para o desenvolvimento de atividades específicas, sugerindo-se uma especificação ambiental, de materiais e de mobiliário diferenciada para cada ambiente.

Especificamente para a escola rural, considerando a necessidade de qualificação de mão-de-obra e as características de isolamento da população rural, é necessário que se viabilizem para esse edifício outros ambientes e não somente os considerados necessários para o bom desempenho pedagógico. A escola rural não deveria ser pensada, ou construída, exclusivamente para atender à formação escolar de crianças e jovens, mas também oferecer atendimento aos adultos que necessitem reciclar, ou mesmo iniciar seus conhecimentos.

Geralmente o único edifício público nas regiões rurais é a escola, assim, este edifício deveria, além de oferecer educação, servir a outras necessidades da comunidade e ser dotado de uma arquitetura adequada, sem assemelhar-se à autoconstrução. Deveriam ainda evidenciar a cultura local de forma a valorizar a comunidade rural da qual faz parte, a fim de que esta população integre-se à sociedade como cidadãos, não necessariamente representantes da cultura urbana. Visando ainda a valorização das comunidades locais, é recomendável que esses edifícios sejam construídos respeitando-se a cultura local, de forma a não lhes impor padrões construtivos e estéticos alheios à sua cultura. Para tanto sugere-se que se realize, antes da opção do partido arquitetônico, pesquisa de materiais disponíveis no local e estética arquitetônica da região.

O projeto desses edifícios deve ainda levar em consideração que o seu usuário diferencia-se do usuário urbano. A criança urbana vive em uma sociedade letrada. É fácil para ela aprender a ler, pois vive em uma comunidade carregada de informação escrita – *outdoors*, revistas, jornais, etc. Ao contrário disto, a criança da zona rural tem disponível a natureza que a auxilia na exploração de sensações. Paisagens e espaços dinâmicos são comuns em seu meio. Assim, é recomendável que a escola rural enfatize essas características na sua prática escolar e na concepção do seu edifício.

Considerando que os conteúdos das disciplinas são repassados aos alunos pela ação destes na pesquisa e na realização de trabalhos, pode-se deduzir que a realização desta atividade não deva ocorrer, necessariamente, em um ambiente exclusivo para cada turma, mas em espaços projetados para produção de trabalhos em grupo, e mesmo individual, que podem abrigar turmas de vários níveis de ensino. É possível considerar-se ainda que essas atividades exijam ambientes projetados como centros de mídia; com disponibilidade de livros, vídeos, jornais, revistas, redes de informação e computadores carregados com programas educacionais⁸. A sala de aula, ou sala de conferência, deve restringir-se a um pequeno número de ambientes, de tamanhos variados, a fim de serem eventualmente utilizadas para exposição de idéias e debate. Estes ambientes

(7) Ambiente desprovido de instalações, com dimensões e formas padronizadas.

(8) A maioria das escolas rurais do estado de São Paulo possui energia elétrica e equipamentos de informática e vídeo, ainda que somente utilizados pela secretaria e direção da escola.

também deveriam ser estudados de forma a dar possibilidade de sua utilização pela comunidade local.

Para viabilização desse programa, é necessária a quantificação do tempo demandado para exposição de idéias por disciplina e o tempo necessário para a realização dos trabalhos, em equipe e individual. É recomendável ainda que o programa arquitetônico seja apenas orientador, ou seja, não defina áreas de ambientes, mas oriente o projetista na identificação das atividades previstas na escola.

A área total fornecida pelo programa arquitetônico deve servir apenas como parâmetro de investimento do poder público em um edifício, ou seja, para um prédio abrigar 10 turmas de alunos por período (ou 10 classes) está previsto um investimento para uma área construída de 1.344,63 m² (área prevista no programa arquitetônico 2000 da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo para escolas que oferecem atendimento da 5ª à 8ª série). Esse edifício, no entanto, não precisa, necessariamente, possuir 10 salas de aula com 51,84 m² ⁹ e uma sala de informática com 77,76 m² ¹⁰, mas possuir ambientes que abriguem 10 classes em um mesmo período (aproximadamente 400 alunos mais pessoal de apoio – professores, diretor, secretárias, etc.) e possua uma área onde se localizem equipamentos de informática para utilização dos alunos.

Caberia ainda estudar uma forma de construção escolar em que a comunidade participasse da elaboração do projeto do edifício escolar, a fim de que esta acrescentasse ao programa arquitetônico deste edifício possíveis ambientes que julgar necessários ao desenvolvimento de programas que visem à supressão de carências regionais e valorizem a cultura local. Assim, sugere-se que inicialmente seja construído um “embrião” e posteriormente a comunidade, por meio do repasse de verbas estaduais, municipais e/ou federais, sob orientação técnica do órgão escolar competente, viabilize o restante da construção de acordo com suas necessidades e aspirações. Para tanto é necessário que se possua um roteiro básico de equipamentos e ambientes do edifício (programa arquitetônico orientador).

Ainda com relação ao prédio escolar rural, não se deve jamais esquecer que esse prédio, geralmente, é a única referência do que é público para a população das comunidades rurais e de que a escola, para essa população, é meio de ascensão social. Assim, sua arquitetura não necessariamente deve ser imponente, mas limpa, clara e digna.

REFLEXÕES PROSPECTIVAS

Quando se relaciona a escola ao desenvolvimento da sociedade da qual faz parte, é possível avaliar o quanto ela interferiu na trajetória de crescimento dessa

(9) Área modular estabelecida para a sala de aula no programa arquitetônico adotado pela Secretaria Estadual da Educação de São Paulo.

(10) Idem.

sociedade. A metodologia de ensino está diretamente ligada às necessidades de formação de mão-de-obra. Assim, vale a pena refletirmos sobre o atual estágio de desenvolvimento em que nos encontramos e reavaliar a atuação da escola que conhecemos hoje.

Em meados do século 19 as relações comerciais se davam pelo trabalho de artesãos. A industrialização ocorrida no final desse século e início do século 20 modificaram profundamente as relações de trabalho e a sociedade. A fim de sobreviver, os trabalhadores (então artesãos) tiveram que se reorganizar, reabilitar. A escola sentiu a necessidade de se modernizar de forma a preparar seus alunos para um mundo industrializado, tecnológico. É essa escola que ainda hoje conhecemos, baseada em teorias que incentivavam a experiência, o trabalho em grupo e a pesquisa.

Os métodos aplicados por essa teoria pedagógica fizeram surgir escolas como a Bauhaus¹¹, marco na transformação da arquitetura clássica para a moderna. Entendendo as transformações pelas quais o mundo estava passando, a Bauhaus instrumentalizou parte da população artesã de forma a adequar sua mão-de-obra às necessidades dos novos tempos. Desse movimento surgiu o *design* e a gravura. O que era produzido artesanalmente transformou-se em produto realizado em série. A atuação dessa escola possibilitou o deslocamento da mão-de-obra do trabalho manual para o trabalho industrial, e essa população acostumou-se com o novo *modus vivendi*.

Hoje, vivemos o não-lugar, o não-tempo, a simultaneidade, a virtualidade. A escola atual, assim como a Bauhaus, não deveria preparar as novas gerações para um novo momento histórico? A Bauhaus baseou-se no “concreto” Para que seus alunos entendessem seu processo industrial, utilizou o trabalho artesanal do objeto, a fim de que seus alunos entendessem o processo de transformação para viabilizar a sua produção em série. Hoje o que impera é a virtualidade. A televisão nos mostra, *on line*, uma guerra acontecendo do outro lado do planeta – gente morrendo de verdade; simultaneamente, mostra-nos uma guerra no espaço. Ambas as imagens possuem o mesmo realismo. O que é real? O que é virtual?

O construtivismo é a base da educação escolar de hoje, porém vivemos em um mundo virtual, hoje a “linguagem materna” é a TV e o computador. Qual criança de classe média não tem um videogame ou não assiste à TV?... Qual adulto de classe média não corre atrás do tempo? Celular, internet, *paggers*, bancos *on line*... Quem consegue se desvincular do trabalho *full time*? Não seria agora a hora de solicitarmos que a escola trabalhasse conceitos de conduta de tempo – ou não-tempo – para que as crianças de hoje não se tornem adultos neuróticos? Ou ainda que a escola prepare a mão-de-obra para uma nova alteração nas relações de trabalho?

(11) Escola de artes e ofícios surgida na Alemanha, no início do século 20.

O prédio escolar faz parte da transformação da escola e por se tratar de elemento construído, durável, fixo, deve transformar-se, a médio e longo prazos. Atualmente a escola ainda pode ocupar prédios construídos há 100 anos. Mas os prédios que estamos construindo hoje poderão ser ocupados daqui a 100 anos?

Nanci Saraiva Moreira
Mestre pela FAUUSP

Observação:

Este texto foi baseado na dissertação de mestrado: *Construção escolar – Desenvolvimento, políticas e propostas para a escola rural visando a democratização do campo*, apresentada por Nanci Saraiva Moreira, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, em agosto de 2000.

BIBLIOGRAFIA

- GADOTTI, Moacir. *História das idéias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 1997.
- VEIGA, José Eli. *Diretrizes para uma nova política agrária*. Trabalho apresentado ao SEMINÁRIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Fortaleza, 3 maio 1998.
- SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- _____. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MOREIRA, Nanci Saraiva. *Construção escolar – Desenvolvimento, políticas e propostas para a escola rural visando a democratização do campo*. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

pós-
169

Érica Negreiros de Camargo



APARTAMENTO FEITO PARA VOCÊ

Orientador:

Prof. Dr. Telmo Pamplona

170

pós-

RESUMO

Por mais sedutora que possa ser a peça publicitária do lançamento de um imóvel residencial, por mais conveniente que o apartamento decorado exposto à visitaçaõ possa parecer, é necessário indagar do bem-estar oferecido pelo ambiente doméstico colocado “à venda”. O processo de efetiva qualificação dos espaços edificados – doravante visíveis e tangíveis – dá-se somente quando estes, tomados pelo uso, submetem-se ao dia-a-dia de seus ocupantes. Ao imbuir o ambiente doméstico de valores próprios e preenchê-lo com particulares modos de viver, cada grupo de usuários, em um edifício de apartamentos, exerce uma ação individualizadora que especifica e diferencia a linguagem originalmente padronizada dos apartamentos. A combinação desta ação com o real uso feito do espaço habitado substancia a busca pela satisfação de uma necessidade prioritária: o conforto doméstico. Levantada a essencialidade da condição de bem-estar no “produto” habitação, trata-se, neste artigo, de rever o planejamento de espaços padronizados de moradia, potencialmente confortáveis aos seus usuários. Relaciona-se a essa tarefa a necessária consciência do caráter subjetivo e pessoal que envolve a condição pretendida para o espaço projetado: o conforto doméstico, item que amiúde, equivocadamente, vem sendo confundido – por quem faz e por quem usa – com *mercadoria*.

ABSTRACT

Glossy brochures advertising a new project for an apartment building can be quite enticing. Similarly, a fully decorated model apartment, designed to give prospective buyers a tangible notion of their future living space, is also quite convenient. Yet, questions must be raised regarding how well this “home for sale” can meet these buyers’ comfort needs and yearnings. Even after such an apartment is built – and becomes visible and tangible – it will only be effectively personalized and individualized when submitted to the everyday routine of its occupants. They will assign their values and lifestyles to their homes, shaping a hitherto standard housing unit into a unique home. Together, this personalization and the actual use of a residence embody the search to attend to a primary need: domestic comfort. Considering that one the chief requirements of a home is the wellness of its residents, this article deals with the planning of standard housing units aiming at their users’ comfort. In order to achieve this, architects must take into consideration the subjective and personal nature of such residence and its inhabitants. Often times, domestic comfort has been wrongly taken to mean – by sellers and users – a mere article of commerce.

Quem, em um desses cruzamentos da cidade, ao aguardar a reabertura do farol, nunca foi presenteado com um folheto contendo informações sobre algum lançamento imobiliário? Se resistiu ao ímpeto de dizer “não, obrigado” recusando o presente, e por curiosidade, passou os olhos por uma dessas peças publicitárias, tornou-se, imediatamente, mais um convidado a adquirir o apartamento dos sonhos, a um preço totalmente possível, numa localização privilegiada.

Para que não restem dúvidas quanto à natureza da oferta, constarão no convite ilustrações do futuro edifício, com a futura vegetação da qual se desfrutará, ao lado dos futuros felizes vizinhos. Mas para a total eficiência da divulgação do lançamento, não deverá faltar a ilustração da planta baixa de um apartamento-tipo, de preferência ornada com móveis, tapetes e até eletrodomésticos.

Aos possíveis interessados, caberá a improvável tarefa de se imaginar morando naquele desenho: dormindo numa das caminhas, ou assistindo à TV, providencialmente localizada em frente do sofá; ou ainda circulando por entre aquelas linhas que representam as paredes dos cômodos – quase sempre marcados com letras vistosas: *living*, *hall*, *cozinha*, *suíte*, etc. Diferente de se adquirir um automóvel (atendo-se a um outro investimento significativo), não será possível ao comprador de um apartamento um *test-drive* para que se possa avaliar o conforto e a qualidade da nova moradia.

Por mais esdrúxula que pareça a incumbência de idealizar um cotidiano a partir de uma representação bidimensional, é esse o caminho percorrido por aqueles que, por alguma razão, optam por adquirir um imóvel ainda “na planta” Acostumamo-nos a “entender” essas plantas de vendas (como são chamadas pelos arquitetos) encontradas não só nos folhetos distribuídos pelas ruas, mas em quaisquer classificados de jornal. São elas, muitas vezes, a única referência disponível de uma realidade ainda impalpável e idealizada por quem a adquire. Nela investem-se, muitas vezes, não apenas a poupança, mas um projeto de vida. Adquire-se, além do evidente meio de pecúlio, um espaço para se habitar, o qual deverá preencher expectativas e necessidades de abrigo seguro e de conforto.

Descuidam-se, portanto, arquitetos e compradores, do fato de que não se encerra no desenho de planta baixa – ou mesmo no cenário elaborado de modo a reproduzir um ambiente doméstico, como nos apartamentos decorados expostos à visitação – tudo o que envolve a realidade de se habitar um espaço. Concernem à essa realidade, isto sim, as inúmeras possibilidades de relações interpessoais dos usuários, dentro do contexto físico e palpável do espaço em que se vive.

Especialmente instigante é a observação do fato de realidades tão distintas estabelecerem-se em espaços extremamente semelhantes, senão idênticos, como é o caso de apartamentos de um mesmo edifício residencial: dada a sua ocupação, o objeto geometricamente mensurável, composto de planos, curvas, cheios e

vazios, passa a apresentar dimensões intraduzíveis; incorpora novos odores, luzes, sons, texturas, palavras e gestos – signos eleitos por cada usuário, cuja finalidade é a de revelar a imagem que ele tem do (próprio) universo.

Tarefa complexa essa, uma vez que, sendo esse universo resultante do contexto econômico, social e cultural de quem o representa, está sujeito à passionalidade do seu emissor e é, portanto, impossível de ser apresentado na sua real dimensão. Conseqüentemente, resulta parcial toda e qualquer fala do usuário sobre seu ato de habitar um espaço.

Tomemos, como exemplo, apartamentos já ocupados de um mesmo edifício residencial. A análise das possíveis diversas formas de uso desses espaços que, habitualmente, tomaríamos como iguais, revela realidades distintas, peculiares a seus moradores.

Ao primeiro contato com cada ambiente doméstico, deparamo-nos com uma imensa variedade de informações – referências ao contexto econômico, social e cultural de seus habitantes – que, por si só, já seriam capazes de provocar em nós, observadores estranhos ao ambiente, as mais diversas sensações como conforto, intimidade, timidez, nostalgia ou austeridade: uma cortina espessa que impede que o externo permeie o interior doméstico, uma televisão que dita a posição dos demais móveis da sala, uma pequena mesa para refeições na cozinha, os quadros nas paredes, os odores de cada ambiente, suas cores, um objeto que remete a uma época passada, os tecidos e almofadas que revestem um sofá, os sons e a ubiquidade de crianças.

Diante dessas estimulantes realidades, nas quais se apresentam simultaneamente traços arquitetônicos originais (ou mesmo transformados) do apartamento, objetos e a própria fala dos usuários, pode-se chegar à ilusória conclusão de que a diferença entre os vários ambientes domésticos num mesmo edifício residencial apóia-se unicamente nas diversas formas de organização do sistema de objetos. Passa a ser, neste momento, necessária e definitiva a identificação, dentro do seu ambiente doméstico, de cada grupo de usuários, pois é justamente a diversidade de seus cotidianos que revelará os distintos usos de cada espaço.

Importa a interação do habitante com seu espaço: a relação de conforto e praticidade, o mobiliário utilizado, a incorporação da tecnologia ao ambiente doméstico e, não menos importante, o discurso verbal de cada usuário; têm-se, então, signos que, ao atribuir especificidades aos espaços originalmente virgens, além de concretizar ambientes diferenciados, revelam pontos de convergência e divergência entre si.

É provável, por exemplo, que, por maior que possa ser o contraste entre os contextos de dois grupos de moradores do mesmo edifício, deparemos-nos, em ambos os ambientes, com um conceito que remonta às primeiras edificações residenciais do Brasil, no século 16: a sala, como setor social da casa, ambiente

especialmente arranjado para as relações sociais, e que será visto por estranhos à intimidade doméstica. Cada grupo de usuários, a seu modo, faz desse ambiente o espelho do que pretende que sejam seus conceitos de conforto e organização domésticos.

A subdivisão desse setor social em áreas para estar, refeições, escritório, audição de música e dança, verificada em casas no Brasil, já nos séculos 18 e 19, traduz-se na atual multiplicação de pequenos espaços, dentro de um todo, sem haver, necessariamente, divisões físicas.

Fica a cargo dos revestimentos, mobiliário, adornos e elementos de tecnologia a determinação dessa ou daquela função atribuída a cada um dos subambientes. Dessa forma, a linguagem compacta dos apartamentos incumbe-se de manter e atualizar os costumes e conceitos de social e íntimo na habitação. Para o arquiteto e professor de arquitetura e urbanismo da Universidade da Pensilvânia, Witold Rybczynski, se não encontramos no presente a satisfação da necessidade do bem-estar doméstico, *“uma necessidade humana fundamental, que está profundamente enraizada em nós”* é natural que a busquemos na tradição¹

A separação dos setores social, íntimo e de serviços – sutil ou ostensiva – de cada apartamento revela diferentes repertórios de cada grupo de usuários. Verifica-se maior maleabilidade na integração desses setores, quanto mais moderna a dinâmica do cotidiano doméstico.

A despeito da padronização interna original dos apartamentos, é o *uso* o responsável pela linha – muitas vezes, tênue – que separa o que é aberto a estranhos, do que não pode ser mostrado. Jovens ocupantes de um apartamento poderão até mesmo enfatizar a proximidade física entre sala e cozinha, para onde, freqüentemente, convidados são levados a partilhar, num convívio claramente social, do momento de preparo dos alimentos. O uso de equipamentos modernos, a preocupação com os revestimentos e até mesmo com o *design* dos utensílios e objetos de adorno da cozinha ajudam a acentuar sua configuração como extensão natural da sala de visitas, elevando-a ao *status* de setor social.

De forma contrária, usuários de idades mais avançadas, ou apegados a tradições, trazem intrinsecamente ligada à idéia de conforto doméstico a explícita distinção formal entre o aberto e o restrito a estranhos. Discreto será o acesso à intimidade do seu apartamento, quase como um filtro do que se experimenta no convívio social.

A hierarquização dos tratamentos dados ao social e ao íntimo é, por vezes, o suficiente para inibir a permeabilidade da intimidade doméstica. Segundo o arquiteto e professor mestre da Uni-Rio, Francisco Salvador Veríssimo, no Brasil, é no setor de serviços, não na sala ou nos quartos, que se revelam mais claramente os hábitos da casa, *“sem a máscara utilizada pelos atores, quando desempenham seus papéis no setor social”*².

(1) RYBCZYNSKI, Witold. *Casa – Pequena história de uma idéia*.

(2) VERÍSSIMO, Francisco Salvador e BITTAR, William S. Mallmann. *500 anos da casa no Brasil*.

(3) JORDAN, Patrick W. *An introduction to usability*. Londres: Taylor & Francis Ltd., 1998.

O fato de um edifício de apartamentos poder comportar tão particulares e distintos modos de viver sustenta-se, ilusoriamente, em aspectos comuns, a cada grupo de habitantes: a idéia de um bem-estar gerado por regras ditadas por modismos de decoração – em um universo que engloba revestimentos, mobiliário e objetos de adorno – e de facilidades advindas da imensa variedade de utensílios e eletrodomésticos tecnologicamente sofisticados, fartamente à disposição no mercado. Apoiados em bens materiais, usuários tentam explicitar e defender seus contextos, elaborando, pelo acúmulo de objetos e de arranjos internos, o cenário que julgam melhor representar seus conceitos de bem-estar e aconchego domésticos.

No entanto, é o ato de imbuir o espaço de valores próprios e de preencher o ambiente doméstico com particulares modos de viver, que confere a seus usuários o poder de especificar a linguagem padronizada dos apartamentos, convertendo o que era *standard* em diferenciado e único. Isso porque é justamente a combinação desta ação individualizadora com o real uso feito do espaço habitado que substantia a busca pela satisfação da necessidade de conforto doméstico.

Uma vez posto como condição necessária e essencial ao “produto” habitação, o bem-estar doméstico de seus usuários é primordial aos que planejam o espaço a ser habitado, a consciência do caráter subjetivo dessa sensação. Além disso, será relativa a competência de quaisquer que sejam os meios – desenho, maquete eletrônica, apartamento decorado, etc. – de se representar a intimidade e o aconchego domésticos pretendidos para aquele espaço edificado, tão logo seja ocupado.

É justamente essa característica de pessoalidade, envolvendo o ofício de projetar para abrigar, que lança arquitetos ao desafio urgente de otimizar em seus projetos a *usabilidade* – conceito moderno, cuja definição ISO preconiza a relação do produto com o usuário, o objetivo que se pretende atingir e o ambiente no qual o produto está inserido³

O profundo conhecimento das reais e específicas necessidades de um potencial grupo de usuários de um espaço habitável, assim como seus hábitos e relações sociais normalmente estabelecidas dentro do ambiente doméstico, será de inestimável valor para que, ao se elaborar o projeto, atinja-se o objetivo proposto: conferir ao usuário o domínio sobre o uso do produto adquirido – sua moradia – para que esse lhe seja de fato prazeroso, seguro e responsável por uma verdadeira melhora na qualidade de suas vidas – ou seja, o conforto doméstico, que embora muitas vezes apresentado como tal, jamais deveria ser confundido com *mercadoria*.

BIBLIOGRAFIA

- BORGES, João Gonçalves, VASCONCELLOS, Fábio Puccetti de. *Habitação para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Bloch, 1974.
- DANTAS, Jorge Rezende. *Dinâmica do mercado imobiliário habitacional*. São Paulo, 1980-1990. Trabalho apresentado ao SEMINÁRIO METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS – METROPOLITAN HOUSING AND LAND MANAGEMENT IN THE 1990s. São Paulo. out. 1991. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e United Nations – Centre for Regional Development.
- FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. *Leitura sem palavras*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1986.
- FURTADO, Celso. Análise do “modelo” brasileiro. 2 ed. In: ZANETTINI, Ziegbert. *Habitação: Implicações do processo de industrialização*. São Paulo, 1972. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- GROSTEIN, Marta Dora, PEREIRA, Paulo César Xavier, SILVA, Ricardo Toledo. *A produção da cidade*. Trabalho apresentado ao SEMINÁRIO METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS – METROPOLITAN HOUSING AND LAND MANAGEMENT IN THE 1990s. São Paulo. out. 1991. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e United Nations – Centre for Regional Development.
- JORDAN, Patrick W. *An introduction to usability*. Londres: Taylor & Francis Ltd., 1998.
- LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa*. 2 ed. São Paulo: Livraria Nobel S.A., 1989.
- _____. *Cozinhas, etc.* São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1976.
- _____. *História da casa brasileira*. 2 ed. São Paulo: Contexto (Pinsky), 1996.
- MELLO, João M. Cardoso de, NOVAIS, Fernando A. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. 1 ed. São Paulo: Editora das Letras, 1998 (Col. História da Vida Privada no Brasil, v. 4).
- PERRONE, Rafael A. Cunha. *O desenho como signo da arquitetura*. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- RYBCZYNSKI, Witold. *Casa – Pequena história de uma idéia*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.
- VERÍSSIMO, Francisco Salvador, BITTAR, William S. Mallmann. *500 anos da casa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações S.A., 1999.

Fabíola Fiuza Malerbi de Castro

Orientador:
Prof. Dr. Carlos Roberto Zibel Costa

a

IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO NO PROCESSO DE ENSINO

176

pós-

RESUMO

O espaço pode facilitar o processo de ensino-aprendizagem servindo de instrumento para a efetivação da relação professor-aluno. Como arquitetos, devemos fazer uma análise das variáveis componentes do espaço do ponto de vista da psicologia ambiental para aumentar a eficiência do processo de ensino-aprendizagem. O seguinte artigo enfatiza as relações professor-aluno, aluno-espaço e professor-espaço em pré-escolas, pontuando algumas das variáveis dos aspectos perceptuais e psicológicos do ambiente escolar.

ABSTRACT

Space can facilitate the learning-teaching process by serving as an effective instrument for the teacher-student relationship. As architects, we must do an analysis of elements that compound space from an environmental psychology point of view to increase the efficiency of the teaching-learning process. The following article emphasizes the teacher-student, student-space and teacher-space relationships in preschool, pointing some of the perceptual and psychological aspects of school environment.

1. INTRODUÇÃO

O projeto do espaço escolar deve atender às exigências básicas de conforto ambiental, tais como nível de ruído mínimo, iluminação adequada ao trabalho realizado e temperatura amena. Uma vez satisfeitas estas condições, o processo de ensino-aprendizagem deveria dar-se neste espaço de forma satisfatória. Sabemos, entretanto, que nem sempre é assim. Escolas de projeto exemplares podem não trazer os resultados esperados em termos de satisfação pessoal e rendimento escolar. Supondo que tenhamos condições ideais espaciais e um bom quadro de profissionais, qual outro fator poderia estar agindo para a diminuição de aproveitamento do espaço?

Muitas vezes, alunos e professores apreciam o espaço, considerando-o belo e funcional, mas não conseguem efetuar uma boa relação professor-aluno ou relação pessoa-espaço. Esta condição aparentemente intangível, chamamos de conforto psicológico, que reúne qualidades de bem-estar mental, físico e emocional.

pós- | 177

2. O ESPAÇO NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

No tocante à influência dos espaços na capacidade de ensino-aprendizagem, deve-se recorrer à psicologia ambiental, ou seja, a ciência que estuda a interferência do ambiente no estado psicológico do homem, e como este último irá reagir ao ambiente. Sabemos que dados referentes ao estado de conforto psicológico são difíceis de serem quantificados, porém sabemos também que, quando este conforto é atingido, a produção cresce, diminuem-se o número dos conflitos interpessoais e o espaço é respeitado pelos usuários. Podemos concluir, portanto, que um espaço bem planejado, ainda que não essencial ao sucesso do processo de ensino, constitui um agente facilitador da aprendizagem.

3. VARIÁVEIS NO ESTUDO DO ESPAÇO ESCOLAR

De todas as variáveis possíveis de medição de conforto psicológico, são as variáveis espaciais as mais facilmente detectáveis. Difícil é identificar sua invisível influência nos indivíduos, muitas vezes não percebida pelo consciente.

As variáveis apresentadas a seguir foram divididas de forma a ajudar o trabalho de detecção dos problemas espaciais existentes ou de servir de referência para criação de um novo espaço, com ênfase no espaço pré-escolar.

3.1. Forma (tamanho e densidade)

O primeiro aspecto a ser analisado, por ser também o mais instintivo, é a “forma” do ambiente sala de aula e seu entorno. Em salas retangulares a sensação de adensamento é menor que em salas quadrangulares de mesma área. A existência de anteparos e barreiras visuais nas salas de aula amplas diminui a sensação de adensamento. É importante notar que uma das mais freqüentes queixas de professores e pais de alunos é a sensação de adensamento, o que poderia ser diminuído com artifícios arquitetônicos e planejamento de mobiliário em sala de aula, sem a necessidade de um aumento na área construída real.

Também para as crianças, a existência de anteparos e outras formas de divisão espacial parece ser importante. A existência de cantos que possam ser explorados (espaços dentro da sala de aula com atividades separadas e bem definidas) e a existência de cantos para exercer atividades individuais ou introspectivas, como execução de desenhos, ou a leitura, aumentam o aproveitamento geral no aprendizado. É preciso notar porém que, para crianças de 2 anos ou menos, os anteparos precisam ser de uma altura ou construção tal que elas possam ter contato visual com adultos. Crianças desta idade, quando colocadas em anteparos sem contato visual com adultos, envolvem-se em mais conflitos entre si e comportam-se de maneira mais individualizada.

Outra questão com relação à forma é o uso contínuo da planta quadrangular e retangular. Estudos mostram que o uso da planta hexagonal ou circular, acompanhadas de mobiliário disposto na mesma forma, funcionaram para aumentar a participação de alunos de nível universitário. Claro, que neste caso, a disposição e a forma da sala de aula se adequaram à metodologia de ensino aplicada e à faixa etária dos alunos. Logo, a melhor forma da sala de aula é aquela coerente com a metodologia pedagógica.

Não é só a forma que influencia o comportamento em sala de aula, mas a densidade também exerce um importante papel na relação professor-aluno e aluno-aluno. A sensação de adensamento (real ou não) é responsável pelo aumento das reclamações que se referem ao conforto ambiental, ou seja, quanto maior o adensamento, maior o número de reclamações sobre temperatura do ambiente, ventilação e barulho. Por outro lado, salas de aula muito grandes dão pouca oportunidade a momentos de intimidade, o que também gera sensações de insatisfação (principalmente em crianças a partir dos 8 anos). Para se atingir um adensamento ideal, deve-se levar em conta, assim como na variável forma, a faixa etária dos usuários, o método pedagógico utilizado e a organização curricular.

Outro dado interessante do adensamento é que quanto maior o número de alunos numa mesma sala de aula, menor é a participação individual, muito provavelmente porque o professor tende a usar recursos didáticos de participação em grupo (espaço interferindo na relação professor-aluno). Também é interessante notar que o adensamento afeta mais as crianças mais novas, sendo que a

quantidade de reações agressivas existentes com o aumento da densidade diminui quanto maior a idade dos estudantes.

Não só o tamanho da sala de aula, mas também o tamanho geral da escola, (incluindo aqui o número de alunos e o tamanho físico das edificações ou edificação) influi na capacidade de aprendizado dos alunos e na sua sensação de bem-estar e de satisfação com a escola. Estudos¹ mostram que (ao contrário do que pode pensar a maioria dos pais) o rendimento (participação) dos alunos é maior em escolas pequenas, onde os mesmos são mais solicitados a participar de atividades extracurriculares, onde se sentem pertencentes à comunidade da escola e são tratados como os indivíduos com características próprias. Uma solução sugerida para o problema da pouca participação dos alunos nas grandes escolas seria a divisão dos grandes edifícios em construções menores, espalhadas por um *campus*, em que as atividades extracurriculares e as salas especiais, como laboratórios, biblioteca, etc. poderiam estar agrupadas em outro prédio de uso comum e as atividades administrativas estivessem presentes em cada uma das pequenas escolas. Sabemos que nas grandes metrópoles a carência de terrenos para construção de escolas amplas, baseadas neste novo *layout*, torna-se inviável. Estudos poderiam ser feitos sobre a possibilidade de aplicação deste tipo de organograma nas novas escolas verticais com a possibilidade de tratamento diferenciado por andar, por exemplo.

3.2. Equipamentos

É interessante não confundir o tamanho da sala (em metros quadrados) com o adensamento (alunos por metro quadrado). Uma sala com maior densidade tende a ter maior agressão entre os alunos, porém, quando o número de equipamentos (brinquedos, livros, instrumentos para experiência, etc.) aumenta na mesma proporção que o número de alunos, não se nota um acréscimo significativo na agressividade²

Eis porque os objetos presentes no espaço escolar ganham importância equivalente ao espaço *per se*. As atividades escolares não prescindem de mobiliário e objetos que possam ser usados como instrumento pelo professor, assim como o próprio espaço. O espaço vazio pode ser utilizado em alguma atividade especial que envolva a motricidade, mas devemos nos lembrar que o espaço pouco ou mal equipado pode gerar sensação de angústia e ansiedade nas crianças, pois o mobiliário, mesmo o que não foi especificamente construído para uso infantil, apresenta-se mais próximo da sua escala. O pé-direito de uma sala de aula comum (em torno dos 2,80 m) pode parecer demasiado alto para uma criança de 1 m de altura, não fornecendo o sentimento de proteção e abrigo tão necessários para nos sentirmos seguros e tranquilos em um ambiente, além do fato de o mobiliário ser um ótimo instrumento para o desenvolvimento de atividades lúdicas e brincadeiras de “faz-de-conta”. É comum vermos crianças

(1) Um dos estudos mais citados com relação ao tamanho geral das escolas é o de BARKER e GUMP, Big school, small, school, 1964. In: BECHTEL, Robert B., *Enclosing behavior*. Pensilvânia: Dowdown, Hutchinson & Ross Inc., 1977.

(2) GIFFORT, Robert. *Environmental psychology principles and practice*. Allyn and Bacon, Needham Heights, 1997, p. 248.

(3) SOMMER, Robert.
Espaço pessoal – Usamos a terminologia “espaço pessoal” extraída de Sommer que afirma ser o espaço pessoal um limite espacial invisível inerente a todos os seres vivos e de limites variáveis. Sabemos quando o espaço pessoal foi invadido no momento em que a aproximação de um outro indivíduo origina uma reação do primeiro. São Paulo: E.P.U. 1973.

transformando mesas e caixas vazias em castelos e vassouras, e braços de sofá em cavalos de batalha. A existência de equipamentos recreativos diminui a necessidade de espaços amplos para as crianças desde que os equipamentos sejam adequados à atividade pretendida.

Também a disposição e o formato dos equipamentos na sala de aula afetam o processo de ensino. A distribuição da sala de aula com tablado, mais elevado que o restante da sala e distante de onde estão os alunos, e com a enorme mesa do professor, bem diferente da mínima carteira dos alunos, reitera a compreensão avaliativa (figura autoritária, sempre em posição de julgamento), em detrimento da compreensão empática (compreensão e autenticidade nas atitudes do professor). Podemos tomar partido destas situações espaciais organizando e modificando os equipamentos para aumentar o aproveitamento da sala de aula. Uma simples alteração na localização da mesa do professor, do centro do tablado para o canto, aumentará a participação dos alunos e a compreensão empática, uma vez que o professor será obrigado a se deslocar pela classe, a fim de ter um maior controle dos alunos e de se fazer ouvir por todos.

3.3. Mobilidade espacial

Quanto maior a mobilidade dada aos alunos, menor a chance de desinteresse, irritação, agressividade, resultado da estaticidade de uma longa aula teórica. Uma mobilidade controlada e organizada pode ser um ótimo instrumento nas mãos do professor.

A motricidade é essencial para a criança e a multiplicidade das atividades de aprendizado pode ser obtida pelas variações de *layout* dentro do próprio espaço sala de aula ou entre ambientes da escola, além disto, aulas espacialmente estáticas não geram mudança no comportamento do aluno, mantendo-o participativo ou introspectivo. Um aluno pouco sociável, por exemplo, irá sempre se sentar nas últimas carteiras e participar pouco da aula. Ele se tornará “invisível” aos olhos do professor. Por outro lado, se o professor gera situações espaciais diferentes, utilizando a mobilidade, ele poderá incentivar a participação deste aluno. Muitos professores, porém, não utilizam destes recursos, pois a limitação da mobilidade da criança é uma forma de expressar autoridade.

Com relação às crianças em fase pré-escolar, a existência de espaços específicos para desenvolvimento de atividades individuais não se mostrou importante, preferindo um contexto de maior contato e sociabilidade, sendo que, quando necessário um afastamento do grupo para realização de uma atividade, a criança tende a permanecer no mesmo ambiente que as outras, porém se posiciona distante destas, fechando-se no seu “espaço pessoal”³

Para a criança pré-escolar, que passa pela fase do egocentrismo tão comum na primeira infância, a necessidade de um espaço pessoal que não seja invadido

constantemente é essencial para o desenvolvimento de relações sociais com menos agressividade. Em grande parte, isto se deve também à necessidade de mobilidade para exploração do espaço à sua volta. Uma pesquisa⁴ americana mostrou que a agressividade em crianças da pré-escola aumenta quando a densidade era igual ou menor que uma criança a cada 1,40 m².

3.4. Ruído

Primeiramente devemos definir ruído como todo o som indesejado presente em um ambiente para a execução de uma determinada atividade. O senso comum nos diz que certas atividades, como aulas expositivas, necessitam de um ambiente com baixo nível de ruído interno. A experiência científica vem comprovar este fato. O chamado ruído de fundo incomoda mais o professor que os alunos, uma vez que, como dissemos anteriormente, o barulho incômodo depende da atividade exercida.

A relação entre ruído e aprendizado é complexa e depende de muitos fatores, entre os quais podemos citar: o tipo de ruído existente (alto, baixo, contínuo, intermitente, harmônico, sons sem sentido); o tipo de atividade exercida (leitura, memorização, exercícios motores, resolução de problemas, aula expositiva); diferenças pessoais (sexo, idade, personalidade, motivação); a situação local (sala de aula, laboratório, atividades externas a qualquer hora do dia), e se o ruído acontece durante o aprendizado ou durante a verificação deste aprendizado.

Aulas expositivas exigem salas com melhor isolamento acústico que aulas interativas ou de atividades. Especificamente no caso das pré-escolas, as atividades em salas de aula são sempre interativas, envolvendo atividades físicas e não exclusivamente intelectuais ou exigindo muita concentração. Como há constante interação aluno-aluno ou aluno-professor, concluímos que o ruído de fundo não deve ser um fator preocupante na organização espacial dessas escolas, mas deve ser tratado com a devida atenção.

Várias pesquisas considerando os fatores acima citados foram realizadas, chegando a conclusões surpreendentes⁵. Por exemplo: o ruído interfere mais durante o aprendizado do que durante a verificação do que foi aprendido; o ruído afeta mais a concentração das meninas do que meninos; atividades que exigem criatividade se mostraram mais proveitosas quando há um baixo nível de ruído ou um alto nível de ruído, porém foram prejudicadas em ruídos médios; ruído afeta mais as crianças introvertidas do que as extrovertidas; mesmo após o cessamento do ruído, o aprendizado subsequente é prejudicado; crianças hiperativas trabalham melhor em ambientes com ruído do que em ambientes totalmente silenciosos, e, finalmente, o mais surpreendente é verificar que o ruído tem a capacidade de alterar a pressão sangüínea, sendo realmente um agente prejudicial à saúde, mesmo em níveis inferiores aos 90 dB⁶.

(4) GIFFORD, Robert, SMITH, P. K., CONOLLY, K. J. *The ecology of preschool behaviour*. Londres: Cambridge University Press., 1980, p. 257.

(5) Para informações detalhadas das fontes das pesquisas citadas, ver GIFFORD, Robert. *Environmental psychology principles and practice*. Allyn and Bacon, Needham Heights, 1997, p. 249.

(6) É do conhecimento geral que ruídos acima desse nível afetam física e irreversivelmente os tímpanos, acelerando o processo de perda da audição.

Assim como a densidade, o ruído tem conseqüências que variam de indivíduo para indivíduo, mas conclusões gerais como as apresentadas acima podem ajudar o desenvolvimento de ações simples e podem melhorar o aproveitamento dos alunos. Utilização de música ambiente ou realização de atividades em área aberta podem melhorar o aproveitamento geral, pois o ruído ambiente é sem significado, enquanto o ruído dentro da sala de aula (mistura de vozes), tem significado e interfere mais na capacidade de concentração.

3.5. Iluminação

Já sabemos que a iluminação média recomendada pela NBR P-NB-57/69 para uma sala de aula é de 250 a 500 lux. Também sabemos que em uma sala de aula é interessante observar diferenças na necessidade de iluminação, devido às diferentes atividades desenvolvidas. Tanto a iluminação no plano de trabalho da carteira deverá ser adequada às atividades de leitura, desenho, etc. quanto a iluminação a distância deverá ser adequada à leitura do quadro-negro, por exemplo. Sabemos que índices baixos de iluminação interferem diretamente no aprendizado, pois afeta a visão, aumentando a fadiga visual ou até dificultando a visualização das atividades. Porém, considerando uma iluminação média adequada, como os diferentes tipos de luz afetam o aprendizado? Qual a diferença para o rendimento dos alunos e professores entre a iluminação natural e a artificial?

O primeiro estudo a ser citado se refere à interferência comportamental e fisiológica de lâmpadas com espectro de cor variada⁷ Foram estudadas salas de aula de crianças no nível elementar (entre 6 e 7 anos) com lâmpadas de temperatura de cor apostas: a primeira com lâmpadas fluorescentes de luz fria e a segunda com lâmpadas fluorescentes com temperatura de luz quente (luz do dia). O estudo analisava a eficiência das crianças em uma tarefa que exigia o controle dos movimentos, principalmente a estabilidade do movimento com as mãos. A primeira conclusão é que o efeito da luz só começa a ser sentido depois da exposição por um longo período de tempo (no caso, depois de 7 semanas). Após este período, crianças expostas à luz fluorescente com espectro de cor similar à luz natural (luz do dia) apresentaram uma diminuição na força do movimento de preensão e quantidade de movimentos realizados. Porém mostraram um aumento na precisão dos movimentos, com conseqüente diminuição dos erros nas tarefas. Luzes frias aumentaram a força dos movimentos de preensão. Estas descobertas confirmam a hipótese de que as lâmpadas fluorescentes frias aumentam o metabolismo fisiológico.

Essa preocupação com os efeitos das lâmpadas fluorescentes se deve ao fato do grande uso deste tipo de lâmpada. Notadamente mais econômica, a lâmpada fluorescente tem sido usada indiscriminadamente em ambientes de uso variado. As novas lâmpadas fluorescentes, com uma temperatura de cor mais

(7) In GIFFORD, MUNSON, P., FERGUNSON, R. *The extra-visual effects of fluorescent illumination on the behavior of school children*. University of Victoria, 1985, p. 253.

próxima ao espectro solar, supre algumas necessidades estéticas (a luz fria geralmente é considerada esteticamente menos agradável) e culturais.

Também sabemos que o efeito da luz pode ser individualizado, o que aparece em uma pesquisa⁸ relacionando a capacidade de leitura e o DIT (do inglês *dark-interval threshold*). O DIT é o intervalo mínimo necessário entre duas imagens para que uma pessoa seja capaz de distingui-las. Crianças com um baixo DIT lêem melhor em ambientes com muita luz (alto brilho) que com luz moderada, e crianças com alto DIT lêem melhor com um índice de luz moderado. Óbvio que é impossível projetar uma sala de aula com diferentes níveis de intensidade de iluminação, mas este estudo ajuda a mostrar dificuldades de algumas crianças em relação a outras situadas no mesmo ambiente.

Um estudo suíço⁹ mostra os efeitos fisiológicos de uma longa exposição à luz artificial (mesmo as lâmpadas de amplo espectro) em salas de aula sem janelas. As crianças que estudavam em salas de aula sem janelas mostraram um atraso de dois meses na produção anual matutina de cortisol, o hormônio associado à sociabilidade e à capacidade de concentração. Os pesquisadores chegam a recomendar que nenhuma criança frequente salas de aula sem janelas. Seria a prova científica da insatisfação demonstrada pelas pessoas que ficam longos períodos de tempo confinadas em espaços sem janelas, como funcionários de shoppings centers, metrô, etc.

3.6. Temperatura

Atualmente, várias escolas funcionam em edifícios inteligentes como os de escritórios, tendo o sistema de clima controlado artificialmente. Portanto, torna-se imprescindível entender o efeito da variável temperatura na capacidade de aprendizado. Vários estudos já foram realizados neste sentido, gerando algumas conclusões.

O Grupo de Clima do Instituto Nacional de Pesquisas de Construção da Suécia realizou uma pesquisa utilizando câmaras climáticas nas quais foi demonstrado que pessoas são mais facilmente distraídas por ruídos em temperaturas elevadas. Também demonstraram que quanto maior a temperatura, pior o desempenho aritmético. A pesquisa de Griffitt e Veitch¹⁰ mostrou que quanto maior a temperatura, menor a atração entre indivíduos, o que afeta notavelmente o sentido de densidade (ver item 3.1).

Um outro estudo suíço¹¹ com crianças em fase pré-escolar mostrou que tarefas envolvendo linguagem tiveram pior aproveitamento em ambientes com temperaturas um pouco mais elevadas do que o normal. Em um segundo estudo, crianças foram colocadas em câmaras climáticas nas quais as temperaturas variavam de 20°C a 30°C para análise da capacidade de leitura. Percebeu-se que a capacidade de leitura piorava à medida que a temperatura subia, mas quando a temperatura alcançou o máximo, o desempenho melhorou notavelmente¹²

(8) GIFFORD, RIDING, R. J., PUGH, J. C. Dark-interval threshold, illumination level and children's reading performance. *Journal on Research in Reading*, 1987, p. 254.

(9) GIFFORD, KULLER, R., LINDSTEN, C. Health and behavior of children in classrooms with and without windows. *Journal of environmental psychology*, 1992, p. 255.

(10) GRIFFITT, W, VEITCH, R. Hot and crowded: Influences of population density and temperature on interpersonal affective behavior. *Journal of personality and social psychology*, 1971.

(11) RYD, H, WYON, D. P. Methods of evaluating human stress due to climate. *National Swedish Institute for Building Research*, 1970. In: GIFFORD, p. 256.

(12) WYON, D. P. Studies of children under imposed noise and heat stress. *Ergonomics*. In: GIFFORD, 1970, p. 249.

Alguns pesquisadores afirmam que tais resultados não podem ser considerados, pois, em situações de experiência induzida, os sujeitos podem estar mais propensos a colaborar, alterando, portanto, o resultado da pesquisa. De qualquer forma, o resultado esperado, de que essa estaria diretamente relacionada à variação de temperatura, não foi verificado nas várias pesquisas, e dada a particularidade dos climas nos diversos países onde as mesmas foram realizadas, conclui-se que para um uso eficaz das conclusões obtidas seria necessário confirmá-las com pesquisas locais.

3.7 Cor

A criança é um ser em plena exploração do universo à sua volta. Essa curiosidade e necessidade de exploração naturais fazem com que analisem atentamente tudo que é novo. Campos cromáticos não presentes no seu dia-a-dia, então, chamarão a sua atenção e o seu espírito exploratório.

Além dos fatores psicológicos, fatores biológicos explicam a natural preferência das crianças pelos ambientes e objetos coloridos e pelas chamadas “cores fortes” ou seja, com alto grau de saturação. Sabemos que objetos com estas cores atraem mais a atenção de recém-nascidos do que objetos em tons pastel, sendo que este fato é independente da nacionalidade e da cultura da criança. Isto pode ser explicado pela própria conformação biológica do órgão da visão, já que na criança o aparelho visual ainda não se encontra totalmente formado, de modo que esta não vê com perfeição todos os detalhes dos objetos (linhas, contornos, cores).

Também conhecemos os efeitos psicológicos das cores dos ambientes e dos objetos sobre as pessoas. As cores quentes parecem aproximar e aumentar o tamanho dos objetos, pois para focalizá-los o cristalino do olho precisa acomodar-se da mesma forma que quando focamos objetos mais próximos. Ao contrário, cores frias parecem distanciar e fazem os objetos pintados destas cores parecerem menores. Também o peso aparente de objetos muda segundo sua cor. Objetos pintados em cores frias ou claras parecem mais leves.

Esses aspectos psicológicos e emocionais não devem ser ignorados quando pensarmos na organização de um espaço educacional, apesar de os estudos acadêmicos não terem descoberto nenhuma diferença real no aprendizado de matemática, leitura e atividades motoras em crianças colocadas em salas de aula com cores diferentes¹³

A pesquisa independente sobre a influência das cores em crianças na fase pré-escolar foi realizada pela especialista em cor Renae Knapp. Em entrevista informal concedida em abril de 2000, Knapp relatou as primeiras conclusões das suas pesquisas sobre a influência da cor das roupas dos professores em crianças da pré-escola. O estudo consistiu em se analisar o grau de atenção das crianças em aulas em que o professor, sentado em círculo com as crianças,

(13) GIFFORD, FEHRMAN, K. R. The effects of interior pigment color on school task performance mediated by arousal. *Dissertation Abstracts International*. 1987, p. 247.

contava histórias. Roupas foram confeccionadas especialmente para a pesquisa, com ênfase na intensidade cromática. As primeiras conclusões revelam que roupas confeccionadas em tons de terra e preto causavam algum tipo de reação negativa em um primeiro contato, sendo desfeito posteriormente pelo professor por meio do diálogo. Cores com alta saturação causavam um estado de alerta inicial que gerava um “cansaço” visual depois de longa exposição. Crianças pareceram reagir mais positivamente às vestimentas confeccionadas com cores complementares usadas na mesma quantidade, considerando o campo visual ocupado pela cor na roupa¹⁴

Devemos lembrar sempre que o efeito psicológico da cor no indivíduo está também intimamente ligado a padrões culturais. Devemos, portanto, encontrar um consenso entre estes padrões e respostas fisiológicas à cor, a fim de conseguirmos projetar um ambiente em que a harmonia das cores, ainda que não aumente o aproveitamento, não venha diminuí-lo.

3.8. Características estéticas do ambiente

Instintivamente sabemos que quanto melhor esteticamente organizado for o espaço, melhor será a resposta dada pelos usuários. Para a criança em fase pré-escolar, o conceito estético do belo e do agradável ainda está em formação, sendo que a resposta positiva ou negativa a determinado objeto ou ambiente dependerá do que ela associar como positivo ou negativo a partir da assimilação do julgamento de um adulto.

Toda criança é um curioso natural, não tendo preconceitos estéticos. Devemos nos aproveitar da sua curiosidade natural e enriquecer o espaço da escola, propiciando o máximo de aprendizado durante sua exploração natural, pois é o aprendizado lúdico que se fixa, não na memória, e por um período maior de tempo. Devemos usar diversas texturas, temperaturas de materiais, formas de objetos, espelhos, tentando atender a todos os estímulos: visuais, tácteis, auditivos e olfativos.

A organização do espaço também se mostrou importante para o aumento da produtividade dos alunos. Quando as atividades educacionais a serem desenvolvidas estão claramente colocadas em sala de aula, o aproveitamento escolar aumenta. Também a organização e o uso das paredes podem aumentar o aproveitamento geral. Paredes repletas de cartazes aleatoriamente colocados causam uma poluição visual que prejudica o aprendizado.

Não só o uso das paredes, mas o tipo de piso também foi considerado por alguns estudos. Uma pesquisa americana¹⁵ mostrou que o uso de carpete em uma sala de aula para crianças de berçário passou a aumentar o tempo em que os professores passavam conversando ou em contato com as crianças. Muito provavelmente isto se deve ao fato de o piso acarpetado produzir menor índice de ruído e ser mais convidativo para atividades realizadas no chão (no nível da

(14) Renae Knapp é consultora de cores para companhias como Panasonic e OCA (Optical Color Analysis), no Japão, e especialista em harmonia de cores para indivíduos e autora de dois livros sobre o assunto.

(15) GIFFORD, Neill, S. R. St. J. Experimental alterations in playroom layout and their effect on staff and child behavior. *Educational Psychology*, 1982, p. 248.

criança), uma vez que naquele país o carpete ainda é largamente aceito como piso residencial, principalmente em dormitórios.

Ainda sobre o aspecto estético, podemos intuitivamente afirmar que as pessoas teriam um maior rendimento em ambientes em que elas se sentissem bem. Estudos científicos comprovam este senso comum. Porém estudos também foram realizados sobre a capacidade de memorização em relação ao tipo de ambiente. Pesquisas comprovam que os alunos testados na mesma sala de aula onde estudaram a matéria têm melhor nota em prova¹⁶ Também pesquisas realizadas com mergulhadores¹⁷ mostram que estes conseguem lembrar mais facilmente de uma seqüência de palavras quando ela é perguntada no mesmo lugar em que foi vista pela primeira vez: embaixo d'água ou em terra firme.

Além da facilidade de memorização, estudar em um ambiente agradável auxilia não só no aprendizado, mas na manutenção. Pois edifícios que os alunos consideram esteticamente agradáveis são menos depredados.

4. CONCLUSÃO

Grande parte das escolas elementares de São Paulo se utiliza de uma construção anterior adaptada ao uso educacional. Geralmente, antigas residências. A adaptação ao novo uso é precária e a preocupação com a ergonomia, que tornaria mais eficiente os atos de aprender e ensinar, está subordinada aos custos desta adaptação.

Mesmo nas escolas em que há uma edificação especialmente construída para o uso educacional, a preocupação de diferenciação dos espaços por faixa etária se restringe à passagem do antigo primário ao antes chamado primeiro grau. Esta homogeneização não condiz com a realidade infantil.

Essa "pasteurização" do espaço escolar gera problemas de adaptação nas crianças, principalmente nos períodos de transição, nos quais elas vão se confrontar com novos espaços, seja na ruptura com o lar (a independência e o medo de estar longe dos pais) ou a ruptura da pré-escola (ou escola elementar) para o ciclo básico (ou primeiro grau).

Sabendo da dificuldade das crianças na primeira ruptura (com o lar), poderíamos pensar em espaços mais similares com a casa que a criança deixou para trás, onde ela encontrasse referências espaciais. Móveis e objetos familiares amenizariam a frustração e a insegurança dos primeiros dias de escola. Intuitivamente, muitas crianças levam para a escola objetos, a fim de restabelecer a segurança que perdem quando estão longe de casa, tais como travesseiros, cobertores e bichos de pelúcia.

Na segunda ruptura (entre a escola elementar e o primeiro grau), é interessante verificar como o espaço muda radicalmente. É como se os adultos

(16) GIFFORD, ALBERNATHY, E. M. The effect of changed environmental conditions upon the result of college examinations. *Journal of Psychology*, 1940, p. 253.

(17) GIFFORD, GODDEN, D. R. & Baddeley, A. D. Context-dependent memory in two natural environments: On land and underwater. *British Journal on Psychology*, 1975, p. 245.

acreditassem que, em um passe de mágica, a criança pulasse de uma fase para a outra, como se não fosse parte de um crescimento gradual de maturidade, aquisição de conhecimento, reconhecimento de espaços, modificações físicas nas dimensões do próprio corpo, etc. Os espaços deveriam acompanhar essas mudanças graduais, assim como o mobiliário.

Concluimos que o espaço deveria ser utilizado no sentido de se aumentar o número de experiências vividas pelas crianças, que ele não deveria ser usado como forma de impor autoridade, ordem ou tensão, pois se cria aí uma situação de relacionamento negativo prévio com a escola.

O uso do espaço da sala de aula, e até sua organização física, dependerá dos aspectos pedagógicos adotados pelo professor ou pela escola. Para educadores criativos a sala de aula poderá ultrapassar seus limites físicos, englobando o pátio, a biblioteca e até os banheiros como espaços de aprendizagem contínua.

Concluimos também que quanto mais flexível e aberto a mudanças for o método de ensino adotado, também será o uso do espaço. O mesmo pode ser dito quanto ao mobiliário. Como sabemos, o mobiliário é possuidor de forte carga simbólica e seu uso pode gerar relações de autoritarismo de intimidade, de relaxamento ou de tensão. A dimensão diferenciada do mobiliário do professor em relação ao dos alunos, a “imobilidade” taxatária do mobiliário e os aspectos de distribuição espacial dos móveis em um ambiente, podem esclarecer muito como se dá a relação professor-aluno em salas de aula e qual é o conceito pedagógico teórico empregado na prática.

Como sentimos o espaço e como ele nos afeta emocional e psicologicamente é uma característica individual. Cada aluno numa escola terá uma impressão deste espaço. Construir uma escola que agrade a todos é tarefa impossível, porém adaptar estes espaços para um uso mais proveitoso está ainda ao nosso alcance. Reconhecer os problemas e dificuldades que podem acontecer em cada indivíduo não se restringe unicamente ao âmbito cognitivo. Dificuldades expressas por uma baixa sociabilidade, participação ou rendimento podem ter sua causa no uso do espaço. Se os educadores e arquitetos tiverem consciência destes problemas, espaços de múltiplos usos poderão ser criados e adaptados aos diversos métodos de ensino. Uma escola pluralista pode ser projetada para acomodar diferenças individuais possuindo diversos tipos de espaços. Alunos com dificuldades podem ser colocados em salas com menor densidade, diminuindo assim a sua agressividade. Alunos com dificuldade de leitura podem estar em salas com cantos especiais para esta atividade e iluminação adequada. Hiperativos podem ser colocados em salas espacialmente superestimulantes e assim por diante.

É claro que reconhecemos os empecilhos econômicos, porém, algumas adaptações podem se mostrar bastante razoáveis se levarem em conta um

aumento nos índices de aproveitamento, gerando uma maior satisfação também nos pais. Essa idéia de uma escola individualizada já vem sendo pensada por muitos arquitetos e se encontra em estágio de aplicação¹⁸

Entendemos, também, que não basta um bom trabalho interdisciplinar entre arquitetos, pedagogos e proprietários. Enquanto o professor não souber utilizar o espaço que lhe é dado, todo esforço anterior terá sido perdido. Em várias visitas, verificamos espaços que foram adaptados pelos professores, a fim de acomodar atividades mais estimulantes. Em alguns casos, espaços estimulantes e bem-elaborados foram pobremente utilizados.

Já em entrevistas, verificamos que alguns arquitetos ainda mantêm a posição de autoritarismo sobre a criação do espaço. Na condição de especialistas, o intercâmbio gerado com os pedagogos ainda é pobre e ineficiente, ainda que o resultado comercial seja lucrativo. Felizmente, há exceções em ambos os lados. Proprietários de escolas começam a ouvir mais a opinião dos especialistas devido ao esforço e à influência dos próprios pais. Mas este ainda é um processo lento. Conscientização espacial dos professores torna-se necessária para se acelerar o processo de mudança do espaço.

A escola confia na sua eficiência e existência secular para manter sua postura. Mesmo o advento da informática não foi suficiente para gerar mudanças significativas no uso do espaço. Computadores ainda são vistos como alternativa especial, sendo colocados em ambientes segregados da sala de aula (os chamados "laboratórios de informática"), onde é mantida a mesma configuração de fileiras e linhas voltadas para uma lousa. Algumas escolas, porém, começam a usar o computador também como agente modificador do espaço e da relação professor-aluno, criando-se ambientes que propiciem o trabalho em grupo, ao invés de segregar ainda mais os indivíduos em uma organização de salas de aula com formato de escritórios, com mesas para realizações de projetos conjuntos e divisórias para preservar a privacidade, aproveitando assim a natural curiosidade da criança pelo computador para a atividade de ensino.

Ainda devido ao avanço da informática, o papel do professor vem mudando gradualmente, principalmente no ensino médio. À medida que os professores têm aplicado novas teorias de aprendizado e novas tecnologias nas suas aulas, estilos e métodos de ensino têm começado a evoluir.

Os proprietários de escolas têm que aceitar a visão de que o espaço de educação infantil deverá ser rico em experiências e adaptado às várias transformações que ocorrem nesta fase inicial da vida escolar. O espaço deve acompanhar estas transformações, seja no seu mobiliário, seja na sua flexibilidade de usos, seja na sua adaptação ergonômica.

As equipes de desenvolvimento do projeto do espaço escolar infantil deverão ser interdisciplinares com uma verdadeira troca de experiências e o sistema de ensino não poderá ser relegado a um segundo plano na elaboração espacial.

(18) BRUBAKER, William C.
*Planning and designing
schools*. Nova York:
McGraw-Hill, 1998, p. 35.

Sistemas de ensino diferentes requerem espaços diferentes. Na fase de pós-projeto, professores devem participar de um conhecimento teórico do espaço e aprender como explorá-lo em toda sua capacidade. Avaliações pós-ocupação deveriam fazer parte do cotidiano desta nova sistemática.

O espaço escolar deverá permitir a função inicial da escola: a integração do sujeito à sociedade, porém de uma forma em que o aluno se sinta realmente integrado e não imposto, participante e não subjugado.

Atualmente, vem crescendo a idéia do professor como um gerenciador do aprendizado, em grande parte devido à acessibilidade da informação e de sua mudança rápida e contínua. Muitos professores já têm centrado os trabalhos com os alunos mais no gerenciamento das informações do que na memorização das mesmas. Esta nova postura deverá alterar a conformação espacial da sala de aula, onde o tempo dispensado a aulas teóricas deverá diminuir. Flexibilidade, anteriormente necessária apenas nos escritórios, chegará às escolas, juntamente com o conceito de edifício inteligente, controlando os fatores externos que possam vir a alterar a capacidade de aprendizado. A interdisciplinariedade tende a ser realizada na prática com os alunos e pelos alunos.

Fabíola Fiuza Malerbi de Castro
Mestre pela FAUUSP

BIBLIOGRAFIA

- BRUBAKER, William C. *Planning and designing schools*. Nova York: McGraw-Hill, 1998.
- D'OLIVEIRA, Martha Hübner. Analisando a relação professor-aluno: Do planejamento à sala de aula. *Cadernos Brasileiros de Educação*. São Paulo: Editora CLR Brasileiro, 1987. Coleção Ensinando/Aprendendo.
- GARDNER, Howard. *A criança pré-escolar: Como pensa e como a escola pode ensiná-la*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1994.
- KRASNER, Leonard (Org.). *Environmental design and human behavior. A psychology of the individual in society*. Nova York: Pergamon Press, 1980.
- MEHRABIAN, Albert, RUSSEL, James. *An approach to environmental psychology*. Massachusetts: MIT Press, 1974.
- ORNSTEIN, Sheila, BRUNA, Gilda, ROMÉRO, Marcelo. *Ambiente construído & comportamento. A avaliação pós-ocupação e qualidade ambiental*. São Paulo: Studio Nobel e FUPAM, 1995.
- PIAGET, Jean. *A representação do espaço na criança*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1993.
- PROSHANSKY, Harols M., ITTELSON, William H., RIVLIN, Lecanne G. *Environmental psychology; man and his physical setting*. Holt, Nova York: Rineheart and Wiston Press, 1970.
- SOMMER, Robert. *Espaço pessoal*. São Paulo: E.P.U., 1973.

criptas da j.

re S. João em op.

em forma de bu

min poutopna, Di

IN VINDICIA

ar 50 e r m a s a

ia Monarcha, E

canaleiro de m b r a

i. ace opente N. 2.

reberia, Guapira re.

Finis libras e mea a

re p r i n e l de rocha uia

de Luz apraya

axalin

tlas se

a de por

amanto

DE CAI

e m a n e d e

quinto do

lucro de uia

[Large stylized signature]

[Small signature]

4 | ACOlHeNDO A
PeSQuISA.
OuTROS OLHARes

Guilherme Wisnik
Mariana Fix
José Guilherme Pereira Leite
Julia Pinheiro Andrade
Pedro Arantes

n

NOTAS SOBRE A SALA
SÃO PAULO E A NOVA
FRONTEIRA URBANA DA
CULTURA

RESUMO

A antiga estação de trens Júlio Prestes, concebida para ser a porta de entrada da cidade do café, foi inaugurada apenas em 1938, depois da crise de 1929, e permaneceu esquecida por longo tempo. Somente agora, quando é convertida em uma moderna sala de concertos, a estação parece viver seu apogeu. Sede da nova Orquestra do Estado, modernizada pelo maestro Neschling, a Sala São Paulo é atualmente o maior símbolo das novas intervenções em cultura na cidade. Rodeada por uma zona urbana degradada, a chamada “Cracolândia” a Sala São Paulo nasce como aparente sinal de civilização em meio à barbárie e pretende transformar todo seu entorno. Mais que isso, a sala é anunciada como o ponto de inflexão de uma “grande virada” na área central: desencadeando, juntamente com outros investimentos culturais, um “efeito dominó” de revalorização e retomada dos negócios imobiliários. As relações entre Estado e setor privado, entre alta cultura e mercado imobiliário, a disputa territorial que se configura com a tentativa de retomada do centro pelas elites e seu suposto projeto civilizatório permeiam a história da Sala São Paulo e são investigadas neste artigo.

ABSTRACT

The former Júlio Prestes railway station, designed as the gateway to the coffee capital, was only inaugurated in 1938, after the crisis of 1929, and suffered from neglect for many years. Only now, recently converted into a modern concert hall, has the station apparently come into its own. Home to the new State of São Paulo orchestra, modernized by the conductor John Neschling, the Sala São Paulo is the major symbol of new cultural interventions in the city of São Paulo. In the heart of a run-down urban area known as “Cracolândia” (crackland), the Sala São Paulo represents a glimpse of civilization in the midst of degradation, and promises to transform the whole surrounding area. More than this, the Sala São Paulo is being hailed as the watershed in a major turn-around in the fortunes of the center of the city: triggering, in addition to other cultural investments, a “domino effect” in the renewed value and upswing of art and the real estate business. Relations between the State and the private sector, between high art and the real estate market, and the territorial struggle represented by this attempt of the social elites to take back the center of the city with their supposed civilizing project, pervade the history of the Sala São Paulo and are set forth in this article.

Ilha reluzente em plena Cracolândia, uma das áreas mais degradadas da cidade, a Sala São Paulo parece ser a expressão acabada e atual desse disparate chamado Brasil. A justaposição ostensiva entre luxo e lixo talvez a torne, para alguns, escandalosa e intolerável. Contudo, ela representa a regra e não a exceção de uma “sociabilidade” com a qual já nos acostumamos a conviver, como se fosse uma segunda natureza. Se o contraste entre a sala e seu entorno repõe conhecidas figuras contraditórias da experiência brasileira, como a superposição de vanguarda e atraso, a novidade, neste caso, consiste em não mais escamotear o caráter revanchista do processo em curso.

A Sala São Paulo, apesar disso (ou por isso mesmo), foi capaz de produzir um consenso de proporções inéditas na história recente da cidade. Inaugurada ao som da *Ressurreição*, de Mahler, e atraindo “do presidente da República ao pipoqueiro”¹ a sala recebeu, segundo a revista *Urbs*, um “aplauso irrestrito”² De artistas a gerentes de *marketing*, de políticos progressistas a incorporadores imobiliários, a Sala São Paulo parece ser a mais nova unanimidade da cidade. Da qualidade do restauro e do espaço resultante à “acústica ótima” da engenhosidade do teto móvel ao potencial de transformação do centro, tudo confirma o sucesso da operação. Na expressão de um artista plástico, a Sala São Paulo, enfim, “representa um *salto civilizatório*”³

Vejamos como tudo aconteceu.

A NOVA OSESP (BREVE HISTÓRIA DA ALMA)

A história da Sala São Paulo começa com a renovação da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, a Osesp. Abandonada por governos sucessivos, a Osesp “teve que ensaiar em restaurante” e “mofar durante anos no indescritível *Cine Copan*”⁴ Os seus músicos, sem condições mínimas de trabalho e com baixos salários, faziam *jingles* para comerciais e outros bicos por fora. Até que um dia essa rotina mudou e a Osesp ficou em evidência.

O movimento de transformação iniciou-se em 1996, após o falecimento de Eleazar de Carvalho, que comandou a Osesp por mais de vinte anos. Sem o maestro, eclodiu na Osesp uma verdadeira “guerra de sucessão” e “negociações de bastidores”⁵ uma batalha que foi vencida por John Neschling, preferido do secretário da Cultura do Estado, Marcos Mendonça. Para Mendonça, Neschling, um maestro de carreira internacional, representava mais do que ninguém o sentido de “modernidade” que se pretendia imprimir à apagada orquestra estatal⁶

Neschling não era figura nova no mundo musical brasileiro e tinha idéias próprias sobre o que fazer para transformá-lo. Comentando problemas que envolveram um trabalho seu no Teatro Municipal de São Paulo em 1994, afirmou

(1) Inauguração atrai do presidente ao pipoqueiro. *Folha de S. Paulo*, 11 jul. 1999.

(2) Cf. *Ressurreição* na Júlio Prestes. CICCACIO, Ana Maria. *Urbs*, n. 13, jul. 1999.

(3) Idem.

(4) Cf. A *ressurreição*. COELHO, João Marcos. *Bravo!*, n. 22.

(5) Cf. Diogo Pacheco pede demissão da Osesp. *Folha de S. Paulo*, 11 out. 1996.

(6) Neschling deve suceder Eleazar na Osesp. *Folha de S. Paulo*, 14 out. 1996.

que o principal entrave ao desenvolvimento da música erudita no país era “a burocracia incompetente” que já vinha de vários governos⁷. Ocupando o cargo de “novo consultor artístico” da Osesp a partir de dezembro de 1996, Neschling fez as seguintes exigências: queria “uma orquestra de nível internacional” com um “local fixo” para ensaios e apresentações, a “recuperação do nível salarial dos músicos” e a “realização de gravações”⁸.

Com a promessa do secretário de que as exigências seriam cumpridas, Neschling iniciou o processo de reestruturação da orquestra. Diante de um conjunto de “desempenho técnico no máximo sofrível” e, segundo notícias da época, vitimado por “todos os efeitos da ineficiência da administração pública”⁹, Neschling logo de início colocou-se contra a estabilidade dos seus componentes e exigiu um concurso que os reavaliasse. Dispensando 2/3 dos músicos, enfrentou greves e vários protestos. Para recompor o quadro, fez concursos internacionais e atraiu, graças ao real sobrevalorizado, músicos do exterior, especialmente do leste europeu. O maestro também conseguiu contornar as limitações orçamentárias com a criação de uma “Sociedade de Amigos da Osesp” que recebe doações do mecenato paulista, muitas delas por meio da Lei de Incentivo à Cultura.

Em poucos anos, a (re)aparição de Neschling na cena sinfônica brasileira ganhou ares de verdadeira revolução... gerencial. Seu modelo de reestruturação (produtiva) era o da orquestra da *City of Birmingham*, do maestro Simon Rattle¹⁰. No início dos anos 80, com vinte e poucos anos de idade, Rattle transformou uma orquestra envelhecida e decadente de uma também envelhecida e decadente cidade industrial, enchendo-a de bons músicos, erguendo um sofisticado Symphony Hall e firmando um contrato com a EMI.

Neschling, por sua vez, soube explorar a própria imagem como forma de sintetizar em si o *élan* que pretendia imprimir à nova orquestra. Filho de pais vienenses e criado no Rio de Janeiro, seu austro-carioquismo parece temperar de malandragem a norma culta da música erudita. Como diz a revista *Bravo!*, o maestro é a encarnação cosmopolita da tensão entre o nacional e o estrangeiro: “*tem as raízes em Viena, os pés no Brasil e a cabeça em tudo o que existe*”¹¹. Neschling trouxe do profissionalismo americano a visão pragmática do mercado. Como ele explica: “*é no repertório clássico e romântico que ela (Osesp) vai se afirmar e aprender a ser uma grande orquestra; entretanto, há um espaço no mercado que ela precisa preencher: o da música latino-americana, americana e do século 20*”¹². Fazendo também parte do negócio a imagem da “orquestra morena”¹³: a mistura e a miscigenação como síntese de uma civilização tropical.

O maestro já faz as contas: inicia contatos com grandes gravadoras e promete transformar sua orquestra numa das dez melhores do mundo. Satisfeito com um público local de 20 mil pessoas, seu objetivo principal não é necessariamente expandir a audição da música erudita no Brasil, mas fazer um produto com qualidade de exportação para obter o reconhecimento internacional¹⁴.

(7) Madame Butterfly estréia com problemas. *Folha de S. Paulo*, 10 dez. 1994.

(8) Neschling deve suceder Eleazar na Osesp. *Folha de S. Paulo*, 14 out. 1996.

(9) Burocracia engole as sinfônicas paulistas. *Folha de S. Paulo*, 23 fev. 1996.

(10) Simon Rattle é modelo de gestão moderna. *Folha de S. Paulo*, 28 ago. 97.

(11) A Orquestra morena de John. Entrevista com Neschling, BYINGTON, Elisa. *Bravo!*, n. 22, suplemento especial.

(12) Idem.

(13) Idem.

(14) Idem.

Cláudia Toni, diretora executiva da orquestra, tem uma outra interpretação da mudança de rumo da Osesp¹⁵. Para ela, a nova orquestra teria condições de dar continuidade ao projeto de *formação* de uma música erudita brasileira, tal como havia pretendido Mário de Andrade¹⁶. Mário opunha seu projeto às “sociedades artísticas” como o Teatro Municipal, que repetiam gêneros e alimentavam uma relação fetichista com a música: o *status* que envolvia a situação social de um concerto revelava o gosto de uma burguesia que se fez à custa do trabalho escravo e cujo sabor se encontrava na imagem nostálgica de uma aristocracia inexistente.

A renovação do repertório empreendida pela Osesp, diferenciando-se das sociedades, estaria assim de acordo com a posição de Mário, procurando em formas vivas a criação de uma cultura musical brasileira, que abarcasse do popular ao erudito. Assim, uma orquestra brasileira faria todo o sentido, pois só ela poderia nos dizer verdadeiramente respeito¹⁷.

O projeto de “formação” da música erudita brasileira não teria se concluído e por isso caberia à nova orquestra parte desta tarefa heróica: formar um público, um repertório, uma forma de tocar, um sistema de compositores que dialoguem, enfim, produzir na música erudita o mesmo que ocorreu... na música popular brasileira¹⁸!

Nesse caso, caberia perguntar: Será isso ainda realizável? Continuará atual o programa da “formação”? As “identidades nacionais” já não teriam sido definitivamente contrabandeadas para o “mercado mundial das diferenças”¹⁹? Se, neste caso, a resposta for afirmativa, a distância entre a interpretação de Cláudia Toni e a mais empresarial, de Neschling, seria pequena, pois elas convergiriam.

O que nos importa, para o momento, é que a Osesp foi renovada e o passo seguinte, como explica Roberto Minczuk, diretor artístico-adjunto da Osesp, era a sala: “já tendo a alma, que era a orquestra, nos faltava o corpo”²⁰.

A VELHA ESTAÇÃO (BREVE HISTÓRIA DO CORPO)

Insatisfeito com o pequeno Theatro São Pedro e recusando-se a tocar no Memorial da América Latina, cujas restrições arquitetônicas representam uma “limitação intransponível” à acústica, Neschling, acompanhado de Marcos Mendonça, inicia a busca por um novo local. Na dúvida entre construir um novo espaço ou reformar um existente, Neschling sugere convidar o engenheiro e maestro Chris Blair para dar uma consultoria ao projeto²¹. Blair é levado ao Grande Hall da Estação Júlio Prestes, onde reconhece a mesma escala e geometria – em forma de “caixa de sapato” – de três grandes salas de concerto: o Symphonic Hall, de Boston; a Musikvereinssaal, de Viena; e o Concertgebouw, de Amsterdã. Blair “ficou extasiado, enxergava ali, no Grande Hall, não simplesmente

(15) Cláudia Toni, no catálogo “Inauguração da Sala São Paulo”, jul. 1999.

(16) Cf., entre outros, ANDRADE, Mário de. *O banquete*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

(17) Agradecemos a colaboração de Carlos Machado, o Cacá, nas notas sobre música e Mário de Andrade.

(18) WISNIK, José Miguel. O minuto e o milênio ou por favor, professor, uma década de cada vez. *Anos 70 – Música Popular*. Rio de Janeiro: Edição Europa, 1979. Cf. especialmente o item “No, no y no”, no qual José Miguel questiona uma interpretação adorniana para a música brasileira, lembrando que aqui a audição burguesa “estético-contemplativa” nunca se formou e que a cultura musical brasileira, ao contrário de ser “música desinteressada”, sempre esteve articulada com as práticas sociais (a religião, o trabalho, a festa, etc.).

(19) Sobre a atualidade do programa da “Formação”, cf. SCHWARZ, Roberto. Sete fôlegos de um crítico. In: *Seqüências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

(20) “Alma da Osesp chorou ao ver a sala”, *Folha de S. Paulo*, 08 jul. 1999.

(21) “Música a sério na Júlio Prestes”, BARRETO, Jule. *Urbs*, n. 9.

*uma sede de orquestra, mas uma das melhores salas de concerto do mundo. O então secretário Marcos Mendonça entendeu a sugestão, aceitou-a com entusiasmo e levou-a ao governador Mário Covas. Era hora do enfoque técnico combinar-se com a decisão política, e assim foi”*²²

É preciso lembrar, contudo, que a Estação Júlio Prestes já tinha começado a ser restaurada em 1992 e vinha sendo utilizada para eventos “culturais” como desfiles de moda, coquetéis e sessões da Mostra de Cinema de São Paulo. O magnífico edifício não estava, portanto, “esquecido” mas à espera de um novo uso à sua altura, provavelmente como “centro cultural” ou “museu” seguindo o exemplo da famosa Gare-Musée d’Orsay, em Paris. Em 1995, quando a ferrovia foi privatizada, Marcos Mendonça pediu para que o edifício não fosse incluído no pacote, uma vez que do ponto de vista operacional, para os novos gestores, ele não faria a menor diferença. Curioso preservacionismo em meio a uma política liquidacionista²³

O casamento feliz da estação com a orquestra deve-se, assim, no mínimo, a uma coincidência de interesses e não a um mero acaso na descoberta da geometria ideal do *hall*. A recuperação do último grande edifício da República Velha, não só mediante o restauro, mas pelo uso nobre que atualmente abriga, representa simbolicamente o resgate da história de hegemonia e da auto-estima da burguesia paulista.

O projeto da estação, de 1925, foi desenhado por Christiano Stockler das Neves, que estudara nos Estados Unidos e seria o fundador do curso de arquitetura do Mackenzie College. A estação fora concebida para ser a “porta de entrada da cidade” o que justificava sua escala monumental. O Grande *Hall*, que abriga atualmente a Sala São Paulo, servira exclusivamente aos passageiros da primeira classe e era considerado o “maior salão do Brasil” Alcino Izzo Jr. explica que Stockler das Neves tratava o percurso dos passageiros de primeira e segunda classe com uma hierarquia rigorosa, “segundo regras elitistas” de modo que eles não se cruzassem até o embarque no trem²⁴

As obras prolongaram-se na década de 30, sofrendo o impacto da crise de 1929 e da queda dos preços do café no mercado internacional. Com isso, faltou dinheiro para finalizar a construção. Passando a ser comandada por um arquiteto da Sorocabana, Bruno Simões Magro, as obras dispendiosas da primeira classe logo foram paralisadas. Os acessos foram simplificados, as diferenças de nível entre pisos que resguardavam a primeira classe foram eliminadas, as imensas mansardas que cobriam o Grande *Hall*, as cúpulas laterais e a marquise da fachada também não foram executadas. A falta de recursos atingiu até as plataformas de embarque, que acabaram sendo cobertas com uma estrutura metálica de segunda mão, adquirida de um antigo hangar de zepelim do Rio de Janeiro. Stockler levou o caso à justiça, defendendo o projeto original, mas o tribunal decidiu pela “improcedência de seus argumentos”²⁵

(22) Idem.

(23) Veja-se pelo processo de privatização da própria Fepasa. Cf. BIONDI, Aloísio. *O Brasil privatizado 1*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998 e 1999.

(24) IZZO JR., Alcino. De estação de trem a sala sinfônica. *Pólo Luz – Sala São Paulo, cultura e urbanismo*. São Paulo: Viva o Centro, 2000.

(25) Idem.

Stockler também enfrentou um caloroso debate com Oswald de Andrade, nas páginas do *Diário da Noite*. A execução da estação monumental em estilo “Luis XVI” valorizando a ornamentação e o *décor* e escondendo a estrutura de concreto e ferro, num momento em que os modernistas já acompanhavam as novas teses da arquitetura segundo Warchavchik, estimularam Oswald a enfrentar Stockler: “Desafio-o a fazer o que fez o grande arquiteto Gregório Warchavchik e construir uma casa original com móveis seus, decorações e obras-de-arte escolhidas pelo seu bom gosto, mas não me venha com nenhum Lulu XVI modernizado. Venha com coisas suas, criadas pela sua cultura... ; ao que Stockler retrucou: “*imagine o que será desta cidade se continuarem a aparecer as casas tumulares de cimento armado (...) Será inevitável a desvalorização desses terrenos, que mais parecerão um prolongamento do Araçá*”²⁶ Noutra ocasião o arquiteto do Mackenzie viria a criticar o caráter ideológico da nova arquitetura, ao qual chamou de “*estilo bolchevique*”²⁷

A estação ficou pronta apenas em 1938, num momento histórico totalmente diferente do qual fora idealizada, quando o símbolo do novo país já era o edifício modernista do Ministério da Educação no Rio de Janeiro. No período de 13 anos que separou o projeto da inauguração da Júlio Prestes, ocorreram a crise de 1929, a Revolução de 30, a insurreição dos paulistas, o declínio do café, e São Paulo tornava-se progressivamente industrial. A estação, pensada para simbolizar uma certa cidade, surgia, paradoxalmente, em outra²⁸ Suas volutas e colunas caneladas logo se recobriram de fuligem e permaneceram esquecidas por longo tempo.

UM MILAGRE DA TÉCNICA

Aparentemente, nada mais impróprio para receber uma sala de concertos do que uma estação de trens ainda em funcionamento. A trepidação e os ruídos são enormes e exigem soluções caras e sofisticadas. Para proteger o Grande *Hall*, espaço que veio a abrigar a sala de concertos, foi preciso adotar uma série de artifícios técnicos de isolamento acústico e estrutural (desde a construção de simples antecâmaras até a de “pisos e balcões flutuantes”). O sistema é semelhante ao adotado em viadutos para evitar a transmissão de trepidações dos veículos para os pilares e as fundações. No caso da sala, a laje do piso foi isolada do solo e do restante do edifício, apoiando-se em mais de 2 mil tacos de neoprene. O mesmo foi feito com todos os balcões. Por não terem vínculos estáticos com a estrutura, pode-se dizer que “flutuam” não transmitindo os ruídos externos²⁹

Na cobertura foram instalados o piso técnico e o famoso “forro móvel” dito “único no mundo”³⁰ O forro é um “teto falso” formado por 15 grandes placas acústicas alçadas por cabos de aço e controladas por computadores. Ele permite

(26) Estação Júlio Prestes, BM&F, p. 108-9.

(27) Outros sons, outros trens, FIGUEROLA, Valentina. *Arquitetura e Urbanismo*, n. 86.

(28) Cf. A intenção. RUBINO, Silvana. *Estação Júlio Prestes*, BM&F.

(29) Sobre informações técnicas da obra, cf. DUPRÉ, Nelson. *A estação Júlio Prestes – O prédio e Concerto a 120 mãos*. KISS, Paulo. *Techné*, n. 39.

(30) IZZO JR, Alcino., De estação de trem a sala sinfônica. *Pólo Luz – Sala São Paulo, cultura e urbanismo*. São Paulo: Viva o Centro, 2000.

a variação da volumetria da sala e seu “afinamento” para cada tipo de concerto, podendo reproduzir tanto a sensação acústica de uma catedral quanto a de um espaço palaciano. Além disso, *banners* acústicos de veludo foram pendurados no piso técnico para absorver o som excedente.

A nova cobertura implicou uma carga suplementar de 1.000 toneladas que a fundação original não tinha capacidade de suportar. Desta forma, todas as fundações tiveram que ser reestaqueadas, numa operação de difícil execução. O diretor da Spenco, empresa de engenharia que realizou a obra, comenta que “na verdade nós construímos a sala novamente”³¹

Todas essas manobras técnicas nos fazem perguntar se valeria a pena investir tanto numa “caixa de sapato”. Não teria sido, na verdade, uma *pirueta técnica* transformar o *hall* da primeira classe de uma estação de trem em sala de concertos? Os custos altíssimos da obra só podem ser justificados pelo desejo de se ter uma sala mais do que simplesmente eficiente do ponto de vista acústico (mesmo porque a sua acústica já foi severamente criticada³²). O aspecto cenográfico da antiga estação, sua carga de memória e *glamour*, seu significado na história de São Paulo, mais do que sua geometria ideal, certamente definiram a escolha do local.

O Grande *Hall* que abriga a sala é ele próprio um cenário monumental. Suas imensas colunas coríntias, seus arcos com brasões, o pé-direito altíssimo, somados ao show tecnológico da reforma e do teto móvel, despertam muitas atenções, rivalizando com a orquestra. A sala de espetáculos produz um “clima de encantamento”³³ e torna-se, ela própria, a “*sala espetacular*”³⁴. Dito de outra forma, a Sala São Paulo é a ideologia de si mesma e parece, assim, ser um exemplo do que Adorno e depois Debord caracterizaram como próprio do capitalismo contemporâneo: a crescente indistinção entre a forma-mercadoria e sua representação.

(31) “Música concreta”, op. cit.

(32) GIRON, Luís Antônio. Sala São Paulo, a acústica da decepção. *Gazeta Mercantil*, 15 out. 1999.

(33) IZZO JR, Alcino., op. cit.

(34) Expressão utilizada no artigo citado acima.

(35) Discurso em *Pólo Luz*, op. cit.

(36) *A Estação Júlio Prestes – O prédio*, op. cit.

MAIS UMA “PARCERIA” PÚBLICO-PRIVADO

Como não poderia deixar de ser, este é mais um caso de “sucesso” da “parceria” do poder público com a iniciativa privada. Como conta o governador: “A fantástica Sala São Paulo foi construída pelo Governo do Estado a partir de projetos desenvolvidos pela Associação Viva o Centro”³⁵. Segundo o arquiteto Nelson Dupré, em texto oficial de apresentação do projeto: nada mais natural que a “Fundação (sic) Viva o Centro, entidade orientadora e coordenadora dos trabalhos de revitalização do antigo centro da cidade” realize o processo de seleção de projetos para a sala³⁶.

A relação “pró-ativa” entre poder público e iniciativa privada por meio de “parceria” “*corporificou-se num exemplo de complementariedade eficiente entre*

diferentes setores da sociedade” como explica Henrique Meirelles, diretor executivo mundial do BankBoston: “o poder público conduziu o processo e a sociedade civil, por meio da Associação Viva o Centro, empenhou-se, ao assumir o desenvolvimento do projeto, em que esse importante investimento se realizasse dentro das exigências técnicas e artísticas compatíveis com as expectativas de todos”³⁷

Apesar da iniciativa da realização da sala ter sido, aparentemente, do secretário da Cultura e do maestro, segundo Meirelles, apenas a parceria público-privada foi capaz de garantir que a ação realmente correspondesse ao interesse “de todos”. Assim, a Associação Viva o Centro realizou a seleção dos projetos de arquitetura e urbanismo para reciclagem da estação e do entorno.

Entretanto, seria realmente capaz de defender os anseios de “todos” uma associação que é composta por poderosos grupos econômicos, que possuem substancial patrimônio imobiliário na região? A lista dos principais mantenedores da Viva o Centro são: BankBoston, Bovespa, Bolsa de Mercadorias e Futuros, Nossa Caixa, Nosso Banco, Extra-Mappin, Faculdade Belas Artes, Banco Itaú S.A., Banespa, Shopping Light, Eletropaulo, Banco Cidade, Unibanco e Grupo Sílvia Santos. Dos 17 membros da direção da associação, oito são representantes de banqueiros e um da BM&F, ou seja, uma maioria diretamente ligada ao sistema financeiro; sendo que os dois presidentes são executivos do BankBoston.

Apesar da propalada “parceria” dos mais de R\$ 50 milhões investidos na sala, menos de 2 milhões (4%) vieram da iniciativa privada e, ainda por cima, por meio das leis de incentivo que permitem abatimento no Imposto de Renda.

Entretanto, essas empresas ganharam o direito de utilizar indiscriminadamente a “imagem” da sala e associar sua marca à “alta cultura” como fizeram especialmente o BankBoston, com um encarte que o associa aos investimentos culturais no centro³⁸ e a Telefonica – numa estratégia de *marketing* cultural e valorização simbólica de sua marcas. Como afirma o presidente do comitê executivo da Phillip Morris: “*sejam claros numa coisa: nosso interesse fundamental pelas artes é primeiramente nosso próprio interesse. São os benefícios imediatos e pragmáticos que podem ter um papel nos negócios*”³⁹

Essa indistinção entre público e privado, própria da formação brasileira e cujo nome antigo era “patrimonialismo” como demonstrou Sérgio Buarque de Holanda, aparece ressemantizada de forma positiva na palavra “parceria”⁴⁰. As parcerias público-privadas na produção do espaço podem funcionar dentro dos mesmos princípios da lógica patrimonialista anterior, apesar de se travestirem com uma roupagem discursiva nova, que lhes dá o tom de modernidade.

Se a Associação Viva o Centro e as “parcerias” representam o lado moderno da indistinção público-privado, no caso da contratação da construtora que realizou a obra, a Spenco, podemos dizer que a forma foi mais tradicional. A Spenco – a empresa que fez a maior doação para a campanha do então

(37) *Pólo Luz*, op. cit.

(38) Centro de São Paulo 1999-2000 – A grande virada. BankBoston. *Urbs*, n. 16, encarte, mar. 2000.

(39) Entrevista de Hans Haacke a Pierre Bourdieu: *Livre troca*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

(40) Sobre o novo patrimonialismo, cf., por exemplo, HADDAD, Fernando. Patrimonialismo e democracia, *Folha de S. Paulo*, 18 ago. 1999, p. 3, e FIX, Mariana. A fórmula mágica da parceria: Operações urbanas em São Paulo, *Cadernos de Urbanismo*, n. 3, Rio de Janeiro, 2000.

(41) Segundo investigação do jornalista Mário César Carvalho, a comissão de licitação não analisou os papéis da Spenco. Se o fizesse, descobriria que a Spenco era concordatária desde 1994 e que sua concordata era considerada suspeita por, ao menos, outra empreiteira, a Construbase. Em processo que estava no Tribunal de Justiça de São Paulo, a Construbase cobrava R\$ 3,17 milhões da Spenco e pedia a falência da empreiteira. Em apelação protocolada, a Construbase alegava que as vantagens obtidas pela Spenco sugeria “a ocorrência de uma concordata ‘preparada’, com o intuito de lesar os credores”. Para participar de novas licitações, a Spenco criou uma “dupla identidade”, a Construtécnica. Segundo o jornalista Mário César Carvalho, “outra pergunta sugerida no processo é: como uma empresa concordatária cria outra identidade e doa R\$ 400 mil numa campanha? A empreiteira foi registrada na Junta Comercial com endereço falso. No local, funciona um escritório de contabilidade, e o endereço real da Construtécnica era o mesmo da Spenco, na Vila Olímpia. Das seis obras que executou para a Secretaria da Cultura, a Spenco/Construtécnica só ganhou a licitação de duas. A restauração do Theatro São Pedro e a recriação da Pinacoteca foram parar nas mãos da empreiteira por meio de artifícios. Na Pinacoteca, a Martur ganhou a licitação e repassou a obra à Spenco. No Theatro São Pedro, a Spenco foi contratada pelo Ilam (Instituto Latino-Americano), entidade criada pelo ex-governador e deputado federal Franco Montoro, que captou recursos para o restauro” (“Empreiteira monopoliza obras da Cultura”, 04-07-99).

(42) Idem.

(43) Ressurreição na Júlio Prestes – Aplauso irrestrito. CICCACIO, Ana Maria. *Urbs*, n. 13.

candidato Mário Covas à reeleição ao governo do estado em 1998 – foi, casualmente, a empresa que executou as seis maiores obras da Secretaria Estadual da Cultura nas gestões de Covas: Sala São Paulo, Pinacoteca, Arquivo do Estado, Theatro São Pedro, Estúdios Vera Cruz e Escola Superior de Música – que somam mais de 130 milhões de reais.

No caso da Sala São Paulo, a construtora Triunfo e a Acciona, empresa espanhola especializada em restauro de prédios históricos, venceram a concorrência em outubro de 1997. Dois meses depois, em janeiro de 1998, a Spenco foi admitida no consórcio, sob a alegação de ser especializada em restauros. Documento obtido pelo jornal *Folha de S. Paulo* mostra que o secretário da Cultura, Marcos Mendonça, autorizou pessoalmente a entrada da Spenco no consórcio, o que é ilegal, segundo a Lei de Licitações (artigo 33 da Lei n. 8.666)⁴¹

Além do monopólio da Spenco nas obras da Secretaria da Cultura, outra coincidência foi a subcontratação da empresa PEM Engenharia para realizar as instalações elétricas e hidráulicas na Pinacoteca, no Theatro São Pedro e na Sala São Paulo. A PEM tem como sócios dois primos do secretário Marcos Mendonça: Roberto Mendonça e Augusto Mendonça⁴²

Mesmo com os processos no Ministério Público e as denúncias feitas pelo jornalista Mário César Carvalho, o caso foi rapidamente abafado. Mesmo porque, não é de bom-tom realizar obras de alta cultura fazendo farra com recursos públicos.

Deixemos esses “pormenores” de lado e vamos à festa.

A RESSURREIÇÃO

“O espetáculo inaugural da Sala São Paulo, na Estação Júlio Prestes, na noite de 9 de julho, celebrou a música e o Centro de São Paulo. O maestro John Neschling, à frente da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, Osesp, inundou o espaço com a hora e meia da densa Sinfonia n. 2 de Mahler, a ‘Ressurreição’, absorvendo corações e mentes de uma platéia onde estavam, entre inúmeros convidados, o presidente Fernando Henrique Cardoso, o governador Mário Covas e o prefeito Celso Pitta. Espaço magnífico, a Sala São Paulo, instalada no antigo hall principal da estação, lembra a sala do Concertgebouw, de Amsterdã (...) Mas é muito mais bonita, segundo a opinião unânime dos convidados (...) São Paulo acaba de ganhar, no seu Centro, um dos mais belos e tecnicamente perfeitos espaços musicais do mundo” Assim é narrada a inauguração pela revista *Urbs*⁴³

Uma sucessão de coincidências não-casuais produzia o espírito de mobilização cívica da ocasião. A inauguração no dia 9 de julho, aniversário da

Revolução Constitucionalista, empreendida em 1932 contra Getúlio Vargas, a *gare* do café batizada com o nome do último presidente eleito da República Velha (último período de hegemonia paulista), a sala majestosa estampando o nome da cidade, a presença de FHC, o primeiro paulista na presidência nos últimos 40 anos, tudo evocava a lembrança da glória de São Paulo e produzia um sentimento profundo de patriotismo paulista. A auto-estima da nossa burguesia parecia estar sendo recobrada, “nosso orgulho restaurado”⁴⁴ nas palavras do secretário da Cultura.

O que não conta a revista da Associação Viva o Centro é que *“do cenário também fazia parte um grande grupo de PMs. O grupo fazia um cordão de isolamento para separar os convidados da orquestra de manifestantes, formando uma passarela da rua até o portão principal da sala de concertos. Por esse espaço desfilaram os convidados”*⁴⁵. Flávio Moura, autor da matéria, comenta que, se a Sala São Paulo, por sua suntuosidade, realmente pode ser comparada às melhores do mundo, *“a única diferença é que nos outros lugares há orquestra apenas dentro da sala”*. Do lado de fora, conta o jornalista, os “excluídos” ensaiavam sua sinfonia: *“regidos por um maestro maltrapilho, os integrantes da orquestra afinaram seus instrumentos. Apitos, panelas, tambores, colheres. Segurando faixas, o coro emposta a voz. O maestro dá o sinal, e soam os primeiros acordes dissonantes. Os metais tilintam, o som toma corpo, as vozes entoam: ‘Fora FHC, fora FMI’”*. O “aplausos irrestritos” vira vaia grossa.

Nas palavras de uma encortiçada enquanto batia com uma escumadeira na panela amassada: *“Esse teatro é uma palhaçada. Aqui na alameda Nothmann, existe um casarão com 150 famílias e o governo não faz nada. Mas gasta uma fortuna para fazer espetáculos para ele mesmo. Completa outra colega: “Eles comem caviar e nós batucamos na panela vazia.”*⁴⁶

A SALA COMO ILHA

A sala é um enclave numa região deteriorada, dominada pelo crack⁴⁷ o contrabando e a prostituição. Por isso, define com clareza sinais de demarcação entre si e o entorno. Sinais que aparecem discretamente, como na linha divisória que separa a tinta fresca da fachada recém-pintada da sala e o abandono da estação de trens propriamente dita, ou ostensivamente, como na operação de guerra montada para recepcionar o público nas noites de grandes concertos: carros da Ronda, policiais com metralhadoras, seguranças de terno e *walk-talkies*. Mesmo com uma estação de metrô a 200 m da sala, está previsto que todos os convidados possam chegar de carro: o estacionamento construído nos fundos do edifício, com capacidade para 600 veículos, é capaz de receber toda a audiência, dispensando o uso dos transportes públicos.

(44) MENDONÇA Marcos, no catálogo *Inauguração da Sala São Paulo*. jul. 1999.

(45) Sala São Paulo: Esse monumento agora é do público. *Jornal da Tarde*, 11 jul. 1999.

(46) Idem.

(47) Em operação que sucedeu a inauguração da sala, a polícia militar e a prefeitura conseguiram forçar a saída do tráfico de crack da região da Luz. Cf. Adeus, crack. *Urbs*, n. 20.



Figura 1

Sala São Paulo, ilha reluzente em meio à Cracolândia

Fonte: Gal Opido, *São Paulo 2000*. São Paulo, *Imagens e Construção*, 2000, p. 91

Figura 2

Sala de espetáculos ou sala espetacular?

Fonte: Luiz Carlos Felizardo, publicada em *Pólo Luz – Sala São Paulo, cultura e urbanismo*. São Paulo, AVC, 2000, p. 35



O caráter estanque da sala não é, assim, apenas a resposta a um problema técnico de isolamento acústico dos ruídos e trepidações, mas uma ação deliberada de produzir isolamento social⁴⁸ – uma exigência cada vez mais importante dentro da nova ordem brasileira. Como explica Francisco de Oliveira “de há muito as burguesias e seus correlatos não têm nenhuma experiência de transcenderem seus limites de classe” e por isso “têm um cotidiano totalmente fechado em seu próprio círculo”⁴⁹

A entrada da sala funciona como uma membrana: penetrando no seu interior, a sensação é de se estar num território novo, elegante, europeizado, espaço de quem foi transportado para fora do país sem recorrer ao passaporte. O efeito de desterritorialização é perfeito: estando fora do país, parece que tudo deu certo.

Como única transparência, um imenso vidro blindado separa o *hall* da sala de concertos das plataformas de embarque dos trens suburbanos, levando gente pobre para bem longe dali, num processo inverso de desterritorialização: é a ida para a não-cidade da periferia. Em dias de grandes concertos, aquele que da plataforma olha o *hall* em polvorosa, vê, como num pesadelo kafkiano, ou num sonho hollywoodiano, uma revista *Caras* gigante, o mundo paralelo da gente fina em suas celebrações noturnas de alta cultura⁵⁰

Em um segundo momento, para quem está do lado de dentro, a sala produz um *pacto de intimidade* com os freqüentadores. Quando a cidade parece ter se tornado inabitável, somente os espaços privados, nossos lares protegidos, podem proporcionar algum abrigo ao espírito das classes dominantes. Nas palavras de um grande ator de índole cortês: “Quando eu chego aqui eu adoro, esqueço de tudo que tive que enfrentar lá fora, essa cidade esburacada, maltratada, suja, violenta. Nesse momento a gente se reconcilia com tudo”⁵¹ De fato, na leitura do espaço, a impressão que se tem é de acolhimento e conforto para o *petit comité* dos freqüentadores (aliás nome do *buffet* que atende à sala). A escala do espaço é adequada para a apreciação de concertos, pois se sente estar simultaneamente num lugar monumental e aconchegante. As intervenções feitas pelo arquiteto Nelson Dupré, por sua vez, são singelas e discretas, utilizando o pau-marfim e evitando os cromados e dourados. Tudo contribui para uma sensação geral de intimidade que não existe em edifícios mais grandiosos como o Teatro Municipal.

É por esse *discreto charme* que a Sala São Paulo também se diferencia das novas salas de espetáculos construídas na zona sul da cidade, emblemáticas, sobretudo, na robustez *nouveau-riche* do Credicard Hall. Um *bunker* de verdade, cilíndrico e hermético, que se comunica com a cidade apenas pela constante emissão de luzes para o céu. Território da iniciativa privada e do *show business*, batizado com nome de cartão de crédito, o enorme teatro em forma de ginásio, com seus inúmeros andares de platéia estratificando o público e seus camarotes reservados para fechar negócios, é a mais perfeita tradução da burguesia arrivista, gangsterizada e americanófila do novo Brasil. Ao contrário da propalada qualidade

(48) Nesse sentido é interessante observar como o projeto encomendado inicialmente pela Viva o Centro para o redesenho da praça na frente na estação e da sala, que a imaginou como um anfiteatro ao ar livre, propondo uma certa intercomunicabilidade entre os espaços internos e externos, acabou sendo recusado em favor de outro, desprovido desta preocupação.

(49) OLIVEIRA, Francisco de. A privatização do público, destituição da fala e anulação da política: O totalitarismo neoliberal. *Os sentidos da democracia*. Petrópolis: Vozes, 1999 [Zero à Esquerda].

(50) No início de 2001, o *hall* que servia de acesso à estação de trens, o Concourse, foi fechado e se tornou um teatro para encenação da peça “Os Lusíadas”, de Ruth Escobar. Com isso, foi bloqueada a visão entre a sala e a plataforma de trens através do vidro blindado.

(51) Ressurreição na Júlio Prestes, op. cit., 1999.

(52) Entrevista na *Bravo!*, op. cit.

(53) MEYER, Regina. *Pólo Luz*, op. cit.

(54) Projeto Monumenta recupera patrimônio histórico e humano. *Folha de S. Paulo*, 11 jan. 1999, e Centro restaurado resgata comércio, mas exporta crime. *Folha de S. Paulo*, 17 nov. 1999.

(55) *Folha de S. Paulo*, 11 dez. 1999.

(56) Arte ajuda a revitalizar o centro de São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, 25 jul. 99. O governo do estado diz já ter investido cerca de 100 milhões de reais em obras ligadas à cultura no centro. Se somarmos este valor apenas aos investimentos federais, como os do Centro Cultural Banco do Brasil e os Centro Cultural dos Correios, chegamos a 130 milhões, o que corresponderia, pela equação do BID, a um interesse de investimentos da iniciativa privada de 650 milhões de reais. O que já começa a se concretizar por obras como a ampliação da BM&F, o novo edifício do BankBoston, o Shopping Light, o futuro Shopping Sílvia Santos, a reforma do Mappin e de vários hotéis e a construção do novo hotel cinco estrelas Mercure Downtown, somando investimentos da ordem de 270 milhões de reais. Cf. Iniciativa privada faz surgir Centro dos Sonhos, *O Estado de S. Paulo*, 06 nov. 2000.

(57) Além das ofensivas recentes, é preciso lembrar que houve, na segunda metade da década de 70, uma investida anterior, iniciada com a construção de sete estações de metrô na área central. Na gestão Olavo Setúbal, além das intervenções na Praça da Sé e no Pátio do Colégio e das alterações

técnica da Sala São Paulo, em sua recente inauguração o teatro produziu eco, a festa desafinou e João Gilberto (*“com eco não vai dar, tem que fazer direito”*) foi vaiado por uma platéia truculenta e embriagada. Enquanto a Sala São Paulo faz as vezes de salto civilizatório, no chiqueirão da zona sul só há regressão e barbárie.

Entretanto, é prudente abrir os olhos (ou mantê-los bem abertos) porque as diferenças entre a sala e o *hall* são menores do que podem parecer: a oposição entre a dupla Jardins-Higienópolis, que pretende retomar o centro, e a Itaim-Morumbi, que por sua vez foge do centro, pode não ultrapassar os limites de uma questão de gosto. As semelhanças entre a Sala São Paulo e o Credicard Hall não ficam apenas na produção daquela sensação de extraterritorialidade ou na segregação urbana e social da qual são produtos e *“promoters”*: *hall* e sala são dois cômodos da mesma casa, onde elites diferentes se acotovelam por *drinks* e canapés enquanto festejam o atual regime ao qual dão suporte.

A SALA COMO FRONTEIRA

Se formos um pouco adiante, veremos que a Sala São Paulo não quer ser apenas ilha, mas sobretudo peça-chave para induzir a transformação do seu entorno. Como afirma o maestro Neschling: *“A nossa sala está sendo inaugurada em um lugar totalmente degradado da cidade de São Paulo, mas a presença dela vai certamente reurbanizar o centro, tal como o Beaubourg fez com toda aquela zona degradada em que se tinha degenerado o Marais.”*⁵²

A sala parece fazer parte de uma estratégia de renovação do centro de São Paulo e está inserida no projeto “Pólo Luz Cultural” em torno da Estação da Luz e da Pinacoteca do Estado, e que vem sendo pensado desde a gestão Montoro (1982-1985). Segundo uma das coordenadoras do projeto, a superação do caráter de ilha dos investimentos institucionais só ocorrerá no momento em que um “plano-projeto os potencialize e integre” inclusive em escala metropolitana, pelo Plano Integrado de Transportes (o PITU), que centraliza na Estação da Luz a principal articulação ferroviária da cidade⁵³

O “Pólo Luz Cultural” tem apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por meio de seu programa “Monumenta” que prevê a revitalização das áreas centrais e preservação do patrimônio histórico de sete cidades brasileiras, cuja principal referência nacional é a renovação do Pelourinho, em Salvador⁵⁴. O projeto, entretanto, estava paralisado por falta de “fiança da solvência do fiador” isto é, a prefeitura de São Paulo não tinha aval para receber mais empréstimos. No fim de 1999, o prefeito Celso Pitta assinou um acordo com o Tesouro Nacional para refinanciar a dívida da prefeitura e obter a autorização para um *“empréstimo de US\$ 200 milhões do BID para*

no zoneamento, foram construídos 60 mil metros quadrados de calçadas. O objetivo dos calçados, segundo Setúbal, era “deter a progressiva deterioração da área central” e “irradiar uma imagem de vitalidade e dinamismo” do centro da cidade. Todavia, vinte anos passados, “hoje a ocupação desordenada pelo comércio ambulante dos calçados e a precariedade da manutenção de pisos, jardineiras e equipamentos agriDEM a sociedade”, constata o ex-prefeito (SETÚBAL, Olavo, Vinte anos são passados... *Urbs*, n. 3)

(58) As operações urbanas são a Anhangabaú (1991) e Centro (1997). Entre as duas, em 1993, por pressão da AVC foi criado na prefeitura um conselho para promoção da renovação do centro (Pró-Centro). É preciso lembrar que na gestão Erundina foram tomadas iniciativas de democratização da área central como a intervenção física criando a imensa praça sobre o Vale do Anhangabaú e a nova forma de gestão dos equipamentos culturais, em especial o Teatro Municipal.

(59) Cf. FIX, Mariana. *Parceiros da exclusão*. São Paulo: Boitempo, no prelo.

(60) SMITH Neil, em *The new urban frontier – Gentrification and the revanchist city* (Nova York, Routledge, 1996), esboça uma teoria da gentrificação e conta como os que iniciam o processo de resgate do centro (“abandonado”) são vistos como “pioneiros, heróis cívicos que assumem riscos onde ninguém mais se arriscaria”. O heroísmo estaria em “reconquistar” uma “nova fronteira”, ou seja, uma parte da cidade perdida pelas elites. Apesar das diferenças entre o descrito por Smith e o que se passa por aqui, inusitadamente os mesmo termos ideológicos – ou “anódinos”, como diz Smith –, são largamente utilizados pelos “simpatizantes” locais (“*upgradingsocial*” “renascimento” urbano, etc.).

‘*revitalização do centro de São Paulo*’ Do acordo constam: a venda do estádio do Pacaembu, da Anhembi Turismo, do autódromo de Interlagos e da concessão de serviços de água e esgoto da cidade!⁵⁵ Negociação que vincula, novamente, uma promessa de civilização e preservação do patrimônio histórico, com um processo selvagem de privatização.

Posto em prática em São Paulo, o “Monumenta” não apenas pretende recuperar edifícios históricos, mas funcionar como “alavanca” para investimentos do setor privado e da valorização imobiliária. Segundo avaliação dos técnicos do BID, “cada dólar investido pelo poder público atrai outros cinco da iniciativa privada” produzindo um “efeito dominó”⁵⁶

O movimento de revalorização parece já ter iniciado, e a revista *Urbs* de abril de 2000, comemora: estamos no “rumo certo” e as “conquistas confirmam o acerto da estratégia de requalificação do Centro” Segundo matéria de Jule Barreto, apoiada em análises dos economistas Eduardo Gianetti da Fonseca e Marcel Solimeo, “a requalificação da área central é um processo irreversível” porque criou um “círculo virtuoso” de investimentos graças ao “efeito sinérgico” que combinou iniciativa pública e privada. Um encarte do BankBoston na mesma revista, com o título “A grande virada” festeja o deslanche do processo de renovação do centro.

Na verdade, comemora-se o aparente acerto da mais recente ofensiva para revalorização do centro, uma vez que as anteriores não teriam tido o mesmo sucesso⁵⁷ Já se havia tentado estimular a iniciativa privada por meio de operações urbanas, liberando reformas, ampliações e construções acima do permitido pela lei de zoneamento⁵⁸ Desta forma, o *start* da renovação seria dado por investimentos privados. Entretanto, ninguém parecia disposto a assumir o risco e arcar com o ônus de ter aplicado numa área que permaneceu decadente. Assim, “venceram” num primeiro momento, os investidores das novas áreas de expansão da cidade, especialmente na região da Marginal do Pinheiros, Faria Lima e Berrini. Isso porque, além dos grandes terrenos aptos a receberem prédios de nova geração, era ali que a prefeitura estava investindo pesadamente nas tradicionais obras viárias com a abertura de túneis e avenidas, construção de novas pontes, além da remoção de dezenas de favelas. O Estado estava na linha de frente da transformação daquela fronteira da cidade, promovendo os principais investimentos, liberando áreas entravadas e produzindo o início da valorização imobiliária⁵⁹

Nessa última ofensiva dos “pioneiros” do centro⁶⁰ coordenados pela Associação Viva o Centro, o Estado foi então convocado para que interviesse primeiro, alicerçando os investimentos privados posteriores. Foi assim estabelecida uma estratégia nova, já aplicada em outras cidades no Brasil e no exterior: utilizar como âncora da renovação *investimentos em cultura*. Como explica o governador Mário Covas, em texto de apresentação da Sala São Paulo: “*O Governo do Estado*

(61) Mário Covas, no catálogo “Inauguração da Sala São Paulo”, jul. 1999 (grifo nosso).

(62) E São Paulo pode ganhar a sua Broadway, *O Estado de S. Paulo*, 5 nov. 2000.

(63) Centro cultural da metrópole, Opinião, *Na Imprensa*. Viva o Centro, abr. jul. 1999.

(64) *Rent gap* é a diferença entre a renda potencial da terra e a renda capitalizada nas condições presentes. Pode ser gerado por um período de desinvestimento em uma determinada região ou da retirada de regulações restritivas, por exemplo, criando as condições para sua gentrificação. SMITH Neil, *The new urban frontier. Gentrification and the revanchist city*, op. cit., p.67-8.

(65) DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo*. São Paulo: Scritta, 1997. Em “Os dois lados da arquitetura francesa pós-Beaubourg” (*O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: Edusp, 1993), Otilia Arantes mostra como a cidade pioneira na utilização da cultura como eixo privilegiado de uma política de estado, destinada a requalificar sua capital para competir internacionalmente com as outras cidades, foi Paris. Desde então, “política cultural” tornou-se sinônimo de valorização do capital real dos grupos dominantes – a começar pela capitalização do estoque imobiliário – por intermédio da multiplicação ostensiva de seu capital simbólico, que, a princípio, compartilhariam com o público usuário. Tudo começou com o Beaubourg, no fim da década de 70, quando a tradicional política gaullista de “ação cultural” cruzou a fronteira que separa um museu de um *showroom* de variedades culturais. Como se viu no exemplo do maestro Neschling, até hoje o “efeito Beaubourg”

de São Paulo está dando o mais importante passo na implementação, em definitivo, de uma política de requalificação de espaços urbanos através da cultura. Um conceito novo, iniciado, com sucesso, pela reforma e restauro da Pinacoteca e do Theatro São Pedro – e que desta vez, pela grandeza da proposta, exigiu técnicas as mais especializadas e investimentos de grande monta. Um desafio que resolvi aceitar. E, ao fazê-lo, o Governo do Estado de São Paulo deixa claro que opções ligadas à cultura passarão a substituir a velha promessa de que somente obras viárias de grande porte e custos altíssimos podem alterar a face de uma região. O Centro Velho de São Paulo, deteriorado por décadas de abandono, exigiu esta decisão”⁶¹

Nos últimos cinco anos foram realizados ou iniciados pelo poder público ao menos nove grandes projetos de reformas ou reciclagem de edifícios para usos culturais na região central: a Pinacoteca do Estado, o Museu de Arte Sacra, a Sala São Paulo, a Escola de Música no prédio do Dops, a reforma e a transformação do Parque da Luz em Jardim de Esculturas, o Centro Cultural dos Correios, o Centro Cultural Banco do Brasil, a transferência da Galeria Prestes Maia para o MASP e o restauro do Mosteiro de São Bento. Lembrando, ainda, que o novo projeto de Marcos Mendonça é transformar a antiga Cinelândia na “Broadway Paulista” com a conversão dos cinemas em teatros e casas de *show*, abrigando musicais em estilo norte-americano⁶²

Por mais diversos que sejam, esses investimentos são chamados de “âncoras culturais”⁶³ pois sustentam o processo subsequente de revalorização dos terrenos e imóveis, e contribuem para trazer de volta ao centro um novo público, produzindo nos cidadãos com dinheiro no bolso a vontade de reconquistar aquela região. Por que não frequentar novamente o centro? Por que não investir e transformá-lo, como fizeram outras cidades?

Depois de dado início à revalorização imobiliária com a ação do poder público, a iniciativa privada faz seus primeiros investimentos, agora sim, utilizando a Operação Urbana Centro e seus benefícios de exceção na lei. Está tudo pronto para a onda de renovação afluir: os terrenos já chegaram ao ponto ótimo de desvalorização e começam a subir de preço. Fim de linha para alguns, e pronto para os negócios de outros. Quando o mercado de terras entra em movimento na “abandonada” região central (e justamente porque ela tornara-se relativamente “obsoleta”), a possibilidade de comprar barato e vender caro aumenta significativamente, substituindo sujeitos desprovidos de dinheiro por cidadãos solventes. Nesse *rent gap*⁶⁴ a elite anuncia seu processo de reintegração de posse.

Analisando Los Angeles, Mike Davis conta que a coalizão público-privada formada para a renovação do centro daquela cidade, não por acaso, foi composta por empresários que se tornaram patronos do mercado de artes e de museus, não por “uma antiquada filantropia, mas porque a ‘cultura’ tornou-se um importante componente para o processo de desenvolvimento e ocupação da terra, assim

como um momento crucial na competição entre diferentes elites e centros regionais.” “A cultura fertiliza a propriedade imobiliária” explica Mike Davis, e por isso “tornou-se a grande vedete das novas renovações urbanas”⁶⁵.

A cultura, ao mesmo tempo que “ancora” os negócios privados, aparece como um investimento democrático e universal (não-classista), e assim altamente consensual. Se mesmo a oposição às novas avenidas e túneis é dificultada pelo seu aparente caráter modernizante, síntese da idéia americana de “progresso”⁶⁶, quem seria contra uma sala de concertos, um museu ou um centro cultural? “Quanto mais melhor” diz a *Vejinha*⁶⁷ ou nas palavras do maestro Neschling: “Afinal, quanto custa uma ópera? Um centímetro de túnel?”⁶⁸

Desse modo, a “credibilidade” da cultura é transferida para o processo de transformação do centro e das empresas que nele investem. Como explica Jule Barreto, a renovação urbana acaba “lastreada no valor perene da cultura”

Como vimos, no embate entre as “duas cabeças” da cidade, centro e Marginal do Pinheiros, há uma aparente disputa de “identidades” para a cidade de São Paulo: enquanto a primeira promete a alta cultura, o *glamour* dos velhos tempos, uma cidade civilizada e democrática, pois é “acessível a todos” a segunda promove novos arranha-céus, casas de show e bingos, um *sky-line* americanizado, com vias expressas e túneis. Diante das “duas cabeças” a resposta de qualquer pessoa com tino empresarial é evidente: por que escolher uma? Fiquemos com as duas! Combinação, aliás, que faz parte dos negócios em toda grande cidade no mundo.

Enquanto o embelezamento e a cultura acenam como se fosse possível uma convivência harmoniosa dos contrários, está sendo travada uma luta feroz pela retomada do controle do espaço, até então perdido para os setores marginalizados e populares. Nas palavras da atriz Irene Ravache: “é um pensamento muito pequenino, achar que o centro tem que ser suquinho, malconservado, entregue à prostituição, a párias. Não! O centro é lindo, não tem cabimento não aproveitarmos a beleza do centro.”⁶⁹

O arquiteto Pedro Taddei, coordenador do “Monumenta” explica que em Salvador, Recife e São Luís a renovação dos centros implicou em expulsão dos encortiçados e que, como estes não tinham posse do imóvel, foram removidos sem receber qualquer indenização⁷⁰ indo para o rol dos descartáveis da “Era FHC” Esse processo já está em curso no centro de São Paulo com nova onda de despejos que se iniciou recentemente, alguns deles promovidos pela própria Secretaria Estadual da Cultura, como foi o caso da reintegração de posse do Casarão da alameda Nothmann, a poucos metros da Sala São Paulo. As mais de 50 famílias – que resistiram por quatro anos naquela ocupação do movimento organizado de moradia, tentando negociar uma política habitacional para o centro – acabaram na rua, dando lugar ao futuro “Museu da Energia” a ser gerido por uma concessionária do sistema privatizado⁷¹

continua fazendo estragos na imaginação marqueteira das pessoas. Durante a era Mitterrand, tal efeito multiplicou-se e converteu-se num método de intervenção, replicado no mundo inteiro. Investimentos faraônicos em monumentos culturais tornaram-se regra geral, da Pirâmide do Louvre ao Museu d’Orsay, passando pela Nova Ópera da Bastille e culminando na novíssima Biblioteca Nacional. Naquela ocasião, o ministro da Cultura de Mitterrand chegou a afirmar que “a cultura é o petróleo da França”, e durante seus investimentos o solo valorizou-se tanto que se tornou proibitiva para a maioria dos cidadãos parisienses. Ver também “Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas” In: ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000 [Zero à Esquerda]; e DEUTSCHE, Rosalyn *Evictions. Art and spatial politics*. Cambridge: Massachusetts, Graham Foundation/The MIT Press, 1996.

(66) Cf. BERMAN, Marshall, Notas sobre a modernidade em NY. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

(67) A cidade que ouve e aplaude, *Veja São Paulo*, 12 jul. 1999.

(68) Madame Butterfly estréia com problemas, *Folha de S. Paulo*, 10 dez. 1994.

(69) Ressurreição na Júlio Prestes, op. cit.

(70) Centro restaurado resgata comércio, mas exporta crime. *Folha de S. Paulo*, 17 nov. 1999.

(71) Esse fato ocorreu em 29 de março de 2001 (posteriormente à finalização do artigo), sinalizando que o processo de reintegração de posse está mesmo em curso.

EPÍLOGO

Houve época em que estrangeiros simpáticos nos viam como uma pitoresca terra de contrastes, que o progresso do tempo se encarregaria de atenuar. O progresso afinal chegou e tais contrastes foram assumindo proporções inauditas, mesmo para os padrões brasileiros de iniquidade social. Em tempos mais promissores, a dissonância entre a sala e seu entorno seria vista como mais uma sobreposição daquelas figuras de vanguarda e atraso recorrentes na experiência brasileira. Todavia, nesta virada de século, a sala parece dar forma a um projeto civilizatório que se realiza por um novo patamar de violência, quando a dominação não busca transformar o dominado num igual no campo dos direitos, mas abandoná-lo à própria sorte⁷²

A reintegração de posse do centro parece colocar as coisas em seu devido lugar. O “efeito dominó” anunciado pelo secretário estadual da Cultura vai, aos poucos, tentando varrer do mapa os personagens invisíveis, os que devem ficar ausentes dessa história. As metáforas do balé da reconquista não são suficientes para mascarar a violência da derrubada de cada “peça” mediante a “combinação de operação policial” e “cultural”⁷³. A reintegração de posse exige a saída daqueles que “indevidamente” ocuparam o centro, durante os anos em que a elite estava mais interessada nos novos bairros exclusivos do setor sudoeste da cidade.

A Sala São Paulo, enfim, testemunha a transição, ocorrida na última década, do nacional desenvolvimentismo para a nova dinâmica de desintegração⁷⁴. Nesse quadro, a investida atual representa, em grande medida, um momento em que o apagamento das promessas de inclusão corresponde ao abandono de qualquer forma de projeto comum, já que as noções de desenvolvimento e “formação” nacional passam hoje por resíduos anacrônicos. “*Na impossibilidade crescente dos países atrasados se incorporarem enquanto nações e de modo socialmente coeso ao progresso do capitalismo*”⁷⁵, a *gare* reluzente aparece como um “salto civilizatório” no abismo.

Enquanto a reconquista não se concretiza, e o cenário de uma sociabilidade refeita para os integrados não termina de ser montado, resta aos dominantes passarem pelo centro como se fossem ingleses na Índia: chocados com o que vêem, nada mais lhes parece dizer respeito.

(72) OLIVEIRA, Francisco de. *Direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1998 [Zero à Esquerda].

(73) Adeus, crack. *Urbs*, n. 20.

(74) SCHWARZ, Roberto. *Fim de século. Seqüências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

(75) Idem.

Guilherme Wisnik
Arquiteto (FAUUSP), mestrando em história na FFLCHUSP.
Mariana Fix
Arquiteta (FAUUSP), mestranda em sociologia na FFLCHUSP.
José Guilherme Pereira Leite
Cientista social (FFLCHUSP).
Julia Pinheiro Andrade
Geógrafa (FFLCHUSP).
Pedro Arantes
Arquiteto (FAUUSP).

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Mário de. *O banquete*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

ARANTES, Otília. *Os dois lados da arquitetura francesa pós-Beaubourg. O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: Edusp, 1993.

ARANTES, Otília, MARICATO, Erminia, VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. Col. Zero à Esquerda.

BERMAN, Marshall. Notas sobre a modernidade em NY: *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Livre troca*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo*. São Paulo: Scritta, 1997

DEUTSCHE, Rosalyn. *Evictions. Art and spatial politics*. Cambridge, Massachusetts: Graham Foundation/The MIT Press, 1996.

DUPRÉ, Nelson. A estação Júlio Prestes – O prédio. *Estação Júlio Prestes*. São Paulo: BM&F, 2000. mimeo.

FIX, Mariana. *Parceiros da exclusão*. São Paulo: Boitempo, no prelo.

HADDAD, Fernando. Patrimonialismo e democracia. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 18 ago. 1999.

_____. *Inauguração da Sala São Paulo*. São Paulo: Osesp e Secretaria de Estado da Cultura, jul. 1999.

IZZO JR., Alcino, MEYER, Regina. *Pólo Luz – Sala São Paulo, cultura e urbanismo*. São Paulo: Viva o Centro, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. A privatização do público, destituição da fala e anulação da política: O totalitarismo neoliberal. In: *Os sentidos da democracia*. Petrópolis: Vozes, 1999. (Col. Zero à Esquerda).

_____. *Direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1998. (Col. Zero à Esquerda).

SCHWARZ, Roberto. Sete fôlegos de um crítico, e fim de século. *Seqüências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SMITH, Neil. *The new urban frontier – Gentrification and the revanchist city*. Nova York: Routledge, 1996.

WISNIK, José Miguel. O minuto e o milênio ou por favor, professor, uma década de cada vez. *Anos 70 – Música popular*. Rio de Janeiro: Edição Europa, 1979.

Luís Octávio da Silva

h

ISTÓRIA *URBANA*.
BREVE HISTÓRICO DA
CONSTITUIÇÃO DE *UMA*
ÁREA DE CONHECIMENTO

210

pós-

RESUMO

O texto procura apontar e analisar os principais eventos, marcos e discussões que têm pautado a emergência da história urbana como uma área de conhecimento específica. Fundamentalmente centrado nas ocorrências e obras de repercussão internacional, este artigo tem como base principalmente a literatura britânica e americana. Isso se deve em função do papel de vanguarda que esses dois países desempenharam no desenvolvimento das análises históricas sobre a cidade, mas também pelo potencial de difusão internacional dado pela própria língua em que essas contribuições foram feitas. O nosso interesse, no âmbito deste trabalho, está muito mais nos marcos e referências ligados à constituição desse campo de conhecimento do que na produção historiográfica propriamente dita.

ABSTRACT

The aim of this article is to highlight and analyse the main events, markers and cases in point and discussions concerning the emergence of urban history as a specific field of knowledge. Our focus will be on the events of international impact. This article is mainly based on british and american literature due to the innovative role played by these two countries in the development of historical analysis concerning the city, as well as the diffusion potential given by the language on which these contributions were made. In this work our interest will be more on the marks and references concerning the constitution of this knowledge field rather than the historiographic production itself.

HISTÓRIA URBANA, ESSA INDEFINIDA

A primeira dificuldade na identificação da emergência desse campo de conhecimento advém da falta de uma definição clara do que se poderia chamar de história urbana. Desde há muito a história de cidades se confunde com a própria história das civilizações e do território (história local, história dos países e das regiões). Gênero consagrado, as biografias urbanas, até as primeiras décadas do século 20, eram fundamentalmente obras de não-especialistas em história, de caráter enaltecedor de uma determinada localidade, em forma narrativa convencional, dando destaque à apresentação cronológica de fatos notáveis, personagens ilustres, sem generalizações nem abordagem de processos mais vastos. A história do urbanismo, assim como a da organização física dos sítios urbanos, por sua vez, é principalmente obra de arquitetos e/ou urbanistas, nem sempre historiadores de formação. Essa produção esteve, por muito tempo, inserida no âmbito da história da arte e/ou da arquitetura com pouca ou nenhuma ênfase em aspectos econômicos, sociais ou políticos, basicamente referenciada à dimensão estética e formal, mais no âmbito da história da produção cultural. A essas modalidades somaram-se as contribuições dos historiadores propriamente ditos com interesse no urbano¹, assim como as perspectivas historiográficas provenientes de outros campos disciplinares também com interfaces com o fenômeno urbano. Especialmente profícuas neste sentido foram as abordagens provenientes da geografia, mas também da demografia. Dessa diversidade de perspectivas emergiram contribuições relevantes, eventualmente com abordagens temáticas, como é o caso da história da urbanização ou abordagens nas quais o urbano aparece como elemento de interpretação histórica, por exemplo, o papel das cidades no desenvolvimento do capitalismo. Essa produção historiográfica de caráter bastante heterogêneo apresenta poucas referências teóricas em comum, não havendo identificação alguma em relação a um campo intitulado “história urbana”²

Só em meados do século 20 é que começam as primeiras articulações no sentido da constituição de uma área de conhecimento específico que seria a história urbana. Como era de se esperar, essas articulações se originaram nos países com maior acúmulo dessa produção historiográfica acima referida: Grã-Bretanha e EUA. Os estudos sobre o processo de desenvolvimento/industrialização/urbanização ocupavam boa parte das preocupações dos pesquisadores em ciências sociais. Essa maneira de abordar o urbano era significativamente diferente dos trabalhos em biografias urbanas e história do urbanismo até então hegemônicos. A década de 60 foi especialmente profícuo a esse respeito. Além de vários trabalhos de peso sobre a história do processo de urbanização³, algumas outras obras e eventos marcam o surgimento de determinados grupos de pesquisadores que passam a se auto-intitular

(1) François Bédarida, por exemplo, referindo-se ao universo francês, aponta o fato de que, desde 1929, a publicação periódica *Annales d'histoire économique et sociale* teria desempenhado um papel central no despertar do interesse pelo urbano entre historiadores. The growth of urban history in France: Some methodological trends. In: DYOS, H. J. ed., (*The study of urban history*. Londres: Edward Arnold Ltd., p. 47-60, 1968 – tradução minha). Bruce M. Stave, por sua vez, afirma que, no caso americano, o interesse dos historiadores pelo urbano pode ser detectado desde o final do século passado com as análises sobre o fenômeno imigratório e a partir dos anos 20 quando essa nação se tornava majoritariamente urbana. Um papel de destaque na aproximação dos historiadores à temática urbana, no caso americano, ainda segundo Stave, caberia a Arthur M. Schlesinger quando, a partir de 1932 ele passou a dirigir a American Historical Association Commitee (FRASER e SUTCLIFFE. Pursuit of urban history: Conversations with myself and others – A view from the United States. *The pursuit of urban history*. Londres: Edward Arnold Ltd., p. 407-427, 1983). Isso sem mencionar historiadores de considerável reputação como Fernand Braudel e Henri Pirenne, em cujas obras as cidades ou o fator urbano desempenham um papel central.

(2) A Suécia constitui, em relação à utilização do termo 'história urbana', um caso particular. Nesse país, existe, desde o princípio do século 20, uma expressiva tradição em história urbana, baseada na história local inclusive com a constituição, em 1919, do Instituto de História Urbana (LEARS, Nilsson. Sunday historian and local history. *Urban History*, v. 23, n. 3, p. 381, ago. 1996.)

(3) Por exemplo HAUSER, Philip M. e SCHNORE, Leo F. (Eds.) *The study of urbanization*. Nova York: J. Wiley, p. 554, 1965.

historiadores urbanos. O Joint Center for Urban Studies do M.I.T. e Universidade de Harvard (EUA) organizaram uma conferência que resultou na publicação, em 1963, de *The historian and the city*⁴ (tendo Oscar Handlin e John Burchard como editores). A importância dessa publicação, para o assunto em questão, foi a reunião, não de estudos de caso, mas sim de reflexões sobre a perspectiva histórica e o urbano.

O GRUPO DE LEICESTER

Na verdade, o principal marco da constituição da história urbana como campo de conhecimento autônomo foi a constituição do Grupo de História Urbana, no âmbito da Universidade de Leicester (Inglaterra), liderado por H. J. Dyos. Em 1962 esse grupo inicia a publicação periódica de *Urban History Newsletter*, um boletim bibliográfico. Em 1966 acontece o “International Round-table Conference” e subsequente publicação, em 1968, de *The study of urban history*⁵. Essa obra constitui a principal referência na constituição desse campo de conhecimento. Não apenas pelo conteúdo das formulações aí apresentadas, mas também pela continuidade do trabalho desse grupo, em especial no que diz respeito à publicação periódica sob sua responsabilidade, e a difusão de uma certa visão de história urbana. Em 1974, *Urban History Newsletter*, mantendo a forma de boletim bibliográfico se transforma numa publicação de maior fôlego, o *Urban History Yearbook*. Em 1992 o *yearbook* se transforma no *journal Urban History*⁶.

(4) M.I.T. Press / Harvard University Press.

(5) Londres e Beccles, Edward Arnold (publishers) Ltd. Esse volume foi publicado também nos EUA. Nova York: St. Martin Press, 1968.

(6) Não confundir com o *Journal of Urban History*, publicado nos EUA, comentado mais adiante.

AS QUESTÕES CENTRAIS

São três as questões principais em torno das quais giram o que se poderia chamar de “reflexões fundadoras”: a. o balanço, categorização e análise da produção historiográfica já existente; b. a procura de uma definição do que seria a história urbana, em especial no que diz respeito à sua relação com o resto das ciências sociais; e c. a definição de um programa/agenda de pesquisa. No que diz respeito ao primeiro aspecto (mas também ligado ao segundo), pode-se afirmar a explicitação de uma insatisfação e procura de diferenciação em relação à tradição biografista de gênero antiquarista (enaltecedora do passado). Esse poderia ser apontado como o principal ponto em comum. Mas a produção biografista então existente já não se resumia a esse antigo gênero antiquarista. Já havia a produção de história de cidades aplicando abordagens mais compreensivas. O balanço da produção existente dá conta dessa transformação, mas a contrapõe aos estudos de caráter temático mais geral. O artigo *Agenda for Urban Historians*, de autoria de H. J. Dyos, que faz a abertura de *The study of*

urban history (1968), é bastante revelador de uma determinada visão, não só da produção existente, como de uma agenda de continuidade. Nesse artigo, Dyos identifica duas abordagens possíveis: uma particularista e outra generalista. A primeira delas seria mais identificada com o estudo de casos específicos, a história de cidades. A segunda, como o próprio nome diz, teria como objeto processos mais gerais, organizados em torno de temáticas como o processo de urbanização, o desenvolvimento econômico, a industrialização e o desenvolvimento tecnológico. Existe, por um lado, uma concepção de que a história urbana deveria se organizar mais em torno dessas temáticas generalistas. Por outro lado existe o discurso de que só a análise de casos específicos permitiria o estabelecimento dos nexos causais entre os diferentes aspectos concernentes ao processo de urbanização. Oscar Handlin, o expoente maior dessa posição, chega a afirmar que “*we need fewer studies of city in history than of history of cities*”⁷

No tocante à constituição de um programa de pesquisa, mas também diretamente em conexão com a definição do que deveria ser a história urbana, dois pontos emergem, de forma que se pode considerar consensual: a necessidade de enriquecimentos transdisciplinares e a premência de estudos comparativos. Quanto às contribuições transdisciplinares, elas já faziam parte de uma tendência maior na evolução da ciência histórica. Bruce Stave⁸ menciona que, já em 1890, Albert Bushnell Hart pregava a idéia de uma “nova história” com uma abordagem pluridisciplinar. Essa nova abordagem da disciplina histórica, com grande difusão a partir do que se convencionou chamar de “escola dos Annales”⁹ teve como base dois posicionamentos principais: a idéia de que a “*história se enriquece em temáticas e em métodos provenientes das disciplinas irmãs; até mesmo pelo desaparecimento provisório dos limites disciplinares; e que ela (a história), continua a ser um saber global, ecumênico, reunindo as condições de inteligibilidade máxima dos fenômenos sociais*”¹⁰ É nesse contexto evolutivo da disciplina histórica que surge o espaço para a articulação de constituição da história urbana, à semelhança do que já havia acontecido, por exemplo, com a história econômica, constituída após a Primeira Guerra Mundial e consolidada a partir da Segunda Guerra¹¹ Christopher Tunnard¹², por outro lado, vê a necessidade de uma história urbana exatamente em decorrência de uma negligência dos historiadores (salvo exceções) em relação ao papel da cidade.

Se, por um lado, a necessidade de transdisciplinariedade foi uma questão consensual, o mesmo não pode ser dito em relação à inserção da história urbana em relação ao conjunto da ciência histórica. Duas posições antagônicas se delinearam. De um lado, aqueles que viam na história urbana um campo de conhecimento específico e diferenciado do resto da produção historiográfica. O levar em conta dos processos ligados ao fenômeno urbano complementaria e forneceria elementos explicativos a dimensões não-cobertas pelo conjunto da

(7) The modern city as a field of historical study. In: HANDLIN e BURCHARD. *The historian and the city*. M.I.T. Press / Harvard University Press, 1963, p. 26.

(8) In pursuit of urban history: Conversations with myself and others – A view from the United States. In: FRASER e SUTCLIFFE. *The pursuit of urban history*. Londres: Edward Arnold Ltd. 1983, p. 409.

(9) Em referência à produção do grupo de historiadores ligados à publicação dos *Annales d'histoire économique et sociale*.

(10) FURET, F. *L'atelier de l'histoire*. Paris: Flammarion, p. 9, 1982, citado por LEPETIT, Bernard. La ville: cadre, objet, sujet – Vingt ans de recherches françaises en histoire urbaine. Revista *Enquête*, n. 4, 1996. *La ville des sciences sociales*. Editions Parenthèses, p. 18 (tradução minha).

(11) FRASER e SUTCLIFFE. Introduction. In: FRASER e SUTCLIFFE. *The pursuit of urban history*. 1983, XI p.

(12) The customery and the characteristic: A note on the pursuit of city planning history. In: HANDLIN e BURCHARD. *The historian and the city*. 1963 p. 216-224.

(13) HERSHBERG, Theodore. The new urban history: Towards an interdisciplinary history of the city. *Journal of Urban History*, v. 5, n. 1, nov. 1978, p. 3-40.

(14) SUTCLIFFE, Anthony. Urban history in the eighties: Reflections on the H. J. Dyos Memorial Conference. *Journal of Urban History*, p. 124, fev. 1984. Aliás, nesse aspecto, baseando-se em BURKE, Peter. The Early modern town – Its history and historians: A review article. *Urban History Yearbook*, p. 55-57, 1981. Ainda, referindo-se à concepção de história urbana de Dyos, Fraser e Sutcliffe afirmam: “urban history as a great forum of the historical sciences, a ‘central place’ at which an unsurprisingly variety of disciplines, interests and tendencies could converge” Preface in FRASER e SUTCLIFFE. *The pursuit of urban history*, p. IX-X. 1983.

(15) SUTCLIFFE, Anthony. In search of the urban variable: Britain in later nineteenth century. In: FRASER e SUTCLIFFE. *The pursuit of urban history*, p. 234, 1983.

(16) Em inglês “urban as a site”

(17) Essa afirmação faz parte do texto de uma carta citada por William Diamond em On the Dangers of an urban interpretation of history, historiography and urbanization. In: RONCAYOLO, Marcel e PAQUOT, Thierry, (dir.) *Villes & civilisation urbaine XVIII-XX siècle*. Paris: Larousse, 1992, p. 572.

(18) Publicado na *Mississippi valley historical review*, vol. XXVII, p. 43-66, jun. 1940.

história social. O adjetivo “urbano” não se aplicaria de uma maneira simplista ao objeto cidade. “Urbano” aplicar-se-ia a uma determinada dimensão da história não-explicável nos outros quadros de referência, analogamente à história econômica ou à história cultural¹³ Ainda que não formalmente pertencentes ao grupo de historiadores urbanos, Henri Pirenne e Fernand Braudel encarnavam e exemplificavam uma certa visão que privilegiaria uma dimensão urbana como elemento de explicação do desenvolvimento histórico. Essa posição ficou rotulada como a visão “cidade enquanto processo” Esse rótulo de “processo” advém principalmente da contraposição à antiga abordagem das biografias urbanas, que justamente não levavam em conta processos mais gerais. Segundo algumas interpretações, que à primeira vista não me parecem totalmente justificadas, Jim Dyos ocuparia inclusive uma posição extrema dentro desse “paradigma” Para ele, a perspectiva da história urbana consistiria uma estratégia operacional para uma “história total”¹⁴, um ponto de convergência das contribuições transdisciplinares para a interpretação histórica. Esta seria a criticada abordagem “urban history” Durante os anos 70, Dyos e Reeder, por exemplo, sustentam a existência de uma ligação intrínseca entre a “urban housing economy and Britain’s commercial success”¹⁵, isto é, todo o setor econômico de exploração dos *slums* organicamente inserido na economia de baixos salários.

Em um lado oposto à perspectiva “cidade enquanto processo” alinham-se historiadores e outros cientistas sociais que se interessam pelo urbano apenas enquanto local onde os embates e transformações sociais acontecem. Alguns deles, durante algum tempo, paradoxalmente se intitulavam, eles também, historiadores urbanos. Nessa perspectiva, entretanto, não existiria uma história urbana como um domínio específico. Os fenômenos por ela tratados seriam apenas incidentalmente urbanos. Essa visão recebeu o rótulo de perspectiva “urbano enquanto sítio”¹⁶ Na verdade, esse debate transcende e é anterior à constituição dos grupos de auto-intitulados historiadores urbanos. A divergência possui raízes bem mais profundas e antigas. Esse embate de posições vem acontecendo de maneira declarada, no âmbito da historiografia americana desde, pelo menos, o início dos anos 40. Uma pequena digressão é necessária para o entendimento da evolução das posições. Existia uma corrente da historiografia americana, da qual Frederick Jackson Turner foi um porta-voz, para a qual a chave de compreensão da história desse país não estaria na evolução das colônias atlânticas, mas sim pelo viés da expansão em direção ao oeste. Com a evolução do processo de urbanização, em 1925, Turner julga que teria chegado o momento de uma “reinterpretação urbana da história”¹⁷ Essa incitação foi posta em prática por Arthur Schlesinger nas entrelinhas do seu livro *The rise of the city 1878-1898* e pouco tempo mais tarde como argumento central do artigo “The city in american history”¹⁸ Pois é exatamente contra esse argumento que, em 1941, William Diamond publica o artigo “On the dangers of an urban interpretation of

history, historiography and urbanization”¹⁹ Diamond aponta a falta de uma definição clara do que seria a cidade, e a inconsistência da sua utilização como elemento causal na interpretação do desenvolvimento histórico. As classes sociais teriam um potencial explicativo muito maior do que as condições de cidadão/ou não em relação, por exemplo, às posições políticas ou ao comportamento demográfico (natalidade, mortalidade, etc.). Essa discussão sobre a cidade (e/ou o urbano) como variável independente ou variável dependente é retomada, nos mesmos termos, pelas visões “cidade como processo” *versus* “urbano enquanto sítio”. Dada a importância desse debate na configuração e delimitação do campo de conhecimento da história urbana, ele merece, no âmbito deste trabalho, um detalhamento um pouco maior. Vejamos, então, alguns dos principais protagonistas e seus argumentos.

Um nome de primeira grandeza da crítica à história urbana é o de Philip Abrams, pensador de orientação weberiana que, no artigo “*Towns and economic growth: Some theories and problems*”²⁰, aborda como objeto central essa discussão. Para ele, existiria um equívoco bastante freqüente, principalmente no âmbito da história urbana, mas também corrente na sociologia urbana, aliás ambas verdadeiros “*cemitérios de generalizações sobre a cidade*” (p. 9, tradução minha). O equívoco consistiria na concepção da cidade como uma entidade social *sui generis*. Na verdade, a cidade seria “*a social form in which the essential properties of larger systems of social relations are grossly concentrated and intensified – to a point where residential size, density and heterogeneity, the formal characteristics of the town, appear to be in themselves constituent properties of a distinct social order*” (p. 9-10). Assim como na crítica de Diamond, a origem dessa confusão estaria no próprio conceito de “cidade”. Para exemplificar, Abrams usa a interpretação de Maurice Dobb²¹, para quem a transição do feudalismo para o capitalismo estaria diretamente ligada à emergência de cidades²². A razão do equívoco estaria na identificação, por parte de Dobb, do feudalismo com o sistema de servidão, que teria como consequência a concepção das cidades como corpos sociais alienígenas ao sistema feudal. A transição seria então explicada, por Dobb, como uma relação entre essa *townness* e as relações sociais feudais. Abrams, por sua vez, propõe:

“*The transition from feudalism to capitalism ceases to be a change explained in terms of the rise of towns and is steadily more explicitly a matter of the struggle of different groups within the feudal order to dominate small-scale production and to appropriate the profits of trade. Particular towns are the political setting for particular versions of this struggle. The distinctive outcome of the struggle is explained not by the nature of the town but by the working-out of the contradiction between the social division of labour and the productive division of labour permeating feudalism as a whole and merely realized most acutely in the relatively concentrated social world of the town.*”²³

(19) *Essays in american history*, Baltimore, 1941. Republicado por RONCAYOLO, Marcel e PAQUOT, Thierry, (dir.) *Villes & civilization urbaine XVIII-XX siècle*. Paris: Larousse, 1992, p. 564-577.

(20) ABRAMS, P. e WRIGLEY, E. A. *Towns in societies: Essays in economic history and historical sociology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978, p. 9-33.

(21) *Studies in the development of capitalism*. Nova York: International Publishers, 1963, p. 33-127.

(22) “*so far as the growth of the market exercised a disintegrating influence on the structure of feudalism and prepared the soil for the growth of forces in which were to weaken and supplant it, the story of this influence can largely be identified with the rise of towns*” (p. 70, citado por Abrams, op. cit., p. 11).

(23) Op. cit., p. 13.

A mesma crítica aplica-se à interpretação do mesmo período histórico por parte de Fernand Braudel, para quem o desenvolvimento econômico do mundo ocidental estaria diretamente ligado ao caráter fechado de suas cidades: *"the towns caused the West to advance"*²⁴ O contra-argumento de Abrams:

*"It was not really the towns that caused the West to advance but the peculiar inability of western feudalism to prevent these people from maximizing their advantages which they did typically within the institutional form of the closed town. The move from open to closed towns was a move to consolidate the power of such groups against feudal and landed authorities and against the artisans and labourers within towns. Both internally and externally the town is an institutional expression of power."*²⁵

Idêntica crítica provém também da historiografia marxista. E. J. Hobsbawm, no famoso artigo *"From social history to the history of society"*²⁶, questiona o potencial da história urbana como paradigma explicativo da mudança social. Outra referência importante, também na mesma linha crítica, é o artigo de R. H. Hilton *"Towns in english feudal society"*²⁷ questionando a interpretação de Henri Pirenne de que as cidades seriam a antítese e fator de desagregação da sociedade feudal²⁸ Enfim, existe toda uma linha de questionamento, não só em relação à história urbana, mas de todas as análises de processos sociais que empregam o urbano como categoria de análise. Uma contribuição, historicamente importante, inclusive porque bastante lida e discutida, se bem que exterior ao universo anglofônico, provém de Jean-Claude Perrot. Esse historiador francês apresenta uma posição com sensíveis nuances em relação ao embate de posições *"cidade enquanto processo"* / *"urbano enquanto sítio"* A sua concepção de cidade é a de um observatório privilegiado dos fatos sociais. Segundo ele:

*"... la considération des faits urbains est un moyen, parmi d'autres, de faire au jour de l'histoire des rapports sociaux imprécis dans la conscience de ceux qui les vivent ... Bien sûr, les villes ne sont pas d'abord l'agent de révolutions dont les eaux mères viennent des profondeurs de l'économie, de la démographie, des mutations techniques et des décisions politiques. Mais entre les causes et les effets, les agglomérations occupent un croisement privilégié: d'une certaine manière, leur influence échappe à la saisie des consciences contemporaines, d'une autre au contraire, les transformations urbaines contribuent, quand il faut, à déchirer l'apparence de la société d'ordres, dévoilant les traits réels des groupes sociaux ..."*²⁹

(24) *Capitalism and material life*, p. 439-440, citado por ABRAMS, op. cit. p. 24.

(25) *Ibid.*, p. 25.

(26) FLIN, Michael Walter e SMOUT, T. Christopher (Eds.). *Essays in social history*. Oxford, Clarendon Press, 1971, p. 20-45.

(27) *Review*, vol. III, 1979, p. 3-20.

(28) SUTCLIFFE, Anthony. op.cit. 1983, p. 235.

(29) "Rapports sociaux et villes au XVIII^e siècle". *Annales E. S. C.* n. 2, mar.-abr. 1968. Republicado In: RONCAYOLO, Marcel et PAQUOT, Thierry. *Villes & civilization urbaine XVIII-XX siècle*. Paris: Larousse, 1992, p. 47 e 52.

A ‘NEW URBAN HISTORY’

Se do lado europeu apontou-se como fato desencadeador da “constituição da história urbana” a formação do “grupo de Leicester” no lado americano, ainda que não partindo das mesmas opções conceituais, esse papel coube ao grupo e determinada “visão” conhecidos como “*New Urban History*”. O evento de “fundação” nesse caso, foi a “Conferência Nineteenth Century Industrial City” organizada na Universidade de Yale (New Haven – EUA) por Richard Sennett e Stephan Thernstrom, em 1968. A publicação ligada ao evento e que serve de referência para essa abordagem em história urbana intitula-se *The nineteenth century city: Essays in new urban history*³⁰, cujos editores são exatamente Sennett e Thernstrom. É importante ressaltar que, tanto no caso britânico quanto no americano, esses eventos não estão iniciando a produção historiográfica urbana, que obviamente lhe é anterior, mas principalmente articulando a constituição de paradigmas, no sentido kuhniano do termo, isto é, estabelecendo referências teóricas comuns, procedimentos metodológicos, associações, publicações, etc.³¹ A história urbana concebida no âmbito do grupo “*new urban history*” parte de uma perspectiva marcadamente sociológica e claramente identificada com a abordagem “urbano enquanto sítio”. Nestes aspectos, ela pode ser considerada como diametralmente oposta à orientação do “grupo de Leicester” cujas afinidades e passado disciplinar eram muito mais ligados à ciência econômica e à história econômica, e cuja concepção de história urbana era declaradamente “cidade como processo”. Os principais pontos que caracterizaram esse grupo americano são: a procura do estabelecimento de “pontes” entre os dados históricos e outras disciplinas das ciências sociais, em particular com a teoria sociológica; a aplicação de abordagens quantitativas; e o interesse por aspectos das experiências cotidianas. Os primeiros anos foram de grande entusiasmo e as pesquisas se concentravam principalmente sobre a temática da mobilidade social e geográfica³². Alguns anos depois, as grandes expectativas pareciam não ter sido correspondidas pelos resultados. As inúmeras críticas a essa abordagem concentraram-se principalmente na pobreza das contribuições no tocante à explicação sobre o contexto dos comportamentos analisados. Os fenômenos de mobilidade eram apresentados com pouca ou nenhuma relação com o entorno urbano. A “*new urban history*” foi muito pouco urbana³³. A sua principal contribuição foi no sentido de fazer essa transferência de procedimentos metodológicos da sociologia para o âmbito urbano, ainda que o objeto não fosse tão urbano quanto se esperaria. Esse legado metodológico serviu, por exemplo, de base ao importante projeto coletivo de pesquisa que foi o Philadelphia Social History Project. Sob a liderança de Hershberg, esse projeto investigou, num contexto de industrialização, o desenvolvimento metropolitano, e os comportamentos de diferentes subgrupos sociais em relação a variáveis como

(30) New Haven e Londres: Yale University Press, 1969.

(31) KUHN, Thomas S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

(32) HERSHBERG, op. cit., 1978.

(33) Tornou-se emblemática a esse respeito uma entrevista de Stephen Thernstrom a Bruce M. Stave no *Journal of Urban History*, na qual ele renuncia não só ao rótulo de historiador urbano como a própria existência de uma nova história urbana (HERSHBERG, op. cit., 1978).

(34) HERSHBERG op. cit., 1983.

(35) *Urban History Newsletter* foi publicado pela primeira vez em 1962.

(36) Citado por BLUMIN, Stuart M. City limits: Two decades of urban history in JUH. *Journal of Urban History*, v. 21 n. 1, nov. 1994, p. 7-30.

(37) Que em 1992 sucedeu o *Urban History Yearbook*, que por sua vez, em 1974, havia sucedido *Urban History Newsletter*.

(38) Dentre as exceções, são de especial interesse para os leitores brasileiros o artigo de MORSE, Richard, Brazil's urban development – Colony and empire, v. 1, n. 1 (nov. 1974) p. 39-72; o de SOCOLOW, Susan e JOHNSON, Lyman, Urbanization in colonial Latin America, v. 8, n. 1 (nov. 1981) p. 27-59; o de GREENFIELD, Gerald Michael, New perspectives on latin american cities, v. 15, n. 2 (fev. 1989), p. 205-214; e o de ARMUS, Diego e LEAR, John, The trajectory of latin american urban history, v. 24, n. 3 (mar. 1998), p. 291-301.

(39) No caso do JUH: BROWNELL, Blaine A. "After ten years: An editorial". *Journal of Urban History*, v. 11, n.1, nov., p. 3-7; e BLUMIN, Stuart M. City limits: Two decades of urban history in JUH. *Journal of Urban History*, v. 21, n. 1 nov., p. 7-30. No caso do UHN/UHY/UH, BLOOMFIELD, Elisabeth, *The urban history yearbook – Interdisciplinary forum or indispensable research toll. Urban History Review/Revue d'histoire Urbaine*. v. XVI, n. 1, jun./jul. 1987 e RODGER, Richard. *Urban history: Prospect and retrospect, Urban History*, v. 19, part 1, p. 1-44, 1992.

(40) Edward Arnold Ltd., Londres.

localização industrial, residência, transporte e equipamentos. A importância desse projeto, além do seu caráter coletivo (num período em que a maior parte das pesquisas se desenvolvia de forma individual), foi o emprego de instrumentos de análise informatizados podendo estabelecer conexões entre organização espacial e relações sociais, eventualmente contrariando teorias então existentes³⁴.

O JOURNAL OF URBAN HISTORY

Possivelmente tanto quanto ou até mais importante que a “*new urban history*” na constituição e difusão da história urbana americana foi o papel do *Journal of urban history*. Ele apareceu em 1974, isto é, significativamente mais tarde que o seu correlato britânico³⁵. Um detalhe de considerável importância é que o JUH, desde o seu princípio, procurou manter um distanciamento estratégico em relação à “*new urban history*”. Em meados da década de 70 já se desenhavam claras as limitações dessa abordagem. No seu primeiro editorial Raymond Mohl explicitava o perfil da publicação: “*studies of small or narrow fragments of the urban experience ... only if they are clearly and strongly related to a broader context*”³⁶. Isso era um aviso de interdição às “limitadas e estreitas” pesquisas de mobilidade desenvolvidas pela *new urban history*. JUH, assim como *Urban History*³⁷ apesar de se pretenderem internacionais, têm uma cobertura geográfica tanto em relação à origem das contribuições quanto às temáticas abordadas, significativamente restritas aos respectivos países de publicação. No caso do UH, esses limites se estendem ao Commonwealth; já JUH apresenta uma visão de história urbana mais estritamente americana³⁸. Já existem alguns artigos que fazem balanços dessas duas publicações periódicas³⁹ que continuam a ser as duas mais importantes em história urbana e únicas de difusão internacional.

A HISTÓRIA URBANA NOS ANOS 80

O principal marco desse outro período aconteceu logo no ano de 1980. Foi a “Dyos Memorial Conference” inicialmente sob organização do próprio Dyos que, ao falecer, foi substituído por Derek Fraser e Anthony Sutcliffe. A importância do evento deve-se tanto ao seu caráter internacional quanto ao caráter de avaliação do estado da arte após cerca de 20 anos de articulações pró-consolidação da história urbana como campo de conhecimento. Aconteceu em Leicester e teve um impacto comparável ao do encontro de 1966. A publicação correspondente, *The pursuit of urban history*⁴⁰, só veio a ser editada em 1983, sob responsabilidade de Fraser e Sutcliffe, e o conteúdo não coincide exatamente com o programa da conferência. Essa obra, conjuntamente com o artigo de Sutcliffe sobre o

evento⁴¹ quatro anos depois, constituem, a nosso ver, fontes fundamentais para a compreensão das perspectivas e balanços feitos não exatamente sobre, mas durante os anos 80. São, a nosso ver, três as temáticas principais que aparecem nas discussões epistemológicas, nesse período: a. um aprofundamento da discussão sobre a transdisciplinariedade e a necessidade de estudos comparativos; b. um foco sobre a organização institucional da pesquisa (necessidade de projetos coletivos); e c. reflexões sobre a experiência da “*new urban history*” e as abordagens quantitativas.

O tom geral dos artigos que procuram fazer o balanço das quase duas décadas anteriores de produção historiográfica é de franca decepção em relação às expectativas da década de 60. Bédarida⁴², por exemplo, menciona especificamente o caráter disperso e desconexo dessa produção que, apesar de crescente, careceria de obras de síntese. Hershberg⁴³, por sua vez, expressa a sua decepção em relação à questão da transdisciplinariedade⁴⁴. A sua interpretação envereda pelo âmbito da sociologia das ciências. Para ele, as dificuldades são de ordem ideológica, cultural, psicológica, assim como decorrentes de fatores estruturais. A própria institucionalização das disciplinas que, se por um lado potencializou avanços devidos à especialização, também criou barreiras. A formalização das disciplinas⁴⁵ implicou a estruturação das universidades em departamentos. No caso americano, o sistema de recompensas (no âmbito universitário) privilegiaria os empreendimentos individuais. Daí as dificuldades de síntese. A problemática não seria tanto de especialização, mas principalmente de isolamento. No caso das pesquisas aplicadas e das *hard sciences*, haveria uma natural interdependência e cumulatividade entre disciplinas irmãs. No caso das ciências humanas existiria uma valorização da criatividade, e conseqüentemente um isolamento. Daí a ênfase na necessidade de projetos colaborativos. Durante os anos 80 existe uma formulação bastante clara da necessidade desses projetos. Eles são ao mesmo tempo uma solução à questão da transdisciplinariedade e à necessidade dos estudos comparativos.

Apesar de um certo tom de desilusão, os anos 80 foram, no âmbito da história urbana, bastante profícuos. De um lado estavam bastante digeridas as críticas feitas às abordagens quantitativistas americanas. Após a “ressaca” em relação à “*new urban history*” a experiência da Philadelphia Social History Project apresentava resultados interessantes, mas dificilmente poderia servir como modelo geral: recursos financeiros e humanos vultosos concentrados apenas numa cidade⁴⁶. A produção historiográfica urbana inglesa continuou a ser a mais globalizante e multifacetária. Mas durante a década em questão, emergiu uma considerável produção tanto francesa quanto alemã. No caso da primeira, o principal traço foi o da conjunção história urbana/história social, numa posição quase inversa ao que ocorrera na Grã-Bretanha. Cabe especial menção, também, por se tratar de um projeto coletivo e de peso, a publicação de *Histoire*

(41) Urban history in the eighties: Reflexions on the H. J. Dyos Memorial Conference. *Journal of Urban History*. v. 10, n. 2, fev. 1984, p. 123-144.

(42) The French approach to urban history FRASER e SUTCLIFFE. *The pursuit of urban history*. 1983, p. 397.

(43) FRASER e SUTCLIFFE. The future of urban history, op.cit., 1983, p. 428-448.

(44) Hershberg faz uma diferenciação: multidisciplinariedade (preservação do paradigma disciplinar) diferenciar-se-ia de interdisciplinariedade (utilização de variáveis explicativas provenientes de outras disciplinas). Ele indica, para um aprofundamento da questão, um outro texto seu: “Prologue and epilogue” In: HERSHBERG, Theodore. *Philadelphia: Work, space, family and group experience in the nineteenth century. Essays towards an interdisciplinary history of the city*. Nova York: Oxford University Press, 1981.

(45) Apenas a título de curiosidade reproduzimos a informação referente às datas de institucionalização de algumas disciplinas nos EUA, conforme apresentadas por Hershberg (op. cit., p. 431): história, 1884; economia, 1885; ciência política, 1903; e sociologia, 1905.

(46) STAVE, Bruce M. op.cit., 1983, p. 424.

(47) Paris: Éditions du Seuil.

(48) PINOL, Jean-Luc. *Le monde des villes au XIX siècle*. Paris: Hachette, 1991, p. 6-8.

(49) BÉDARIDA, op.cit., 1983.

(50) FRASER e SUTCLIFFE. Introdução, *The pursuit of urban history*. (p. XXVIII), 1983.

(51) LEES, Lynn Hollen (1994). The challenge of political change: Urban history in the 1990. *Urban History*, v. 21, p. 1, abr. 1994, p. 7-19.

(52) Por exemplo, o *Ontwikkeling van de Stad*, Hilversum-Holanda, 1992 (LEES, op.cit., 1994); ou ainda o notável projeto “Atlas histórico de las ciudades europeas”, coleção publicada em diferentes línguas sob iniciativa do Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona.

(53) Só revistas especializadas elas já eram, ao final dos anos 80: sete na Áustria, cinco na Grã-Bretanha, quatro na Itália e dois na Bulgária, conforme listagem apresentada no âmbito da pesquisa/publicação ENGELI, C. e MATZERATH, H. *Modern urban history research in Europe, USA and Japan: A handbook*. Oxford (UK), Berg Publishers, 1989. (citação de LEES, op.cit, p. 7, 1994).

(54) RODGER, Richard. Urban history: Prospect and retrospect. *Urban History*, v. 19, part 1, abr., 1992, p. 9.

(55) Por exemplo, RODGER, R. *European urban history*. Leicester e Londres, 1993; também é o caso de BIGET, Jean-Louis e HERVÉ, Jean-Claude, *Panoramas urbains: Situation de l'histoire des villes*. Fontenay/Saint-Cloud, E. N. S. Editions; ou ainda ENGELI, Christian e MATZERATH, Horst, *Modern urban history research in Europe, USA and Japan: A handbook*. Oxford (UK): Berg Publishers. A propósito, esta última obra apresenta, em

*de la France urbaine*⁴⁷ em cinco volumes, entre 1980-85. Consolida-se também uma produção alemã, principalmente, centrada na história das administrações locais, abordagens econômicas, demográficas e de história do cotidiano⁴⁸.

De uma maneira geral, a década de 80 foi também marcada por uma diminuição das ambições e pretensões em relação ao potencial explicativo da história urbana. Após as consistentes críticas dos anos 70, uma *interpretação urbana da história* era já vista com maior precaução. Um outro traço geral é o do aumento das contribuições provenientes da sociologia. Outro fato a ser apontado é o da manutenção do peso hegemônico das biografias urbanas. Já não mais na antiga tradição de isolamento, mas sim contextualizadas⁴⁹ Elas continuam, entretanto, vistas como obras menores, como etapa cabível para historiadores juniores⁵⁰

A HISTORIOGRAFIA URBANA NOS ANOS 90

Seguindo uma tendência já delineada nos anos 80, a história urbana produzida na Europa nos anos 90 caracterizou-se por um grande dinamismo e proficuidade⁵¹ No âmbito das ações cooperativas, tão preconizadas anteriormente, os avanços continuaram notáveis: projetos de pesquisa⁵², publicações⁵³, constituição de associações nacionais e de redes associativas, notadamente a Associação Européia de Historiadores Urbanos. Esse dinamismo europeu, segundo Lees, contrasta com o quadro norte-americano no qual a história urbana continuaria a ser uma atividade marginal (p. 8). Há avanços na antiga questão da transdisciplinariedade, no entanto, existe também um reconhecimento de que se trata de um empreendimento mais difícil do que poderia parecer: “... *few were sufficiently promiscuous intellectually as to sample the methodological and theoretical delights drawn from the wide range of interdisciplinary possibilities available.*”⁵⁴

Apesar da efervescência da produção, existe uma constatação da raridade das ações de síntese. Mesmo as obras que adotam uma perspectiva comparativa são organizadas sob forma de coletâneas, em que as contribuições continuam circunscritas às barreiras nacionais⁵⁵ Curiosamente, as principais obras que conseguiram essas análises mais globais são quase todas produzidas nos EUA⁵⁶ A transcendência da dimensão local continua a ser um dos grandes desafios, aos olhos das análises existentes sobre os anos 90. Como pudemos acompanhar, desde os anos 60, as biografias urbanas têm sido uma temática constante das reflexões sobre a produção historiográfica urbana. A evolução do olhar e das posições sobre essa modalidade historiográfica é reveladora das transformações das concepções metodológicas e epistemológicas sobre a história urbana. Para Dyos, as histórias de cidades eram uma espécie em perspectiva de extinção: “*The*

anexo, uma interessante e vastíssima seção bibliográfica (336 páginas) organizada, ela também, por países com subdivisões por tipo de produto e por temática. A subseção final, após todos os países, é dedicada às pesquisas comparativas internacionais.

(56) Por exemplo, HOHENBERG e LEES, *The making of urban europe, 1000-1950*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1985, 416p.; VRIES, Jan, *European Urbanization, 1500-1800*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1984, p. 298; MOCH, *Moving europeans: Migration in western Europe since 1650*. Blooming, 1992; As exceções são BAIROCH, *De Jéricho à Mexico: Villes et économie dans l'histoire*. Paris: Gallimard 1985; e PINOL, *Le monde des villes au XIXe siècle*. Paris: Hachette (Citação de LEES, op.cit., p. 9, 1994).

(57) Editorial do *Urban History Yearbook*, p. 3, 1975.

(58) FRASE e SUTCLIFFE. Introdução. *The pursuit of urban history*, p. XXVIII, 1983 (redação minha).

(59) Op.cit., p. 9.

(60) RODGER, R. op. cit., p. 8, 1992.

(61) LEES. op. cit., p. 11, 1994.

(62) RODGER, R. op. cit., 1992.

day of the individually posed idiosyncratic study of a town that has no particular analytical propose ... is now on the wane”⁵⁷ Posteriormente, durante a década de 80, em face da constatação da sua sobrevivência e vitalidade, Fraser e Sutcliffe consideram-na como “produção cabível para historiadores juniores”⁵⁸ Já nos anos 90 as análises são mais elaboradas. De um lado, ao constatar que as biografias continuam a constituir a maior parte da produção exterior aos projetos coletivos, Lees⁵⁹ interpreta o fato como uma consequência da estrutura da pesquisa acadêmica, enquadrada em programas individuais com prazos limitados. As formas combinadas de biografias urbanas com abordagens regionais teriam o mérito de atrair um público não-especializado. Haveria também uma razão metodológica inerente à própria disciplina histórica, naturalmente mais ligada às fontes e consciente dos riscos das generalizações. Ele propõe, entretanto, estratégias de transcendência: estudos comparativos a partir de tópicos específicos ou o estudo de redes de cidades. Richard Rodger, por sua vez, apresenta uma visão um pouco mais positiva. Para ele *... urban biographies provide the empirical bedrock for systematic analyses of the processes at work within towns and cities*”⁶⁰ Além do mais, elas seriam uma modalidade de história urbana mais pertinente às abordagens antropológicas e etnográficas. Aliás, as abordagens culturalistas de forma geral, assim como as contribuições metodológicas provenientes das análises de linguagem constituiriam uma das marcas vislumbradas nos anos 80 e aprofundadas nos anos 90⁶¹

Quanto às perspectivas de desenvolvimento, Richard Rodger⁶² vê na fragmentação de interesses um risco de empobrecimento da história urbana. Fragmentação pela constituição de grupos ligados a temáticas específicas, como por exemplo, períodos históricos de interesse, ou então grupos especificamente interessados em história do planejamento/urbanismo ou os grupos de morfologia urbana.

“Associational autonomy does not always ensure virility, as a cursory glance at curbs and societies in the eighteenth or nineteenth century reveals, and sterility may confront twentieth-century ones too. Below a minimum threshold population many species, both scholarly as well as in the natural world, become non-viable.” (p. 11); *“This urban pathology, the dissection of the tissue of the city, concentrated as it is with the detailed workings of a single part has cared little for the interactions with the urban body as a whole. For them, the city is essentially an adjunct to the stydy.”* (p. 8)

Essa crítica é curiosamente parecida com as reprovações à abordagem “urbano enquanto sítio” em que o objeto era apenas acidentalmente urbano. Na verdade, ela, em parte, provém de uma antiga tentação de constituição de um saber total sobre o objeto, enriquecido pelas diferentes contribuições. Em várias passagens, na evolução dos estudos urbanos pode-se assistir à emergência de tentativas de formulação desse saber total, eventualmente de uma teoria geral

sobre o urbano. Essas tentativas sempre fracassaram. O campo de interesse do urbano e da cidade, pela sua própria complexidade e pluridimensionalidade, necessariamente abarcam diferentes modalidades historiográficas. Eventualmente, a constituição de fóruns especializados pode ser a trajetória que mais propiciará o avanço do conhecimento. A apreensão de um objeto tão multifacetário como o urbano implica necessariamente a adoção de perspectivas privilegiadas. Nesse sentido, sempre haverá, a nosso ver, sob o rótulo de “história urbana” várias modalidades historiográficas, eventualmente constituindo saberes específicos.

Luís Octávio da Silva

Urbanista, mestre em Administração Pública (FGV-São Paulo), doutorando em Estudos Urbanos (Université du Québec à Montreal-Canadá) e bolsista da Capes (Brasília/Brasil).

INC DA do Rio dos Bar
IA DO Capital de Vill

itar no anno d

ERÇA FEIRA 12 DE
DE MATT
DE MEL
ERES.

contada da Illu

criptão da

re S. João em

em forma de bñ

min pousante

re S. João em

em forma de bñ

min pousante

re S. João em

em forma de bñ

min pousante

re S. João em

em forma de bñ

min pousante

re S. João em

em forma de bñ

min pousante

re S. João em

em forma de bñ

min pousante

re S. João em

em forma de bñ

min pousante

re S. João em

em forma de bñ

min pousante

re S. João em

em forma de bñ

min pousante

re S. João em

em forma de bñ

min pousante

de y
eos Milician-

Mm.

ad da Procla-
habitantes da

foi logo pu-
ois sera in-

Gazeta pro-
operarios na

Palacio do
arissimo e

irane—Frei-
mes da Sil-

po Jore de

ino Sñr.

n unica em

for-mos d

Brazileira

ta Cidade,

no C
V S
maior
Villa
dispo
dita
denoi
antes

Gove
da S
neze

DE CAI

na gcein di

quinto do

de disse

de Sñr

ERAL

5 | IN *Me*MORIAM

MILTON SANTOS

Maria Angela Faggin Pereira Leite

226

pós-

“Caminho por uma rua
que passa em muitos países.
Se não me vêem eu vejo
e saúdo velhos amigos...”

Canção Amiga – Carlos Drummond de Andrade

Milton Santos voltaria a Salvador para escrever um livro sobre a capital baiana, encomendado por sua atual editora, planejava estar lá por um tempo, sentir a cidade e andar por suas ruas. Ver as pessoas, dizia, é imprescindível quando queremos entender as relações de amor ou de desamor que elas têm com o lugar em que vivem. E é, também, por meio delas, continuava, que o lugar ganha sentido, porque quem faz a cidade são seus habitantes e não seus objetos.

Milton conhecia muitos lugares e muitas pessoas. Seu sorriso sincero e sereno, medida de sua generosidade, era também a medida desse conhecimento. Suas andanças pelo mundo não lhe conquistaram apenas os horizontes largos e o pensamento claro e coerente, mas trouxeram-lhe, também, a determinação de compartilhar suas certezas e suas dúvidas e, partindo delas, chegar às perguntas essenciais que vivem à espera de formulação. Para ele, *“o verdadeiro intelectual acredita naquilo que encontra, acredita em suas descobertas, está seguro da verdade e, por isso, pode ficar só. E é por ficar só que ele encontra seguidores”*. Torna-se um mestre.

O número de discípulos não é revelador dos méritos intelectuais de um mestre. Quantidades são acumulações de pouco valor e, por isso, pouco dizem sobre sua grandeza. O que expõe sua generosidade e sua obstinação pela busca, pela compreensão, pela reflexão são as possibilidades concretas de criação que o mestre percebe e incentiva em seus discípulos. Essa é a verdadeira tarefa de um intelectual e é na universidade pública que ela deve se abrigar para permitir que se construa o futuro de um país.

Em 1987, ao receber o título de doutor *honoris causa* da Universidade Federal da Bahia, Milton, certamente com a voz forte e severa que o distinguia, afirmou: *“Quando nos separamos, ou melhor, quando fomos mantidos separados não fui eu quem traiu os ideais da Universidade, não fui eu. Foi a Universidade que se abandonou, renegando suas raízes, desprovendo-se do presente, por haver alienado seu futuro.”*

Naquele momento, e durante toda a sua vida, a defesa intransigente da universidade e, principalmente, da universidade pública e indiscriminadamente acessível a todos, repousava na convicção de que, mais do que uma tarefa, a democratização do conhecimento é uma necessidade imperiosa para o intelectual, no sentido mais bonito que essa palavra possa acolher.

Milton Santos foi um intelectual revolucionário e, como tal, não contrapunha a ternura ao rigor, mas os entrelaçava cuidadosamente para permitir o desenvolvimento do que de mais precioso existe em cada um de nós: a solidariedade, a compreensão, a generosidade.

INC DA
IA DO

lo Rio dos Bar

Capital do Brasil

São Paulo,

uma outra, dei

ito de vista

ERÇA FEIRA 12 DE

DE MATTA

tá falida A

DE MEI

de esfera

ERES e não casual;

de debate

contada da Ilu

de debate

ao Paulo

Musica

E VII

A PA

IO DESIGN

A disciplina

o objeto

o edificio

1 - história

Há também u n

ino São

na vida em

Brazileira

la Cidade,

de São

BRAL

Há também u n

6 | *re*SENHA

BRAZIL, REIDY E A ARQUITETURA BRASILEIRA DO SÉCULO 20: DOIS MODERNOS MARCANTES

BONDUKI, Nabil (Org). *Affonso Eduardo Reidy*. Lisboa, Portugal: Editorial Blau; Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 2000, 216p. (il.).

CONDURO, Roberto. *Vital Brazil*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2000. 126p. (il.).

Sheila Walbe Ornstein

Vice-diretora, professora titular do Departamento de Tecnologia da Arquitetura da FAUUSP e pesquisadora sênior do Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – NUTAU/USP.

As editoras Cosac & Naify e a portuguesa Blau, associada ao Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, no ano passado, brindaram-nos com duas obras muito cuidadosas a respeito dos arquitetos modernos Affonso Eduardo Reidy (1909-1964) e Álvaro Vital Brazil (1909-1997). Ambos cursaram arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro, na mesma época (Reidy no período 1926-1930 e Brazil no período 1929-1933, sendo que este último também cursou paralelamente engenharia civil na Escola Politécnica). Receberam, portanto, influências socioeconômico-políticas, além daquelas referentes aos princípios da arquitetura moderna, discussões estas efervescentes na Europa (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAM) e no país (Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB), muito próximas e semelhantes.

As idéias, os projetos e as obras edificadas desses dois arquitetos, agora criteriosa e cronologicamente registradas a partir das pesquisas de Bonduki (Reidy) e de Conduro (Brazil), são peças fundamentais no quebra-cabeça da arquitetura brasileira do século 20, faltantes até o momento para a melhor compreensão da nossa boa arquitetura moderna.

Nesta resenha conjunta, não se pretende fazer comparações críticas em relação à obra de ambos, mas sim, destacar a importância de suas atividades profissionais aos graduandos e pós-graduandos em arquitetura e aos estudiosos da arquitetura moderna e do seu impacto na construção e na transformação de nossas cidades nos últimos 80 anos. De fato, embora Reidy e Brazil tenham gerado seus exemplos mais expressivos de arquitetura, na mesma época, tiveram trajetórias distintas de vida. Reidy, apesar da morte prematura (aos 55 anos), desenvolveu prioritariamente projetos de toda a ordem (dos edifícios aos espaços públicos) relevantes para a cidade do Rio de Janeiro e a sua qualidade urbana. Brazil, por sua vez, apresenta projetos – especialmente de edifícios – em muitas cidades brasileiras, mas um conjunto de obras mais contido, embora marcado pela qualidade arquitetônica.

Em ambos os casos, é reconfortante para nós ainda poder constatar *in situ*, vários dos belos exemplos relacionados nos livros. Provavelmente, por se tratarem de

obras do século 20 – portanto relativamente recentes – e talvez por receber algum tipo de manutenção do poder público ou de seus proprietários, em vários casos ainda não estão sujeitos à degradação *acelerada* visível e muito freqüente nas nossas cidades. Enfim, são, ainda, em várias circunstâncias, convites à visita, especialmente a gerações de arquitetos formados nas últimas três décadas, como esta resenhadora, para quem muitas delas fazem parte das memórias de infância sobre a vida em grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro.

Dentre as obras de Reidy, o trabalho de Bonduki destaca:

1936-1942 – a participação na equipe projetista do edifício do Ministério da Educação e Saúde, liderada por Lúcio Costa (Rio de Janeiro); 1946 – projeto do Conjunto Residencial Pedregulho; participação como urbanista, ao final da década de 40, da equipe projetista do aterro e Parque do Flamengo, sob a liderança da arquiteta Maria Carlota de Macedo Soares; 1953 – Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, no Aterro do Flamengo (ver também literatura complementar, a obra de Nobre sobre a engenheira Carmen Portinho); chama ainda a atenção os planos urbanísticos e os projetos para conjuntos habitacionais, desenvolvidos por Reidy, como servidor público da cidade (Distrito Federal) do Rio de Janeiro.

Dentre as obras de Brasil, o trabalho de Conduro destaca:

1936 – o Edifício Esther, junto à praça da República em São Paulo, com seu programa misto, incluindo lojas, salas para escritórios e consultórios e apartamentos de vários tamanhos; 1942 – Edifício-sede do Instituto Vital Brazil (pai do arquiteto e no início do século 20, diretor do Instituto Butantã); 1943 – abrigos para o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores, para a Amazônia – SEMTA, os quais foram construídos em situação emergencial, com os materiais disponíveis na região como a palha de babaçu, de carnaúba, ou buriti; 1953 – Edifício Silvestre, Rio de Janeiro, residencial de três pavimentos, apoiado sobre pilotis, em terreno de grande declividade e passarelas de acesso; 1958 – Edifício Tiradentes (sede do Banco da Lavoura de Minas Gerais), Recife, afastado das edificações vizinhas e com quebra-sóis constituídos de grelhas fixas de concreto; 1964-1974 – Estaleiro da EMAQ (Engenharia e Máquinas S.A.), situado em aterro na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro. Neste caso, chama a atenção a qualidade das obras no que diz respeito à apropriação do partido arquitetônico e do partido estrutural, bem como as preocupações específicas do arquiteto com as condições locais de conforto térmico.

Em um momento em que a arquitetura contemporânea brasileira passa por um longo período de transição, no qual as influências nacionais, regionais e as internacionais resultam em bons e maus exemplos edificados, nem sempre significando qualidades arquitetônica e urbanística irrepreensíveis e que são implantados em cidades, cujos limites da formalidade são pouco conhecidos ou considerados, a oportunidade de estudar de modo sistemático as obras de Reidy e Brasil – cujos partidos arquitetônico e urbanístico levam em consideração a qualidade de vida dos habitantes da cidade e dos usuários dos espaços públicos e privados – é muito bem-vinda.

Para *leitura complementar*, segue um conjunto de obras recentemente publicadas que não só resgatam a arquitetura moderna em distintas cidades brasileiras, mas também a arquitetura moderna portuguesa. Esta última sofreu grande influência da primeira. É importante destacar, no entanto, que esta lista não tem a pretensão de ser exaustiva, mas apenas complementar a resenha, demonstrando a repercussão dos princípios da arquitetura moderna, não em cidades como São Paulo e no Rio de Janeiro, mas também em outras, época de porte menos expressivo no contexto urbano nacional, como o caso dentre outros, de Londrina, Pelotas e Campo Grande. Estas obras, várias vezes contextualizam os exemplos, projetos e edifícios em termos socioeconômico e político, muitas vezes descrevem as tipologias e tecem análises críticas.

ALBUQUERQUE, Roberto Portugal. *Caderno dos riscos originais: Projeto do Edifício da FAUUSP na Cidade Universitária*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1998.

ARTIGAS, Rosa (Org.). *Paulo Mendes da Rocha*. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.

ARTIGAS, Vilanova. *Caminhos da arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1999.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais – Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de Minas Gerais, 1998.

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de, SCHLEE, Andrey Rosenthal. *100 imagens da arquitetura pelotense*. Pelotas, Rio Grande do Sul: Pallotti, 1998.

NOBRE, Ana Luiza. *Carmen Portinho*. Rio de Janeiro: Relume Dumaré Editora e Prefeitura do Rio, 1999 (Perfis do Rio).

SEGAWA, Hugo. *Arquitetura no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

SHIMBA, Otavio Yassuo, UREN, Flávio Henrique da Rosa. *Londrina cidade cenário*. Londrina, Paraná: Midiograf, s.d.

TOSTÕES, Ana, BECKEN, Annette, WARG, Wilfried. *Arquitectura do século XX: Portugal*. Frankfurt, Alemanha: Deutsches Architektur – Museum, Prestel, 1998.

TOSTÕES, Ana. *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*. Porto, Portugal: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1997.

gências do IAPS
Urbanismo,
a modernidade
simo, Universidade

ativismo inventado
dade de São Paulo
Dissertação

se período é um período
parece que a vontade é de
ação de gente formada sob
dos anteriores que se
especialmente tipo Artigas,
se de Melo⁵ etc., são
para chegar, onde

todas, cas
em que o
grande pr
para um
diante d:
processo
inicial

INC DA IA DO

do Rio dos Bar
Capital do Brasil
Eu não escuto
tar no meio
a que nos co

São Paulo,
MINTA MEN
ito de vista

ERÇA PEIRA 12
aduação da FAUSP
rana de Veículos

DE MEI
FAUSP
e não

da falida A
moderniz

ser UN
recebido e transmuta
AUT 0801 - No
de pilão, de c

ERES
e não

de esfera
de debate

anismo, sempre
ação de
de A

de debate
com meno

de debate
com meno

ao Paulo

Proposta
anismo, sempre
ação de
de A

de debate
com meno

de debate
com meno

os

Prudente:
implanta
Faculdade

de debate
com meno

de debate
com meno

musi

Prudente:
implanta
Faculdade

de debate
com meno

de debate
com meno

E VII

Prudente:
implanta
Faculdade

de debate
com meno

de debate
com meno

A PA

Prudente:
implanta
Faculdade

de debate
com meno

de debate
com meno

7 | NOTÍCIAS

ENCERRA-SE O MESTRADO INTERINSTITUCIONAL FAU-UEL

Maria Irene Szmrecsanyi

Coordenadora do Mestrado FAU-UEL

A 1ª de junho último encerrou-se com pleno êxito o convênio firmado entre a USP, por meio da FAU e a Universidade Estadual de Londrina – UEL. Ele teve em vista o aperfeiçoamento de pessoal docente do Centro de Tecnologia e Urbanismo, levando a efeito mestrado interinstitucional patrocinado pela Capes, órgão do Ministério da Educação e Cultura.

Iniciado no primeiro semestre de 1999, o mestrado cumpriu rigorosamente o tempo exigido pelo MEC, pois as dissertações dos bolsistas Capes foram depositadas até 31 de janeiro e defendidas até final de abril. Também os mestrandos sem bolsa tiveram que defender suas dissertações no primeiro semestre desse ano, com um mês a mais para a entrega, tudo terminado ao final de maio do corrente ano. Para manter qualidade e prazos, o curso foi planejado e supervisionado pela coordenação dupla do programa, esta faculdade sendo representada pela professora doutora Maria Irene Szmrecsanyi, e da UEL, pelo professor doutor Antonio Carlos Zani.

Em 1999 ocorreu a seleção dos candidatos, o desenvolvimento das disciplinas, a escolha de temas e de orientadores e os primeiros levantamentos de dados. A partir de dezembro desse mesmo ano, os alunos em contato com seus orientadores e com a biblioteca da FAU prepararam seus trabalhos programados. Esse estágio terminou com a semana de exames, no início de agosto de 2000, em que todos foram considerados qualificados. Diversas atividades culturais extracurriculares foram programadas para esse período.

O segundo semestre de 2000 decorreu em clima tenso, com a redação da dissertação em versão inicial para alguns, definitiva para poucos. A primeira dissertação foi entregue já no final de outubro e defendida em novembro. Ela desenvolve um modelo de bloco de concreto para assentamento a seco. Até maio de 2001 foram defendidas as demais. Duas delas receberam distinção e louvor, uma tratando da avaliação pós-ocupação de conjuntos habitacionais em Londrina e a outra da luz na arquitetura de Niemeyer.

Na verdade, todos os temas dessas dissertações são relevantes para o conhecimento da região do Norte Novo do Paraná e também para o conhecimento da arquitetura e do urbanismo no Brasil. Exemplificando, há um estudo da atuação de Prestes Maia e outro sobre a de Artigas e Cascaldi em Londrina, dois sobre arquitetos menos conhecidos, que ali introduziram o movimento moderno,

um sobre áreas públicas da cidade, outro sobre a primeira avenida residencial de elite, outro sobre uso e ocupação do solo junto à Represa Igapó inserida no tecido urbano, um sobre shopping centers locais, um sobre o associativismo municipal no Norte do Paraná, etc.

Este número 9 da *Pós* apresenta, nas suas páginas finais, a relação dessas dissertações defendidas até abril de 2001, com título, autor e orientador. Todos merecem ser divulgados e comparados. Para tanto está sendo preparada publicação com artigos resumindo esses trabalhos ou suas partes mais significativas. Pretende-se que ela seja lançada ao final de 2001 ou início de 2002, em edição conjunta das duas universidades envolvidas no programa.

A experiência certamente formará novos convênios do mesmo tipo a serem firmados pela USP-FAU. Por exigência da Capes, apenas um mestrado desse tipo deve vigorar a cada vez. Após pleitear esse atendimento há anos, a Universidade Federal do Ceará deve ser a próxima a ser atendida.

EDIÇÕES FAUUSP/FUPAM

As publicações da FAUUSP distribuídas pela FUPAM – agora nos balcões de vendas na rua Maranhão e na Cidade Universitária – são constituídas por livros, revistas, anais, manuais, cadernos, vídeos e CDs. Também podem ser adquiridas via telefone, fax, reembolso postal, internet. Maiores informações no site www.usp.br/fau

FUPAM – Fundação para a Pesquisa Ambiental
Edifício FAUUSP – Salão Caramelo
Rua do Lago, 876 – Cidade Universitária – SP
Fone: 11 3818-4815 / 3818-4566 – Fax: 11 3818-5032 (com Lana)

Edifício FAU-Maranhão
Rua Maranhão, 88 – Higienópolis – SP
Fone: 11 256-7341 (com sr. Antonio)

e-mail: public@fupam.com.br – cursos: cursos@fupam.com.br

LANÇAMENTO DE NÚMERO COMEMORATIVO A PÓS-GRADUAÇÃO DA FAUUSP NOS 500 ANOS DO BRASIL

O número 8 de *PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP* –, que se junta às celebrações pelo quinto centenário do descobrimento, foi lançado em 27 de março e está disponível no balcão de Publicações FAUUSP/FUPAM.

O número conta com três partes principais. Na primeira parte oito professores, titulares de projeto de edifícios, planejamento urbano, história e tecnologia da arquitetura e do urbanismo são entrevistados, discutindo as perspectivas atuais do curso de pós-graduação, tendo em vista sua bagagem de quase 30 anos. Na segunda são apresentados balanços do conhecimento acumulado em teses e dissertações em algumas áreas de interesse da escola, tais como: habitação, paisagismo, avaliação pós-ocupação. Uma terceira parte reúne análises do meio construído no país em diferentes séculos.

Colaboraram nessa produção como entrevistados e como autores: Nestor Goulart Reis, Paulo Mendes da Rocha, Gian Carlo Gasperini, Joaquim Guedes, Sylvio Sawaya, Flávio Villaça, Erminia Maricato e Geraldo Gomes Serra. Como autores: Júlio Roberto Katinsky, Maria Ruth Amaral de Sampaio, Sheila Walbe Ornstein, Ualfrido Del Carlo, Sílvio Soares Macedo, Miranda Martinelli Magnoli, Benedito Lima de Toledo, Jorge Hajime Oseki, Maria Irene Szmrecsanyi, Philip Gunn, Telmo Pamplona, Wilson Edson Jorge e João Sette Whitaker. O projeto gráfico é de Rodrigo Sommer e a capa reproduz foto de Cristiano Mascaro.

O lançamento foi acompanhado de recital de música brasileira do início do século 20 a cargo da mezzo-soprano Anna Maria Kieffer e do pianista Leonardo Fernandez interpretando Alberto Nepomuceno, Chiquinha Gonzaga, Ernesto Nazaré, entre outros.

A publicação contou com apoio da Capes e da Universidade Estadual de Londrina – UEL. A Pianos Fritz Dobbert também ofereceu apoio cultural ao evento.

ALIANÇA E COMPETIÇÃO ENTRE CIDADES

A Revista *Espaço & Debates*, editada pelo Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos – NERU – sempre contou com uma ótima aceitação dos profissionais liberais, instituições ligadas à arquitetura e ao urbanismo, geografia, história, ciências sociais, economia, órgãos públicos, ONGs e outros, e, em sua nova fase de atuação, coloca à disponibilidade números anteriores que poderão ser adquiridos em forma de coleção, kit ou por unidade.

A última edição, número 41, é dedicada ao “Desenvolvimento local: Aliança e competição entre cidades”. O tema, de grande interesse público, está sendo procurado por diferentes segmentos da sociedade civil, instituições de pesquisa e órgãos da administração pública em geral. A coordenação editorial é das professoras Maria Cristina Silva Leme, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Sarah Feldman e José Tavares de Lira, da Escola de Engenharia de São Carlos – Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Ambas as escolas, da Universidade de São Paulo – USP. O Conselho Editorial, por sua vez, é composto por representantes de diferentes instituições de pesquisa brasileiras.

A publicação, a partir do número 23, passou a ser temática, contando com a colaboração de especialistas, professores, pesquisadores brasileiros e do exterior e trazendo temas e discussões sempre atuais, entre eles podemos destacar: Poder local; Reestruturação: economia e território; Lutas urbanas; Imagens e representação da cidade; Teorias urbanas: críticas perspectivas; Leituras da cidade; Governo local e democracia; Estado, mercado e habitação; Cidade e história; Sociopolítica do ambiente; Trabalho e construção da cidade; Nova dimensão regional; Cidades: estratégias gerenciais; Arquitetura e cidade.

Informações e formas de aquisição do número 41, números anteriores e coleção temática podem ser solicitadas pelo fone/fax 11 3120-2188 ou e-mail: linaros@bol.com.br Correio: NERU – *Espaço & Debates* – Rua Maranhão, 88 – Higienópolis – CEP 01240-000 – São Paulo.

SEMINÁRIO

REGIÕES E CIDADES, CIDADES NAS REGIÕES.

A ESPACIALIDADE DO DESENVOLVIMENTO

BRASILEIRO

(1) 1 Sessão Centro-Oeste

Brasília, em 10 e 11 de julho de 2000 na UnB, dentro da 52ª Reunião Anual da SBPC, coordenação de Frederico de Holanda e Marília Steinberger;

2 Sessão Sul

Florianópolis, em 17 e 18 de julho de 2000 na UFSC, dentro do XII Encontro Nacional dos Geógrafos, coordenação de Cássio Rolim e Sérgio Martins;

3 Sessão Norte/Nordeste

Salvador, em 4 e 5 de dezembro de 2000 na Faculdade de Arquitetura da UFBA, coordenação de Ana Fernandes;

4 Sessão São Paulo

Desdobrada em duas reuniões, em 10 de novembro de 2000 e 23 de março de 2001, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, coordenação de Carlos Antônio Brandão;

5 Sessão Sudeste

Belo Horizonte, em 22 de dezembro de 2001 na UFMG, coordenação de Clélio Campolina Diniz e Geraldo Magela Costa;

6 Sessão Conclusiva Nacional

Campinas, em 5 e 6 de abril de 2001 no Instituto de Economia da Unicamp, coordenação de Carlos Antônio Brandão e Antônio Carlos Galvão. Coordenação geral: Maria Flora Gonçalves, Carlos Antonio Brandão e Antônio Carlos Galvão; colaboração de Nádia Somekh.

O Seminário Nacional Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões: A Espacialidade do Desenvolvimento Brasileiro realizou-se nos dias 05 e 06 de abril no Instituto de Economia da Unicamp, encerrando uma série de seminários preparatórios regionais, propostos na agenda 99/01 da ANPUR¹

O seminário visou analisar a dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro, integrando as dimensões urbana e regional, no sentido de evidenciar as questões acadêmico-conceituais e propor políticas alternativas de intervenção territorial. O ponto de partida para as análises foram as proposições do Programa Governamental Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (www.eixos.gov.br). A iniciativa se orientou para a discussão e a problematização de suas diretrizes e orientações.

Criticou-se a natureza ambígua e abrangente do programa. Considerou-se que, ao tempo em que se define uma tentativa de formular um novo planejamento regional, a concepção de eixos que têm a infra-estrutura como elemento estruturante, possui uma lógica voltada para a criação de corredores de escoamento dos produtos de exportação. Particularmente a ambigüidade do programa foi diagnosticada no fato de sancionar os fluxos econômicos já existentes, segundo uma lógica de diminuição de custos e desobstrução de “gargalos” gerando uma superconcentração de investimentos pontuais, e uma expectativa de atração do capital privado.

Além disso, apontou-se que o programa rompe com a lógica anterior de combinação de investimentos públicos e privados e enseja a concorrência de áreas, cidades e regiões, mobilizados para um esforço de atração de investimentos (produtivos). Destacou-se também a ausência de referência ao meio urbano em razão de o programa ter como horizonte próximo a preocupação com a logística (isto é, acessibilidade e escoamento). O caráter concentrador e logístico do programa tende a reforçar as áreas “que dão certo” e sua característica de modelo concêntrico, no sentido de realçar a reconcentração das atividades econômicas produtivas com maior valor agregado na área da “rótula” (região Sudeste).

Questionou-se ainda a forma de elaboração do programa que não contemplou uma discussão ampla com as representações estaduais-regionais, e com isto, os problemas de organicidade (institucional) na gerência e execução do programa. Assim direcionado, diagnosticou-se que o programa revela um

conteúdo de caráter neoliberal, haja vista apostar na estabilização econômica e nos mecanismos de mercado como solução dos problemas sociais, regionais e urbanos. Por fim questionou-se a adoção da via neoliberal, tendo como primazia o comércio externo como “via única” que conforma a visão de desenvolvimento do programa, sugerindo a investigação de outras propostas de regionalização à exemplo do modelo europeu, que tem como base a coesão e o “pacto federativo”

O seminário destacou a questão da falta de um projeto nacional de desenvolvimento, que promovesse efetivamente as integrações territorial/econômica e social do país. Apontou a necessidade de analisar as “falhas” do programa (ausência de discussões de questões urbanas, caráter concentrador e logístico, reforço à concentração de áreas, relegação dos problemas sociais às “soluções via mercado” e a própria ausência de discussão acerca do “nacional” – no sentido de construção da coesão social e regional e de reforço da federação brasileira) à luz das discussões acumuladas sobre desenvolvimento urbano e regional no Brasil nas últimas décadas.

Os palestrantes foram unânimes em denunciar a impossibilidade do enfrentamento dos profundos problemas urbanos e regionais do Brasil, se mantido o atual quadro de subordinação passiva aos desígnios da globalização financeira e de falta de valorização dos instrumentos de planejamento.

LANÇAMENTO DO LIVRO
ARTE URBANA SÃO PAULO: REGIÃO CENTRAL
(1945 – 1998) + OBRAS DE CARÁTER
TEMPORÁRIO E PERMANENTE
AUTORA. PALLAMIN, VERA M. – EDITORA. ANNABLUME

Arte Urbana está organizado em texto e CD-ROM. O texto trata da conceituação sobre arte urbana e processos de estetização contemporâneos, sintetizando uma reflexão sobre práticas artísticas e suas relações com as transformações qualitativas dos espaços públicos. A arte urbana é enfocada enquanto um modo de construção social dos espaços públicos, uma via de produção simbólica da cidade, expondo e medindo suas conflitantes relações sociais. São destacados alguns aspectos de ordem política, econômica e estética fundamentais à compreensão da ocorrência destas práticas na cidade.

O CD-ROM, que porta propriamente o conteúdo intitulado do trabalho, foi organizado de modo a propiciar o cruzamento de três eixos referenciais: *referências urbanas* e *referências artísticas* – sendo ambas caracterizadas por décadas, a partir dos anos 50 e estruturas de modo que possam se pontuar mutuamente; e *autores/obras* – especificadas como temporárias (contemplando teatro de rua, grafites e intervenções) e permanentes. Embora privilegiadas quanto à região central de São Paulo e com data de inserção/implantação após 1945, no caso das obras permanentes foram também incluídas as regiões do Ibirapuera, Cidade Universitária e Fundação Armando Álvares Penteado, de modo a reunir os conjuntos mais significativos da cidade.

TESES E DISSERTAÇÕES

OUTUBRO 2000 A MARÇO 2001

O244

pós-

Teses

NUNO DE AZEVEDO FONSECA
A Arquitetura do Mercado Imobiliário e seu
Processo de Produção na Cidade de São Paulo
Data: 26.10.00
Orientador(a): Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya

MÔNICA JUNQUEIRA DE CAMARGO
Princípios de Arquitetura Moderna na Obra de
Oswaldo Arthur Bratke
Data: 27.10.00
Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Julio Valentino Bruna

EDUARDO ALBERTO CUCE NOBRE
Reestruturação Econômica e Território: Expansão
Recente do Terciário na Marginal do Rio Pinheiros
Data: 07.11.00
Orientador(a): Profa. Dra. Gilda Collet Bruna

CARLOS SANTIAGO PELLEGRINO BELTRAMINI
Semiótica do Uso e Morfologia Comparada dos
Espaços Públicos Históricos Urbanos: São Paulo,
Buenos Aires, Montevideu e Colonia Del Sacramento
Data: 08.11.00
Orientador(a): Profa. Dra. Élide Monzeglio

MACLÓVIA CORRÊA DA SILVA
O Plano de Urbanização de Curitiba 1943 a 1963 e
a Valorização Imobiliária
Data: 09.11.00
Orientador(a): Prof. Dr. Cândido Malta Campos Filho

LAURA MACHADO DE MELLO BUENO
Projeto e Favela: Metodologia para Projetos de
Urbanização
Data: 10.11.00
Orientador(a): Prof. Dr. Philip Oliver Mary Gunn

ALJACYRA MARIA CORREIA DE MELLO PETIT
O Poder do Centro: Estudo de Caso sobre a Região
Urbana do Centro de Campo Grande-MS Período
1982/1992

Data: 20.11.00
Orientador(a): Prof. Dr. Jorge de Rezende Dantas

ALINE WERNECK BARBOSA DE CARVALHO
A Descentralização Formal: O Processo de
Descentralização Pós-Constituição Federal de 1988
nos Municípios de Pequeno Porte Demográfico da
Zona da Mata de Minas Gerais
Data: 27.11.00
Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Eduardo Zahn

DENISE HELENA SILVA DUARTE
Padrões de Ocupação do Solo e Microclimas
Urbanos na Região de Clima Tropical Continental
Data: 05.12.00
Orientador(a): Prof. Dr. Geraldo Gomes Serra

LEANDRO SILVA MEDRANO
Habitar no Limiar Crítico do Espaço – Idéias
Urbanas e Conceitos sobre a Habitação Coletiva
Data: 14.12.00
Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Julio Valentino Bruna

NARA SILVIA MARCONDES MARTINS
A Reinvenção do Art Déco: Design Gráfico nos anos 90
Data: 29.01.01
Orientador(a): Profa. Dra. Élide Monzeglio

CLAUDIO JOSÉ TOZZI
O Processo de Construção da Imagem e sua
Aplicação, Relação com o Espaço Urbano: Arte no
Lugar da Arquitetura no Fazer de um Artista
Plástico/Arquiteto
Data: 23.02.01
Orientador(a): Prof. Dr. Issao Minami

PAULA DA CRUZ LANDIM Y GOYA

Desenho de Paisagem Urbana: As Cidades do Interior Paulista

Data: 15.03.01

Orientador(a): Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

DANIEL JULIEN VAN WILDERODE

Cidade à Venda Interpretações do Processo Imobiliário

Data: 16.03.01

Orientador(a): Prof. Dr. Philip Oliver Mary Gunn

MANUEL FRANCISCO NAVARRO MORENO

Qualidade Ambiental nos Espaços Livres de Áreas Verticalizadas da Cidade de São Paulo

Data: 27.03.01

Orientador(a): Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

FABIO LOPES DE SOUSA SANTOS

Modernismo e Visibilidade: Relações entre as Artes Plásticas e a Arquitetura

Data: 28.03.01

Orientador(a): Profa. Dra. Lucrécia D'Alessio Ferrara

Dissertações

ANNA MARIA ABRÃO KHOURY RHAME

Imagens Femininas em Memória à Vida – A Escultura nos Cemitérios da Consolação, Araçá e São Paulo, de 1900 a 1950

Data: 09.10.00

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Cecília França Lourenço

JOSÉ LUIS COCCARO

Modernização Urbano-Industrial e Arquitetura na Cidade de São Paulo no Período de 1960-1975

Data: 10.10.00

Orientador(a): Prof. Dr. Telmo Luiz Pamplona

MARIA DO CARMO VILARINO

Habitação Verticalizada na Cidade de São Paulo dos anos 30 aos anos 80. Investigação Acerca da Contribuição dos Arquitetos Modernos ao Tema. Estudo de Casos

Data: 16.10.00

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Julio Valentino Bruna

SILVANA SOUSA NILO BAHIA DINIZ

Taipa de Pilão, uma Aproximação Tecnológica através de Exemplos em São Paulo

Data: 24.10.00

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Roberto Zibel Costa

VERA HELENA SUPLICY ROMERO

Produção Industrial de Pré-Moldados em Argamassa Armada

Data: 30.10.00

Orientador(a): Prof. Dr. Khaled Ghoubar

DOUGLAS CANJANI DE ARAUJO

Os Vasos Comunicantes – Usos do Desenho Instrumental na História Natural

Data: 31.10.00

Orientador(a): Profa. Dra. Ana Maria de Moraes Belluzzo

SAMIRA SIMONE BITTAR

A Fábrica

Data: 09.11.00

Orientador(a): Prof. Dr. Arnaldo Antonio Martino

EDISON DE OLIVEIRA VIANNA JUNIOR

Passeios, Calçadas e Infra-Estruturas para o Tráfego de Pedestres em São Paulo

Data: 23.11.00

Orientador(a): Prof. Dr. Geraldo Gomes Serra

RICARDO CARRANZA

Eduardo Corona: Arquitetura Moderna em São Paulo

Data: 23.11.00

Orientador(a): Prof. Dr. Lúcio Gomes Machado

HENNY CONSUELO TAYLOR FLOREZ

O Planejamento Ambiental como Alternativa de Desenvolvimento Sustentável em Território Insular – O Caso do Arquipélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina no Caribe Colombiano

Data: 04.12.00

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Assunção Ribeiro Franco

JUNKER DE ASSIS GRASSIOTTO

Blocos de Concreto Assentados a Seco – Um Sistema para Autoconstrução

Data: 11.12.00

Orientador(a): Prof. Dr. Geraldo Gomes Serra

ANNA CLAUDIA SILVA ROMANO

Casa um Lugar de Verdade (O Estudo do Espaço Individual como um Reflexo de quem o Habita)

Data: 12.12.00

Orientador(a): Profa. Dra. Marlene Yurgel

IVAN SILVIO DE LIMA XAVIER

O Arquiteto e a Construção de um Novo Signo

Data: 13.12.00

Orientador(a): Prof. Dr. Decio Pignatari

PAULO ADEILDO LOPES

Avaliação Pós-Ocupação Aplicada nos Conjuntos Habitacionais em Londrina-PR – Critérios Básicos para a Reabilitação e a Manutenção Predial

Data: 01.02.01

Orientador(a): Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein

LUCIA FERNANDA DE SOUZA PIRRO DILONARDO

Avaliação do Uso de Tecnologias Passivas Visando a Eficiência Energética em Edifícios de Escritórios

Data: 13.02.01

Orientador(a): Prof. Dr. Marcelo de Andrade Romero

ANA BEATRIZ LORCH ROTH

Habitação Urbana com Estrutura de Madeira na Cidade de São Paulo

Data: 20.02.01

Orientador(a): Prof. Dr. José Luiz Fleury de Oliveira

LUIZ ANTONIO DE PAULA NUNES

Saber Técnico e Legislação. A Formação do Urbanismo em Santos – 1894 a 1951

Data: 20.02.01

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Leme

LUIZ AUGUSTO MAIA COSTA

O Ideário Urbano Paulista na Virada do Século. O Engenheiro Theodoro Sampaio e as Questões Territoriais e Urbanas Modernas (1886-1903)

Data: 06.03.01

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Caira Gitahy

CESAR IMAI

Avaliação Pós-Ocupação (APO) no Projeto Casa Fácil: O Caso de Londrina, Paraná

Data: 07.03.01

Orientador(a): Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein

MARIA LUIZA FAVA GRASSIOTTO

Espaços Comerciais: A Arquitetura em dois Shopping Centers de Londrina

Data: 07.03.01

Orientador(a): Prof. Dr. Geraldo Gomes Serra

DENISE DE CASSIA ROSSETTO JANUZZI

Avaliação de Áreas Públicas do Centro da Cidade de Londrina

Data: 08.03.01

Orientador(a): Prof. Dr. Bruno Roberto Padovano

ANA ELENA SALVI

A Imagem da Cidade no Cinema, São Paulo anos 80

Data: 09.03.01

Orientador(a): Prof. Dr. Dácio Araújo Benedicto Ottoni

TAKASHI HUKUSIMA

Imagem de uma Linguagem: Fukushima

Data: 12.03.01

Orientador(a): Prof. Dr. Issao Minami

EDUARDO HIDEO SUZUKI

Aspectos Físicos das Escolas Estaduais Públicas em Londrina – PR

Data: 13.03.01

Orientador(a): Prof. Dr. Marcelo de Andrade Roméro

MARIA CRISTINA ANDRÉ CAMPOS

Memória Urbana, Mural Moderno em São Paulo

Data: 14.03.01

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Cecília França Lourenço

FAUSTO CARMELO DE LIMA

Prestes Maia em Londrina: Moderno em que Sentido?

Data: 14.03.01

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi

ANTONIA REGINA LUZ FENERICH

Preservação em São Paulo: Análise de Procedimentos Metodológicos

Data: 15.03.01

Orientador(a): Prof. Dr. Gustavo Neves da Rocha Filho

MARILIA BRITO RODRIGUES DE MORAES

Área de Proteção Ambiental como Instrumento de Planejamento e Gestão: APA Cananéia-Iguape-Peruíbe/SP

Data: 19.03.01

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite

TEBA YLLANA GODOY

Três Pioneiros da Arquitetura Londrinense Ivan Jekoff – Léo de Judá Barbosa – Luiz Cezar da Silva

Data: 22.03.01

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Augusto Mattei Faggin

CRISTINA GODOY DE ABREU

João Clodomiro Browne de Abreu: Do Idealista ao Arquiteto Urbanista

Data: 22.03.01

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Augusto Mattei Faggin

PAULO MARCOS MATTOS BARNABÉ

A Poética da Luz Natural na Obra de Oscar Niemeyer

Data: 23.03.01

Orientador(a): Prof. Dr. Gian Carlo Gasperini

CRISTINA DE CAMPOS

A Cidade Através da Higiene, 1925-1945. As Propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para São Paulo

Data: 26.03.01

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Caira Gitahy

ISABEL RUAS PEREIRA COELHO

Painéis em Mosaico na Arquitetura Moderna Paulista 1945-1964

Data: 29.03.01

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Julio Valentino Bruna

CÉLIA BUCCOLO BALLARIO

Avaliação da Influência da Política de Transportes no Crescimento do Litoral Norte do Estado de São Paulo

Data: 30.03.01

Orientador(a): Prof. Dr. Pedro Taddei Neto

Laboratório de Programação Gráfica

Prof. Coordenador: Minoru Naruto

Supervisão Geral

José Tadeu de Azevedo Maia

Supervisão de Projeto Gráfico

André Luis Ferreira

Supervisão de Produção Gráfica

Divino Barbosa

Preparação e Revisão

Ivanilda Soares da Silva

Margareth Artur

Diagramação

José Tadeu de Azevedo Maia

Tratamento de Imagem

Sidney Lanzaotto

Emendas – Arte-Final

Eliane Aparecida Pontes

Montagem de Chapas

Robson Bráz Teixeira

Cópia de Chapas

Juvenal Rodrigues

Adauto Lino Duarte de Farias

Impressão

José Gomes Pereira

Dobra

Ercio Antonio Soares

Acabamento

Ercio Antonio Soares

Juvenal Rodrigues

Nadir de Oliveira Soares

Secretária

Eliane de Fátima Feroselle Previde

Composição, fotolito e impressão off-set

Laboratório de Programação Gráfica da
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo

Pré-matriz

Linotronic Mark-40 sobre filme Kodak Pagi-Set

Papel

Pólen rustic areia 120 g/m²

Couchê fosco L2 120 g/m²

Cartão supremo alta alvura 350 g/m² (capa)

Montagem

31 cadernos de 8 páginas

Tiragem

1.000 exemplares

Data

junho 2001

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

PÓS — REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO DA FAUUSP

1. A revista aceita trabalhos na forma de artigos, projetos comentados, desenhos ou fotos artísticas.
2. Todo material recebido será submetido ao Conselho Editorial, cujos pareceres não serão divulgados.
3. Ao submeter um trabalho, o(s) autor(es) deve(m) assinar declaração de que são inéditos em português.
4. Os autores devem enviar seu nome e sobrenome da forma como desejam que seja publicado, sua formação profissional incluindo graduação e pós-graduação (título e instituição), a relação do texto com sua dissertação ou tese, seu orientador e opcionalmente seu atual cargo (instituição e departamento).
5. Os artigos deverão ter entre 10 e 20 páginas de 30 linhas com 70 toques (de 21.000 a 42.000 caracteres), incluindo bibliografia apresentada de acordo com as normas da ABNT, resumo e abstract (de 1.500 e 2.000 caracteres), de 6 a 8 palavras-chave, no máximo 3 (três) ilustrações nítidas (fotos com no mínimo 300 DPI, formato tiff, com créditos), sendo apresentados em disquete (word 6.0 ou 7.0, tabelas e gráficos em Excel), fonte 12, espaço 1,5, duas vias impressas.
6. Citações devem vir em itálico e entre aspas, com referência completa, incluindo página.
- 7 Os textos deverão ser encaminhados para:
Redação da Revista *PÓS*
Rua Maranhão, 88 – Higienópolis
01240-000 – São Paulo
Informações: (11) 257-7688 ramal 30
e-mail: cpgfau@edu.usp.br
8. Os autores de cada edição terão direito a 3 (três) exemplares.

OBS. Resumos e abstracts são de responsabilidade dos seus autores.

DEPOIMENTOS

Jorge Wilhelm

PRODUZINDO A PESQUISA:

NOSSOS OLHARES

Vera Pallamin

Zeuler Lima

Maclóvia Corrêa da Silva

Laura Machado de Mello Bueno

Denise Duarte

Maria Lucia Bressan Pinheiro

Alessandro Ventura

Joana Carla Soares Gonçalves

Nanci Saraiva Moreira

Érica Negreiros de Camargo

Fabiola Fiuza Malerbi de Castro

ACOLHENDO A PESQUISA:

OUTROS OLHARES

Guilherme Wisnik

José Guilherme Pereira Leite

Júlia Pinheiro Andrade

Mariana Fix

Pedro Arantes

Luís Octávio da Silva

IN MEMORIAM

Milton Santos

RESENHA

Sheila Walbe Ornstein

NOTÍCIAS

FOTO DA CAPA

Gal Oppido

Vista aérea da região das avenidas

Paulista e Nove de Julho.

ISSN 1518-9554



9

771518 955083

0009

